

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Faculdade de Filosofia e Ciências

Campus de Marília

Marta Maria Toledo Teixeira Evangelista

A Construção do Projeto Político-Pedagógico na Escola Municipal de
Educação Infantil (Emei) “Florípes Silveira de Souza”

Marília

2007

Marta Maria Toledo Teixeira Evangelista

A Construção do Projeto Político-Pedagógico na Escola Municipal de
Educação Infantil (Emei) “Florípes Silveira de Souza”

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Educação, da Faculdade de Filosofia e
Ciências da Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho” –
UNESP – Campus de Marília, como
requisito parcial para obtenção do título
de Mestre em Educação Escolar.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Maria Freire da Palma Marques de Almeida

Marília

2007

Marta Maria Toledo Teixeira Evangelista

A Construção do Projeto Político-Pedagógico na Escola Municipal
de Educação Infantil (Emei) “Florípes Silveira de Souza”

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – Campus de Marília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Escolar.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Ana Maria Freire da Palma Marques de Almeida - UNESP -
BAURU

Profº Drº Ricardo Ribeiro - UNESP - ARARAQUARA

Profª Drª Ana Clara Bortoleto Nery - UNESP - MARILIA

Marília

2007

DEDICATÓRIA

Aos meus três filhos: Livia, Lucas e Julia, pelo amor,
Ao Celso, que sempre esteve presente e ao meu lado,
Aos meus pais, pelo incentivo e pela crença.

AGRADECIMENTOS

Quero neste espaço, agradecer:

A todas as pessoas que acreditaram em mim e na capacidade de realizar este trabalho,

A Secretaria Municipal da Educação de Bauru, pelo apoio oferecido nos momentos em que precisei,

A equipe da Emei “Florípes Silveira de Souza” pelo apoio recebido e aos amigos do quadro do Magistério, pelo incentivo sempre presente,

Aos Professores Doutores que participaram da Banca de Qualificação, os quais contribuíram positivamente para o término deste trabalho - ao Prof. Dr. Ricardo Ribeiro e Prof^a. Dr^a. Ana Clara Bortoleto Nery, meus agradecimentos,

Um agradecimento especial a Prof^a. Dr^a. Ana Maria Freire Palma Marques de Almeida, minha orientadora e pessoa ativa, dinâmica, a qual confiou em mim e na minha capacidade enquanto educadora. Através do seu trabalho pude concluir o meu. Muito obrigada!

RESUMO

Esta dissertação é resultado da pesquisa realizada durante o período de 2004 a 2006 na Escola Municipal de Educação Infantil (Emei) “Florípes Silveira de Souza” no município de Bauru sobre o Projeto Político-Pedagógico cujos objetivos foram: identificar no plano teórico os elementos que constituem o Projeto Político-Pedagógico para a orientação e construção do referido Projeto na unidade escolar; observar e identificar com a equipe da Emei “Florípes Silveira de Souza” as concepções, papéis, mecanismos atribuídos e empregados na elaboração do Projeto Político-Pedagógico; resgatar a ação intencional de planejar e a potencialidade do coletivo; gerar o fortalecimento do grupo e sua unidade aumentando o grau de realização profissional dos membros da comunidade escolar; contribuir na formação continuada em serviço dos profissionais na elaboração do Projeto Político - Pedagógico. A metodologia utilizada foi a pesquisa-ação, pois enquanto pesquisadora e ao mesmo tempo diretora da referida escola, estabeleceu-se contato integral com o grupo pesquisado, coletando informações sobre os profissionais (professores, serventes e merendeiras) e também sobre o cotidiano escolar, a rotina dos alunos e dos professores. O recurso metodológico utilizado propiciou um mergulho na realidade estudada e acionou a participação dos sujeitos na problemática das situações vivenciadas. Do ponto de vista teórico, discorreu-se sobre os princípios da Gestão Democrática e da Autonomia da Escola, ao mesmo tempo em que se discutiu as bases legais da educação infantil em nível nacional e no município de Bauru. O resultado desta pesquisa está expresso através do chamado “documento final”, que retrata a construção do Projeto Político - Pedagógico da Escola Municipal de Educação Infantil “Florípes Silveira de Souza”. Por tratar-se de uma pesquisa inédita na Rede Municipal de Ensino de Bauru, acredita-se na sua contribuição aos educadores, não apenas desse município, mas a todos os envolvidos nas questões político - pedagógicas da educação infantil.

Palavras-chave: Projeto Político-Pedagógico. Autonomia. Gestão Democrática.

ABSTRACT

The current work about the Political-Pedagogical Project is a result of a research carried out from 2004 to 2006 in the Municipal School of Children Education “Florípes Silveira de Souza”, in the city of Bauru. The purposes of this work were: to identify the principles which constitute the Political-Pedagogical Project in the theory in order to guide and elaborate the mentioned project in the school; to perceive and identify along with the school team the conceptions, roles, mechanisms which were attributed and used in the elaboration of the Political-Pedagogical Project; to recover the intended action of planning and the potentiality of the group; to increase the group strength and the level of professional accomplishment of people from the school community; to contribute in the continued formation of the professionals in the elaboration of the Political-Pedagogical Project. The methodology used was the research-action since the researcher is the principal of the mentioned school. It was established whole contact with the researched group, collecting information about the professionals (teachers, servants and cooks) and also about the routine of the school, students and teachers. The method allowed us to be in contact with the researched reality and made possible the participation of the subjects in the solution of problems of experienced situations. The theory approached the principles of the Democratic Management and the School Autonomy and it was discussed about the legal basis of children education in the country and in the city of Bauru. The result of this research is presented in a “final document”, which approaches the elaboration of the Political-Pedagogical Project of the Municipal School of Children Education “Florípes Silveira de Souza”. It was believed that the present work can contribute towards all educators involved with political-pedagogical issues of children education, because it is an original work developed in the Education Municipal System of Bauru.

Key words: Political-Pedagogical Project. Autonomy. Democratic Management.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 - SISTEMAS MUNICIPAIS DE ENSINO E A EDUCAÇÃO INFANTIL NA REALIDADE BRASILEIRA	11
Sobre Sistemas Municipais de Ensino	11
Sobre a Educação Infantil	20
CAPÍTULO 2 - A ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL (EMEI) “FLORÍPES SILVEIRA DE SOUZA” DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BAURU	24
2.1 A Rede Municipal de Educação em Bauru	24
2.2 A Educação Infantil em Bauru	30
A nomeação para o cargo de Diretora Municipal de Educação Infantil	34
2.3 A Escola Municipal de Educação Infantil (Emei) “Florípes Silveira de Souza”	38
O trabalho com a equipe escolar da Emei	46
O trabalho com a comunidade	56
CAPÍTULO 3 – A METODOLOGIA DA PESQUISA-AÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO	62
3.1 Pesquisa-Ação	62
3.2 A construção do Projeto Político-Pedagógico	67
Princípios inseparáveis na construção do Projeto Político-Pedagógico: A Gestão Democrática e a Autonomia na Escola.	67
1º Princípio – Gestão Democrática	68
2º Princípio – Autonomia	79
O papel do diretor de escola de educação infantil no município de Bauru	84
A construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico na Emei “Florípes Silveira de Souza”	96
CAPÍTULO 4 – INDICADORES AVALIATIVOS OBTIDOS COM OS PROFISSIONAIS DA UNIDADE ESCOLAR NOS ESTUDOS E O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO RESULTANTE	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	116
APÊNDICE	124
O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL (EMEI) “FLORÍPES SILVEIRA DE SOUZA” - 2006.	

INTRODUÇÃO

A escolha de um tema a ser pesquisado, elaborado e apresentado como dissertação de Mestrado deu-se após os quinze anos consecutivos de trabalho pedagógico como funcionária pública municipal no cargo de professora efetiva de educação infantil. Depois de muitas reflexões, decidi me dedicar a pesquisa desenvolvendo um trabalho científico que pudesse contribuir com a educação do município de Bauru.

Propus-me estudar sobre a construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP), o qual de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 determina que todas as escolas devem elaborá-lo de forma coletiva, pois, trata-se de um documento bem amplo, o qual expressa os desejos e metas da unidade escolar, bem como as intenções das professoras, da equipe não docente, das crianças, da comunidade e dos pais dos alunos.

Havia a hipótese, observada na prática diária como professora municipal, que as unidades escolares de educação infantil no município de Bauru não possuíam esse Projeto.

Em setembro de 2004, quando assumi o cargo de diretora na Escola Municipal de Educação Infantil (Emei) “Florípes Silveira de Souza”, após ter sido aprovada em concurso, iniciei o trabalho de pesquisa referente a construção do projeto nessa unidade, o qual se estendeu durante os anos de 2005 e 2006.

Acreditava que não poderia ser um trabalho rotineiro de pesquisa. Era necessário descrever também as reflexões e o envolvimento do grupo em torno do tema pesquisado, o qual se desenvolveu através dos estudos realizados entre a equipe de profissionais da escola.

Esse trabalho foi descrito ao leitor de modo linear a fim de facilitar a leitura e a compreensão, porém, seu desenvolvimento deu-se num processo de idas e vindas, entre discussões e análises da realidade escolar estudada, onde os assuntos abordados se fundiam com a prática pedagógica desenvolvida na escola. Esses estudos foram necessários e importantes para realizar mudanças pontuais no trabalho pedagógico desenvolvido pelas profissionais da unidade escolar.

No decorrer dessa dissertação, o leitor encontrará os assuntos que foram tratados com a equipe de profissionais da Emei “Florípes Silveira de Souza” e com os pais dos alunos da comunidade durante a fase de elaboração do projeto político-

pedagógico. Como são atendidas crianças entre três (3) a seis (6) anos, a participação dos pais fez-se imprescindível a fim de delinear as necessidades que deveriam ser supridas, ou ao menos tentar que fossem.

Todas as escolas necessitam construir coletivamente o referido Projeto, por tratar-se de um documento essencial ao trabalho burocrático e pedagógico, não devendo ser elaborado apenas como mais um documento da escola em cumprimento às exigências legais e depois ser engavetado.

Seguindo essas reflexões iniciais, os objetivos desta pesquisa foram sendo traçados, conforme segue:

- Identificar no plano teórico os elementos que constituem o Projeto Político-Pedagógico para a orientação e construção do referido Projeto na unidade escolar;

- Observar e identificar com a equipe da Emei “Florípes Silveira de Souza” as concepções, papéis, mecanismos atribuídos e empregados na elaboração do Projeto Político-Pedagógico articulando com a possibilidade da construção do Projeto nesta escola, que esteja em consonância com as expectativas de todos;

- Resgatar a ação intencional de planejar e a potencialidade do coletivo;

- Gerar o fortalecimento do grupo e sua unidade, aumentando o grau de realização profissional dos membros da comunidade escolar;

- Contribuir na formação continuada em serviço dos profissionais na elaboração do Projeto Político-Pedagógico.

No primeiro capítulo houve a exposição sobre os sistemas municipais de ensino desde o século XVI até os dias atuais, destacando a questão da Educação Infantil a partir do seu surgimento.

A realidade sobre a Rede Municipal de Educação de Bauru, que galga esforços para se tornar Sistema de Ensino foi exposta no segundo capítulo. Houve a descrição sobre a educação infantil nesse município, a questão do concurso de acesso para o cargo de diretor de escola e a apresentação da Emei “Florípes Silveira de Souza”, onde foi desenvolvido esse trabalho de pesquisa. Nesse capítulo descreveu-se também o trabalho desenvolvido durante a elaboração do Projeto Político-Pedagógico com a equipe escolar e com a comunidade.

No terceiro capítulo, através da metodologia da pesquisa-ação, que foi utilizada na construção do Projeto Político-Pedagógico, foi possível descrever sobre o

processo de elaboração do projeto, o papel do diretor de escola de educação infantil no município de Bauru e a efetiva construção coletiva desse projeto na referida Emei. Foram apresentados dois princípios importantes na construção do referido projeto: a gestão democrática e a autonomia, os quais considereei como inseparáveis, haja vista a necessidade e dependência de ambos no processo de construção desse documento.

No quarto capítulo foram registrados os indicadores avaliativos obtidos com os profissionais da escola ao final de um período de estudos, os quais favoreceram a construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico na unidade escolar.

O “Documento Final”, assim denominado o projeto político-pedagógico nesse trabalho, consta como apêndice nessa dissertação de modo parcial, uma vez que as legislações consultadas (LDB 9394/96, Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Constituição Federal/1988 e Plano Nacional de Educação -PNE) fazem parte do acervo da Emei “Florípes Silveira de Souza”.

Assim, após o conhecimento deste trabalho, o leitor entenderá que não é possível haver projetos iguais em escolas distintas, uma vez que o projeto político-pedagógico é a “identidade” da escola; portanto, cada unidade escolar deverá construir coletivamente o seu documento, com características, princípios e valores ímpares, reconhecendo a diversidade existente em sua realidade.

Já as considerações finais, mesmo encerrando este trabalho, não põem fim a um novo momento de reflexão pelos membros participantes dessa unidade escolar, bem como aos profissionais da Rede Municipal de Educação de Bauru, que poderão servir-se teoricamente desta pesquisa como subsídio para os novos projetos que deverão surgir, assim como também servirão de ponto de reflexão para os ajustes e modificações necessárias à realidade da Emei “Florípes Silveira de Souza” durante sua existência.

Sem dúvida, após os estudos realizados e apresentados neste trabalho, tornou-se muito claro para mim, diretora e pesquisadora, que o projeto político-pedagógico da unidade escolar é a identidade da escola e o recurso necessário para servir de guia em busca do alcance dos objetivos propostos, bem como das metas a serem alcançadas.

CAPÍTULO 1 - SISTEMAS MUNICIPAIS DE ENSINO E A EDUCAÇÃO INFANTIL NA REALIDADE BRASILEIRA

Sobre Sistemas Municipais de Ensino

A história do processo educacional apresenta períodos que propunham alterações nas políticas educacionais, com a intenção de garantir ideais de equidade social, diminuição da marginalização escolar e o aumento do número de alfabetizados.

A educação, que sempre ocupou espaço na vida das pessoas, evolui à medida que tenha mais significado na dinâmica das sociedades modernas.

Desta forma, torna-se interessante conhecer como se deu o processo de mudanças na educação no Brasil. Um breve histórico será apresentado como forma de propiciar o entendimento desta evolução.

No século XVI, num sistema dualista de ensino, os jesuítas estabeleceram as primeiras escolas no Brasil. Havia colégios para a educação dos jovens filhos dos grandes proprietários de terras, os quais almejavam o sacerdócio e a advocacia, e as escolas “de ler e escrever”¹ para a catequização e alfabetização rudimentar das crianças dos colonos pobres e nativos.

Nos séculos XVII e XVIII, praticamente todas as escolas no Brasil eram providas direta ou indiretamente, pelos jesuítas.

Em 1759, o Marquês de Pombal, com sua política anticlerical, expulsou-os de Portugal e de suas colônias, o que ocasionou um colapso virtual do incipiente “sistema” educacional por eles estabelecido no Brasil. “A educação primária e secundária que restou era provida, de forma privada, quase sempre por jesuítas que permaneceram após a expulsão e, posteriormente, pelos franciscanos. Apenas um pequeno número de estudantes freqüentava essas escolas”. (PLANK, 2001, p.68).

Nas primeiras escolas públicas criadas a fim de substituir as escolas jesuíticas, a clientela de elite e o currículo eram muito semelhantes aos anteriores. Apesar do direito universal à educação primária gratuita, estabelecida na Constituição de 1824, as crianças pobres não tinham acesso à mesma durante o governo Imperial.

Em 1834, as escolas primárias e secundárias descentralizadas foram estabelecidas e os governos das províncias e os municípios foram autorizados a

¹ PLANK, D. N. Política educacional no Brasil: caminhos para a salvação, p.67, 2001.

organizarem seus próprios sistemas de ensino público. Por outro lado, devido à falta de recursos por parte dos municípios, as escolas continuavam sendo controladas por órgãos privados e com isso, muitas crianças continuavam fora da escola.

Em 1891, a Constituição, contra a centralização do poder e dos recursos sob o Império, estabeleceu uma República Federativa, restringindo o poder do governo central e expandindo os poderes dos governos estaduais. Mas, em relação à educação, ainda permanecia o dualismo entre educação popular e de elite.

Os estados eram responsáveis pela educação primária e profissional e a responsabilidade pelas escolas secundárias acadêmicas e superiores foi dividida entre as autoridades federais e estaduais. Em estados mais ricos, como São Paulo, houve um acréscimo substancial das matrículas no ensino primário.

Na década de 1920, a urbanização e a industrialização aceleradas começaram a gerar pressões para a mudança do sistema educacional. Influenciados por educadores progressistas da Europa e Estados Unidos, alguns jovens educadores, em vários estados, desenvolveram novas políticas visando adaptar o ensino às exigências da “modernização”, da democracia e do crescimento econômico. Organizados na então recém-criada Associação Brasileira de Educação (ABE), esses inovadores publicaram uma série de livros e artigos, objetivando encorajar a criação de uma escola nova em todo país. O esforço dos escolanovistas culminou, em 1932, com a publicação do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nacional”.(PLANK, 2001, p.68-69).

Seguindo o pensamento de Plank (2001, p. 69):

O manifesto afirmava o direito de todo cidadão à educação e a obrigação do governo nacional de estabelecer um sistema de escolas públicas capaz de satisfazer às demandas de modernidade e desenvolvimento. A escolarização deveria ser universal, secular, co-educacional, compulsória e gratuita, a fim de assegurar igualdade de oportunidades a todas as crianças. De acordo com as diretrizes amplas definidas pelo governo federal, o controle do sistema educacional deveria ser descentralizado, a fim de permitir a adaptação das escolas às circunstâncias locais, garantindo-se ampla autonomia profissional aos diretores e professores em seus esforços para atender às necessidades individuais dos alunos. (grifo meu).

A Constituição de 1934 reafirmou o ensino fundamental² como direito de todo cidadão e dever do estado. A responsabilidade pela criação das escolas e administração do ensino fundamental coube aos governos estaduais e municipais. Ao governo federal impôs-se a definição das diretrizes políticas nacionais e o desenvolvimento de um Plano Nacional de Educação a fim de orientar as atividades dos estados e municípios. Desta forma, esta Constituição definiu como competência da União “traçar as diretrizes da educação nacional”, cabendo aos estados “organizar e manter os respectivos sistemas de ensino, respeitadas as diretrizes fixadas pela União”.

Porém, em 1937 com o Golpe de Estado de Getúlio Vargas e o estabelecimento do Estado Novo autoritário, algumas iniciativas se reverteram. A Constituição promulgada em 1937 “ênfaticamente a obrigação do Estado de prover ensino primário e profissional para as ‘classes menos favorecidas’ e estabeleceu a ação pública como suplementar ao esforço da família e dos órgãos privados, entre os quais a Igreja Católica” (PLANK, 2001, p.69).

Até 1940, o estado brasileiro não havia esboçado a implantação de diretrizes nacionais para a educação. Apesar disso, os governos municipais tomaram iniciativas para estabelecer escolas e ofertar o ensino primário. Em alguns municípios brasileiros, as escolas municipais foram as primeiras escolas públicas.³

Após a Segunda Guerra Mundial e com a restauração do governo democrático, em 1946 uma nova Constituição foi adotada, e desta forma, foram reiterados os ideais liberais tais como o direito do cidadão à educação e a responsabilidade do Estado em provê-lo.

Segundo Sari (1999, p.17):

O movimento municipalista, como questão geral, despontou principalmente a partir da Constituição de 1946, tendo em Anísio Teixeira o maior defensor na área educacional, cuja proposta era a transferência dos encargos dos estados ou da União, com o ensino primário, para o governo local. A sua tese é apontada como o primeiro passo com vistas a despertar as administrações federal e estadual para a potencialidade do município em gerir o ensino básico a ser oferecido a toda a população brasileira.

² PLANK, 2001, p.69.

³ PRASEM (Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação), 1999.

Em 1964 o regime militar tomou o poder e afirmou a importância da educação buscando adaptar o sistema educacional aos requisitos do rápido crescimento econômico. O governo militar, segundo Plank (2001, p.71):

Promoveu uma total reorganização da universidade brasileira em 1968 e instituiu grandes reformas organizativas e curriculares nos ensinos primários e secundários em 1971. Entre as mudanças na educação primária e secundária duas vinham sendo buscadas por reformadores desde a década de 20: a extensão da escolarização primária compulsória de quatro para oito anos, com a eliminação do exame de admissão ao curso de ginásio (que posteriormente assumiu a denominação de ensino de 1º grau); e uma tentativa de superar a divisão entre o ensino secundário acadêmico e técnico, através da profissionalização de todo o currículo, visando a expansão da oferta de mão-de-obra de nível médio e a redução da demanda por matrículas na universidade.

O governo militar, juntamente com as reformas da organização do sistema educacional, diminuiu de forma significativa a cota dos governos estaduais e municipais na receita tributária total. Como consequência, houve um rápido decréscimo das cotas de gastos públicos e do Produto Interno Bruto (PIB) investidas em educação, estratégia esta de “subinvestimento”⁴ em educação.

Em 1971, com as reformas educacionais, os estados e municípios passaram a ser os principais responsáveis pela manutenção das escolas de 1º e 2º graus, sem dispor dos recursos financeiros necessários para assumir tal encargo. Com isso, ocorreu a estagnação das taxas de matrícula no ensino fundamental e a deterioração da qualidade do ensino proporcionado pelas escolas públicas. Desta forma, houve um rápido crescimento na matrícula dos estudantes para instituições particulares de ensino superior.

Com a Constituição Federal atual (CF/88), pela primeira vez reconhece-se a autonomia dos sistemas educacionais municipais, os quais deixam de ser “agências subordinadas aos governos estaduais”⁵. Sob a nova Constituição, o direito ao ensino fundamental passa a ser legalmente efetivo, ou em outras palavras, passa a ser direito público subjetivo (art.208). Desta forma, a autoridade competente fica sujeita a crime de responsabilidade pelo não oferecimento ou oferta irregular do ensino fundamental. No entanto, a educação infantil apesar de constituir-se em primeira etapa da educação básica, é facultativa aos interesses da família.

⁴ PLANK, D.N. Política educacional no Brasil: caminhos para a salvação pública, 2001, p.71.

⁵ Idem. p. 72.

Porém, segundo o Plano Nacional de Educação (2001, p.10):

A educação infantil é um direito de toda a criança e uma obrigação do Estado (art.208, IV da CF). A criança não está obrigada a freqüentar uma instituição de educação infantil, mas sempre que sua família deseje ou necessite, o Poder Público tem o dever de atendê-la.

Também com a Constituição Federal de 1988 há a consolidação da autonomia dos municípios, que os institui como entes da Federação, portanto, entes jurídicos com recursos e com responsabilidades próprias, e com liberdade para constituir o seu próprio sistema de ensino.

Segundo esta consideração, há, segundo o PRASEM (1999, p.19-20), seis questões a serem consideradas para que se fortaleça efetivamente a autonomia municipal em matéria de educação:

- 1- A importância da institucionalização do processo de planejamento que assegure a gradativa transformação da rede escolar municipal em sistema municipal de ensino, tendo por base o diagnóstico da respectiva situação histórica, demográfica, administrativa, educacional e econômico-financeira do município;
- 2- O equilibrado processo de descentralização que qualifique os gestores e distribua os recursos, a partir da avaliação da capacidade de atendimento de cada município, considerando as dimensões pedagógica, financeira e administrativa;
- 3- A socialização da gestão educacional com os diversos segmentos da comunidade, pela implementação de espaços de participação, deliberação e co-responsabilidade, como Conselho Municipal de Educação, Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF, Conselho de Alimentação Escolar, conselhos escolares, associações de pais e mestres, grêmios estudantis, etc; somente com a participação da sociedade civil pode proporcionar a continuidade das políticas públicas;
- 4- A necessidade de definir, em cada contexto, as possibilidades e limites da necessária e urgente autonomia da escola, a partir de uma adequada atribuição de competências e de um novo relacionamento entre os sistemas e as respectivas unidades escolares;
- 5- O trabalho conjunto dos municípios no âmbito de sua organização regional e estadual, promovendo-se o intercâmbio, o consórcio entre os de grande e médio portes;
- 6- O regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, como decorrência do prescrito pela Constituição Federal (art.211) e pela LDB (art.8.º), substituindo-se a cultura da municipalização dos encargos e da centralização das decisões, inspiradas em práticas clientelistas e hierarquizadas, por uma competente ação federativa coordenada entre iguais, garantidora da unidade na diversidade e do compartilhamento das responsabilidades.

Ainda na Constituição Federal/88 há a determinação de que a gestão do ensino público deve ser realizada de forma democrática (art.206, VI), porém para a educação infantil, o marco principal, além da Constituição Federal de 1988, foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96). Com essa lei, a educação infantil passa a fazer parte da Educação Básica, constituindo-se em sua primeira etapa, podendo-se também encontrar no artigo 3.º que o ensino será ministrado baseado em princípios, e, entre eles: “gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino” (inciso VIII).

Tendo como base a CF/88 e a LDB/96, o processo de organização dos sistemas municipais de educação, no estado de São Paulo exige que os governos municipais estabeleçam uma política educacional clara e que atenda aos interesses de sua comunidade, articulando-os com os interesses nacionais.

Os municípios têm liberdade (estabelecida em Lei) para organizar de maneira autônoma o seu Sistema Municipal de Ensino ou podem optar ainda, por se integrar ao Sistema Estadual de Ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.⁶

O Conselho Nacional de Educação, no Parecer n.º 05/97 destaca como “saudável inovação”⁷ da Lei n.º 9394/96 a possibilidade de instituição dos sistemas municipais de ensino e refere-se à necessidade de decorrer um período indispensável para a formulação das leis municipais correspondentes, quando o município se decidir pela organização do seu próprio sistema de ensino. Entretanto a LDB não determinou prazo para essa decisão, a qual pode ocorrer em qualquer tempo.⁸

Enquanto isso não ocorrer, as atuais vinculações aos respectivos sistemas de ensino deverão ser mantidas, até que a completa organização tenha ocorrido na jurisdição de cada municipalidade e até que a decisão tenha sido comunicada à Secretaria Estadual de Educação e ao Conselho Estadual de Educação.

A organização e o funcionamento do sistema de ensino pressupõem a existência de um conjunto de normas. Segundo Sari (1999, p.42):

A palavra sistema, de origem grega, significa reunir, ordenar. Sistematizar é, pois, de forma intencional, garantir unidade e coerência ao que é distinto. Por isso, a elaboração de normas para o funcionamento de todos os elementos que integram o Sistema

⁶ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9394 de 20 de dezembro de 1996.

⁷ PRASEM, 1999.

⁸ PRASEM, 1999.

Municipal de Ensino é condição essencial para a construção de sua identidade própria.

Um sistema de ensino requer um plano de educação, de médio e longo prazo, o qual oriente as decisões e as ações de todos os envolvidos no esforço educativo. Este deve ser construído com a participação das escolas e de toda a sociedade.

Ainda na LDB/96, como dito anteriormente, em seu artigo 11, parágrafo único, “Os municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica”. Porém, em qualquer uma das situações, cabe ao Município dar cumprimento à sua responsabilidade constitucional e legal em relação à Educação Infantil⁹.

A instituição do Sistema Municipal de Ensino implica duas importantes incumbências àquelas já assumidas pelos municípios¹⁰:

- A elaboração de normas educacionais complementares para o seu sistema de ensino;
- A autorização, o credenciamento e a supervisão das instituições de ensino municipais de educação básica e privadas de educação infantil.

Para constituir o Sistema Municipal de Educação é preciso primeiramente a composição do Conselho Municipal de Educação e a elaboração do Plano Municipal de Educação.

Entre as providências a serem tomadas em direção à instituição do Sistema Municipal de Ensino e que devem constar do Plano Municipal de Educação, segundo PRASEM (1999, p. 34), são prioritárias:

- a regularização das escolas mantidas pelo município, quanto à situação legal (atos de criação, autorização de funcionamento, aprovação de regimento, etc.) e às condições mínimas de funcionamento;
- a reorganização da rede escolar e nucleação de escolas rurais, com implantação de transporte, se for o caso;
- apoio pedagógico e administrativo às escolas para a elaboração e/ou execução de sua proposta pedagógica e do novo regimento escolar, incentivando a discussão e o aprofundamento das possibilidades introduzidas pela LDB quanto à organização de educação básica e à gestão democrática das escolas;

⁹ ALMEIDA, A.M.P.F.M. A aprendizagem experienciada na práxis político-pedagógica na formação de educadores, tese de livre docência, Unesp - Bauru, 2006.

¹⁰ PRASEM, 1999.

- discussão sistemática com as escolas sobre os resultados do censo educacional e de desempenho escolar (índices de evasão, repetência) e apoio a atividades para reverter o fracasso escolar;
- levantamento da situação de todos os profissionais que integram o quadro de pessoal da educação municipal;
- implementação de uma política de recursos humanos que corrija os desvios e distorções existentes e promova a sua qualificação e aperfeiçoamento;
- elaboração do novo Plano de Carreira e Remuneração do Magistério;
- execução de projetos de titulação de professores leigos, evitando-se a admissão de novos professores não titulados;
- organização ou reorganização do financiamento da educação no âmbito da prefeitura municipal, de acordo com a legislação vigente, especialmente a Constituição Federal e a LDB;
- colaboração com outros municípios, com o estado e com a União.

No que se nota, é possível reafirmar que o Plano Municipal de Educação é um dos elementos constitutivos do Sistema Municipal de Educação, portanto sua efetivação torna-se de suma importância a fim de galgar um passo a mais rumo à constituição deste Sistema. Além disso, o Plano Municipal de Educação deve conter, com a necessária clareza, a proposta educacional do município.

A LDB 9394/96 também determina que os estabelecimentos de ensino deverão elaborar e executar sua proposta pedagógica (art.12). Essa proposta pedagógica ou projeto político-pedagógico deverá ser construído em parceria com os professores, funcionários, pais e comunidade escolar.

Segundo Sari (1999, p.26):

O foco da administração da educação no município deve, pois, centrar-se nas unidades escolares, assegurando-lhes autonomia pedagógica, financeira e administrativa, requisitos fundamentais para que possam construir a sua própria identidade e a sua proposta pedagógica, com a participação da comunidade escolar, democratizando a sua gestão.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9394/96, art.29:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Os municípios, segundo a LDB, art.11, V, incumbir-se-ão de: “oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade o ensino fundamental,

permitida a atuação em outros níveis somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência [...]”.

É importante salientar que a educação infantil em creches e pré-escolas passou a ser a área de atuação para os municípios. A LDB, no art. 89, Das Disposições Transitórias, determinou o prazo de três anos, ou seja, até 1999, para que as creches e pré-escolas existentes ou que viessem a ser criadas, se integrassem ao respectivo sistema de ensino. Caso o Sistema Municipal de Ensino ainda não estivesse instituído, as creches e pré-escolas mantidas e administradas por outros órgãos da prefeitura deveriam se integrar à Rede Municipal.

No Brasil, o atendimento de crianças de zero a seis anos em creches e pré-escolas, constitui direito assegurado pela Constituição Federal de 1988, porém ao longo da constituição da educação infantil, o profissional enfrentou as contradições entre o feminino e o profissional.

Segundo o princípio da maternagem, bastava ser mulher para assumir a educação da criança pequena. Atualmente, com a LDB 9394/96, os profissionais de educação, para poderem atuar na educação básica, deverão “formar-se em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal”¹¹.

Ainda, segundo a LDB, os profissionais da educação ingressarão exclusivamente por concurso público de provas e títulos, fato que promoverá a valorização desses profissionais e a melhoria da qualidade de ensino.

Pode-se notar um avanço em relação ao grau de qualificação profissional dos docentes, pois a partir da LDB de 1996, foi instituída a Década da Educação. Ao seu final somente poderão ser admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.¹²

A formação em nível superior de professores para a atuação multidisciplinar, destinada ao magistério na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, far-se-á preferencialmente em cursos Normais Superiores.¹³

¹¹ LDB 9394/96, art.62.

¹² Idem, art. 87, § 4º

¹³ Decreto 3.276, de 06 de dezembro de 1999, Art.3º, § 2º

Desta forma, com a Constituição de 1988 e da LDB 9394/96, criou-se uma expectativa quanto à melhoria da qualidade educacional bem como da oferta de vagas para o ensino na educação básica.

As crianças de zero a três anos passaram a ter atendimento também pela área da educação, ficando aos cuidados de profissionais com formação específica para a educação infantil, assim como as crianças de quatro a seis anos.

Para entender um pouco mais sobre esta faixa etária, faz-se necessário tecer alguns comentários sobre a educação infantil.

Sobre a Educação Infantil

No Brasil, as primeiras iniciativas voltadas à criança tiveram um caráter higienista, onde o trabalho desenvolvido por médicos e damas beneficentes estava voltado ao combate do alto índice de mortalidade infantil.

As crianças escravas, entre seis a doze anos de idade, começavam a realizar pequenas tarefas diárias como auxiliares. A partir dos doze anos, as crianças eram vistas como adultos, estando aptas tanto para o trabalho como para a vida sexual. As roupas que usavam eram iguais aos dos adultos.

Devido a necessidade em atender aos filhos das mães que trabalhavam na indústria, bem como aos filhos das mães empregadas domésticas, surgiram as creches populares. Da mesma forma se deu o surgimento das creches pela Europa, porém, com a diferença em atender somente aos filhos das mulheres que tinham condições de trabalhar na indústria.

Essas creches brasileiras eram caracterizadas por uma educação assistencial, porém preconceituosa em relação à pobreza e não havia comprometimento quanto à qualidade no atendimento das crianças que lá permaneciam.

As creches populares visavam atender a segurança física da criança e os aspectos alimentares e higiênicos. Eram também conhecidas por “Casa dos Expostos” ou “Roda”¹⁴.

¹⁴ Roda – dispositivo giratório de madeira em forma de cilindro com uma abertura, inserido em uma parede, de modo que, como uma janela, desse acesso à parte interna da instituição ao ser acionado. A criança era depositada no compartimento, e o depositante rodava o cilindro para que a abertura se voltasse para dentro, preservando a identidade do depositante. A Roda funcionou no Rio de Janeiro até 1938. (Couto; Melo, 1998, p.22 in KRAMER, 2005, p.207).

As crianças ali abandonadas eram recolhidas pelas irmãs de caridade, onde recebiam alimentação e cuidados.

Enquanto para as classes desfavorecidas as crianças eram tratadas visando apenas o aspecto assistencial, para as crianças pertencentes às classes favorecidas havia os jardins-de-infância, que funcionavam junto às escolas particulares do Rio de Janeiro e de São Paulo, distinguindo-se das creches e dos asilos dos pobres justamente pelo cunho pedagógico.

Nos anos trinta (30) com o estado do bem estar social e a aceleração dos processos de industrialização e urbanização, manifestaram-se elevados graus de nacionalização das políticas sociais. Surgiram vários órgãos de amparo assistencial e jurídico à criança: em 1940, o Departamento Nacional da Criança; em 1941, o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição; em 1942, a Legião Brasileira de Assistência; em 1946, o UNICEF e em 1953, o Comitê Brasil da Organização Mundial de Educação Pré-Escolar.

O Estado do Bem Estar Social trouxe desenvolvimento e qualidade somente para alguns, pois, infelizmente, as políticas sociais reproduziram o sistema de desigualdades existentes na sociedade. Houve um governo fortemente centralizado política e financeiramente, fragmentação institucional acentuada e a exclusão da participação social e política nas decisões.

Em 1970 ocorreu uma crescente evasão escolar e repetência das crianças. Com isso foi instituída a educação pré-escolar para crianças de quatro a seis anos de idade, com a finalidade de suprir as carências culturais existentes na educação familiar da classe baixa. Essa educação pré-escolar foi chamada de educação compensatória.

Supunha-se que as carências culturais existiam porque as famílias pobres não conseguiam oferecer condições para um bom desenvolvimento escolar, fato que refletia na retenção da criança. Cabia à pré-escola oferecer os requisitos básicos que não foram transmitidos pelo meio social e que seriam necessários para garantir o sucesso escolar dos alunos. Porém, estas escolas não possuíam um caráter formal; não havia contratação de professores qualificados e remuneração digna para a construção de um trabalho pedagógico. A mão-de-obra era muitas vezes formada por voluntários, que desistiam rapidamente do trabalho.

Em contrapartida, as creches particulares desenvolviam atividades educativas, visando os aspectos cognitivos, emocionais e sociais.

Nos anos de 1980, os problemas referentes à educação pré-escolar sofreram a ausência de uma política global e integrada, a falta de coordenação entre programas educacionais e de saúde, a predominância do enfoque preparatório para o primeiro grau, a insuficiência de docentes qualificados e a falta de participação familiar e da sociedade.

A partir da Constituição de 1988, a educação pré-escolar é vista como necessária e de direito de todos, além de obrigação do Estado e deverá ser integrada ao sistema de ensino. Tanto a creche como a pré-escola são incluídas na política educacional, seguindo uma visão pedagógica, complementando a ação da família e não mais assistencialista.

Nesta perspectiva pedagógica, a criança é vista como um ser social, histórico, pertencente a uma determinada classe social e cultural. Assim, rompe com a idéia de educação compensatória, retirando da escola a responsabilidade de resolver os problemas da miséria.

Com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8069/90, os municípios passam a ser responsáveis pela infância e adolescência tendo que criar as diretrizes municipais de atendimento aos direitos da criança e do adolescente e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Em 1996, A Lei de Diretrizes e Bases conceitua a educação infantil como sendo destinada às crianças até seis anos de idade, com objetivos de desenvolver integralmente a criança nos seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais.

Assim, é necessário obter uma pré-escola de qualidade, a qual esteja a serviço das crianças das classes populares bem como das crianças cujos pais desejarem exercer o direito de utilizar o serviço público. Nem depósito, nem provedora de carências, a escola de educação infantil tem uma função que necessita ser explicitada e concretizada, ou seja, a função pedagógica, referindo-se a um trabalho que toma a realidade e os conhecimentos infantis como ponto de partida e os amplia, através de atividades as quais tenham significado para suas vidas e assegurem a aquisição de novos conhecimentos.

Desta forma, as atividades realizadas nesta faixa etária, devem enriquecer as experiências infantis dando-lhes significado para a vida das crianças, favorecendo o processo de alfabetização, possibilitando a apreensão e a compreensão do mundo, bem como a expressão de seus pensamentos.

Deste modo, entende-se que o objetivo da pré-escola não está em preparar a criança para a etapa posterior - ensino fundamental - a fim de garantir o seu sucesso, mas desenvolver integralmente este ser em todos os seus aspectos e de acordo com as suas possibilidades e necessidades cognitivas, respeitando as potencialidades de cada um, assim como, preservando e respeitando a individualidade intelectual da criança.

Para tanto, é necessário que a escola e educadores tenham definido, em conjunto, a respeito da concepção de criança e de mundo que querem formar, e que o trabalho coletivo seja planejado e desenvolvido baseado em teorias educacionais, as quais assegurem confiança e segurança em relação ao referencial teórico, que servirá de base para o desenvolvimento do trabalho educacional e da proposta pedagógica estabelecida pela escola.

Conforme as idéias de Kramer (2005, p. 212), a educação infantil:

Não é preparatória e salvadora das mazelas do ensino fundamental, pois a reprovação, repetência, baixo rendimento são questões a serem solucionadas naquele nível de ensino. Não é também compensatória de carências e déficits, porque as diferenças encontradas entre as crianças de diferentes classes e grupos sociais não são deficiências e, portanto, precisam ser olhadas por uma outra óptica.

Assim, é necessário entender que a escola de educação infantil é um espaço de socialização, de troca, de acesso a novos conhecimentos, de ampliação de suas experiências podendo ser um “caminho para diminuir as desigualdades”¹⁵.

Torna-se necessário, aos profissionais responsáveis pelas políticas públicas de educação infantil e aos profissionais que trabalham com as crianças nesta faixa escolar, o compromisso com a qualidade do ensino e do atendimento deste aluno.

É possível sintetizar que a educação infantil, enquanto primeira etapa da educação básica, se caracteriza por um trabalho pedagógico alicerçado em bases teóricas as quais considerem os aspectos globais do desenvolvimento da criança, que não está solta no mundo, e sim, inserida num contexto histórico, social e cultural.

¹⁵ KRAMER, 2005, p.212.

CAPÍTULO 2 - A ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL (EMEI) “FLORÍPES SILVEIRA DE SOUZA” DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BAURU

2.1 A Rede Municipal de Educação em Bauru

Após desenvolver sobre o tema “sistemas municipais de ensino”, cabe agora, focar como o município de Bauru vem desenvolvendo o processo educacional infantil e público a partir das exigências legais que constam na Constituição/1988 e na LDB/1996.

O município de Bauru ainda não dispõe de estrutura administrativa suficiente para constituir o seu próprio Sistema Municipal de Ensino. Apesar disso, faz-se necessário que o governo municipal tenha compromisso sério e consistente com a educação, o qual envolva todos os agentes interessados, principalmente, as associações de moradores e os profissionais da área da educação.

No que diz respeito à integração da Rede Municipal ao Sistema Estadual de Ensino (situação na qual ainda se encontra a maioria dos municípios brasileiros), vale lembrar que a instituição do Sistema Municipal de Ensino implica o acréscimo de duas importantes incumbências àquelas já assumidas pelos municípios, ou seja, o município, no caso o de Bauru, precisa elaborar as normas educacionais para o seu sistema de ensino e obter a autorização para o credenciamento e a supervisão das instituições de ensino municipais de educação básica e privadas de educação infantil.

Desta forma, o município assume a autonomia normativa estabelecida na LDB, art. 11, assim como os encaminhamentos e os processos educacionais ganharão agilidade, pois deixarão de depender das deliberações do Conselho Estadual de Educação onde tramitam as questões relativas a todas as escolas particulares, a rede estadual e a todas as redes municipais de ensino dos municípios os quais ainda não instituíram os seus sistemas.

Por outro lado, conforme afirma Sari (1999, p.39):

As decisões tomadas no âmbito dos órgãos administrativo e normativo da educação municipal tendem a ser mais adequadas às peculiaridades de cada municipalidade, no que se refere, por exemplo, tanto à autorização para funcionamento de novas instituições de ensino quanto à definição da parte diversificada do currículo escolar. Em síntese, a instituição do Sistema Municipal de

Ensino corresponde à efetiva concretização da autonomia municipal na área da educação, com as correspondentes liberdades e responsabilidades.

A Secretaria Municipal da Educação tem a responsabilidade de administrar a Rede Municipal de Educação, definindo as políticas municipais de educação e estabelecendo por meio do Plano Municipal de Educação quais serão as prioridades e as ações necessárias a fim de equacionar os problemas existentes.

No atual contexto educacional, assim como de acordo com as normas legais, faz-se necessário um novo padrão de gestão. As mudanças a serem implementadas exigem que as equipes gestoras tenham liderança, compromisso, diálogo, transparência, motivação, organização, competência e persistência.

Uma das iniciativas mais importantes para a construção do Sistema Municipal de Educação, passa pela elaboração do Plano Municipal de Educação, o qual só será possível com a colaboração do Conselho Municipal de Educação.

Entre as providências que devem ser tomadas em direção à instituição do Sistema Municipal de Ensino é prioritária a estruturação ou reestruturação da Secretaria Municipal da Educação.

No caso de Bauru, com a posse da Secretária Municipal da Educação em 2005, houve a indicação e posse dos novos membros dos cargos de confiança do quadro de pessoal da Secretaria Municipal da Educação e o Conselho Municipal de Educação foi novamente composto, pois no último ano da gestão anterior ficou inativo.

De acordo com Almeida (2005, p. 175):

O Conselho Municipal de Educação caracteriza-se por ser um órgão representativo da comunidade e mediador entre a sociedade civil e o Poder Executivo local, na discussão, elaboração e implementação da política municipal de educação[...]

O Conselho Municipal de Educação possui a função normativa democrática. Não pode ser o resultado de uma iniciativa meramente formal, pois segundo Almeida (2005, p. 175):

Ele precisa ser resultado de uma efetiva participação de todos os protagonistas da educação escolar, pois tem sob sua responsabilidade um grande leque de atribuições e, entre a mais relevante, a de estabelecer, juntamente com o Executivo Municipal, as políticas educacionais do município.

Em Bauru, o Conselho Municipal de Educação foi criado pelo artigo 117 da Lei Orgânica do Município, é órgão normativo e consultivo do sistema municipal de educação e terá suas atribuições, organização e composição definidas em lei.¹⁶

Porém, se o município renunciar, mesmo temporariamente, a prerrogativa de criar o sistema municipal, e optar pela integração ao Sistema Estadual de Ensino, continua obrigado a manter seu compromisso com a oferta de educação escolar, devendo destinar, no mínimo, 25% de sua receita de impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino. Portanto, deve manter uma Rede própria de escolas e o Conselho Municipal de Educação. Se este existir, não será normativo, porque o município abre mão de parte de sua autonomia, ficando mantida sua vinculação normativa ao Sistema Estadual de Ensino, ou seja, a educação municipal permanecerá submetida às normas e à supervisão do sistema de ensino do respectivo estado.¹⁷ Esta é a realidade no município de Bauru.

A Lei Orgânica do Município de Bauru (1990), em seu artigo 116 estabelece que:

O Plano Municipal de Educação, de duração plurianual, estabelecido em lei, em consonância com o Plano Nacional e Estadual, é de responsabilidade do Poder Executivo, elaborado sob a coordenação da Secretaria Municipal da Educação, consultada a comunidade educacional e a Câmara dos Vereadores, a partir de diagnóstico das necessidades levantadas.

Embora o Plano Municipal de Educação em Bauru ainda não seja realidade, há um aceno de boas intenções na sua elaboração por parte dos membros participantes do Conselho Municipal de Educação, com reuniões para estudos e discussões pertinentes ao tema, conforme as informações da Sra. Secretária Municipal da Educação durante a Semana da Educação, no mês de outubro de 2006.¹⁸

Segundo Almeida (2005, p.167):

Na medida em que o Sistema Municipal de Educação estiver sido constituído, o Plano Municipal de Educação deve estar contemplando o conjunto da educação na abrangência do município, através das

¹⁶ Lei Orgânica do Município de Bauru, Seção I - da Educação, art.117.

¹⁷ PRASEM, 1999, p.24.

¹⁸ No município de Bauru é realizada a Semana da Educação durante o mês de outubro em comemoração ao "Dia do Professor". Em 2006 foi realizada a VI Semana da Educação com o tema: "Alfabetizar... o exercício de ler a vida".

modalidades de ensino, necessariamente as voltadas à educação infantil e, ao mesmo tempo, deve estar abrindo ampla discussão sobre uma política educacional e acerca de uma proposta clara de educação.

Porém, ainda segundo a autora (2005, p. 167-168):

O Plano Municipal de Educação não poderá se constituir em uma iniciativa meramente formal para atender a uma exigência dos marcos legais que regem o tema. A elaboração desse Plano deve acontecer em um contexto de ampla mobilização da sociedade civil, com vistas a uma efetiva participação de todos os personagens (professores, pais, alunos, funcionários, etc) da educação escolar e em todas as suas dimensões (educação de jovens e adultos, educação especial, iniciativas de educação não formal, etc).

Cabe ao Conselho Municipal de Educação, principalmente o acompanhamento e o controle social das ações do poder público na área educacional.

Atualmente (2007), as políticas públicas educacionais são definidas em consonância com o Plano Nacional de Educação, uma vez que o município ainda não possui o Plano Municipal de Educação; porém, possui um histórico evolutivo sobre a construção do processo educacional na cidade.

É possível conhecer esse processo de construção da educação pública em Bauru, uma vez que, a primeira preocupação do Município em relação ao ensino data de 1912 e está escrita na Ata da Câmara Municipal de outubro deste mesmo ano. Através da lei o ensino primário municipal tornou-se obrigatório e criou-se três espécies de estabelecimentos: as escolas ambulantes, as escolas provisórias e as escolas permanentes. Esse ensino preliminar era destinado às escolas de ambos os sexos, a contar de sete anos de idade e deveria ter a duração de quatro anos, destinando um tempo de cinco horas de aulas diárias, com meia hora de recreio.

As classes eram atribuídas pelo período de um ano aos melhores alunos formandos do Curso Normal (em âmbito Estadual) para que lecionassem. Entretanto, no ano seguinte, esse desempenho profissional, bem como o tempo de serviço trabalhado, não contavam. Posteriormente instituiu-se o sistema de “pontos”, que eram atribuídos aos professores que lecionavam em escolas rurais e na educação de adultos e a somatória desses pontos daria condições, mais tarde, de o professor assumir uma classe em definitivo.

A remuneração do professor era muito boa e no final da década de 1930 a remuneração do professor municipal passou a ser melhor do que a do professor estadual, principalmente porque as férias, no município, eram remuneradas.

Algumas vezes acontecia também “apadrinhamento” político para o ingresso em determinada classe ou grupo escolar.

Inicialmente, como as classes eram isoladas, todo o trabalho de infraestrutura administrativa não existia. Quem fazia o elo de ligação entre a administração distante e a escola era o Inspetor, que também realizava as reuniões mensais, a avaliação dos diários de classes, os resumos mensais e as matrículas.

Existia uma “supervisão” do ensino, também feita pelo Inspetor Escolar, que exercia mais a função de fiscalizador. A avaliação na zona rural, nas classes isoladas e nos grupos escolares também era feita por eles. As provas vinham lacradas, eram únicas e eram aplicadas e corrigidas por eles. Essas visitas de fiscalização eram mensais.

As escolas rurais ou classes isoladas tinham um grande relacionamento com a comunidade, que cultuavam com festas, as datas comemorativas. Havia também, preocupações com o ensino e as escolas eram, na maioria das vezes, construídas por pessoas ou grupos da comunidade. Principalmente na zona rural, a comunidade japonesa preocupava-se com o ensino sistemático e com o ensino de sua própria língua.

Os donos da fazenda onde se encontravam as classes isoladas colaboravam muitas vezes com o material do aluno carente.

Não havia serventes nem merendeiras. Tudo ficava a cargo das professoras das classes isoladas. Na época de colheita na zona rural, os alunos não compareciam à escola e cabia a professora ir à casa dos alunos para conscientizá-los e a seus pais sobre a necessidade e importância de retornarem às aulas.

Havia uma rigidez muito grande em relação ao cumprimento do horário para o professor e ao mesmo tempo, havia falta de ônibus, o que dificultava em muito o deslocamento do profissional.

As classes eram muito numerosas, em torno de quarenta e cinco alunos, várias séries diferentes funcionavam na mesma classe. O professor levava muito trabalho para casa. Cabia ao professor, também abrir, fechar e limpar a escola.

Em 1941, o então prefeito de Bauru, Ernesto Monte, pleiteou uma escola agrícola para a cidade. A escola “Gustavo Capanema”, à época ministro da

Educação, tinha por objetivo ministrar o ensino prático e gratuito da ciência agrícola, mecanização, visando à formação de trabalhadores rurais e capatazes. A escola, dirigida pelo engenheiro agrônomo Federico Miranda Schimidh chegou a ter 400 alunos.

Na Segunda Guerra Mundial a escola foi requisitada para abrigar os prisioneiros, tripulantes de navios italianos e alemães, detidos no Porto de Santos. Em 1954, Jânio Quadros transformou a escola agrícola em Instituto Penal Agrícola (IPA), o qual funciona até os dias atuais.

O ensino municipal de 1º grau organizou-se inicialmente sob a forma de classes isoladas (rurais e urbanas) como fora dito e em 1954 passou a se organizar como escolas conveniadas, isto é, escolas paroquiais. Através de convênios firmados entre a Igreja e a Prefeitura Municipal de Bauru, as escolas eram criadas e administradas da seguinte forma: os professores eram indicados pelo diretor da escola ou pela igreja para exercerem o magistério naquelas escolas.

O prédio e a direção eram da Igreja. A Prefeitura nomeava os professores, mas repassava uma verba para a mantenedora, que ficava responsável pelo pagamento dos professores e pelos demais gastos de manutenção. Desta forma, a orientação educacional era, predominantemente, deixada sob a responsabilidade da Igreja Católica.

As classes especiais para Deficiente Mental (DM) foram criadas por Lei Estadual em 1958. Bauru instalou suas classes e, em 1968, o município de Bauru começou também a investir na Educação Especial.

Na década de 1950 já existiam faculdades em Bauru: a Faculdade de Direito da Instituição Toledo de Ensino (ITE) e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Sagrado Coração de Jesus”, hoje, Universidade do Sagrado Coração (USC).

Em 1962, instalou-se em Bauru a Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo. Em 1967 criou-se a Fundação Educacional de Bauru, mantenedora da Escola de Engenharia – sua primeira Faculdade - e do Colégio Técnico Industrial.

A Fundação Educacional de Bauru era uma fundação municipal. Recebia, no início, verbas municipais e foi criada e instalada na gestão do Prefeito Dr. Nuno de Assis. Ainda nesse período já existiam as escolas de aprendizagem profissional como o SENAI e o SENAC.

2.2 A Educação Infantil em Bauru

Em 1956, durante a administração de Nicola Avallone Júnior, nasceu o primeiro Parque Infantil, denominado “Stélio Machado Loureiro”. Posteriormente criaram-se os seguintes parques infantis: Lions (1957), Manoel Brandão (1957), Pinóquio (1958) e Jaty (1969).

A função do parque infantil era recreacionista e assistencialista, atendendo uma clientela de 3 a 12 anos de idade, sendo que dos 7 aos 12 anos era considerado como programa de assistência ao escolar. Os parques infantis nasceram e cresceram orientados pelo Departamento de Educação Física e Esportes (DEFE), tanto em relação ao material didático quanto em relação aos concursos e treinamentos de professores.

O DEFE, criado em 1954 e subordinado ao órgão estadual da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, tinha por atribuição organizar, orientar, difundir e fiscalizar com exclusividade a prática da Educação Física, dos Esportes e da Recreação em todos os estabelecimentos de ensino oficiais ou particulares de qualquer ramo ou grau. Devia ainda, promover o aperfeiçoamento dos professores. Mantinha também um Serviço de Recreação, destinado a estimular, criar e orientar recantos, parques infantis e centros de recreação, coordenando iniciativas oficiais e particulares nesse sentido.

O que se encontrava na Educação Infantil nos anos 1970, era uma média de oito escolas, as quais eram denominadas Parques Infantis, devido ao seu caráter recreativo que o DEFE consolidava através de sua ação na prática docente dos professores da escola pública. Mais tarde, os Parques Infantis passaram a ser denominados como Centros de Educação e Recreação (CER), que por sua vez pôde abarcar a preocupação do regime vigente em criar “cidadãos para a Pátria”, mais preocupados com os aspectos físicos do que cognitivos, e em janeiro de 1987 os CERs passaram a ser denominados como Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI), nome que perdura até os dias atuais.

O andamento interno da escola, ainda nos anos 1970, era regido por um calendário não oficial, não padronizado entre as escolas de educação infantil. Cada escola seguia o seu próprio ritmo, tendo apenas como referência em comum, as datas comemorativas.

Essas datas exerciam presença marcada no cotidiano da prática pedagógica, principalmente nas escolas de educação infantil. Historicamente parecem representar uma estratégia de aproximação da comunidade com as escolas, bem como meio de complementação financeira, ou única forma de arrecadação financeira para aquisição de materiais.

Normalmente mobilizavam quase todos os profissionais e por vezes a comunidade da escola, transformando o andamento pedagógico. As datas comemorativas permearam durante muito tempo as diretrizes das atividades realizadas na educação infantil, substituindo por vezes, conteúdos mais específicos dos currículos, merecendo hoje, uma reflexão e um repensar dessas práticas.

Os professores faziam visita mensal aos alunos para conter a evasão, manter o relacionamento com a família e consolidar dessa forma esse tipo de escola. Em 1969 surgiu a nova estruturação da educação municipal, com o Secretário da Educação - Prof. José Benedito Pinto - e duas supervisoras: uma de pré-escola e outra de primeiro grau.

Nos parques infantis havia aulas inclusive aos sábados. A partir de 1970, os sábados foram destinados ao planejamento de atividades e estudos. Os relatórios dos professores eram diários, sobre as atividades desenvolvidas. Havia a Assistente Pedagógica, cuja função era auxiliar os professores na elaboração de planos de aula e outros materiais.

Na década de 1980, houve a expansão da Rede Municipal e com ela a preocupação pedagógica a qual acompanhou essa expansão. Surgiram as medidas de caráter reflexivo sobre as práticas pedagógicas no interior das escolas, como é o caso da Proposta Curricular de Educação Infantil (1986) e definições de diretrizes de uma Política Educacional para o Município, tendo como objetivo proporcionar o desenvolvimento global e harmônico da criança.

Os anos de 1980 marcaram um aparente avanço no processo de estruturação e reflexão dos pressupostos que orientavam a educação municipal. O País passou por um processo de releitura democrática, de reestruturação da vida social e política, com o resgate dos direitos pela sociedade civil e apresentou a possibilidade de rever a atuação dos profissionais da educação que, mais do que possível, era necessária.

Gradativamente, a estruturação do ensino municipal apresentou avanços no sentido de orientações pedagógicas, de preocupações com a fundamentação teórica, a qual desse suporte à prática nas escolas.

A proposta pedagógica divulgada em 1987 foi a primeira iniciativa da Secretaria Municipal de Educação, enquanto documento oficial que norteasse a prática pedagógica dos professores de Educação Infantil. Esta proposta foi elaborada por diretores da Rede Municipal e psicólogas, porém não houve a participação dos professores.

Quanto aos intelectuais que influenciaram a prática educacional da Rede Municipal, havia os nomes de Piaget, Maria Montessori, Ana Maria Popovic, Freinet entre outros. Esses pensadores, em determinado período e espaço de tempo, puderam ser pensados e refletidos em relação a teoria por eles construída, através dos profissionais envolvidos com a educação.

No que diz respeito às Escolas Municipais de Educação Infantil (Emeis), as primeiras influências vieram com a concepção de valorização da leitura e escrita e do objetivo de treinar leitores e escritores, segundo um código lingüístico formal. Nesse âmbito, as cartilhas tiveram um papel significativo através de exercícios de coordenação motora e treino de famílias silábicas, como o trabalho da autora Ana Maria Popovic, que se imaginava o mais adequado para aquele momento.

Na trajetória da Educação Infantil, a busca pela identidade para a clientela atendida, crianças de 3 a 6 anos e para os professores que trabalham com essa faixa etária denotava as influências através da procura por teóricos que possibilitassem a sustentação dessa identidade. Um exemplo claro: o conceito de pré-escolar, ou seja, aquele que prepara para uma etapa, mas não tem uma identidade em si, uma finalidade escolar, que é apenas o período preparatório, foi substituído por Ensino de Educação Infantil. Essa mudança de conceito pode revelar uma conquista de identidade para os profissionais que buscaram por esse objetivo.

Ao longo dos anos, pôde-se construir os caminhos para a viabilização da reformulação da proposta pedagógica, o que ocorreu através de cursos, oficinas, palestras, grupo de estudos, entre outros. Paralelas a essas ações foram criadas comissões e subcomissões responsáveis pela discussão, estudo e elaboração dos pressupostos teóricos das diversas áreas do conhecimento.

As comissões foram compostas por professores, diretores, especialistas e equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação. A proposta foi implantada

em julho de 1996. Em 1998, as escolas municipais de Bauru receberam o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCN)¹⁹.

O Referencial deveria servir de guia de reflexão educacional sobre os objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuassem com crianças de zero a seis anos de idade. O MEC colocou um exemplar desse documento à disposição de cada profissional de educação infantil a fim de garantir sua utilização e manuseio.

Em 2000, especialistas da Educação Infantil e do Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal da Educação fizeram estudos e reflexões sobre a Proposta Pedagógica do Município de Bauru e sobre o Referencial Curricular dos quais surgiu um novo documento, intitulado de Subsídio Curricular para a Educação Infantil.

Esse documento seguiu o modelo dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, por Área de Conhecimento, ou seja, Linguagem Oral e Escrita, Matemática, Movimento, Música, Artes Visuais, Identidade e Autonomia e Natureza e Sociedade.

No ano de 2006, a Secretaria Municipal da Educação foi responsável por 60 (sessenta) Unidades de Educação Infantil entre Emei (Escola Municipal de Educação Infantil) e Emeei (Escola Municipal de Educação Infantil Integrada - antigas creches). No mês de setembro do mesmo ano foram atendidas 482 (quatrocentos e oitenta e duas) turmas, entre mini-maternal à pré e 12.531 (doze mil, quinhentos e trinta e um) alunos com idade entre dois a seis anos.

Os professores da Rede Municipal de Educação têm a incumbência de planejar, elaborar projetos, cooperar para o bom andamento da escola, zelar e educar os alunos e orientar os pais.

Os alunos são agrupados em turma de Maternal (3 anos), Jardim I (4 anos), Jardim II (5 anos) e Pré (6 anos).²⁰

As matrículas são efetuadas mediante apresentação da certidão de nascimento e da carteira de vacinação, em qualquer período do ano, desde que haja vagas.²¹

¹⁹ BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Brasília, 1998, 3 v.

²⁰ Regimento Escolar das Escolas Municipais de Bauru, artigo 94, 1997.

²¹ Regimento Escolar das Escolas Municipais de Bauru, artigo 94, 1997, §§ 1º e 2º

Não havendo a possibilidade de apresentação da certidão de nascimento, as Emeis e Emeis não poderão recusar as matrículas.²²

Em relação às normas e apoios disciplinares, a organização disciplinar da Unidade Escolar tem como base as exigências legais contidas no Estatuto do Servidor Público Municipal, Estatuto do Magistério, Regimento das Escolas Municipais, Plano de Cargos e Salários, Decreto de Atividade Extraclasse e Circulares oriundas da Secretaria da Educação às Unidades Escolares.

A avaliação dos alunos na Educação Infantil é realizada conforme estabelece a LDB/96, ou seja, “mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”.²³

Como é possível perceber, as escolas municipais de educação infantil, possuem o mesmo Regimento Escolar, o qual data de 1997. Todas as unidades escolares estão submetidas ao mesmo documento, uma vez que ainda não possuem o projeto político-pedagógico, que sustentará o princípio da autonomia das escolas.

Necessário é também, lembrar que o município de Bauru ainda não possui o Plano Municipal de Educação, o qual definirá as diretrizes, as quais servirão de referência de apoio as escolas.

Desta forma, a unidade escolar “Florípes Silveira de Souza” acompanha as diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Educação, as normas contidas no Regimento das Escolas Municipais de Educação Infantil do município e as orientações provenientes da Secretaria Municipal da Educação.

A nomeação para o cargo de Diretora Municipal de Educação Infantil

Em vinte e oito de setembro do ano de dois mil e quatro, após quinze anos consecutivos de trabalho pedagógico como Professora Municipal de Educação Infantil no Município de Bauru, ingressei no cargo de Diretora Municipal de Educação Infantil²⁴, após ter sido aprovada no concurso de acesso²⁵ realizado no mesmo ano.

²² Idem art. 95, § 2º

²³ LDB 9394/96, art.31

²⁴ A partir de 28/09/2004, portaria nº 2709/04 exonera/nomeia Marta Maria Toledo Teixeira Evangelista, R.G. 13.908.336, a pedido por alteração do cargo efetivo de Prof. de Ensino Infantil II e nomeia concomitantemente no cargo de Diretor de Escola de Educação Infantil, conforme acesso.

²⁵ Passagem de um cargo para outro de referência imediatamente superior na respectiva série (Lei do Regime Jurídico Único do Município de Bauru).

A referida decisão teve como ponto de partida o desejo de dirigir e coordenar uma equipe onde fosse possível construir efetivamente um trabalho pedagógico embasado em concepções as quais preconizavam a democracia, a igualdade de direitos, a participação dos membros da Unidade Escolar, dos pais dos alunos e da comunidade onde a escola estava inserida.

Os conceitos e as concepções sobre a criança e mundo foram sendo adquiridos ao longo dos anos de experiência profissional, através de estudos, leituras, bem como com as disciplinas cursadas no Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração: Políticas Públicas e Administração da Educação Brasileira, no Curso de Mestrado, o qual havia sido iniciado em fevereiro de dois mil e quatro (2004) e muito contribuiu para a reflexão sobre a prática pedagógica que tinha sido realizada.

Por acreditar que fosse possível trabalhar em equipe de forma democrática e participativa, onde os membros possuíssem o mesmo poder na tomada de decisões, foi que me enveredei ao encontro do desafio de assumir o cargo de Diretora de Escola.

Imaginava que não seria um trabalho fácil a ser desenvolvido, mas também acreditava que apesar das dificuldades e dos obstáculos que fossem aparecendo, seria possível desenvolver um trabalho pedagógico embasado nos ideais de democracia e participação que tanto acreditei durante esses anos de estudo e trabalho profissional em educação.

Funcionária pública municipal desde 1990, como professora efetiva de educação infantil, conhecia um pouco sobre a realidade escolar da Rede Municipal de Educação de Bauru; assim, quando iniciei no cargo de diretora de escola de educação infantil, necessitava conhecer a realidade daquela unidade escolar na qual estava ingressando a fim de começar um trabalho pedagógico-administrativo com a equipe.

Por experiência, e também por ter tido acesso ao trabalho de pesquisa realizado pela Professora Doutora Ana Maria da Palma Freire de Almeida, cujo projeto denominou-se “Organização dos Sistemas Municipais de Educação no Estado de São Paulo: Novas Possibilidades na Gestão das Políticas Públicas”, foi possível constatar a hipótese que havia sido levantada por mim anteriormente, ou seja, que a Secretaria Municipal da Educação de Bauru não possuía um Projeto Político-

Pedagógico e conseqüentemente, segundo o relatório²⁶, as escolas municipais não possuíam uma proposta pedagógica unificada e articulada, a qual pudesse conduzir a um trabalho coletivo onde os envolvidos no processo educacional pudessem participar da construção do referido Projeto na unidade escolar.

Diante desta constatação efetiva, e como diretora da Escola Municipal de Educação Infantil (Emei) “Florípes Silveira de Souza”, senti-me no direito e mais do que isto, no dever de contribuir com a equipe, assessorar os estudos com textos de autores escolhidos em consonância tanto com o período de estudos como com a capacidade de compreensão do grupo em determinado momento, e assim colaborar e participar da elaboração do Projeto Político-Pedagógico na referida Emei.

Neste momento, faz-se necessário esclarecer a respeito do Concurso de Acesso realizado pela Administração Municipal de Bauru para o cargo de Diretora de Escola.

Segundo o Estatuto do Magistério Municipal de Bauru²⁷ (1985), as carreiras do quadro do Magistério Municipal são constituídas de docentes e especialistas. Aos docentes integram-se os professores I (substitutos) e II (efetivos) de todas as modalidades, ou seja, Educação Infantil, Educação Fundamental, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos e, o professor III, o qual ministra aulas de quinta a oitava série nas matérias específicas. Aos especialistas integram-se os Diretores de Educação Infantil, os Diretores do Ensino Fundamental e os Coordenadores de Área.

O ingresso na carreira do Magistério ocorrerá após a habilitação em concurso público de provas e títulos. O capítulo V, artigo 38, do Estatuto do Magistério Municipal institui o concurso de acesso, o qual será precedido de provas e títulos, para Diretor de Escola de Educação Infantil e Diretor de Escola de Ensino Fundamental.

A LDB 9394/96, em seu artigo 67, inciso I, prevê que o ingresso na carreira do magistério público deverá ocorrer exclusivamente por concurso público de provas e títulos. Porém, o Estatuto do Magistério Municipal de Bauru, como é possível detectar, é anterior tanto à Constituição de 1988 assim como da LDB de 1996.

²⁶ ALMEIDA, A.M.P.F., Relatório fase II, Organização dos Sistemas Municipais de Educação no Estado de São Paulo: novas possibilidades na gestão de políticas públicas, 2003.

²⁷ Lei nº 2636 de 30 de dezembro de 1985 - dispõe sobre a reforma do Estatuto do Magistério Municipal de Bauru.

O edital do concurso de acesso para diretor de escola municipal tornava o concurso de acesso com provas classificatórias, o que em tese, feria o artigo 14 do Estatuto do Magistério Municipal de Bauru, que prevê:

Os candidatos serão avaliados dentro de uma escala de 0 a 10, sendo aprovados aqueles que obtiveram média final igual ou superior a 5 (cinco)[...] e, “serão reprovados os candidatos que obtiverem em qualquer uma das provas nota inferior a 4 (quatro).

Houve candidatas que obtiveram nota inferior ao estabelecido no presente estatuto, e mesmo assim, devido ao tempo de serviço, foram classificadas com vantagem sobre outras que obtiveram notas melhores. Por estas e outras razões, o concurso de acesso realizado em 2004 para o provimento do cargo de diretor de escola está “sub júdice” até o presente momento (2007), pois algumas candidatas se sentiram lesadas, já que o edital do concurso previa que além das provas terem somente valor classificatório, também seria realizada a contagem de tempo de serviço com o mesmo valor na pontuação final, ou seja, cada ano trabalhado equivaleria a 1,0 (um) ponto na contagem.

Na prática, este concurso de acesso causou muita revolta entre as candidatas que obtiveram média nas provas, porém não tiveram boa classificação final, pois a contagem do tempo de serviço prejudicou-as fazendo com que a classificação destas fosse rebaixada, e desta forma, não puderam ingressar porque as vagas foram preenchidas por ordem de classificação geral do concurso. Algumas recorreram à Justiça, solicitando o cancelamento do concurso ou sua reclassificação por notas, onde a causa está em julgamento até os dias atuais (2007), mais de dois anos após a nomeação para o cargo de diretor de escola.

Apesar de também ter sido prejudicada neste sentido, pois a minha classificação através da nota seria 6.º lugar e com a contagem do tempo de serviço passei para o 20.º lugar, consegui escolher uma escola e ingressar como diretora de escola de educação infantil, pois havia 25 vagas. Estou na direção desta escola, ou seja, na Emei “Florípes Silveira de Souza” desde 28 de setembro de 2004.



Escola Municipal de Educação Infantil (Emei) "Florípes Silveira de Souza"

2.3 A Escola Municipal de Educação Infantil (Emei) "Florípes Silveira de Souza"

Em 21 de outubro de 1989 foi inaugurada a Nucleação de Educação Infantil "Professora Florípes Silveira de Souza", composta por dois prédios cedidos pela Companhia de Habitação Popular de Bauru (COHAB), adaptados pela Prefeitura Municipal de Bauru às necessidades de funcionamento. Estava localizada à Rua Arnaldo Miraglia, nº 5-172 no núcleo habitacional "Edson Francisco da Silva".

Em 1992, passou a funcionar em prédio próprio (foto acima) construído pela Prefeitura Municipal de Bauru, localizado à Rua João Guedes nº 1-80 no núcleo Edson Francisco da Silva (Bauru XVI), onde se encontra até os dias atuais (2007).

A comunidade do bairro onde a Unidade Escolar está inserida é de classe média baixa, porém a clientela escolar provém de bairros de classe baixa, tais como Jardim Eldorado, Nova Esperança, Val de Palmas e do próprio núcleo habitacional.

O núcleo habitacional "Edson Francisco da Silva" é residencial e dispõe de amplo setor comercial em toda a sua extensão, o qual oferece serviços de bares, supermercados, padarias, farmácias, feira livre, papelaria, lojas de R\$ 1,99 e várias lojas nos ramos de confecções, calçados, perfumarias, sorveterias, entre outras.

O serviço de educação pública é prestado através de Escolas Estaduais e Municipais no Ensino Fundamental e em Escolas Municipais na Educação Infantil. Há também o posto de Saúde Pública Municipal.

O bairro dispõe de Centro Comunitário, praças e igrejas de várias tendências religiosas.

Profissionalmente, a comunidade de pais de alunos é constituída de:

- ✓ 33% profissionais liberais,
- ✓ 20% comerciários,
- ✓ 5% comerciantes,
- ✓ 2% vidraceiros,
- ✓ 2% pedreiros,
- ✓ 20% desempregados que sobrevivem do trabalho informal,
- ✓ 18% outras profissões.

Atualmente (2007) o bairro enfrenta problemas principalmente relacionados à segurança. Aos finais de semana, em sua maioria, a escola é invadida por pessoas que adentram ao local e a danificam, com pichamentos, quebra de vidros das janelas, depredação do jardim, entre outras coisas desagradáveis que poderiam não ocorrer, caso houvesse a conscientização da importância da escola, como sendo um bem público para o bairro. Também em janeiro deste mesmo ano foram furtadas da escola durante a madrugada: uma TV 29 polegadas, um DVD, um vídeo-cassete, um ventilador, um telefone e um computador completo com impressora.

A estrutura física da Unidade Escolar necessita de reformas e ampliações já solicitadas à Secretaria Municipal da Educação, pois a escola é coberta com telhas do tipo “canaletão”. Durante o verão, o calor é insuportável e quando chove, há muitas goteiras as quais impedem o uso de duas salas de aula. Na cozinha também há telhas quebradas e com vazamentos devido aos parafusos colocados com o objetivo de fixar as mesmas.

Na cozinha, nos banheiros dos alunos bem como dos funcionários não há azulejos nas paredes nem pisos compatíveis com a higiene do local. Várias vistorias foram realizadas por técnicos da Prefeitura Municipal de Bauru, porém não houve solução até o presente momento, embora esteja em andamento o processo (3792/05) de reforma do prédio desde o início de 2005.

O prédio da Unidade Escolar consta de:

- ✓ 03 salas de aula,
- ✓ 01 sala de diretoria,

- ✓ 01 sala de professores,
- ✓ 01 cozinha,
- ✓ 01 despensa,
- ✓ 01 consultório odontológico,
- ✓ 03 banheiros para adultos,
- ✓ 02 banheiros infantis com 03 sanitários cada,
- ✓ 01 sala para guardar os materiais didáticos e pedagógicos,
- ✓ 01 almoxarifado,
- ✓ 01 pátio coberto.

A área livre contém:

- ✓ 01 quiosque,
- ✓ 02 escorregadores,
- ✓ 01 ponte pênsil,
- ✓ 01 gira-gira,
- ✓ 01 trepa-trepa,
- ✓ 06 balanços,
- ✓ 04 gangorras,
- ✓ 01 tanque de areia.

Quanto aos Recursos Humanos, a escola possui:

- ✓ 01 diretora,
- ✓ 07 professoras efetivas de Educação Infantil,
- ✓ 01 professora substituta de Educação Infantil
- ✓ 02 serventes,
- ✓ 02 merendeiras,
- ✓ 02 merendeiras readaptadas na função de auxiliar administrativo com restrição²⁸,
- ✓ 01 dentista,
- ✓ 01 auxiliar de dentista.

A formação profissional dos funcionários que atuam na unidade escolar.

- ✓ Diretora - graduação em Serviço Social e Pedagogia. Mestranda em Educação pela Unesp – Marília em Políticas Públicas Educacionais,
- ✓ Duas professoras - graduadas em Pedagogia,
- ✓ Uma professora - graduada em Artes Plásticas,
- ✓ Quatro professoras - com formação em Magistério,
- ✓ Uma professora substituta com Magistério,
- ✓ Uma servente - cursou o ensino médio,

²⁸ As duas auxiliares administrativas com restrição eram merendeiras e por motivo de lesão por esforços repetitivos (LER) foram readaptadas na função administrativa. Atualmente elas exercem atividades recomendadas pelo médico perito da Seção de Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT – da Prefeitura Municipal de Bauru. Estas atividades constam no processo de readaptação de cada uma delas; entre elas, há a responsabilidade no controle de entrada e saída dos alunos, preenchimento de fichas de matrícula, controle do estoque dos materiais de limpeza, organização do almoxarifado de materiais pedagógicos, entre outras.

- ✓ Uma servente - está cursando Pedagogia,
- ✓ Uma auxiliar administrativa (com restrição) - cursou o ensino médio,
- ✓ Uma auxiliar administrativa (com restrição) - cursou o ensino fundamental,
- ✓ As merendeiras - cursaram o ensino fundamental,
- ✓ Auxiliar de dentista - graduação em Serviço Social,
- ✓ Dentista - graduada em Odontologia com especialização.

O horário de funcionamento da escola é das 7h às 18h. Eu, diretora trabalho oito horas diárias, das 7h30min às 11h30min e das 13h às 17h. As professoras do período da manhã trabalham das 7h30min às 11h30min e as do período da tarde trabalham das 13h às 17h. As duas merendeiras cumprem oito horas diárias, das 7h às 11h30min e das 13h às 16h30min. As duas serventes, também com jornada diária de oito horas, trabalham de forma alternada, um dia, uma no horário das 7h às 11h e das 12h às 16h e a outra das 9h às 12h e das 13h às 18h, no outro dia trocam os horários e assim sucessivamente, visando não deixar a escola desamparada da profissional.

Os vigias entram às 18h e saem às 6h, quando estão disponíveis à unidade escolar, pois a Secretaria Municipal da Administração de Bauru contratou uma empresa de Alarmes e Monitoria e com essa ação, retirou os vigias das escolas. Porém na Emei “Florípes”, como o telhado não possui forro, os pássaros e pequenos animais adentram nas salas, o sensor capta a presença dos mesmos e o alarme dispara. Esse fato acontece à noite, de madrugada e aos finais de semana.

Os moradores vizinhos à escola reclamaram bastante sobre este incidente e, após inúmeras reuniões com as Diretoras de Divisão do Departamento de Educação Infantil, com a Secretária Municipal da Educação e com o responsável pela zeladoria municipal; o alarme foi temporariamente desligado e foram disponibilizados dois vigias, que se revezam, na unidade escolar durante o período noturno e aos finais de semana. Desta forma, os moradores não são incomodados pelo barulho ensurdecedor do alarme.

Essa ação deverá permanecer até que a Prefeitura Municipal de Bauru, através da Secretaria Municipal da Educação e Secretaria Municipal de Obras possam realizar a reforma na escola, tão almejada por todos nós funcionários, alunos e seus pais.

Nessa Unidade Escolar estudada, ou seja, na Escola Municipal de Educação Infantil (Emei) “Florípes Silveira de Souza”, não são atendidas crianças

entre zero e dois anos de idade, pois estas são matriculadas em creches conveniadas com a prefeitura ou em Escolas Municipais de Educação Infantil Integradas (Emeiis), que eram as denominadas creches e com a LDB/96, em 2004 passaram a fazer parte da Secretaria Municipal da Educação e não mais da Secretaria Municipal do Bem-Estar Social (SEBES).

Os alunos do período da manhã freqüentam das 8h às 11h15min e os alunos do período da tarde freqüentam das 13h30min às 16h45min.

Algumas professoras trabalham no período contrário ao da docência, na Atividade Extraclasse (AEC), que é um direito de escolha para as professoras efetivas que possuem mais de cinco anos de efetivo serviço no Magistério Público Municipal.

Segundo o Decreto nº 6692/93, Art.2º:

Entende-se por atividades escolares extraclasse as atividades desempenhadas pelo docente nas unidades escolares municipais, necessárias para sua complementação pedagógica, para assistência didática ao escolar e para atendimento aos pais ou responsáveis pelos alunos.

Essa complementação pedagógica deverá compreender leituras, pesquisas bibliográficas, participação em cursos de aperfeiçoamento e especialização e nos projetos desenvolvidos tanto pela Unidade Escolar como pela Secretaria Municipal da Educação.

A atividade extraclasse é dividida em quatro níveis modulares, com as horas semanais correspondentes, assim distribuídas:

- ✓ O professor com cinco a dez anos de exercício fará o nível "A" – uma hora diária, com acréscimo de 25% sobre o seu padrão de vencimentos,
- ✓ O professor com dez a quinze anos de exercício fará o nível "B" – duas horas diárias, com acréscimo de 50 % sobre o seu padrão de vencimentos,
- ✓ O professor com quinze a vinte anos de exercício fará o nível "C" - três horas diárias, com acréscimo de 75% sobre o seu padrão de vencimentos,
- ✓ O professor com vinte anos de exercício em diante fará o nível "D" – quatro horas diárias, com acréscimo de 100% sobre o seu padrão de vencimentos.
- ✓ Para facilitar o cumprimento das horas de AEC o professor poderá optar pelo aglutinamento das mesmas em alguns dias, desde que não ultrapasse a carga horária semanal do nível correspondente.

Nessa Unidade Escolar onde se dá a pesquisa, há três professoras com AEC nível “C” e duas professoras com AEC nível “B”. O fato de haver essas professoras com disponibilidade de horários para cumprir a AEC facilita o entrosamento e o diálogo entre os profissionais, bem como os estudos para o aperfeiçoamento educacional.

Esse momento no qual a professora está presente na escola, participando da AEC, é muito importante para que os estudos e discussões possam ser realizados. Há leituras de textos sobre a aprendizagem dos alunos e sobre o projeto político-pedagógico, pois a sua construção faz parte da nossa meta de trabalho.

Nessa Unidade Escolar há três turmas no período da manhã e quatro no período da tarde, sendo uma turma para cada faixa etária.

Os alunos excedentes são cadastrados por turmas, com os seguintes dados: nome completo, data de nascimento, nomes dos pais, endereço e telefones para contato. Obedece-se rigorosamente a listagem dos alunos elaborada por ordem de chegada e, no surgimento da vaga, os alunos transferidos de outra Unidade Escolar Municipal terão prioridade no atendimento quanto ao preenchimento da mesma.

Há em média trinta alunos por turma, porém as classes que atendem crianças portadoras de necessidades educacionais especiais são lotadas com vinte e cinco alunos. No ano de 2006, havia três crianças com essas necessidades no período da tarde e uma criança no período da manhã. Ao todo estavam matriculadas e freqüentando quatro crianças portadoras de necessidades educacionais especiais.

O diagnóstico fechado apresentado pelos médicos responsáveis variou entre: um caso com rebaixamento mental, um caso com deficiência física e um caso com autismo. Outro aluno ainda estava na fase de observação antes de ser apresentado o diagnóstico.

Os alunos com necessidades educacionais especiais freqüentam a unidade escolar diariamente, porém não há nenhuma auxiliar de classe para as professoras. É um trabalho árduo, onde a equipe tem que se mobilizar no sentido de encontrar alternativas possíveis para o melhor atendimento destes alunos, pois cada professor é responsável por seus alunos durante o período em que eles permanecerem na escola.

Neste trabalho também será apresentada a rotina dos alunos e das professoras na unidade escolar.

Os alunos, diariamente, ao chegarem à escola, são recepcionados pela servente, a qual é responsável pela abertura e fechamento dos portões e pelo controle de entrada e saída de pessoas à unidade escolar, e pelas professoras, que ficam próximas ao portão de entrada, onde cada turma forma a sua fila esperando até que todos os colegas cheguem, porém, os alunos não são “obrigados” a permanecerem na fila; o importante é que eles estejam próximos à professora. Em seguida todos os alunos são conduzidos até o pátio coberto ou ao gramado para que juntos com as professoras façam um exercício de convivência com o objetivo de confraternizarem-se e circularem entre todas as turmas.

Todos os dias as músicas infantis são colocadas para este momento de socialização. Essa atividade dura em média quinze minutos e nesse período os alunos cantam, dançam e ao final fazem uma oração (espontânea, a qual é feita em linguagem de fácil compreensão pelas crianças) desejando um BOM DIA!/BOA TARDE! de trabalho à todos.

Esse contato coletivo é muito importante para fortalecer o vínculo afetivo entre todos os alunos das diferentes idades que freqüentam a escola e entre estes e as professoras e funcionárias as quais estão disponíveis nesse momento, pois neste período de socialização é ressaltada a importância de viver em sociedade, compartilhando o mesmo espaço físico, assim como o cuidado com o amigo e consigo mesmo.

Após essa atividade diária inicial, cada turma é conduzida pela sua professora para as atividades programadas que são planejadas por Área de Conhecimento de acordo com o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil em horários e locais pré-determinados entre as professoras.

Todas as turmas têm diariamente meia hora de atividade nos aparelhos recreativos, todas têm o seu horário de merenda e logo após fazem a escovação dos dentes supervisionados pela professora e/ou pela auxiliar de dentista.

O horário de entrada dos professores ocorre meia hora antes do horário de entrada dos alunos. Este tempo possibilita ao professor realizar atividades de preparo de material para sua aula diária, atendimento aos pais, bem como para que possam receber recados ou orientações necessárias para o bom andamento do trabalho pedagógico.

Na Emei “Florípes Silveira de Souza” assim como no processo educacional, as idéias estão em constante produção, que se transformam

continuamente, exigindo, desta forma, que o professor elabore e reflita permanentemente sobre a sua prática pedagógica a fim de acompanhar a evolução social e educacional, o pensamento e o comportamento dos alunos quanto às necessidades de aprendizagens escolares.

Há muitas pessoas envolvidas nesse processo de educação escolar e a responsabilidade é de todos os agentes envolvidos, não só do professor, e a qualidade do trabalho pedagógico depende diretamente da existência de um projeto pedagógico compartilhado pela comunidade escolar, fato que implica um posicionamento de valorização da produção coletiva para o qual todos têm de participar.

O apoio pedagógico e educacional da escola está tanto sob minha responsabilidade, enquanto diretora da unidade escolar como do Departamento Pedagógico e do Departamento de Educação Infantil da Secretaria Municipal da Educação. Eu, professoras, e funcionárias atendemos a todas as convocações dos Departamentos de Educação Infantil e Pedagógico da Secretaria Municipal da Educação, bem como participamos dos cursos e das oficinas pedagógicas oferecidas pela Secretaria da Educação de acordo com a disponibilidade de vagas e o nosso interesse pessoal e profissional.

O serviço burocrático-administrativo é executado por mim, pois não há secretário na unidade escolar.

O apoio de assistência ao escolar é realizado através da Associação de Pais e Mestres (A.P.M.), pelo Departamento de Merenda Escolar e pelo programa de saúde bucal oferecido na unidade escolar através da parceira com a Secretaria Municipal da Saúde, a qual cede a dentista e sua auxiliar.

Os recursos financeiros são provenientes das contribuições espontâneas dos sócios da A.P.M. e das promoções e festas realizadas pela equipe da escola em conjunto com os pais dos alunos. Os recursos são gerenciados por mim, enquanto diretora da escola e também pela diretora financeira e pela diretora executiva da A.P.M., as quais são mães de alunos, atendendo as exigências do Estatuto Padrão da Associação de Pais e Mestres das Unidades Escolares Municipais de Educação Infantil.

A equipe participa do levantamento das necessidades da escola e dos materiais necessários para o bom andamento da unidade escolar, bem como na sua organização e conservação. Após esse levantamento das necessidades, há a reunião

com os membros da A.P.M. a fim de discutir e decidir sobre os encaminhamentos das ações que serão efetuadas.

Na Unidade Escolar há a prática da discussão dos assuntos relativos ao setor pedagógico, administrativo e financeiro. Com frequência há a avaliação das atividades realizadas, bem como das atitudes tomadas pela equipe escolar em face de alguma situação ocorrida.

Nas reuniões pedagógicas, as quais são realizadas em torno de uma vez por mês, também avaliamos os trabalhos pedagógicos realizados, estudamos sobre a educação infantil e sobre a construção do projeto político-pedagógico. A equipe define em conjunto quais são os temas importantes a serem discutidos em cada momento.

O trabalho com a equipe escolar da Emei

Quando ingressei nesta escola de educação infantil, tinha a necessidade de me informar sobre vários aspectos que envolviam as profissionais que lá trabalhavam. Precisava conhecer cada uma delas, ou seja, as professoras, as serventes, as merendeiras, as funcionárias readaptadas, a dentista e sua auxiliar.

Estabelecendo o diálogo com a equipe, pude obter algumas informações que se faziam necessárias para que iniciasse um trabalho de aceitação e confiança entre ambas as partes.

Contudo, tinha em mente sobre a necessidade de desenvolver um trabalho pedagógico, o qual “marcasse” a escola. Deveria ser um trabalho construído coletivamente pela equipe de profissionais, mas também necessitava da participação da comunidade de pais. Gostaria que desta forma, pudéssemos estabelecer a identidade da escola.

Com a preocupação inicial em relação ao grau de escolaridade das professoras, pois através do quadro de funcionários foi possível perceber que nem todas tinham o nível universitário e com o objetivo de diagnosticar o posicionamento destas em relação à área de trabalho, realizou-se em outubro de 2004 um levantamento na Emei a fim de verificar algumas questões relacionadas com a escolha da profissão, bem como sobre as informações a respeito de projeto político-

pedagógico. Das oito²⁹ professoras que compunham o quadro, seis responderam a enquête; uma estava em licença-prêmio e outra não quis participar; atitude que fora respeitada por mim.

Como identificação das participantes serão utilizadas as letras A, B, C, D, E, F, a fim de preservar suas identidades.

Foram elaboradas cinco questões e as respostas serão relacionadas de acordo com a ordem de identidade estabelecida.

1- Qual foi o motivo que a levou escolher a área da educação?

- A. Por idealismo, por gostar muito de crianças e pelo horário flexível da profissão.
- B. No momento da escolha foi por falta de outra alternativa. Escolhi o magistério porque poderia trabalhar um período e ficar o outro em casa com os filhos.
- C. Sempre gostei de cuidar de crianças.
- D. Porque gosto muito de crianças e acho gratificante poder participar do desenvolvimento do seu caráter e personalidade.
- E. No primeiro momento, foi a área mais fácil de entrar para trabalhar com um salário inicial razoável em relação ao comércio; posteriormente ao meu ingresso na educação, gostei de trabalhar com crianças e poder ajudar pessoas com conhecimentos e vivências. É uma área que gratifica, pois estamos sempre aprendendo, estudando e nos aperfeiçoando.
- F. Sempre tive vontade de ensinar e participar do processo educacional.

2- Há quanto tempo você está nessa profissão? E nessa Unidade Escolar?

- A. Treze anos, sendo oito nessa Unidade Escolar.
- B. Na educação já estou trabalhando há quinze anos e nessa Unidade há doze anos.
- C. Onze anos e nessa Unidade Escolar dois anos.
- D. Quase quinze anos e o mesmo tempo nessa Unidade Escolar.
- E. Quinze anos e nessa Unidade Escolar seis anos.

²⁹ Digo oito professoras, pois em 2004 havia oito turmas, porém devido à baixa frequência da turma do Maternal do período da manhã foi necessária a supressão da classe por orientação da Diretora de Divisão do Departamento de Educação Infantil da Secretaria Municipal da Educação.

F. Estou há treze anos nessa Unidade Escolar.

3- Você considera que o conteúdo oferecido no nível superior de educação pode contribuir na atuação profissional?

- A. Sim, desde que ele atenda as necessidades da área.
- B. Concordo plenamente. Iniciei o curso superior (Pedagogia) por opção de aperfeiçoamento do curso que já tinha. Não terminei por causa do custo muito alto e por não poder pagar.
- C. Ele dá uma boa base, mas tudo que sei hoje e trabalho, foram conquistados com cursos e trocas de experiências.
- D. Com certeza ele pode contribuir com a introdução de novas perspectivas e idéias, que somadas as experiências do dia a dia do professor em sala de aula podem melhorar e muito seu desempenho profissional.
- E. Sim, o professor que tem o ensino superior tem uma visão mais abrangente da realidade e sabe ser um professor investigador e leitor.
- F. Com certeza a educação em nível superior pode e deve contribuir na atuação profissional.

4- Como você entende que deva ser o projeto político-pedagógico em uma escola de educação infantil?

- A- Deve-se fazer o projeto político-pedagógico coletivamente, visando sempre melhorar a qualidade de ensino e atender as necessidades do aluno de acordo com sua realidade e a realidade da escola e do bairro.
- B- O projeto político-pedagógico deve estar plenamente, ou o mais possível, adaptado à realidade da comunidade que a escola está inserida. Ele deve ser elaborado procurando ouvir e discutir com as professoras, direção, funcionários e até com os pais sobre os objetivos e metas para o ano.
- C- Que atenda as necessidades da escola, o que não acontece hoje.
- D- Com um maior entrosamento entre escola e comunidade. Uma maior participação dos pais dentro da escola pode trazer melhoria na qualidade do ensino e da vida da comunidade em si.
- E- Em primeiro lugar, deve-se reunir a equipe escolar e fazer levantamentos da realidade da comunidade e da escola, pontos

positivos e negativos; deve-se definir metas a serem atingidas e focar o aluno como centro do processo de ensino e aprendizagem; definir objetivos, ações pedagógicas e adequar os planos de ensino em conformidade com os objetivos do projeto político-pedagógico.

F- Um projeto político-pedagógico deve atender as necessidades e prioridades da escola para ministrar uma educação de qualidade.

5- Qual a sua pretensão a respeito da educação superior? Pretende cursar uma faculdade ou continuar sua formação em níveis mais avançados?

- A. Por falta de recursos, no momento não pretendo cursar nível superior.
- B. Tenho muita vontade de voltar a cursar Pedagogia. Só desisti realmente por falta de condições financeiras; até mesmo a falta de tempo e o cansaço (trabalho nos dois períodos: escola particular e municipal) não me impediria de me dedicar aos estudos e de ter um ótimo aproveitamento.
- C. Atualmente não pretendo cursar e nem posso financeiramente. Já tenho uma faculdade e gostaria de fazer alguns cursos complementares em minha área, quando for possível.
- D. Gostaria, mas no momento não tenho condições para isso.
- E. Sim, pretendo em oportunidade futura fazer Mestrado, pois já tenho ensino superior.
- F. Ainda não tenho educação superior. Pretendo cursar quando tiver condições, mesmo que leve mais algum tempo.

De acordo com o levantamento inicial realizado entre as seis professoras dessa Unidade Escolar que aceitaram participar, o fato de duas professoras terem escolhido a profissão docente está centrada na facilidade em conciliar a vida pessoal com a vida profissional. Nota-se que não houve no momento da escolha pela profissão, apenas entre estas duas professoras, a preocupação inicial com o envolvimento profissional e com a responsabilidade que a profissão docente exige, ainda mais em se tratando de educação infantil.

É possível entender a escolha destas duas profissionais, segundo Cerisara (2002, p.37), pois para a autora as mulheres são preparadas para a responsabilidade da educação e cuidado das crianças pequenas. O fato de a mulher escolher uma profissão com horários mais flexíveis deve-se, ao saber de antemão e pela

experiência de vida, que não encontrará apoio ou ajuda para as tarefas domésticas. Dessa forma, poderia trabalhar um período e permanecer o outro em casa cuidando dos filhos e dos afazeres domésticos.

Ainda, para Cerisara (2002, p.25-26):

Sem pretender uma definição do perfil das profissionais de educação infantil, pode-se afirmar que elas têm sido mulheres de diferentes classes sociais, de diferentes idades, de diferentes raças, com diferentes expectativas frente à sua vida pessoal e profissional, e que trabalham em uma instituição que tramita entre o espaço público e o espaço doméstico, em uma profissão que guarda o traço de ambigüidade entre a função materna e a função docente.

Porém, nota-se também, que entre as seis professoras, quatro tinham o desejo, a intenção de trabalhar com crianças, de ensinar e participar da construção do caráter do aluno, assim como o desejo de se aperfeiçoar profissionalmente.

Nota-se também o desejo de cursar uma educação superior, mesmo que as condições financeiras não fossem favoráveis no momento. Embora seja necessária a ação para a sua concretização, a expressão do desejo é um indicador positivo nesse caso, pois há um indício que não houve acomodação profissional e sim, que há o compromisso com a educação e a vontade de se aperfeiçoar em sua área de atuação.

A ausência do desejo é sinal de imobilismo, pois a ação parte de um desejo. Não é possível permanecer estagnado no tempo e no trabalho. A educação é muito dinâmica; os alunos sentem necessidade de ter motivação para estudar, e assim, cabe ao professor estimulá-los, acreditando e tendo esperança de alcançar os seus objetivos traçados.

Um outro fato que chamou a atenção neste levantamento foi o de que as professoras definiram com clareza o caminho que deveria ser percorrido para a construção do projeto político-pedagógico, apesar de não possuírem o conhecimento científico sobre o conceito do mesmo, fato que sem dúvida, facilitou o trabalho de elaboração.

Ao conversar com a equipe durante os momentos que eram possíveis (na atividade extraclasse ou na meia hora antes do início das aulas), pude aprofundar um pouco mais o conhecimento a respeito de cada uma delas. Foi possível também,

estabelecer um bom nível de conversa com as funcionárias não docentes e desta forma, conhece-las melhor.

No quadro de profissionais docentes em educação infantil no município de Bauru, havia cem por cento (100%) de mulheres desempenhando a função de professora até o ano 2.000. Na Unidade Escolar estudada há professoras com idades entre trinta e cinco anos a cinqüenta e um anos e diferentes níveis de escolaridade; todas as funcionárias também são mulheres.

Contextualizando de maneira muito breve, a passagem do século XX para o século XXI trouxe muitos avanços tecnológicos, descoberta de medicamentos importantes para a ciência e, da mesma forma, trouxe mudanças perversas na vida das pessoas, como o aumento de doenças, da fome mundial e da miséria causada pelo desemprego de milhares de pessoas no mundo contemporâneo e, com estes fatores, mudou-se também a educação das crianças.

Segundo Facci (2004, p.5) “[...]defrontamo-nos com o aumento da violência nos lares, nas escolas, nas ruas e, principalmente, convivemos com a conseqüência do desemprego[...]”. Todos esses fatos refletem diretamente no trabalho educacional, pois a cada dia os professores necessitam desviar o olhar do plano pedagógico, para guia-lo ao plano afetivo.

De acordo com Sacristán (1992, p.67) “a imagem da profissionalidade ideal é configurada por um conjunto de aspectos relacionados com os valores, os currículos, as práticas metodológicas ou a avaliação”. Nesse sentido, faz-se cada vez mais necessário a construção do projeto político-pedagógico na Unidade Escolar estudada, pois este projeto é um instrumento mediador entre a escola e o processo de mudanças ocorrido na sociedade, cujo fio condutor é a intencionalidade.

Após dois anos de convivência diária com as professoras e também após os anos de trabalho das mesmas, sendo a grande maioria nesta mesma Unidade Escolar (como é possível verificar nas respostas das professoras), modificou-se positivamente o envolvimento e o crescimento profissional das professoras desta unidade, através de cursos oferecidos pela Secretaria Municipal da Educação, pela experiência profissional adquirida com a prática de sala de aula e com a troca de idéias entre as colegas de trabalho.

Há um plano de trabalho estabelecido entre todos as profissionais envolvidas no processo educacional da Emei “Florípes Silveira de Souza”. Os estudos com a equipe relacionados aos temas escolhidos por todas, foram iniciados e estão

sendo coordenados por mim, desde 28 de setembro de 2004, quando fui nomeada para o cargo de diretora da escola.

Na educação escolar, quem introduz as idéias e os valores são todos aqueles que através da prática escolar, institucional e política configuram o mundo educativo; porém há a necessidade de um coordenador pedagógico para mediar as discussões, coordenar as idéias e verificar a definição das ações. Nesse caso específico de pesquisa, a diretora de escola é a responsável por essa mediação e pela síntese das reflexões e discussões realizadas entre os participantes do processo de construção do projeto político-pedagógico visando a qualidade de ensino, pois não há o cargo de coordenador pedagógico de Educação Infantil no município de Bauru.

Segundo Sacristán (1992, p. 76):

A comunicação de conhecimento e ação, entre teoria e prática, deve ser entendida não como uma relação direta entre o conhecimento e a investigação propriamente pedagógica, mas como um tráfico de influências dispersas. A mudança em educação não depende diretamente do conhecimento, porque a prática educativa é uma prática histórica e social que não se constrói a partir de um conhecimento científico, como se tratasse de uma aplicação tecnológica. A dialética entre conhecimento e ação tem lugar em todos os contextos onde a prática acontece.

Principalmente nos tempos contemporâneos, onde os meios de comunicação possibilitam o acesso a várias informações acontecidas no seio do setor educacional, os pais fazem uso dos seus direitos e ao participarem de reuniões na escola, opinam sobre assuntos relacionados à educação escolar dos próprios filhos. Na elaboração do projeto político-pedagógico, a participação efetiva dos pais é indispensável, por isso fez-se necessário a composição de um grupo representante dos pais e da comunidade na qual a escola está inserida, como será visto adiante.

A definição das metas, dos valores e dos objetivos que seriam buscados na educação infantil nessa Unidade Escolar, bem como os projetos a serem desenvolvidos, foram discutidos com a equipe e com os representantes dos pais e da comunidade a fim de que fossem efetivamente elaborados.

Há de haver um consenso sobre a elaboração do projeto político-pedagógico entre os profissionais de educação infantil e os representantes da comunidade, que embora sendo cientificamente leigos, fazem parte do grupo de interessados na melhoria da qualidade educacional.

O projeto político-pedagógico não representa apenas um desejo, mas uma real necessidade de criar referenciais para a ação educativa desta unidade escolar.

Por outro lado, o ponto de partida para o Ensino Infantil proveniente da Secretaria Municipal da Educação de Bauru, são as obras do Referencial Curricular para a Educação Infantil (RCN -1998) publicado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). Com isso o que há hoje na Unidade Escolar estudada como referencial teórico, além das obras escolhidas para os estudos em equipe, são os exemplares do RCN e as propostas curriculares de governos anteriores.

Em relação aos RCNs, trabalha-se por áreas do conhecimento:

- ✓ Área do conhecimento - Linguagem Oral e Escrita,
- ✓ Área do conhecimento – Matemática,
- ✓ Área do conhecimento – Artes Visuais,
- ✓ Área do conhecimento – Música,
- ✓ Área do conhecimento – Identidade e Autonomia,
- ✓ Área do conhecimento – Natureza e Sociedade,
- ✓ Área do conhecimento – Movimento.

Os professores têm esse referencial, porém isso não é tudo. Há de haver muitos estudos sobre a área de trabalho, bem como sobre como elaborar um projeto político-pedagógico, atual objetivo da equipe escolar, para que todos possam desempenhar positiva e qualitativamente os seus trabalhos.

Segundo Antunes (2004, p.17):

Mesmo entre os educadores que cursaram Ensino Superior, ainda se percebe a falta de formação específica para a Educação Infantil. Por esse motivo, em 1999 instituiu-se o Curso Normal Superior que, organizado pelos Institutos de Educação para formar docentes em Educação Infantil e Ensino Fundamental, busca preparar especialistas para o trabalho escolar com a infância.

Segundo Facci (2004, p.14), “a formação dos educadores é praticamente feita por eles mesmos. Os professores têm que trabalhar até três turnos para sobreviver e investir na sua própria formação”. A realidade e a prática docente reforçam essa visão da autora, visto que os baixos salários não permitem à maioria dos profissionais docentes a atualização e a continuidade dos estudos, tão

importantes e imprescindíveis para qualquer profissão, tanto mais em se tratando de profissionais formadores de outros profissionais.

Essa afirmação se encaixa na realidade da Emei “Florípes Silveira de Souza”, onde os educadores têm o desejo, porém, não possuem condições financeiras para seguirem na via acadêmica.

Porém, o conhecimento teórico é “fundamental para que os professores possam questionar, transformar ou mesmo negar esse conhecimento”.(FACCI, 2004, p. 64).

Segundo Donald Schön, há a compreensão de que o conhecimento pode e vem da prática, porém, segundo Facci (2004) a prática é importante, mas não se pode prescindir do conhecimento teórico para analisar e modificar a prática pedagógica. Nesse sentido há o consenso entre os educadores da unidade escolar “Florípes Silveira de Souza”, que a necessidade de estudar sobre educação infantil e sobre projeto político-pedagógico faz-se necessário e não há outro caminho a trilhar na construção do projeto que não seja através de leituras e estudos periódicos com os profissionais docentes, funcionários, pais e representantes da comunidade, através dos próprios esforços e recursos existentes na unidade escolar, pois, “[...] a educação, por si só, não transforma diretamente a estrutura social. Para que isso aconteça é imprescindível a transformação da consciência dos que passam pela educação escolar[...]” (FACCI, 1998, p.22). Pode-se acrescentar que na educação infantil depende-se também da consciência dos pais e de suas participações no contexto escolar, já que há crianças desde os três anos de idade o que dificulta a expressão de sua vontade.

Faz-se necessário ainda, romper com estereótipos que foram colocados ao longo do tempo, como se a professora fosse uma segunda “mãe”, e a escola fosse um segundo “lar”, já que esta é uma profissão predominantemente feminina. Alessandra Arce (2001, p.170, apud Facci, 2004, p.26):

[...] a imagem do profissional de educação infantil tem estado fortemente impregnada do mito da maternidade, da mulher como rainha do lar, educadora nata, cujo papel educativo associa-se, necessariamente ao ambiente doméstico, sendo, assim, particularmente importante nos primeiros anos da infância.

Essa visão romântica e idealista da professora traz como conseqüência a desqualificação da profissional e do seu trabalho docente.

Libâneo (1998) mostra que é necessário resgatar a profissionalidade do professor, dar novo enquadramento às características de sua profissão na busca de identidade profissional.

Os baixos salários, a desvalorização da profissão docente pela sociedade que acarreta o esgotamento e estresse pelo acúmulo de tensões e os quadros de depressão entre os profissionais, geram a ausência de uma reflexão crítica sobre a ação profissional e às vezes provocam um sentimento de autodepreciação.

Segundo Facci (2004, p.33), “é patente na sociedade a desvalorização da escola e conseqüentemente do trabalho do professor”. Apesar de haver projetos incentivados pelo governo e pelos meios de comunicação em massa, “Amigos da Escola” por exemplo, o que se nota muitas vezes (e também é o caso desta unidade escolar) é a depredação das escolas, a má conservação dos prédios por parte dos órgãos públicos e a morosidade face às solicitações realizadas através de ofícios, já que atualmente a burocracia faz parte do cotidiano profissional.

Segundo o então Ministro da Educação Tarso Genro em entrevista concedida à Revista Nova Escola (março/2005), a médio e a longo prazo haveria a substituição do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento e de Valorização do Magistério) pelo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), fato que significaria mais recursos para a Educação, chegando a 4,3 bilhões por ano aproximadamente que poderiam ser utilizados em estrutura, salários e capacitação. Esperava-se para o ano de 2005 a aprovação do Fundeb, provavelmente em setembro, o que não ocorreu. Em relação ao salário, para estimular o ingresso no magistério, pretendia-se uma negociação com estados e municípios de um piso mínimo, que poderia ser regional até passar a ser um piso nacional.

Em relação à capacitação dos diretores estava sendo implementada a Escola de Gestores, que durante os anos de 2005 e 2006, usando a educação à distância, capacitaria diretores, vice-diretores, secretários e os demais quadros técnicos das escolas, para evitar que o dinheiro fosse mal gerido ou desviado[...]A Escola de Gestores iria qualificar o corpo diretivo da escola para reduzir a dispersão e a má aplicação dos recursos (2005, p.22-24).

Na minha opinião, essa preocupação em gerenciar recursos não deveria ser a única, pois há fatos tão importantes quanto os recursos financeiros, como por exemplo, o envolvimento e a dedicação profissional no trabalho escolar entre os

membros envolvidos no processo, a elaboração de um projeto que conduza as atividades de acordo com a realidade escolar, e em uma escola municipal onde a contribuição dos pais em relação à A.P.M. não chega a R\$ 1,00 (um real) per capita, não há como desviar esses recursos, pois, no mínimo, além de falta de caráter seria falta de humanidade.

Mas, não se pode desanimar ou perder a esperança. Há de se ter união entre os membros participantes do processo educacional. Unir forças em torno do bem comum e dos objetivos traçados em conjunto. Estudar, aprofundar-se teoricamente, refletir-agir-refletir sempre em busca de diretrizes e finalidades para a construção do projeto político-pedagógico, o qual faz-se tão necessário para a qualidade do ensino infantil nessa Unidade Escolar.

Com a intenção de somar esforços e unir forças, o passo seguinte estabelecido e concretizado foi o envolvimento dos pais e da comunidade iniciado no início de 2005, a fim de se efetivar o projeto.

O trabalho com a comunidade

Em setembro de 2004, quando ingressei no cargo de diretora da Emei “Florípes Silveira de Souza” a comunidade, em relação à participação efetiva na unidade escolar, estava distanciada e tornava-se imprescindível construir um trabalho de resgate quanto ao seu engajamento e contribuição na escola e para ela.

No dia em que assumi a direção da escola, solicitei aos pais que entrassem e fiz uma rápida reunião com eles, com o objetivo de me apresentar e explicar sobre a “troca” de diretoras naquela época do ano. Expliquei que estava ocupando o cargo que fora conquistado através de concurso público e que a partir daquele momento gostaria de conhece-los melhor e poder contar com a participação dos mesmos nas atividades desenvolvidas na Emei. Disse que novas reuniões seriam realizadas com eles com agendamento prévio para que pudessem se organizar a fim de comparecer à escola.

Durante os meses seguintes, costumava ir ao portão de entrada recepcionar os alunos e ao mesmo tempo, estabelecer um contato amigável com os pais. No horário de saída dos alunos, também costumava estar presente no portão.

Assim, fui estabelecendo e formando elos de ligação com alguns pais e com alguns membros da comunidade, vizinhos à escola. Quando os pais me procuravam a fim de esclarecer alguma dúvida, não os atendia no portão; encaminhava-os até a minha sala, sentávamos e conversávamos com tranquilidade.

Desta forma, foi iniciado o desenvolvimento do primeiro trabalho necessário na unidade escolar, ou seja, iniciou-se a construção do vínculo entre escola e pais.

A partir daí, foram realizadas as reuniões oficiais, mas o que fortalecia mesmo o elo de ligação entre os pais e a escola eram as conversas informais, tanto no portão, como na diretoria. Alguns pais procuravam a escola oferecendo mão-de-obra para conserto de equipamentos quebrados e algumas mães se ofereciam para confeccionar materiais para as professoras trabalharem com os alunos.

Em fevereiro de 2005 um grupo de pais representantes das turmas foi formado³⁰ e houve reuniões mensais a fim de estudar o tema proposto neste trabalho, ou seja, a construção do projeto político-pedagógico da Emei “Florípes Silveira de Souza”, bem como o estudo sobre a Educação Infantil. Além deste grupo de pais, sobre o qual será abordado logo abaixo, havia também um grupo formado por mães e pessoas da comunidade de bairro, todas às quartas-feiras no período da tarde que participavam do projeto “geração de renda”.

Esse projeto consistia em um curso de artesanato, ministrado por uma professora voluntária, que não pertencia ao quadro de funcionários da escola. Ela ensinava às mães a confeccionar flores com meia de seda, peças em biscuit, bordado, crochê e demais artesanatos oferecidos gratuitamente a esse grupo.

Durante todo o curso, a escola ofereceu o material e não cobrou taxa de inscrição nem mensalidade. As mães disponibilizavam o seu tempo e as peças confeccionadas pertenciam à escola, que as vendia em promoções a fim de arrecadar recursos financeiros, os quais eram revertidos em benefício dos próprios alunos da Emei.

³⁰ A formação do grupo de pais se deu da seguinte maneira: no início do ano (fevereiro) eram realizadas reuniões com os pais dos alunos por turmas. Em cada reunião era solicitado que dois ou mais pais fossem voluntários para participar ativamente das atividades desenvolvidas na escola. Eles teriam como compromisso: participar de reuniões de A.P.M. (embora ainda não registrada em cartório), discutir, sugerir e decidir sobre algumas ações as quais seriam desenvolvidas na escola, bem como estudar sobre o projeto político-pedagógico e sobre educação infantil. Deste grupo de pais seria eleito um pai para acompanhar, fiscalizar e assinar o livro-caixa juntamente com a direção da escola. No início, havia a timidez, porém, ao ouvirem sobre o compromisso que teriam junto à escola, muitos pais se dispuseram a participar.



Grupo de mães participando do projeto “Geração de Renda” na Emei “Florípes Silveira de Souza”.

No momento em que o grupo estava reunido, eu aproveitava a oportunidade para informar e discutir alguns procedimentos necessários para o bom funcionamento da escola. O grupo participava com opiniões e sugestões e, desta forma, havia a participação efetiva do grupo também.

Notou-se nesse grupo de mães, que a auto-estima foi elevada e que elas também confeccionavam as peças de artesanato em casa e as vendiam para reforçar o orçamento doméstico. Uma das mães foi apresentar o seu trabalho em outra cidade, vizinha a Bauru.

Com esse trabalho de geração de renda desenvolvido com as mães, o trabalho pedagógico desenvolvido pela equipe também foi divulgado, pois ao permanecerem na escola, as mães podiam conhecer as atividades desenvolvidas pelas professoras, os procedimentos utilizados com as crianças, o relacionamento entre a equipe e o desenvolvimento da rotina da Emei.

As mães puderam observar que as atividades eram planejadas por Áreas do Conhecimento, como já fora dito, ou seja, que as crianças desenvolviam cinco áreas por dia juntamente com a professora. Praticavam Linguagem Oral através da leitura de histórias, poesias, contos, rimas, parlendas entre outras. A Linguagem Escrita se dava através de textos escritos pelas professoras, porém construídos pelas crianças.

A Matemática era exercitada através de jogos e brincadeiras; as crianças eram contadas na turma e havia a formação do conjunto de meninas e de meninos. A professora sempre perguntava: em qual grupo há mais crianças? E de maneira lúdica, elas aprendiam o conceito de quantidade.

As Músicas, sempre presentes, eram cantadas pelas crianças ou ouvidas em CDs. Ao mesmo tempo participavam da área do conhecimento Movimento, dançando, rodando o bambolê ou “fingindo” andar sobre a ponte.

A Identidade e a Autonomia se construía através de tarefas que possibilitavam à criança sua independência em relação à elas, o uso correto do banheiro, a compreensão sobre a importância dos hábitos de higiene e o uso correto dos talheres, entre outras atividades.

Os animais e as plantas eram estudados através da área Natureza e Sociedade. E as Artes Visuais eram praticadas através de desenhos, pinturas, modelagem e brincadeiras com areia.

Desta forma, as mães podiam ter exemplos reais sobre o modo como as professoras desenvolviam as atividades elaboradas por área do conhecimento com as crianças, e também como estas respondiam às atividades propostas.

Ressalto o depoimento de uma mãe ao expressar que não sabia como era importante o trabalho desenvolvido na educação infantil, pois nunca teve a oportunidade de presenciar as atividades. Ela pensava que a criança somente brincava no parque, comia a merenda, brincava na areia e desenhava. Também supunha que as atividades eram realizadas aleatoriamente, sem objetivos nem seqüência de grau de dificuldade.

Diante desta constatação, ou seja, ao saber que alguns pais desconheciam o trabalho pedagógico desenvolvido pelas professoras, os quais tinham objetivos pré-estabelecidos, conteúdos, registros e avaliação, as reuniões destinadas aos pais, preparadas pelas professoras e pela direção, foram direcionadas no sentido de informá-los sobre estes aspectos desconhecidos. Os pais que se interessassem podiam ter acesso inclusive aos referenciais teóricos utilizados durante o planejamento das atividades pelas professoras.

Foi possível observar que a partir desta ação, os pais solicitavam informações às professoras sobre o desenvolvimento educacional dos filhos, assim como, compareciam à escola com certa regularidade e sempre que eram solicitados pela professora ou pela direção.

Também no início de 2005, como fora citado anteriormente, realizou-se na Unidade Escolar reunião com os pais ou com os responsáveis pelos alunos, por turmas e por período. Foram ao todo sete reuniões, uma com cada turma. Os assuntos abordados com os responsáveis foram de interesse tanto da escola como dos pais, ou seja, uma espécie de acordo firmado entre as partes para que houvesse o bom andamento da escola e atendimento satisfatório quanto às necessidades educacionais dos alunos.

Foram estabelecidos os horários de entrada e saída, com tolerância de quinze minutos de atraso, nos períodos de entrada e saída, porém, foi solicitado aos pais para que não houvesse o atraso dos mesmos, principalmente no horário da saída, pois os alunos ficam apreensivos e inseguros quando os pais não vêm no horário combinado e desta forma o trabalho pedagógico também se compromete negativamente com o choro e a insegurança causada nos alunos, uma vez que, nesta faixa etária, dos 3 aos 6 anos, a criança necessita sentir-se segura tanto em relação à professora como em relação aos pais; ela precisa ter a certeza de que estes não irão “esquece-la” na escola.

Nas reuniões realizadas com os pais ou com os responsáveis pelos alunos, conseguiu-se formar um grupo composto por cerca de vinte e quatro mães representantes que teriam a função de participar das reuniões de Associação de Pais e Mestres (A.P.M.), estudos necessários para a elaboração do projeto político-pedagógico, elaborar cursos de geração de renda para as famílias carentes, arrecadar fundos financeiros para as despesas da unidade escolar, entre outros. Apesar de a escola ser municipal, não há recursos financeiros repassados pela Prefeitura Municipal de Bauru; os materiais necessários para a unidade escolar têm que ser adquiridos através de recursos próprios ou através de doações conseguidas ou promoções realizadas, como por exemplo, festas beneficentes.

Ressalto o depoimento de um pai de aluno, o qual foi muito especial para mim. Este fato aconteceu no final do ano de 2004, quando um senhor procurou a direção da escola, até então desconhecendo o fato de que esta teria sido alterada em função do concurso realizado para diretora de escola. Este senhor, ao final do problema exposto, levantou-se da cadeira e disse bastante comovido: “muito obrigado pela senhora ter me ouvido”.

Naquele momento me dei conta sobre o grau de responsabilidade que estava em minhas mãos. Pude sentir o quanto o meu trabalho enquanto diretora,

administradora, educadora seria importante tanto para a equipe escolar como para os pais que ali chegavam com suas dúvidas em busca de soluções para os seus problemas. Com essa consciência foi que iniciei e dei continuidade ao meu trabalho enquanto diretora da unidade escolar que escolhi.

Com esse trabalho desenvolvido foi bastante gratificante constatar o amadurecimento do grupo, a disposição em mudar a realidade, o envolvimento da comunidade no auxílio à escola, na composição da A.P.M. e assim o todo, ou seja, a Emei seria beneficiada.

Em relação à constituição da A.P.M., até o início de 2006 havia somente o grupo representante dos pais, formado em 2005. Sua composição legal só foi possível no primeiro semestre de 2006 conforme o Estatuto Padrão que a regulamenta. Porém, até o presente momento, não houve o seu registro em cartório, pois foi realizada uma parceria com a Secretaria Municipal da Educação e estamos aguardando a efetivação.

A população atendida pela escola é carente, 62,31% das mães não trabalham, 11,59% são diaristas e 26,10% se enquadram em outras profissões. Apesar de a maioria das mães não trabalharem, não havia também, até 2005, a composição do grupo de pais na escola, nem tampouco a participação dos pais ou responsáveis nas atividades escolares, fato que começou a ser alterado a partir de 28 de setembro de 2004, quando foram estabelecidas algumas mudanças pontuais quanto à participação daqueles e da comunidade na vida escolar.

A escola ainda não possui computador próprio, o trabalho administrativo e burocrático é realizado por mim e em um computador emprestado à escola. A documentação enviada a outros órgãos competentes é digitada também em computadores particulares e com recursos dos próprios funcionários.

Esta é uma escola carente de recursos financeiros e materiais, porém temos o que há de melhor para construirmos um trabalho pedagógico e de qualidade para essas crianças: a união da equipe, o apoio dos pais, o amor e a esperança que nos impulsionam e não nos deixam desanimar.

CAPÍTULO 3 – A METODOLOGIA DA PESQUISA-AÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

3.1 Pesquisa-Ação

Com a intenção explícita de alcançar êxito nesta pesquisa, busquei por uma abordagem qualitativa, uma vez que o contato com o grupo pesquisado era em tempo integral, pois além de pesquisadora era também a diretora da unidade escolar, sendo assim, o objeto de pesquisa conduziu-me a esta metodologia, a qual me proporcionaria um mergulho na realidade estudada, um aprofundamento fundamentado teoricamente. Este estudo deveria estar amparado por uma abordagem que não poderia ser outra, a não ser a pesquisa-ação.

Segundo Chizzotti (2003, p. 79):

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito[...] o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado.

O pesquisador é parte fundamental da pesquisa qualitativa. Ele deve estar livre de preconceitos, e predisposto a assumir atitudes abertas a todas as manifestações que observa, não se deixando levar pelas aparências e com o objetivo de ter uma compreensão global da situação. Havia no meu caso, um acordo estabelecido com as profissionais da unidade escolar, ou seja, em todos os nossos encontros e conversas tanto formais como informais, haveria o meu olhar de pesquisadora. As informações servir-me-iam de referenciais para a minha pesquisa e ao mesmo tempo para a construção do projeto político-pedagógico. Esse acordo fora firmado em 2004 entre todas nós, quando ingressei nesta escola como diretora e expus ao grupo sobre o trabalho de pesquisa que desenvolveria na unidade escolar.

O grupo (docentes e não docentes) se posicionou positivamente sobre o trabalho de pesquisa, assim como com a idéia da construção do projeto político-pedagógico na escola, por acreditarem na importância desse documento para a construção da identidade da unidade escolar e também por possuírem o desejo de realizar algumas mudanças qualitativas no cotidiano escolar. Essas mudanças,

acreditavam, se dariam através dos estudos que seriam importantes e necessários a todos os profissionais envolvidos no trabalho educacional nesta Emei.

Na pesquisa qualitativa, “todas as pessoas que participam da pesquisa são reconhecidas como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam”. (CHIZZOTTI, 2003, p.83).

A pesquisa participante, assim como a pesquisa-ação, caracteriza-se pela interação entre pesquisador e os membros pesquisados. Há autores que empregam as duas expressões como sinônimos. Porém, a “pesquisa-ação”, além da participação, supõe “uma forma de ação planejada de caráter social, educacional, técnico ou outro, que nem sempre se encontra em propostas de pesquisa participante” (THIOLLENT, 1985, p.7).

Um dos objetivos da pesquisa-ação consiste em dar aos participantes os meios de se tornarem capazes de responder com maior eficiência aos problemas da situação em que vivem, em particular sob a forma de diretrizes de ação transformadora.

Todos os sujeitos são igualmente dignos, iguais, porém únicos, assim como todos os pontos de vista são relevantes.

Segundo Chizzotti (2003, p. 90):

A observação participante é obtida por meio do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, para recolher as ações dos atores em seu contato natural, a partir de sua perspectiva e seus pontos de vista.

A certeza de se trabalhar com a pesquisa-ação se deu por acreditar que a dimensão espaço-tempo é essencial, pois “toda pesquisa-ação é singular e define-se por uma situação precisa concernente a um lugar, a pessoas, a um tempo, a práticas e a valores sociais e à esperança de uma mudança possível”.(BARBIER, 2004, p.119).

Como pesquisadora-diretora, a partir do ano de 2005 estava presente na unidade escolar em maior tempo, pois nos últimos três meses do ano de 2004, ou seja, outubro, novembro e dezembro me ausentava uma vez por semana a fim de terminar o curso das disciplinas necessárias ao trabalho de Mestrado, na Unesp/Marília.

É possível que este afastamento semanal tenha sido importante para os profissionais da unidade escolar avaliarem a minha postura pessoal e profissional,

pois era o momento da equipe se sentir a vontade para refletir sobre os reflexos que a mudança administrativa poderia gerar no comportamento profissional do grupo.

Num primeiro momento pude perceber a resistência dos membros da equipe em relação à minha presença, fato que considero normal, pois se tratava de uma situação nova e também porque até aquele momento a direção da unidade escolar era ocupada por uma professora da própria escola. A substituição de direção por essa professora perdurou durante sete anos consecutivos, pois durante esse período não houve concurso para diretor de escola e a solução que a administração municipal de Bauru encontrou foi a de colocar professoras com maior tempo de serviço e com habilitação em Pedagogia na substituição de direção, respondendo por um cargo sem terem sido avaliadas em concurso.

A impressão que se deu, quando houve a nomeação efetiva para o cargo de diretora de escola, através do concurso de acesso, foi que o lugar da professora substituta tivera sido “retirado”. Fato este que não procede, uma vez que houve o concurso e a nomeação de maneira legal em Diário Oficial do Município.

Porém, a questão da empatia era de fundamental importância nesse processo de construção de vínculos afetivos profissionais e pessoais, e durante os três primeiros meses de atuação na escola o que mais importava era a construção desse vínculo e a aceitação da equipe em relação ao mais novo membro do grupo, ou seja, eu, a diretora que estava se apresentando como efetiva na unidade escolar.

Aos poucos, as professoras e funcionárias foram se tornando menos apreensivas, assim como eu, a diretora, que passei a conhecer e a confiar nos membros da equipe. As professoras e as funcionárias já trabalhavam na escola por mais de cinco anos consecutivos, e desta forma, havia uma amizade fortemente estabelecida entre todas e o vínculo profissional estava bastante enraizado.

Com o passar dos meses a equipe pode verificar que havia diante dela mais uma companheira de trabalho, que estava disposta a somar pensamentos positivos e também muito disposta a dividir os problemas, os quais não são poucos em Educação.

Em relação à professora que estava na substituição da direção, pude perceber que ela poderia colaborar com a formação continuada do grupo. Em 2005, quando os estudos com a equipe foram sistematizados, esta professora colaborou significativamente com o enriquecimento dos estudos.

Ela estudava os textos, socializava com as colegas e, assim, todas discutíamos sobre o assunto em questão nas reuniões pedagógicas ou em momentos que era possível, como por exemplo, a meia hora antecedente a entrada dos alunos. Durante aquele ano, várias professoras desenvolveram o mesmo processo nos estudos e discussão em grupo como será visto posteriormente.

Freqüentemente eu disponibiliza textos para estudos em AEC³¹, os quais ficavam em uma pasta destinada a eles. Todas as funcionárias tinham acesso aos mesmos. Também informava sobre os cursos oferecidos, tanto pela Secretaria Municipal da Educação como por outras Instituições.

Em uma destas informações, a equipe tomou conhecimento sobre um curso oferecido em nível de pós-graduação (lato-sensu) pela Unesp - Marília sobre Educação Especial. Ofereci o folder e as informações necessárias. A professora que estava na substituição de direção mostrou bastante interesse em cursar a pós, porém havia certos empecilhos pessoais que a deixaram em dúvida.

Conversávamos bastante sobre esse assunto e, sempre que era possível, a incentivava para que fizesse o curso. Recordo-me que, no último dia para a inscrição, ela foi até a sala de diretoria e explicou que gostaria de continuar os estudos em nível de pós-graduação, mas estava com dúvidas se seria possível realizar esse desejo. Naquele dia conversamos sobre a importância da formação continuada do profissional e como é gratificante estudar e se aperfeiçoar na área de trabalho na qual se está inserida, e, mais importante, na profissão que sentimos prazer em trabalhar.

Algumas providências pontuais foram tomadas naquela sexta-feira à tarde a fim de facilitar e possibilitar que ela fizesse a sua inscrição. Na segunda-feira ela chegou com a notícia de que havia enviado a sua inscrição pelo correio, com a permissão dos organizadores, e começaria a freqüentar o curso.

Fiquei muito feliz com esse resultado positivo que os estudos proporcionaram. Com isso, toda a equipe foi contemplada, pois a professora socializava os textos estudados durante as aulas e como temos três crianças portadoras de necessidades educacionais especiais, as informações trazidas auxiliavam na condução do trabalho pedagógico. Além deste, essa mesma professora também se matriculou no curso “Letra e Vida”, oferecido pela Secretaria Municipal da

³¹ AEC – Atividade Extraclasse.

Educação – curso para professores alfabetizadores – o qual contribuiu positivamente para as mudanças de concepção sobre alfabetização, que conseqüentemente alteraria as atividades no plano pedagógico das professoras.

Desta forma, posso afirmar que o relacionamento com a equipe e com a professora que estava na substituição de direção, se deu de maneira muito positiva para a construção do trabalho coletivo na unidade escolar.

Um outro fato que acredito também tenha contribuído para a aceitação do grupo em relação a mim, foi a nota e a minha classificação no concurso realizado para a direção. Como já expliquei, houve problemas devido ao edital do concurso, e nesta escola onde sou diretora a equipe também fez o mesmo julgamento que fora feito por tantas outras candidatas, e chegaram à conclusão que eu não estava na direção por ter sido beneficiada pelo tempo de serviço e sim porque a nota obtida nas provas me levou a conseguir classificação satisfatória, a qual me proporcionou a escolha de uma escola.

Ouvi, em certo momento de 2004, que eu estava ali por merecimento e sendo assim, houve a aceitação do grupo de modo rápido e pudemos dar prosseguimento ao objetivo proposto, ou seja, os estudos com a equipe e com a comunidade escolar.

Aderindo as idéias de Chizzotti (2003), onde afirma que o pesquisador deve manter uma conduta participante, com compromisso claramente assumido perante a equipe, partilhando os problemas e formulando estratégias de superação das necessidades encontradas, procurei criar uma relação dinâmica com a equipe escolar, que se mantém até os dias atuais.

Ainda seguindo os raciocínios do mesmo autor (2003, p. 84):

Esta relação viva e participante é indispensável para se apreender os vínculos entre as pessoas e os objetos, e os significados que são construídos pelos sujeitos. O resultado final da pesquisa não será fruto de um trabalho meramente individual, mas uma tarefa coletiva, gestada em muitas microdecisões, que a transformem em uma obra coletiva.

Acredito que essa relação viva entre os membros do grupo é realmente indispensável, à medida que não há construção solitária quando estamos reunidos em equipe, com o mesmo objetivo, com o mesmo desejo de transformar a realidade encontrada por outra melhor, com mais significado para quem está vivendo nela.

Na pesquisa-ação é possível estudar dinamicamente os problemas, decisões, ações, negociações, conflitos e tomadas de consciência que ocorrem entre os agentes durante o processo de transformação da situação.

Desta forma, se desenvolveu a metodologia para este trabalho científico. Acredito, após várias reflexões e discussões em torno de qual procedimento metodológico seria utilizado, ter feito a escolha correta, pois o objetivo era realizar mudanças na realidade estudada através da participação de todos os membros da equipe e o envolvimento com o grupo era em tempo integral, o que possibilitou a realização de vários encontros com discussões produtivas acerca do tema proposto neste trabalho, bem como as alterações que foram surgindo com essas discussões.

3.2 A construção do Projeto Político-Pedagógico

Princípios inseparáveis na construção do Projeto Político-Pedagógico: a Gestão Democrática e a Autonomia na Escola.

Os conceitos trabalhados com a equipe escolar da Emei “Florípes Silveira de Souza” e que envolvem diretamente a construção efetiva do projeto político-pedagógico foram buscados nos autores que dessem conta de fundamentar as reflexões que fossem emergir nos estudos durante o processo de construção do referido projeto.

Desta forma, seguem os temas abordados e discutidos com a equipe, bem como a relação dos conteúdos estudados com a realidade da Emei “Florípes Silveira de Souza”, ou seja, entre os vários princípios existentes (gestão democrática, participação, autonomia, qualidade, valorização do magistério) e necessários para a construção de qualquer trabalho em equipe, escolhi dois, que a meu ver são imprescindíveis e inseparáveis, e que muitas vezes englobam os outros, como por exemplo: para exercer a gestão democrática é necessário que se pratique o princípio da participação. Assim, serão definidos os dois grandes princípios escolhidos: a gestão democrática e a autonomia na escola.

1º Princípio – Gestão Democrática

Segundo os estudos realizados, a gestão democrática do ensino público supõe a transparência de processos e atos. “Ao caráter público e aberto se opõem o privado e o secreto” (CURY, 2002, p.205).

A gestão democrática tem suas características, as quais segundo Lück (2005, p. 30) podem ser:

- ✓ Compartilhamento de autoridade e de poder,
- ✓ Responsabilidades assumidas em conjunto,
- ✓ Valorização e mobilização da sinergia de equipe,
- ✓ Canalização de talentos e iniciativas em todos os segmentos da organização,
- ✓ Compartilhamento constante e aberto de informações,
- ✓ Comunicação aberta e ampla disseminação de informações.

Estas características da gestão democrática foram ao longo de todo o processo, discutidas na Emei estudada, pois acredito que desta forma, é possível trabalhar verdadeiramente em equipe.

O envolvimento dos profissionais na Emei “Florípes Silveira de Souza” manifesta-se em sua participação na definição de metas e objetivos, em resoluções dos problemas, no acesso às informações e no poder de tomada de decisões frente às dificuldades encontradas no trabalho pedagógico e, por vezes, sobre o trabalho administrativo. As decisões na unidade escolar são tomadas em equipe, fato que se dá desde 2004 quando alterou a direção da escola.

Esse tipo de envolvimento é manifestado pela participação dos trabalhadores na definição de metas e objetivos, na resolução dos problemas, no processo de tomada de decisão, no acesso a informação e no controle da execução.

De acordo com Lück (1996, p. 18-19):

A participação em seu sentido pleno caracteriza-se por uma força de atuação consciente, pela qual os membros de uma unidade social reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na determinação da dinâmica dessa unidade social, de sua cultura e de seus resultados, poder esse resultante de sua competência e vontade de compreender, decidir e agir em torno de questões que lhe são afetas.

Torna-se necessário a compreensão do quanto esse envolvimento dos atores na escola se faz importante. Essa participação não arbitrária, não compulsória,

faz com que se avançasse rumo a uma educação diferenciada, onde cada unidade escolar possa construir a sua proposta de trabalho conscientemente conforme as suas concepções e os seus valores, estabelecidos em conjunto na unidade escolar. Para Arroyo (2002, p. 203-204):

A consciência desempenha um papel central na formação dos sujeitos, das classes, dos grupos sociais, um papel central na história social, nas condutas, na história do avanço dos direitos. Essa consciência tem de ser educada. Dependendo da consciência que tiverem os mestres, sua prática poderá ser outra, a educação será outra.

E, adianto que o processo de construção do projeto político-pedagógico também será outro.

Nesse sentido, é interessante que os valores pessoais sejam tratados com o mesmo respeito entre todos, mesmo que não sejam tão iguais uns aos outros, pois, num processo de construção educacional, os pares acabam por si só se formando e aqueles que não estão em sintonia com a equipe se removem para outra unidade escolar onde haja afinidade de idéias, de ideais e valores. Como diz Arroyo (2002, p. 204):

A ênfase na consciência política, de classe, de categoria acrescenta uma dimensão subjetiva, valorativa. Afirma que a ação do professor e da professora é inseparável de sua subjetividade, de seus sentimentos, ideais e representações, da percepção e da consciência que tiver de sua ação educativa, do próprio campo da educação e da escola.

É preciso e urgente, mudar da gestão centralizada, onde todas as decisões passam pela responsabilidade do diretor de escola, para uma gestão compartilhada, democrática e participativa. Neste tipo de gestão os membros participantes da escola têm o mesmo poder de decisão, podem e devem opinar sobre os rumos a serem tomados, sobre os caminhos que precisam ser trilhados e desta forma, em equipe escolher o melhor caminho rumo à solução das dificuldades encontradas no meio educacional.

A construção de uma equipe escolar leva tempo, o que pode demorar de alguns meses a alguns anos, até que esteja sólida e efetiva. A construção da equipe necessita de um apoio permanente para permitir que os seus elementos se desenvolvam e evoluam. Os líderes devem atender e apoiar os problemas e as

soluções propostas pela equipe, pois a decisão em conjunto desenvolve o compromisso entre os seus elementos, o que proporciona uma melhor colaboração entre todos os membros envolvidos.

Para se formar uma equipe é necessário que todos os membros tenham clareza dos objetivos propostos, bem como devem estar envolvidos no processo de tomada de decisões. Os participantes da equipe devem ter uma noção sobre o que tem que ser feito, por quem, quando e com quais recursos.

Regularmente deverá haver a revisão dos procedimentos de trabalho, o que deve ser encarado como parte do processo de desenvolvimento das etapas de construção e do crescimento profissional da equipe. Segundo Abranches (2003, p. 24):

A participação permite a co-responsabilização na formulação de um projeto político e sela a demanda e o compromisso da sociedade civil diante da proposição de políticas públicas e rumo à constituição de um sujeito coletivo e de um projeto efetivamente político para a sociedade.

No domínio das teorias da administração, a gestão participativa corresponde a “um conjunto de princípios e processos que defendem e permitem o envolvimento regular e significativo dos trabalhadores na tomada de decisão” (BARROSO, 2004)³².

É possível assistir na Emei “Florípes Silveira de Souza” esse movimento de participação dos funcionários e da comunidade. Com estudos em equipe sobre o envolvimento dos interessados no processo educacional, bem como com a divisão de responsabilidades, a escola passa hoje por um processo de construção de sua autonomia e pode-se afirmar conforme Barroso³³ (2004) que: “Os professores constituem, em princípio, uma força de trabalho altamente especializada e qualificada”.

No entanto, embora seja verdade e concorde com o autor, acrescento que há outros profissionais que são tão importantes quanto os professores e se não participarem das atividades que são desenvolvidas na unidade escolar, muito se há

³² BARROSO, J. Para o desenvolvimento de uma cultura de participação na escola. Cadernos de Organização e Gestão Curricular. ed. Instituto de inovação educacional, 2004. disponível no site www.bibliotecadigital.com.br acesso em 28 de dezembro de 2004.

³³ Idem.

de perder em qualidade no trabalho profissional e em discussões para a tomada de decisões.

Os profissionais não docentes, apesar de serem em menor número, também deverão integrar as estruturas e as redes de participação da escola. Eles têm responsabilidades tanto educativas como de apoio técnico às atividades do ensino.

Por isso, fazem parte desta pesquisa, na nossa Emei, enquanto profissionais não docentes, as serventes, as merendeiras, as merendeiras readaptadas e a auxiliar de dentista, as quais estão envolvidas no processo educacional em mesmo grau de importância e comprometimento como as professoras. Neste sentido, é possível encontrar formas mais adequadas de valorizar a dimensão educativa do seu trabalho, e é: “nessa dimensão que devem assentar os dispositivos e processos de participação do pessoal não docente” (BARROSO, 2004)³⁴.

Ainda no pensamento de Barroso³⁵, 2004:

O professor já não é o que transmite conhecimentos aos alunos, mas o que cria as condições necessárias para que estes aprendam. Ele é, portanto um organizador e disponibilizador de recursos, em conjunto com os seus colegas, e por vezes, outros adultos, quer na sala de aula, quer noutras dependências do estabelecimento de ensino[...] E tudo isto são funções de gestão que, naturalmente, o professor não pode desenvolver sozinho e fora da organização.

Desta forma, é muito claro e transparente, a importância de todos os profissionais que estão envolvidos na realidade escolar e não somente o professor.

A gestão do ensino não é tarefa simples, pois exige conhecimentos específicos no domínio da administração educacional, tornando-se desta forma um trabalho bastante complexo, onde vários posicionamentos diversificados são instalados e são necessários embasamentos teóricos e disciplina para resolver conflitos e gerenciar consensos, o que segundo Barroso³⁶ (2004) significa: “a

³⁴ BARROSO, J. Para o desenvolvimento de uma cultura de participação na escola. Cadernos de Organização e Gestão Curricular. ed. Instituto de inovação educacional, 2004. disponível no site www.bibliotecadigital.com.br acesso em 28 de dezembro de 2004.

³⁵ Idem.

³⁶ BARROSO, J. Para o desenvolvimento de uma cultura de participação na escola – a gestão participativa e seus atores, Cadernos de Organização e Gestão Curricular. ed. Instituto de inovação educacional, 2004. disponível no site www.bibliotecadigital.com.br acesso em 28 de dezembro de 2004.

substituição de uma hierarquia de autoridade por uma hierarquia de competências, de ajuda técnica e de animação da equipe”.

Em relação ao trabalho coletivo faz-se necessário, como em todas as formas organizadas de trabalho, a liderança. O líder deve ter competências e características necessárias para desempenhar suas funções.

Ainda de acordo com as idéias de Barroso³⁷ (2004) o líder deve ser um “agente de desenvolvimento” capaz de reconhecer e utilizar as competências individuais dos membros da equipe para promover a realização do trabalho coletivo; ser um moderador dos conflitos e tensões existentes no grupo, contribuindo para a criação de um clima favorável à realização da tarefa para a qual a equipe foi incumbida e ser um promotor da livre circulação da informação na equipe, nomeadamente através de uma boa conduta nas reuniões.

Desta forma, a gestão de participação deve ser vista como “um modo de vida” (BARROSO, 2004)³⁸ que permite desenvolver favoravelmente a tensão sempre existente entre o individual e o coletivo, a pessoa e o grupo na organização, tendo-se como base o reconhecimento por todos os membros da organização e pelos seus dirigentes da participação como um valor essencial que deve orientar todas as suas práticas.

É importante ressaltar que de acordo com Lück (2005, p. 20):

Aos responsáveis pela gestão escolar compete promover a criação e a sustentação de um ambiente propício à participação plena, no processo social escolar, dos profissionais, de alunos e de seus pais, uma vez que se entende que é por essa participação que os mesmos desenvolvem consciência social crítica e sentido de cidadania.

A gestão participativa não se impõe, ao contrário, é um processo complexo e contínuo que implica uma aprendizagem coletiva e que deve assentar-se num forte comprometimento dos responsáveis bem como na formação permanente dos que trabalham na organização escolar. Os responsáveis pela gestão na escola devem orientar a sua ação para fazer emergir junto dos professores, dos funcionários não docentes, dos alunos, dos pais e da comunidade a própria necessidade de participar.

³⁷ BARROSO, J. Para o desenvolvimento de uma cultura de participação na escola – a gestão participativa e seus atores, Cadernos de Organização e Gestão Curricular. ed. Instituto de inovação educacional, 2004. disponível no site www.bibliotecadigital.com.br acesso em 28 de dezembro de 2004.

³⁸ Idem.

A participação deve ser vista como um processo contínuo e permanente de estabelecer um equilíbrio dinâmico entre a autoridade delegada ao poder central ou local na escola, as competências profissionais dos professores, o de outros funcionários não docentes, o direito dos alunos enquanto sujeitos e autores do seu próprio crescimento, e a responsabilidade dos pais na educação dos seus filhos.

A gestão escolar participativa é fundamental para melhorar a qualidade pedagógica do processo educacional das escolas, garantir o currículo escolar com sentido de realidade e atualidade, aumentar o profissionalismo dos professores, motivar o apoio das comunidades escolar e local desenvolvendo objetivos em comum.

A introdução da gestão participativa deve ser feita em domínios onde a escola detenha realmente o poder de decisão e tenha uma margem de autonomia.

Nesse caso, na Emei “Florípes Silveira de Souza”, há uma maior autonomia nas salas de aulas, na programação de atividades, na relação entre as pessoas, no elo entre a escola e a comunidade, na definição de projetos próprios e na elaboração do projeto político-pedagógico.

Na gestão participativa, ainda que existam vários tipos de campos de participação dos diferentes atores envolvidos na escola, o objetivo da introdução deste modo de gestão, deve ser sempre o de partilhar o poder de tomar decisões, o que ativa a negociação entre as diferentes categorias de participantes inclusive entre as estruturas hierárquicas existentes. A idéia não é gerar consenso a todo custo, mas permitir a formalização de processos de negociação explícita entre pessoas com interesses, opiniões e pontos de vista diferentes.

Gestão escolar, autonomia escolar, processo decisório escolar, são todos termos utilizados para descrever a abordagem participativa para a gestão descentralizada do sistema de ensino.

Quando se pretende substituir as práticas de organização e gestão baseadas na reprodução de hábitos adquiridos por uma prática refletida e geradora de soluções inovadoras é necessário ter acesso a novas experiências. Essas experiências, por sua vez, devem estar sustentadas por embasamento teórico compatível com os valores e concepções trabalhados na Unidade Escolar.

Um aspecto que muito importa neste trabalho de pesquisa está relacionado ao posicionamento dos membros participantes quanto à realidade estudada, pois, segundo Canário³⁹ (2005, p. 02):

O estabelecimento de ensino entendido durante muito tempo como uma unidade administrativa que prolongava a administração, passou a ser encarado como uma organização social, inserida num contexto local singular, com identidade e culturas próprias, produzindo modos de funcionamentos e resultados diferenciados.

Nesse sentido, faz-se de suma importância, a construção do projeto político-pedagógico no contexto organizacional escolar, por ação e interação dos respectivos atores sociais através de uma formação permanente, participada, rumo à inovação e construção de idéias e implantação de atitudes que vão ao encontro dos valores morais e sociais sobre os quais a escola está alicerçada.

Novos modos de pensar e organizar os processos de trabalho faz apelo a novos tipos de saberes, como, por exemplo, trabalhar em equipe e pensar a organização escolar no seu todo.

É necessário que todos os envolvidos tenham o compromisso de “aprendizagem permanente”, pois como diz Canário⁴⁰ (2005, p. 04):

A formação passa a ser um componente essencial da gestão de recursos humanos no interior da organização. Através de uma estratégia de formação global, participativa e interactiva, é possível construir uma visão partilhada do futuro da organização, das suas finalidades, dos meios de acção, dos valores que lhe estão subjacentes.

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente; por isso, todo projeto pedagógico da escola é também um projeto político. “[...] político por estar intimamente articulado ao compromisso com a formação do cidadão por um tipo de sociedade”.(VEIGA 1995, p.13.)

Político e pedagógico têm assim uma significação indissociável. Nesse sentido deve-se considerar o projeto político-pedagógico como um processo

³⁹ CANÁRIO, R. Gestão da escola: como elaborar o plano de formação?.ed. Instituto de inovação educacional. disponível no site www.bilibotecadigital.com.br, acesso em 05 de janeiro de 2005.

⁴⁰ CANÁRIO, R. Gestão da escola: como elaborar o plano de formação?.ed. Instituto de inovação educacional. disponível no site www.bilibotecadigital.com.br, acesso em 10 de fevereiro de 2005.

permanente de reflexão e discussão dos problemas na escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade, que “não é descritiva ou constatativa, mas é constitutiva”. (MARQUES, 1990, p.23 apud VEIGA, 1995, p.13).

O projeto político-pedagógico enquanto processo democrático de decisões organiza o trabalho pedagógico a fim de superar os conflitos, eliminando relações competitivas, corporativas e autoritárias. Busca a organização do trabalho pedagógico da escola na sua globalidade.

Nesta dimensão coletiva é possível aos indivíduos aprender através da organização, reforçando a capacidade autônoma de mudança. No quadro das organizações escolares este projeto de mudança caracteriza-se como um instrumento essencial de uma gestão estratégica.

O processo autoformativo é marcado pela reflexão, observação, leituras e pesquisa em nível individual e coletivo. Essa articulação entre novos modos de organizar o trabalho e novos modos de organizar a formação facilita e torna possível a produção simultânea de mudanças individuais e coletivas e “Os indivíduos mudam, mudando o próprio contexto em que trabalham”. (CANÁRIO, 2005, p.5).

Essa mudança ocorre ao mesmo tempo num processo interativo, onde os professores se formam num trabalho coletivo no desempenho de suas habilidades no campo educacional e por outro lado, as escolas são lugares onde os professores também aprendem. A formação é, desta forma, encarada como um processo individual e coletivo no contexto de transformações de valores e comportamentos por parte dos professores.

Mudar não significa somente mudar a si próprio, mas num processo mais amplo, pensar a ação e o modo como as ações individuais se articulam entre si num quadro de interdependência entre os profissionais envolvidos. Trata-se de substituir uma cultura individualista por uma cultura baseada na colaboração e no trabalho de equipe.

De acordo com Canário (2005, p. 06):

O projeto educativo de escola constitui o instrumento essencial de uma gestão estratégica do estabelecimento de ensino, cuja construção e avaliação se configura como eixo fundamental de um processo de formação contínua dos professores.

Na construção do projeto político-pedagógico da escola, importa a realidade e o contexto no qual esta escola está inserida, não importando mais as outras unidades escolares, quer seja da mesma rede pública ou não.

O projeto deverá estar centrado na própria escola, sendo o seu programa construído para dar resposta aos problemas que os professores e funcionários sentem na utilização dos recursos e na transformação da sua prática pedagógica.

A formação da equipe escolar decorre evidentemente do processo de concepção, de crenças e valores pertinentes ao desenvolvimento do projeto. Os professores e funcionários não são formados e sim se formam em contexto, construindo-se entre os pares.

Enquanto organização social, a escola é produzida pela ação e interação dos atores sociais em contexto. Desta forma, as mudanças organizacionais poderão ser facilitadas, mas nunca comandadas do exterior, pois as mudanças deverão ocorrer num processo endógeno à organização. E era justamente desta forma que imaginava que aconteceria na Emei estudada.

A construção formativa é sempre acompanhada por um processo dinâmico de mudança organizacional no qual há uma formação concebida em relação a um contexto e a um público precisos. E nesse caso, a Unidade Escolar “Florípes Silveira de Souza”.

Não é mais possível ter a idéia de que alguém que sabe transfere o seu conhecimento, ou sua sabedoria a alguém que não sabe⁴¹. Desta forma, ou seja, anulando esta concepção, a pessoa emerge como sujeito da sua própria formação, onde integra diferentes vivências experienciais, apropriando-se das influências externas que são exercidas sobre si e reflete-as sobre o seu próprio percurso existencial.

Através da reflexão, conduzida de modo sistemático e finalizado, é possível transformar a experiência num saber utilizável; as pessoas no interior da organização são os principais recursos formativos, combinando e interagindo no contexto da organização através dos seus saberes e habilidades.

Para elaborar o projeto político-pedagógico fez-se necessário estudar também sobre a sua função, pois, como bem mostra Alvarez (2004, p. 11):

⁴¹ FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido, 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

O projeto educativo da escola deve fazer referência a todos os âmbitos do funcionamento da instituição, e nele devem estar explícitos os acordos alcançados com base nas análises e diretrizes da própria escola, incluindo os seus princípios básicos e os seus objetivos gerais.

É preciso negociar com base nos objetivos e princípios organizacionais com os quais todos concordam, com a finalidade de dar uma identidade própria à escola e de fazê-la funcionar de forma coerente.

O projeto educativo determina o regulamento do regimento escolar e o projeto curricular, pois, com a elaboração em conjunto do projeto educativo, todos os agentes envolvidos discutem, e, mediante o debate, acabam por conhecer as funções, direitos e deveres de cada um.

Esse envolvimento de todos constitui-se parte de fundamental importância para a Unidade Escolar, que, a partir de então, terá traçada a sua identidade.

Uma outra questão importante que permeia a construção do projeto político-pedagógico diz respeito ao entendimento das questões de ordem legal, que Alvarez (2004, p. 17), assim coloca:

O projeto educativo da escola cumpre a função subsidiária que desempenham os decretos e leis promulgadas pela autoridade do Estado. Pode ser comparada a uma pequena Constituição da qual a comunidade escolar se mune para entrar em um consenso sobre assuntos substanciais e programáticos.

O projeto educativo determina, levando em consideração o contexto legal, o organograma que deverá presidir o funcionamento da escola, bem como as estruturas, os perfis dos responsáveis pelo seu bom andamento e a função de cada um deles.

Também a escola deve educar na diversidade com tolerância e respeito a idiossincrasias dos indivíduos e dos grupos que a compõem. Exatamente por essa razão, a escola pública torna-se um espaço social complexo, aberto e educativo para os jovens cidadãos que nela se socializam e aprendem a conviver.

Ainda segundo Alvarez (2004, p. 15):

A escola reproduz as situações de diversidade como as da sociedade: diversidade de categorias educacionais (várias culturas, interesses, idade e funções), diversidade da tipologia profissional (vários professores intervêm no mesmo grupo de alunos), diversidade metodológica e instrumental (diversos métodos e estratégias ao longo

do processo de aprendizagem), diversidade de alunos, diversidade de interlocutores administrativos e sociais, diversidade de opções religiosas e ideológicas do conjunto de indivíduos que compõem a comunidade escolar, diversidade de raças, etnias, culturas e idiomas.

Desta forma, o projeto político-pedagógico é um instrumento que serve não só à tomada de decisões colegiadas, mas à formação e ao trabalho em equipe na escola.

O projeto político-pedagógico também tem a função de instrumento de consenso. A tomada de decisões participativas nas negociações, até chegar a um consenso, ou de modo mais claro, a decisão tomada de forma consensual, tem mais força de vinculação do que a metade mais um de votação simples, que praticamente divide o grupo em vencedores e vencidos.

Porém, negociar requer que cada um distancie a uma parte de seus interesses ou de suas opiniões para que chegue a uma decisão que satisfaça os interesses mínimos de todos, beneficiando o coletivo.

Na elaboração do projeto político-pedagógico há de se garantir o maior número possível de membros da comunidade escolar interessados em participar do processo, bem como das decisões sobre os princípios, valores e objetivos que devem ser tomados mediante negociação.

Peter Holly (1991 apud ALVAREZ 2004), considera que mais importante que elaborar o projeto educativo, é a capacidade de a equipe docente, mediante a elaboração e o desenvolvimento de projetos, constituir-se autonomamente e adquirir as capacidades e habilidades necessárias para trabalhar em equipe.

Há alguns princípios que, segundo Veiga (1995, p.16-20), podem nortear a construção do projeto político-pedagógico. São eles:

- a- Igualdade de condições para o aluno, no acesso e permanência na escola. Há uma desigualdade no ponto de partida, porém a igualdade no ponto de chegada deve ser garantida pela mediação da escola.
- b- Qualidade, que não pode ser privilégio de minorias econômicas e sociais. Há de se propiciar qualidade para todos.
- c- Gestão Democrática, que implica principalmente o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista sua socialização. Propicia a prática da ação coletiva, da reciprocidade, da solidariedade, da autonomia e inclui a ampla participação dos representantes dos diferentes segmentos da escola nas decisões/ações administrativo-pedagógicas.
- d- Liberdade, que está associado à idéia de autonomia. Autonomia e liberdade fazem parte da própria natureza do ato pedagógico.

“Somos livres com os outros, não apesar dos outros” (RIOS, 1982-p.77). Deve-se também entender a liberdade como livre para aprender, ensinar e divulgar a arte e o saber direcionados para a intencionalidade definida coletivamente.

- e- Valorização do magistério, princípio central na discussão do projeto político-pedagógico. A qualidade e o sucesso ministrado na escola relacionam-se com a formação inicial e continuada dos profissionais, as condições de trabalho e à remuneração dos mesmos. A formação continuada deve estar centrada na escola e fazer parte do projeto político-pedagógico.

Esses princípios precisam ser refletidos em equipe a fim de nortear a organização e a construção do projeto político-pedagógico. A escola, de modo geral, é concebida como espaço social marcado pela manifestação de práticas contraditórias que apontam para a luta ou acomodação de todos os envolvidos na organização do trabalho pedagógico.

A construção do projeto político-pedagógico é um instrumento de luta, é uma forma de contrapor-se à fragmentação do trabalho pedagógico e sua rotinização, à dependência e aos efeitos negativos do poder autoritário e centralização dos órgãos da administração central.

Para alterar a qualidade do trabalho pedagógico, torna-se necessário que a escola reformule seu tempo, estabelecendo períodos de estudo e reflexão entre a equipe de educadores, fortalecendo a escola como instância de educação continuada, pois sem a colaboração e a cumplicidade dos professores, qualquer reforma está condenada ao fracasso, assim como, a formação inicial e a formação continuada dos profissionais em exercício são questões chaves para o aprimoramento e a melhoria da qualidade educacional.

2º Princípio – Autonomia

Após ter delineado sobre o princípio da gestão democrática, faz-se necessário agora, discorrer sobre o outro grande princípio, ou seja, a autonomia.

Na relação autonomia e projeto político-pedagógico, esses termos surgem pela primeira vez na Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96 vinculados num texto legal, embora segundo Almeida; Caldeira; Ribeiro⁴² (1998):

⁴² ALMEIDA, A.M.F.P.M; CALDEIRA, A. M. A; RIBEIRO, R. Textos para estudos e tarefas. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Formação Continuada de Educadores – Delegacia de Ensino de Avaré, 1998.

O tema da autonomia pode ser visto desde o manifesto dos Pioneiros, mas, sempre mereceu escassa atenção e quando havia alguma, ela não ultrapassava o nível de uma reivindicação de maior liberdade regimental. No máximo, reivindicava-se maior liberdade dos professores com relação ao diretor e da escola com relação a outras instâncias administrativas. Mas afinal de contas, liberdade para que? Essa é uma questão fundamental e somente a resposta a essa indagação poderá situa-la nos seus devidos termos, pois a autonomia da escola apenas ganha importância se significar autonomia da tarefa educativa[...]

Neste caso de pesquisa, não se pode confundir autonomia da escola com a existência de um Regimento próprio, pois como já fora explicado anteriormente, as escolas municipais de educação infantil possuem, até o presente momento, o mesmo Regimento Escolar, o qual foi elaborado por técnicos da Secretaria Municipal da Educação e as normas estabelecidas são seguidas por todas as escolas.

Não se trata de um documento construído em parceria com a equipe escolar, como é o caso do projeto político-pedagógico. O regimento escolar é apenas uma condição administrativa, proveniente da Secretaria Municipal da Educação, para as tarefas essenciais da escola. E, um projeto, como disse Castoríadis⁴³ (apud ALMEIDA; CALDEIRA; RIBEIRO, 1998) é a “intenção de uma transformação do real guiada por uma representação do sentido dessa transformação e levando em conta as condições dessa realidade”.

O que acontece é que, como o regimento é um documento único e a realidade das escolas é singular, muitas vezes tornam-se inviáveis algumas normas estabelecidas de forma generalizada.

Acredito que, tendo como base não somente este documento, mas a legislação educacional pertinente à educação infantil, toda escola faça o seu projeto político-pedagógico, único, singular e referente à sua realidade, ao seu contexto e ao momento histórico presente, pois várias intervenções e modificações se farão necessárias durante os anos. Assim, penso que se dará a gradativa construção da autonomia nas escolas.

A palavra autonomia vem do grego e significa autogoverno. Nesse sentido, uma escola autônoma é aquela que governa a si própria.

No âmbito da educação, o debate moderno em torno do tema remonta ao processo dialógico de ensinar contido na filosofia grega, que preconiza a capacidade

⁴³ ALMEIDA, A.M.F.P.M; CALDEIRA, A. M. A; RIBEIRO, R. Textos para estudos e tarefas. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Formação Continuada de Educadores – Delegacia de Ensino de Avaré, 1998.

do educando buscar respostas às suas próprias perguntas, exercitando, portanto, sua formação autônoma.

Para Barroso (1997): “A construção de projetos está intimamente ligada à própria construção da autonomia. Somente organizações autônomas têm a capacidade de produzir projetos próprios”.

Ainda segundo Barroso⁴⁴ (1997):

O conceito de autonomia está etimologicamente ligado à idéia de autogoverno, isto é, à faculdade que os indivíduos (ou organizações) têm de se regerem por regras próprias. Contudo, se a autonomia pressupõe a liberdade (e capacidade) de decidir, ela não se confunde com a “independência”. A autonomia é um conceito relacional (somos sempre autônomos de alguém ou de alguma coisa) pelo que sua ação se exerce sempre num contexto de interdependências e num sistema de relações. A autonomia é também um conceito que exprime um certo grau de relatividade: A autonomia é, por isso, uma maneira de gerir, orientar, as diversas dependências em que os indivíduos e os grupos se encontram no meio biológico ou social, de acordo com as suas próprias leis.

Para que efetivamente ocorra a construção do projeto político-pedagógico com sentido de autonomia também construída, faz-se necessário segundo Barroso⁴⁵ (1997), ter claro alguns fundamentos que possibilitem subsidiar todo esse processo. Esse autor destaca que essa construção se dá de acordo com “cinco grandes princípios: legitimidade, participação, liderança, qualificação e flexibilidade”.

Em relação à legitimidade, enquanto “transferência de competência de órgãos de administração central e regional do Estado para órgãos de gestão das escolas”, Barroso⁴⁶ (1997) relaciona esse processo ao movimento da descentralização que “obriga a existência de um órgão (com forte participação local) independente da tutela e com legitimidade própria para exercer determinadas competências e gerir certos recursos que até aí pertenciam à administração central ou regional”; a desconcentração “que pressupõe que, em relação a certas matérias, os órgãos de governo da escola (nomeadamente ao nível de gestão executiva) decidem por delegação da tutela e, nesse sentido, são dependentes” e o

⁴⁴ ALMEIDA, A.M.F.P.M; CALDEIRA, A. M. A; RIBEIRO, R. Textos para estudos e tarefas. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Formação Continuada de Educadores – Delegacia de Ensino de Avaré, 1998, p.21.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Ibidem.

profissionalismo docente “que leva a reservar, no domínio técnico-pedagógico uma área própria de competência para os professores e seus órgãos representativos”.

Isso significa, segundo o autor, que do ponto de vista formal, deve haver a co-existência de três tipos de órgãos, baseados em legitimidades diferentes: os órgãos de participação comunitária, cuja base de legitimidade é o direito de participação do cidadão no controle social do serviço público de educação e que deve exercer poderes descentralizados. Os órgãos técnicos de gestão, cuja base de legitimidade é a qualificação e a escolha para o exercício dos respectivos cargos. Estes órgãos exercem poderes delegados quer por outros órgãos de gestão da escola, quer pela própria administração. E os órgãos técnico-pedagógicos, cuja base de legitimidade é o saber especializado dos professores no domínio técnico-pedagógico e que exercem um poder profissional.

Um outro fundamento destacado por Barroso⁴⁷ (1997) o da participação, significa, segundo o autor, “a diminuição da dependência vertical das escolas, em relação à administração central e regional, que constitui um dos elementos essenciais da sua autonomia, e deve ser acompanhada de uma maior integração horizontal na comunidade local”. Esta integração pressupõe, além do envolvimento dos pais e da comunidade escolar, também a sua co-responsabilidade no processo educacional, o que naturalmente exige o estabelecimento de normas de conduta para a participação direta entre os membros integrantes do processo.

A questão da liderança é tratada por Barroso⁴⁸ (1997) da seguinte maneira: “se a autonomia exige participação, ela exige, também o desenvolvimento do ‘sentido de gestão’ na organização e funcionamento da escola e a emergência de formas explícitas de liderança (individuais ou coletivas) capazes de empreenderem as mudanças que a autonomia obriga”. Essa liderança não pode ser vista como incompatível com a participação, pois é uma de suas condições e sendo assim tem um papel fundamental na organização da autonomia, quer seja enquanto mobilização social dos diferentes atores ou na regulação dos complexos processos de ajustamentos de interesses, idéias e de estratégias à construção de um projeto comum.

⁴⁷ ALMEIDA, A.M.F.P.M; CALDEIRA, A. M. A; RIBEIRO, R. Textos para estudos e tarefas. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Formação Continuada de Educadores – Delegacia de Ensino de Avaré, 1998, p.21.

⁴⁸ Idem p. 23

Da mesma forma, Barroso⁴⁹ (1997) salienta a importância da qualificação enquanto fundamento para que se possa construir a autonomia. É necessário que os membros melhorem os seus conhecimentos sobre o funcionamento e sobre as regras e estruturas que fazem parte da escola. Esta aprendizagem organizacional (da e pela organização) constitui, segundo o autor: “um instrumento necessário para que os atores de uma organização conheçam o seu próprio campo de autonomia de um modo como está estruturada, condição para fazer das ‘autonomias individuais’, ‘autonomias coletivas’”. Além disso, torna-se necessário, qualificar todos os que desempenham cargos de gestão e em particular os que desempenham funções de gestão de topo. Para isto, sugere-se a formação em serviço, a qual deve ser estendida aos funcionários da escola e aos membros do conselho da escola, para que possam desempenhar corretamente as suas funções.

Por fim, João Barroso adota como princípio a flexibilidade dos “modelos” de gestão escolar, “em função das características dos estabelecimentos de ensino e das suas comunidades, mas no respeito inequívoco de grandes princípios e normas gerais, comuns a todos eles”. Esta flexibilidade é necessária para permitir margens de ajustamento nas práticas de gestão, ou de direção de escola, e faz parte do próprio conceito de autonomia, enquanto modo de autogoverno.

Na presente realidade estudada, isto é, na Emei “Florípes Silveira de Souza”, apesar de a escola não possuir verba própria, não possuir ainda a A.P.M. registrada em cartório, o que possibilitaria o repasse de verbas e conseqüente autonomia financeira e a documentação ser solicitada pela Secretaria Municipal da Educação, para onde a diretora deve apresentar e entregar os documentos burocráticos com prazos estipulados e a unidade escolar ficar atrelada a subordinação deste órgão municipal, ou seja, tem que ter a permissão dessa Secretaria para executar muitas de suas ações, acredito que tenha sido possível legitimar o trabalho coletivo na escola, como é possível verificar durante a descrição sobre a construção deste trabalho de pesquisa.

Quanto a participação, a liderança, a qualificação e a flexibilidade, também concordo com o autor quando este afirma que é necessário a maior participação da comunidade local, dos professores, dos funcionários, dos alunos e dos pais destes.

⁴⁹ ALMEIDA, A.M.F.P.M; CALDEIRA, A. M. A; RIBEIRO, R. Textos para estudos e tarefas. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Formação Continuada de Educadores – Delegacia de Ensino de Avaré, 1998, p.23.

Tem que haver maior integração entre todos os envolvidos no processo educacional da unidade escolar, pois todos são responsáveis pelo avanço ou estagnação deste processo.

Durante o processo de construção de autonomia, surgem as lideranças, capazes de empreender as mudanças necessárias e há também a mobilização social dos diferentes atores visando à construção de um projeto comum.

Em relação à qualificação, esta é responsável pelo aumento do conhecimento dos membros participantes do processo de mudança organizacional. É um importante instrumento para que os atores, neste caso de uma escola, conheçam o seu próprio campo de autonomia. E como não poderia deixar de ser, tem que haver a flexibilidade, em função das características dos estabelecimentos de ensino e de sua comunidade, a qual permite os ajustes necessários nas práticas de gestão escolar, bem como na realidade estudada onde o objetivo é construir democraticamente, com todos os parceiros responsáveis pela qualidade de ensino da Emei “Florípes Silveira de Souza”, o tão sonhado projeto político-pedagógico.

O papel do diretor de escola de educação infantil no município de Bauru

Remeter a esse tema faz-se muito importante, pois, é necessário refletir sobre a importância e o papel dessa pessoa na unidade escolar. Mas, numa escola pública como essa a que se refere o trabalho, qual seria o termo apropriado: Diretor de escola ou Gestor?

Na empresa⁵⁰, com certa segurança, o administrador pode ser intitulado de gestor. O termo gestor, com significado bem mais abrangente que o de diretor de escola, significa ter um poder amplo de decisão, que muitas vezes o diretor de escola municipal de educação infantil em Bauru não possui, ficando apenas com o poder de decisões que incidem sobre o cotidiano escolar, pequeno, trivial, executando ordens, regulamentos e orientações ou circulares enviadas pela Secretaria Municipal da Educação.

⁵⁰ SANTOS, C. R. O gestor educacional de uma escola em mudança, 2002, Pioneira: SP.

Por outro lado, o gestor basicamente cumpre o papel de administrador, caso que não se aplica ao diretor de uma unidade escolar pública, como esta que está sendo estudada neste trabalho.

O diretor de escola municipal de educação infantil em Bauru cumpre também o papel de coordenador pedagógico, secretário, líder, entre tantos outros, os quais serão vistos no decorrer deste trabalho, a fim de proporcionar um ambiente agradável para ele, para os funcionários, alunos e comunidade escolar que freqüentam o ambiente.

Desta forma, predominará neste trabalho o termo diretor de escola, uma vez que a realidade pesquisada refere-se a uma escola de educação infantil, pertencente à Rede Municipal de Educação de Bauru, com perspectivas de se tornar um Sistema Municipal, mas ainda galgando esforços nesse sentido.

A realidade escolar é fruto da ação humana criada historicamente. Toda comunidade tem uma história em seu processo de construção, porém, isso não quer dizer que essa realidade não possa ser modificada qualitativamente através da ação dos atores, pois a realidade nas escolas também é passível de mudanças com a intervenção da ação humana.

A compreensão do cotidiano das ações escolares, levando em conta, também, o sistema e o sujeito que os constrói, é fundamental para o sucesso da escola. Uma escola de sucesso, ainda que seja tímida não coisifica⁵¹ o humano, pelo contrário, humaniza suas relações dando significado às suas participações.

O diretor precisa ter a dimensão do diálogo e da participação. A escola necessita de um diretor que seja capaz de transforma-la numa organização comprometida com a qualidade do ensino e que permita a todos o domínio do saber.

O processo pedagógico-administrativo que se desenvolve nas escolas, quando de natureza crítica, situa o diretor como agente transformador e torna possível ao coletivo participar dos processos educacionais e intervir em seus resultados.

A figura do diretor de escola está diretamente ligado à transparência das ações educacionais e sociais da comunidade onde está inserida. Devido à sua função operacional, as responsabilidades convergem e divergem em relação à figura do diretor, que enfrenta pressão no cotidiano escolar, tanto do sistema de ensino (no

⁵¹FREIRE, P. Pedagogia do oprimido, 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

nosso caso, Rede) quanto da própria sociedade. Portanto, as decisões tomadas devem estar embasadas na legislação vigente, no equilíbrio, na coerência e no bom senso.

O diretor de escola deve garantir a participação da equipe na construção de propostas e projetos que sejam compartilhados e estar em sintonia com a aprendizagem dos alunos. Mesmo que a escola tenha obstáculos institucionais, estes não impedem que se desenvolva o trabalho pedagógico com qualidade. Ainda que a legislação educacional mantenha um sistema hierarquizado nas funções dos cargos existentes é fundamental considerar que o diretor de escola antes de ser administrador é um educador.

A habilidade de educador em um diretor faz toda a diferença. E é assim que me sinto, uma educadora.

Entre o trabalho do diretor e do professor não pode haver competição. O diretor tem que garantir ao professor a liberdade de trabalho que permita o uso de seu conhecimento, de sua capacidade de raciocínio, de suas decisões pedagógicas, de sua criatividade e capacidade para a mudança.

Aí está o desafio. Fazer da escola um espaço que dignifique a todos. Um local de reflexão, com todas as capacidades e potencialidades do educador e do aprendiz; um local privilegiado.

Dessa forma, o diretor, como educador, deve apoiar-se na competência e não na autoridade legal que o cargo lhe atribui, para desenvolver com a equipe os projetos que dêem sentido ao trabalho pedagógico.

O diretor deve criar ou propiciar um ambiente estimulador de participação através de um processo que se efetiva a partir de ações especiais para, segundo Lück (1996, p. 20):

- ✓ Criar uma visão de conjunto associada a uma ação de cooperação,
- ✓ Promover um clima de confiança,
- ✓ Valorizar as capacidades e aptidões dos participantes,
- ✓ Associar esforços, quebrar arestas, eliminar divisões e integrar esforços,
- ✓ Estabelecer demanda de trabalho centrado nas idéias e não nas pessoas,
- ✓ Desenvolver a prática de assumir responsabilidades em conjunto.

Não é mais possível desconsiderar a importância do processo educativo para o desenvolvimento econômico e social. A sociedade e, em especial as classes

populares, devem ter garantido o acesso ao saber escolarizado, de forma que possam participar ativamente nos processos de mudanças resultantes da evolução tecnológica.

A educação, como prática escolar, necessita ser repensada no sentido de que sua função se volte para o desenvolvimento das capacidades do cidadão e que os mesmos aprendam os conteúdos necessários para a compreensão da sua realidade. Esse domínio é importante para que o homem possa participar de relações sociais, políticas e culturais cada vez mais diversificadas que lhe garantam o exercício da cidadania na construção de uma sociedade democrática.

A cada novo ciclo de transformações, o próprio desenvolvimento conduz a necessidade de aumentar a informação e o conhecimento. Nesse processo, a escola tem que assumir a função de ajuda intencional, sistemática, planejada e continuada para os alunos.

As escolas públicas, de modo geral e a Emei “Florípes Silveira de Souza” em especial, têm uma clientela constituída pelas classes populares com costumes, hábitos e valores que exigem dela procedimentos que lhes dêem novos significados e ajuste as suas funções a essa realidade. Há a necessidade de se buscar na comunidade as informações necessárias para que a escola, ao elaborar sua proposta, leve em consideração os interesses desta clientela.

No dia a dia do administrador da educação é possível entender que não basta um batalhão de professores disponíveis. Não é necessário um exército de desqualificados; o que as escolas formadoras e o sistema de ensino precisam oferecer é apenas o professor bem formado, que seja capaz de desenvolver suas tarefas com as camadas que freqüentam a escola.

Quando isso não ocorre, a unidade escolar precisa propor atividades de capacitação em serviço, em educação continuada, a fim de suprir as necessidades dos profissionais em relação ao trabalho com a clientela. E, o diretor de escola, frente aos novos processos de produção e as novas exigências na qualificação do cidadão, tem uma função social muito importante. O seu desempenho vai depender muito dos procedimentos administrativos que venha a adotar.

O diretor, na liderança de sua comunidade e com competência técnica, não deve perder a oportunidade de trabalhar em equipe para fazer chegar à sala de aula a informação e o conhecimento.

Ele deve organizar a ação pedagógica buscando a autonomia do fazer educativo. Entende-se que esta busca tem que ser um fato de reflexão coletiva sobre a prática na escola, não perdendo de vista a relação ação-reflexão-ação, próprias da atividade do homem.

O diretor não precisa ter o domínio sobre todos os conteúdos disciplinares, nem seria possível, mas é fundamental que desencadeie o processo de agir e refletir, refletir e agir sobre o ensino que se oferece na escola para melhorar a apropriação dos conhecimentos essenciais. Ele precisa facilitar e garantir a contribuição de todos da equipe nas reflexões e nas decisões, e isto acontece durante as discussões realizadas com os profissionais da Emei “Florípes Silveira de Souza”.

A administração participativa democratiza o espaço escolar, elimina os conflitos presentes no cotidiano das escolas. Os participantes do processo sentem-se co-responsáveis pelos resultados e melhora o desempenho e o compromisso em relação às funções sociais na relação professor-aluno.

A mim, diretora da escola, cabe também abrir o espaço escolar à participação da comunidade através de seus representantes: Conselho de Escola, Associação de Pais e Mestres, Associação de Moradores, entre outros. Esta tem sido uma relação tímida na Emei “Florípes Silveira de Souza”, pois não existia na escola uma cultura de participação da comunidade, e aos poucos estamos conquistando os pais.

Com uma certa timidez, a qual acredito que faça parte do processo de construção de vínculos, os pais começaram a participar ativamente da escola. O diretor precisa abrir o espaço para uma participação significativa que contribua com o saber da comunidade.

Na unidade escolar o trabalho realizado com a comunidade possibilitou o retorno da participação desta na escola através de cursos de geração de renda. Com esta proposta, os pais sentiram-se mais a vontade para ir em busca de informações, colaborar com pequenos serviços que eram necessários na unidade escolar (conserto de torneiras, colocação de cortinas, entre outros) bem como participar com suas opiniões e decisões nas reuniões de pais e de A.P.M.

Segundo Ferreira⁵² (1998): “O diretor de escola exerce funções importantes, pois é ele quem faz o elo entre a escola e a comunidade, eliminando

⁵² FERREIRA, A. F. Diretor de Escola: Autonomia e Democratização. Dissertação de Mestrado, UNESP - Marília, 1998.

todas as possíveis barreiras para que se possa dizer que existe ali o sentimento de pertencer”.

Quando há o sentimento de “fazer parte”, as pessoas se comprometem com os resultados. O indivíduo só tem vontade de fazer cada vez melhor em algo do qual faz parte; algo pelo qual possa ter reconhecimento e por isso compromete-se com o trabalho.

É importante que todos os representantes da comunidade pertençam ao contexto escolar e o diretor deve propiciar essa ocorrência.

Segundo Furtado⁵³ (2006): “Liderança é a habilidade de influenciar pessoas, por meio de comunicação, canalizando seus esforços para a consecução de um determinado objetivo”.

O líder, conforme o autor (2006), deve possuir três habilidades:

- 1- Habilidade Técnica – a qual engloba a capacidade de aplicar conhecimentos na prática,
- 2- Habilidade Humana – capacidade de trabalhar com outras pessoas, compreendendo-as e motivando-as tanto individualmente como em grupo,
- 3- Habilidade Conceitual – capacidade mental para analisar e diagnosticar situações complexas.

Liderar é descobrir e potencializar possibilidades a partir das diferenças, assim, a liderança é uma competência que se adquire, se pratica, se desenvolve e se modela continuamente, tendo segundo Furtado⁵⁴ (2006), cinco princípios-chave:

- 1- A capacidade de desafiar o processo,
- 2- A sensibilidade para permitir o desempenho do outro,
- 3- A atenção sistemática para ir modelando o caminho,
- 4- A força motivacional para inspirar a partilha da visão,
- 5- A coragem para gerir através do binômio razão-corção.

Para alcançar esses princípios, o professor e o diretor, enquanto líderes, precisam ser essencialmente estrategistas. Pode-se definir estratégia segundo o autor acima como: “a formulação dos movimentos e ações necessários para atingir um objetivo”. É necessário, porém, reconhecer que a estratégia necessita ter três elementos importantes que a compõem: “o tempo, a informação e o poder”⁵⁵.

⁵³ FURTADO, J. C. 7ª Jornada de Educação do Interior Paulista. Marília, 2006.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Ibidem.

O tempo precisa ser bem administrado pelo líder, que ao mesmo tempo, precisa conhecer e respeitar o tempo das outras pessoas.

A sociedade está deixando de ser da informação e passando para a sociedade do conhecimento. Desta forma, o líder precisa desenvolver em si mesmo e em sua equipe, a filtragem, a seleção, a organização, a aglutinação e a síntese das informações disponíveis.

Poder é a capacidade de um agente produzir determinados efeitos, sendo uma decorrência da relação social entre pessoas, grupos ou organizações, onde uma das partes controla a outra.

O poder, por sua vez, é sempre limitado. Logo, não pode ser exercido sem estratégias. É necessário também que o líder tenha consciência do seu “não poder” para se tornar um bom estrategista.

Esse não poder refere-se à ação coletiva de participação na unidade escolar, pois segundo Lück (2005, p. 17):

Ao se referir às escolas e sistemas de ensino, o conceito de gestão participativa envolve, além dos professores e funcionários, os pais, os alunos e qualquer outro representante da comunidade que esteja interessado na escola e na melhoria do processo pedagógico.

O conceito de gestão já pressupõe a idéia de participação, ou seja, do trabalho associado de pessoas analisando situações, decidindo sobre seus encaminhamentos e agindo sobre eles em conjunto.

O diretor de escola necessita ter clareza sobre qual o tipo de gestão (autoritária ou democrática) pretende encaminhar na unidade escolar na qual trabalha. Na gestão participativa, os diretores agem como líderes pedagógicos e como líderes em relações humanas.

Como líder pedagógico, apóia o estabelecimento das prioridades, avalia, organiza e participa dos programas pedagógicos de desenvolvimento de funcionários e também enfatiza a importância dos resultados alcançados pelos alunos.

Como líder em relações humanas, enfatiza a criação e a manutenção de um clima escolar positivo e busca a solução de conflitos, administrando disputas pessoais. Porém, é necessário levar em conta segundo LITTLE (1987, apud LÜCK, 2005, p.26) que:

A motivação, o ânimo e a satisfação não são responsabilidades exclusivas dos diretores. Os professores e os diretores trabalham juntos para melhorarem a qualidade do ambiente, criando as condições necessárias para o ensino e a aprendizagem mais eficaz [...] As escolas onde há integração entre os professores tendem a ser mais eficazes do que aquelas onde os professores se mantêm profissionalmente isolados (termo – gestor alterado por diretor, em face de escolha feita para este trabalho).

Como diretora da Emei “Florípes Silveira de Souza” foi necessário observar e ficar atenta a dois elementos constantes existentes nas propostas educacionais em mudança: a contextualização, que perde o seu sentido quando considerada fora da sua realidade e a transformação a qual se dá utilizando elementos tecnológicos para responder às modificações exigidas pela sociedade. Desta forma, é necessário partir do ponto de vista Real da situação para o Ideal, ou seja, o que se almeja para esta unidade escolar.

É necessário então, conhecer a situação efetiva da realidade da administração escolar, saber o que faz e o que anseia o diretor e a equipe da escola e estabelecer o que seria desejável e necessário para possibilitar à escola responder satisfatoriamente aos desafios de uma sociedade em mudança.

O papel do diretor de escola, hoje, é muito mais de um líder que de um burocrata. Ele necessita assumir a direção da escola como um participante ativo da comunidade escolar com compromisso assumido com a instituição e seus membros. Segundo Santos (2002): “A escola precisa mudar rapidamente para não entrar em colapso”.

O diretor escolar, como um líder, deve conhecer e provocar mudanças positivas na escola entendendo-a como uma organização que tem várias partes interligadas e interagentes; compreendendo que esta organização é composta por três elementos completamente integrados entre si e com o meio ambiente: a estrutura, a tecnologia e o comportamento⁵⁶.

Para entender: A estrutura, na qual se define o papel da organização do ambiente, do indivíduo na organização e dos relacionamentos entre os elementos. A tecnologia, onde as pessoas encontrarão os recursos de que necessitam para cumprir o seu papel e as especificidades das suas atribuições. O comportamento das pessoas que possuem o conhecimento e a competência para realizar um trabalho.

⁵⁶ FURTADO, J. C. 7ª Jornada de Educação do Interior Paulista. Marília, 2006

Para manter a sintonia entre esses elementos, a escola requer diretores dinâmicos, criativos e capazes de interpretar as exigências de cada momento e instaurar condições mais adequadas de trabalho na instituição escolar.

A autonomia da escola, prevista em legislação de ensino, depende em grande parte da competência de seus diretores para que a escola possa acompanhar as transformações que ocorrem na sociedade e também para intervir nelas. Isso só é possível se a gestão se der de forma aberta e participativa.

A gestão democrática, prevista na Constituição Federal (artigo 206, inciso VI) e na LDB (artigo 3.º, inciso VIII), somente será praticada se o diretor educacional for preparado para isso, na fase inicial de sua formação e no processo de formação continuada em serviço.

O diretor deve fazer um diagnóstico da realidade educacional, identificando seus problemas principais para conceber os encaminhamentos adequados; para isso, faz-se necessário uma formação realista e crítica.

Segundo Santos (2002, p. 03):

O administrador deve saber olhar para o futuro e perceber as tendências de mudança, aprender a “investigar”, “analisar” e “interpretar” os novos desafios, enfrentando o novo, o desconhecido, com alguma margem de segurança. A experiência é muito importante, se associada à capacidade de reflexão sobre a própria ação, mesmo porque o que se constata, hoje, é que os dirigentes escolares têm se beneficiado muito pouco dos avanços teóricos da área para melhorar sua prática.

As atribuições legais, embora exijam do diretor de escola municipal de educação infantil em Bauru maior ênfase no trabalho pedagógico (atividade-fim), acabam dando margem a predominância do trabalho administrativo-burocrático (atividade-meio) por força das tarefas rotineiras e documentos exigidos pela Secretaria Municipal da Educação: prontuários, freqüências, relatórios, levantamento de alunos matriculados, desistentes, entre outros solicitados. Vale lembrar nesse momento, que na escola pesquisada, assim como em tantas outras da mesma Rede, não há secretária (o) de escola e desta forma, o diretor desempenha essa função.

Porém, é certo que não pode haver conflito ou oposição entre o pedagógico e o administrativo. Não se pode priorizar um em detrimento do outro e, desta forma, o diretor deve estabelecer as prioridades e quais as questões e atividades poderão ser delegadas e executadas por outros funcionários. Organizando

seu tempo e serviço, distribuindo tarefas, criando e usando mecanismos modernos e mais adequados de registro e de controle, o diretor poderá dedicar-se mais ao aspecto pedagógico.

Na Educação Municipal Infantil de Bauru, falar em coordenador do trabalho pedagógico é falar sobre o trabalho desempenhado pelo diretor de escola. É falar sobre sua competência em desempenhar as funções que lhe são atribuídas no cargo e também sobre a responsabilidade que ele tem em manter a união da equipe, em enfrentar desafios e em solucionar os conflitos. Lembrando que, não há aprendizado sem conflitos.

Segundo Vasconcellos (2004, p.150) “mudar a prática educativa implica alterar concepções enraizadas e, sobretudo, enfrentar a “roda viva” já existente”.

O projeto político-pedagógico da escola faz parte deste campo como um instrumento teórico-metodológico a ser disponibilizado, (re) construído e utilizado por aqueles que desejam efetivamente a mudança.

Os professores formam um grupo e, mesmo considerando a individualidade de cada um, o grupo interfere na atividade do professor, que se norteia de acordo com as relações estabelecidas nesse espaço de interação.

Para se obter um grupo é necessário ter um objetivo comum e não apenas uma somatória de pessoas. Os professores devem ser liderados por um coordenador pedagógico, que como já fora dito anteriormente, neste caso é a diretora de escola. É necessário reunir a equipe semanalmente ou quinzenalmente, traçar tarefas, planejar ações e avaliar os resultados.

É muito importante que as reuniões tenham um tema a ser discutido e estudado, uma tarefa a ser desenvolvida, pois só se constrói o grupo pela realização de tarefas na busca de objetivos comuns.

Em relação ao grupo, há um cuidado muito importante a ser observado. Segundo Souza (2001, p. 29):

É preciso muito cuidado para abordar com os professores questões relativas a sua atividade docente. Não se pode apontar os erros diretamente antes da construção de vínculos. Só quando os vínculos estão estabelecidos é que se torna possível lidar com as críticas, expor os não saberes, confrontar-se com as faltas.

De acordo com Madalena Freire (1993) há três movimentos durante o processo de formação do grupo. Esses movimentos não indicam a qualidade do

grupo, porém, fazem parte de uma construção efetiva: “se não há movimento, não há construção”.(SOUZA, 2001, p.31):

- No primeiro movimento o grupo é um amontoado de pessoas, que se juntam no mesmo espaço, com determinada finalidade. O grupo acredita que o coordenador sabe tudo e irá provê-lo em suas necessidades.

- No segundo movimento, os componentes do grupo percebem suas diferenças e começam a divergir. As pessoas começam a assumir uma identidade própria, percebendo-se diferentes dos demais e querendo expressar essa diferença. A relação com o coordenador se humaniza, pois o grupo percebe a sua limitação e o aceita como alguém que pode ajudar o grupo, mas não provê-lo de todas as necessidades ou resolução de todos os problemas.

- No terceiro movimento, as divergências são exercitadas. Enxerga-se e aceita-se o outro com suas diferenças e o exercício da crítica passa a ser constante, pois há intimidade suficiente para criticar.

O caminho, no início do processo da construção do projeto político-pedagógico, deve ser o estudo de teorias sobre o tema escolhido em equipe, cujos textos também precisam estar adequados ao grupo naquele momento, demandando outra escolha do diretor, que à semelhança do professor, terá de saber mais sobre o tema que seus professores-alunos, e, portanto, terá de estudar muito sobre o assunto.

Num primeiro momento, ao se propor o estudo de um texto, as pessoas sentem-se inseguras para expressar seus entendimentos sobre o assunto e forma-se um silêncio absoluto. Tanto o medo quanto o silêncio, vão sendo superados com a construção do vínculo, oportunizada pelo diretor e também com a própria compreensão do texto.

O diretor de escola deve garantir a igualdade de participação entre todos os membros do grupo; controlar os mais falantes, dar voz aos silenciosos, viabilizar a crítica construtiva, sempre tendo como objetivo a tarefa determinada.

Freire (1993) ainda ressalta cinco papéis desempenhados pelos membros do grupo que podem ser observados: o silencioso, o líder de mudança, o líder de resistência, o bode expiatório e o porta-voz.

O silencioso cristaliza os silêncios do grupo, mantendo escondido àquilo que não pode ser dito. O líder de mudança enfrenta as dificuldades, os conflitos que surgem e aponta as soluções, favorecendo o crescimento. O líder de resistência, ao

contrário do líder de mudança, impede o grupo de avançar, na medida que retoma questões já resolvidas como uma nova problemática. O porta-voz é aquele que capta os mal-estares do grupo e explicita-os, possibilitando que se trabalhem os conflitos. O bode expiatório funciona como um depósito das questões que o grupo não pode, não consegue ou não quer enfrentar; é o depositário de tudo o que é ruim no grupo.

Para a referida autora, tanto os movimentos como os papéis são dinâmicos e precisam ser identificados e trabalhados pelo coordenador do grupo, a fim de promover o seu crescimento. Lidar com o grupo significa lidar com as diferenças, conseqüentemente, equivale a enfrentar conflitos e buscar caminhos para supera-los.

Pode-se entender a importância do grupo, segundo Souza (2001, p. 33):

Como sujeitos constituídos pelas relações de mediação que estabelecemos com o mundo à nossa volta, somos seres únicos, situados, e, portanto, com um jeito próprio de ser em todas as instâncias em que atuamos. Assim, um espaço de desenvolvimento e aprendizagem efetivos só existe de fato quando se contemplam as divergências. Afinal, é o pensamento divergente que propicia avanços no campo do conhecimento, enquanto que a convergência tende a manter as coisas como estão. Se quisermos que nossos professores considerem a heterogeneidade de seus alunos, é preciso que o coordenador desenvolva um trabalho com o grupo de professores que considere suas diferenças.

A identidade se constrói na alteridade e não na confusão de idéias, posicionamentos e personalidades. Cada instituição deverá traçar o seu caminho, o seu projeto político-pedagógico, porém, este caminho poderá ser tanto mais interessante quanto maior a oportunidade de diálogo com outros sujeitos também posicionados.

Reafirmando, o projeto político-pedagógico é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se objetiva na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar, a partir de um posicionamento quanto à sua intencionalidade e de uma leitura da realidade. Trata-se de um importante caminho para a construção da identidade da instituição.

Segundo o pensamento de Vasconcellos (2004), embora toda ação pedagógica seja também política por visar a formação do cidadão, manter o termo político não se torna redundância, pois não se deve esquecer dessa dimensão decisiva no trabalho educativo e na sociedade como um todo.

Além disso, segundo o autor (2004, p. 20):

A omissão do termo político pode ser mais um fator de distorção, por induzir ao engano de restringir o projeto a uma tarefa técnica, da qual somente especialistas ou profissionais da área poderiam participar na elaboração, deixando, portanto, de fora segmentos importantes como os alunos e a comunidade. Ser político significa tomar posição nos conflitos presentes na Polis; significa, sobretudo, a busca do bem comum. Não deve ser entendido no sentido estrito de uma doutrina ou partido.

O diretor municipal de educação infantil deve estar atento a essa questão, pois é exatamente esse o objetivo da construção do projeto político-pedagógico. Deseja-se que pais e comunidade estejam unidos, somando forças com os profissionais da unidade escolar a fim de transformar a realidade escolar, estabelecendo a sua identidade.

Ainda nas palavras de Vasconcellos (2004, p.21): “O projeto é um instrumento de luta!”. Não basta fazer um projeto, é necessário o comprometimento com o trabalho, o compromisso com valores, princípios e com a visão da realidade num eterno agir-refletir-agir.

O relacionamento entre líder e liderados não é tarefa fácil; ao contrário, é complexo e deve ser harmiosamente recíproco. No objetivo de buscar e manter o sucesso da escola é necessário haver uma organização unida, uma boa comunicação entre as partes, corrigir as ações incorretas em momentos oportunos e agir visando alcançar os objetivos elencados pelo grupo.

A “confiança é o cimento fundamental que mantém uma organização unida”⁵⁷, portanto os líderes têm que ser confiáveis, ponderados e justos em suas relações. A liderança se constrói na habilidade em envolver as pessoas, no exercício da perspicácia e da sensibilidade, motivando as pessoas para realizar ações em busca dos objetivos comuns.

A construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico na Emei “Florípes Silveira de Souza”

Quando nos deparamos com novos ambientes, novas pessoas, com um novo trabalho, ou seja, com alguma atividade ou situação nova, podemos ter a

⁵⁷ LÜCK, H. et all. A escola participativa – O trabalho do gestor escolar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p.40.

sensação inicial de insegurança. Espontaneamente realizamos uma sondagem inicial a respeito do que nos cerca, fazemos interpretações sobre a situação encontrada e traçamos planos de ação. Comigo não foi diferente quando ingressei na unidade escolar, portanto, a sondagem e a interpretação de dados constituíram-se em etapas essenciais para que pudesse, de forma consciente, agir e buscar resultados positivos para as ações que seriam traçadas.

A construção do projeto político-pedagógico e a autonomia para a elaboração do mesmo na Emei iniciaram e se entenderam com estudos referentes à legislação educacional (CF/88, LDB/96, Estatuto do Magistério, Regimento das Escolas Municipais de Bauru, entre outros) e com estudos sobre a Educação Infantil, Projeto Político-Pedagógico, Gestão Democrática, Autonomia e Participação, a fim de que a equipe obtivesse informações teóricas sobre o tema o qual estava sendo trabalhado na escola, ou seja, a construção do projeto político-pedagógico e que para muitos profissionais causava certa estranheza, por se tratar da elaboração do projeto, tão falado e ao mesmo tempo tão misterioso, e pelo qual não possuíam domínio sobre a literatura que iria possibilitar a efetiva construção do mesmo.

No final do ano de 2004, após o levantamento realizado com as professoras em outubro do mesmo ano, cujo objetivo era investigar os motivos que levaram à escolha da profissão, a qual já fora relatado anteriormente, realizei um novo levantamento, desta vez com todos os membros da equipe escolar, a fim de verificar o que as mesmas estabeleciam como metas de trabalho a serem atingidas para a melhoria dos aspectos físicos, pedagógicos e sobre a participação dos pais na unidade escolar, com o propósito de iniciar o processo de construção do projeto político-pedagógico partindo da realidade pesquisada.

Os dados encontrados neste levantamento expressavam o desejo da equipe em alcançar algumas metas para a unidade escolar e que necessariamente deveriam envolver a aquisição de conhecimentos específicos para mobilizar a conscientização dos pais, a integração da equipe interna e o levantamento das necessidades pedagógicas prioritárias para que a construção do projeto político-pedagógico fosse coletiva e eficiente.

Abaixo seguem alguns depoimentos das profissionais, os quais sustentaram as diretrizes do trabalho de construção do projeto político-pedagógico da unidade escolar enquanto realidade única e com seus desafios a serem vencidos.

“Espero que haja a conscientização dos pais quanto à importância da contribuição espontânea da APM para a Unidade Escolar”.

“É importante a aquisição de conhecimentos referentes aos conteúdos e seqüência de atividades importantes a serem desenvolvidas por turma”.

“Acredito que seria melhor mudar o semanário e registrar as atividades com os alunos através de relatórios”.

“Precisamos da construção da quadra de esportes, construção da casa da boneca, aquisição de jogos e brinquedos, ampliação e reforma do prédio da escola e a adequação do mesmo para os alunos portadores de necessidades educacionais especiais, para que haja o atendimento com dignidade às crianças portadoras dessas necessidades”.

“Cursos na área de alfabetização, capacitação continuada e em serviço dos profissionais que atuam na unidade escolar”.

“Integração da comunidade, equipe de profissionais, alunos e pais a fim de criar um ambiente harmonioso e agradável para todos, construção de um trabalho pedagógico coletivo na unidade escolar com a participação efetiva dos pais”.

“Tem que haver a construção coletiva e consciente do projeto político-pedagógico”.

Deste levantamento inicial percebi que havia pessoas dispostas a trabalhar em conjunto e que seria possível construir o projeto político-pedagógico, não só como é orientado teoricamente, mas acima de tudo, como acreditava que deveria ser. Essas questões nortearam minhas decisões a ponto de decidir expor ao grupo sobre o significado do trabalho em equipe, onde todos pudessem opinar e decidir sobre as estratégias e ações que seriam desencadeadas no decorrer do processo de construção do projeto político-pedagógico na unidade escolar.

A Unidade Escolar passou então, a experienciar a gestão compartilhada, participativa, onde as informações recebidas da Secretaria Municipal da Educação eram socializadas com toda a equipe. Quando se fala em equipe, é bom lembrar que todos os membros da escola fazem parte desta equipe, ou seja, diretora, professoras, serventes, merendeiras, funcionárias readaptadas e auxiliar de dentista. Para as funcionárias essa experiência foi gratificante a olhos vistos, pois antes do meu ingresso como diretora, elas não participavam das reuniões pedagógicas na escola. Cabia a elas durante as reuniões, realizar a faxina de limpeza nas salas de aula, da cozinha, dos banheiros e das demais salas.

A partir do momento que iniciei como diretora da unidade escolar, nas reuniões pedagógicas que aconteciam uma vez por mês, a participação de todas as funcionárias era extremamente importante. Não havia mais distinção de cargos, pois naquele momento da reunião todas participavam como membros de uma mesma equipe, com opiniões diferentes, mas com oportunidades iguais de decisão. Com isso, alcançavam-se consensos mesmo em assuntos mais polêmicos.

Dessa maneira, o grupo, que já possuía um vínculo afetivo profissional fortemente estabelecido, foi se fortalecendo cada vez mais.

Nessa linha, o trabalho se estendeu durante o ano de 2005 e segue até o presente momento (2007), sem perder de vista que a construção e o fortalecimento do vínculo profissional e afetivo é fundamental e importantíssimo para o trabalho em grupo. Não é possível haver harmonia no trabalho em equipe com imposições de regras e autoritarismo.

Essa relação horizontal construída favoreceu o cumprimento de tarefas de cada cargo, pois todos os membros do grupo sentiram-se importantes em desempenhar os seus trabalhos, cumprindo suas atribuições de maneira cooperativa. O que se notava é que todos estavam conscientes da importância de suas funções e que o trabalho individual não satisfatório poderia comprometer o resultado do coletivo.

No final do ano de 2004 e no ano de 2005 também foram realizadas avaliações com a equipe a fim de verificar pontos positivos e outros a serem revistos sobre o andamento das ações na unidade escolar.

Dentre as indagações estava presente à questão sobre o meu desempenho enquanto diretora da escola. Pôde-se constatar que a aceitação da equipe deu-se de maneira muito rápida, pois em apenas três meses todos estavam confiantes e seguros que o meu trabalho iria fluir com transparência e determinação.

Assim, iniciei com a equipe a construção do projeto político-pedagógico a partir dos estudos e temas referentes à Educação Infantil. O grupo teve oportunidade de estudar e questionar sobre o modo como trabalhar na educação infantil, seus objetivos, como planejar os conteúdos e como enfrentar a realidade que hoje se apresenta.

Nos primeiros encontros para estudos as discussões se davam nas reuniões pedagógicas que aconteciam uma vez por mês, conforme o calendário oficial da Secretaria Municipal da Educação. Essas reuniões não se destinavam

apenas aos estudos, mas envolviam a discussão do próprio planejamento escolar e outras atividades importantes e necessárias para a unidade escolar.

Na qualidade de diretora, elaborava a pauta e coordenava os trabalhos. Também muitos dos assuntos estudados eram trazidos por mim dos Congressos que participava, ou por leituras que realizava. Embora a equipe não dispusesse do material previamente, as discussões e argumentações eram muito ricas e a equipe toda participava com muito entusiasmo. Após duas reuniões nesses moldes, o grupo reivindicou para que fosse alterado o procedimento dos estudos e sugeriram que todos tivessem acesso aos textos dos teóricos específicos antes da reunião pedagógica a fim de estudá-los com antecedência. Foi um passo muito importante para o crescimento do grupo.

Além deste estudo mensal, havia também os estudos semanais com as professoras que exerciam a atividade extraclasse. Esses estudos seguiam o mesmo procedimento das reuniões pedagógicas mensais.

Com a obra de Celso Antunes⁵⁸, iniciei o trabalho de estudos na unidade escolar com toda a equipe, por tratar do assunto “Educação Infantil” de maneira tão clara, simples e pertinente à realidade e com linguagem bastante acessível à compreensão dos educadores.

Iniciando pela Educação Infantil, a qual para nós é a fase mais importante da criança, concordo com Antunes (2004, p.41) quando ele faz a seguinte afirmação: “A educação infantil é tudo e o resto é quase nada e, portanto, não se justifica rotular de “pré” a fase incontestavelmente mais significativa da escolaridade humana”. Dessa forma, acredita-se, devido à prática realizada por cerca de vinte anos seguidos, que a segurança com que os conteúdos são transmitidos aos alunos nessa fase escolar, que não é “pré” escola, mas sim educação infantil com fundamentos e necessidades próprias da idade entre três a seis anos, é de extrema importância para o desenvolvimento pedagógico.

Não poderia ser com outra obra nem com outro autor, pois almejava que toda a equipe tivesse a compreensão necessária e básica para posteriormente aprofundarmos os assuntos sobre a Educação Infantil. Naquele momento, Celso Antunes foi o autor ideal.

⁵⁸ ANTUNES, C. Educação Infantil: prioridade imprescindível. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

Após esses encontros de estudos sobre a educação infantil, já era possível verificar algumas mudanças no grupo durante o horário de trabalho. Por exemplo, algumas funcionárias mudaram seus trajés e pareciam mais alegres. Uma delas fez a seguinte observação: “Estamos nos sentindo bem. Nós nunca participávamos de reuniões, a não ser quando era para reclamarem do nosso serviço...”.

Outras mudanças foram visíveis, o trabalho desenvolvido com mais atenção e todos os espaços, principalmente a cozinha, estava mais organizada, fato que foi constatado por toda a equipe: as reuniões pedagógicas motivaram o trabalho das funcionárias.

Quanto às professoras, essas se motivavam cada vez mais e estavam interessadas em leituras, o que me levou a aquisição de livros que continham atividades de Educação Física para as crianças e livros com conteúdos sobre o desenvolvimento infantil. Também coloquei à disposição de todas os documentos municipais, tais como: Estatuto do Magistério, Regimento das Escolas Municipais de Educação Infantil e outros.

Os estudos sobre o projeto político-pedagógico foram introduzidos através de livros de Ilma Passos, Celso Vasconcellos, João Barroso, Heloisa Lück e textos de revistas pedagógicas e de congressos. A importância da educação continuada foi abordada através dos estudos de textos de Rui Canário. Tantos outros autores também foram estudados ou ao menos, suas idéias comentadas com a equipe durante as conversas que tínhamos nos intervalos ou nas atividades extraclasse. As professoras também traziam textos que adquiriam nos cursos que participavam.

O projeto político-pedagógico foi sendo construído, aos poucos; no coletivo da escola, nas sugestões de cada membro, nas conversas com os pais e comunidade, nas reuniões formais e informais agendadas com a equipe e nas reuniões com os pais.

Foram muitos meses de estudos sistematizados e com muita motivação da equipe pelo desejo em mudar a realidade da escola para melhor. Havia o comprometimento em anunciar as alternativas possíveis. Como dizia Paulo Freire, não basta a denúncia, é necessário também anunciar⁵⁹. Anunciar o desejo de mudança, de transformação da realidade.

⁵⁹ FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

É importante registrar que durante este processo, as professoras verificaram a necessidade de mudança em relação ao semanário de atividades diárias para os alunos. Em reunião pedagógica realizada ainda em 2005, houve a proposta (partida do grupo) de mudança: Ao invés de semanário, gostariam que fossem planejadas as atividades diárias e ao final da semana houvesse um relatório, cuja finalidade seria verificar os avanços pedagógicos, bem como onde precisariam retomar os conteúdos com os alunos, ou dizendo de outra forma, fariam uma auto-avaliação semanal com o objetivo de redefinir as ações pedagógicas.

Assim, os semanários das professoras foram se transformando. Antes eram repletos de atividades “fantasmas” que somente enfeitavam o caderno e não chegavam à realidade educacional. Após os estudos realizados, a equipe decidiu que havia a necessidade de mudar as atividades propostas nos semanários a fim de que essas fossem mais realistas. Assim, programavam as atividades e ao final da semana relatavam o que deu certo e o que não foi possível ser desenvolvido. As atividades foram se tornando mais fidedignas e a equipe foi exercendo o processo de amadurecimento profissional.

Atualmente (2007) há um diálogo estabelecido pelas professoras nos cadernos de planejamento. As trocas de idéias entre os membros da equipe são muitas e bastante produtivas. Quando faço a leitura dos registros efetuados por elas, sinto como se estivesse na sala de aula, presenciando os acontecimentos que são relatados.

Enfim, um outro resultado significativo desse trabalho foi o crescimento profissional e a participação das professoras nos cursos oferecidos pela Secretaria Municipal da Educação. As funcionárias também participavam quando lhes era oferecida oportunidade. O retorno dos cursos ou das palestras é sempre um momento especial, pois há a troca de informações entre a equipe e a discussão para que os assuntos possam se efetivar no cotidiano escolar.

CAPÍTULO 4 – INDICADORES AVALIATIVOS OBTIDOS COM OS PROFISSIONAIS DA UNIDADE ESCOLAR NOS ESTUDOS E O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO RESULTANTE

A participação de um modo geral pode ser vista como um direito, na medida que a pessoa faz parte da “Polis” e também como um dever do cidadão, pois é necessário sair de uma situação de comodismo, de delegação para o outro, o que acaba gerando a perversa lógica do paternalismo. O indivíduo pode e deve assumir a condição de sujeito.

Quando o indivíduo se torna sujeito, há a crença, o acreditar no processo. A importância da participação se dá quando o indivíduo sente-se incluído, fazendo parte do processo e sendo respeitado.

Em junho de 2006 realizei na Emei “Florípes Silveira de Souza” uma avaliação formal sobre os trabalhos desenvolvidos no primeiro semestre do corrente ano, embora os trabalhos avaliativos fossem desenvolvidos continuamente desde o ano de 2004. O objetivo desta avaliação foi verificar e analisar o trabalho da equipe, o trabalho da direção, bem como avaliar o trabalho pedagógico desenvolvido pelas professoras nos moldes de uma auto-avaliação.

Desta forma, os depoimentos das profissionais estão organizados conforme os temas abordados.

Em relação ao assunto: estudos de textos, as professoras se manifestaram com bastante entusiasmo expressando o despertar para a reflexão sobre a prática.

“Os estudos oportunizaram a reflexão sobre os objetivos reais que a escola deve buscar e realizar junto aos alunos e, conseqüentemente à comunidade. Percebemos com isso que a comunidade necessita de conscientização e estímulo para ser mais responsável pelo meio em que vive tanto na educação ambiental (preservação), condições de higiene e saúde, como na luta por melhoria de vida (condições de infra-estrutura) no bairro”.

“Os textos contribuíram para a reflexão de um trabalho mais direcionado a nossa realidade priorizando a faixa etária”.

“Os textos me fizeram refletir como buscar práticas diferentes para alcançar os meus objetivos de maneira a estimular os alunos a novos caminhos”.

“Os estudos realizados foram importantes, pois, me fez refletir sobre a importância de se conhecer a realidade da comunidade que atendemos e como aplicar os conhecimentos adquiridos de modo que nossas crianças possam crescer como cidadãos cientes de sua importância na sociedade em que vivem”.

“Considerando a realidade e respeitando as necessidades, esses estudos nos deram condições de melhor avaliar nossa clientela e adequar-nos a mesma”.

“Os textos nos levaram a refletir sobre o trabalho desenvolvido e procurar adequar nossa prática à realidade”.

“Estes estudos se tornaram muito importantes e fundamentais, pois nos permitiram refletir a nossa prática pedagógica, rever velhos e ver novos conceitos, favorecendo o desenvolvimento de um trabalho de qualidade, comprometimento, sempre voltado a realidade geral. Temos que estar sempre à frente, adquirindo novos conhecimentos para podermos transformar nosso dia a dia e a nossa realidade educacional”.

Em relação ao trabalho pedagógico desenvolvido pelas professoras, podemos encontrar nos depoimentos o compromisso com a educação e o desenvolvimento pedagógico dos alunos, conforme segue:

“Trabalhei neste ano de 2006, pela primeira vez com o Maternal, e a princípio tive certa dificuldade em lidar com a turma, em colocar limites e regras, mas aos poucos fomos nos adaptando (eu e os alunos) e eu fui me encantando e descobrindo formas diferentes de despertar o interesse das crianças e agora sinto que tenho mais sensibilidade e consigo um melhor desempenho por parte da turma”.

“Para mim o semestre foi tumultuado, com a greve dos servidores municipais (algumas profissionais participaram do movimento grevista no primeiro semestre, e filmagem em sala de aula (projeto desenvolvido em sala de aula por uma pesquisadora). A turma é boa, mas o projeto iniciado no começo do ano (borboletas) acabou sendo prejudicado em sua finalização por causa da greve, pois ao retornarmos ao projeto já não havia o mesmo interesse por parte das crianças. Procurei ser compromissada e cumprir os objetivos propostos”.

“As crianças avançaram em várias etapas e estou aprendendo muito e me realizando também”.

“Neste ano precisei mudar completamente a forma de trabalhar em virtude da mudança de turma. (Esta professora estava trabalhando com a mesma faixa etária há seis anos, e neste ano foi proposta a mudança de turma e ela aceitou)”.

“Algumas práticas pedagógicas foram bastante positivas como: o uso de textos diversos para leitura, criação de textos, rodas de conversas”.

As professoras também acreditam que no processo educacional é necessário freqüentemente rever as ações as quais foram traçadas para atingir os objetivos propostos. Assim, ao realizarem a auto-avaliação, elencam pontos que precisam ser revistos a fim de melhorar o trabalho pedagógico desenvolvido com as crianças:

“Preciso encontrar um meio de manter algumas crianças junto da turma, pois eles saem para tomar água ou ir ao banheiro e ficam passeando pela escola... (Professora dos alunos de três anos de idade)”.

“Preciso dar mais atividades físicas para as crianças”.

“Considero o meu trabalho razoável, pois estou vivenciando experiências novas a cada dia na Educação Infantil”.

“Preciso de mais fundamentos teóricos”.

Em relação aos valores elencados pela equipe, a preocupação com as crianças é notada, pois, ressaltam como prioridade a aprendizagem dos alunos, a maturidade da criança e o respeito entre a equipe, conforme segue:

“O aspecto positivo do trabalho em equipe é a harmonia”.

“Considero o trabalho em equipe positivo. Há união e procuramos sempre trocar idéias e informações necessárias para o trabalho pedagógico”.

“A equipe procura trabalhar em harmonia e em clima de amizade”.

“Os aspectos positivos do trabalho em equipe são a harmonia e a amizade, e o que precisa ser revisto é a dificuldade em manter o ritmo de trabalho de uma maneira que atenda as necessidades diárias da escola (altos e baixos na produtividade)”.

“Os aspectos positivos são a interação e harmonia na equipe”.

“A equipe tem melhorado bastante porque estamos procurando trabalhar realmente em equipe, vendo o trabalho do outro com mais respeito e compreensão, nos ajudando para melhorarmos sempre e é isso que nos torna uma equipe de verdade, fazendo com que tenhamos maior sucesso no trabalho e melhorando a educação”.

Por fim, seguem as avaliações respondidas por todas as funcionárias da unidade escolar quanto ao trabalho por mim realizado enquanto diretora da escola, nos aspectos: administrativo, pedagógico e com a comunidade. Essa avaliação foi realizada por escrito, sem a necessidade de identificação a fim de possibilitar maior liberdade de expressão a todas as funcionárias. Seguem os depoimentos nas avaliações:

“Há atuação, competência e colaboração da diretora em relação ao trabalho desenvolvido na escola”.

“Há a preocupação em ser justa com todos”.

“O trabalho da direção é positivo quanto à disposição em fornecer informações tanto pedagógicas como administrativas. Possui uma sensibilidade espetacular onde analisa e planeja de maneira que as pessoas sintam-se amigas e um bom trabalho está sendo desenvolvido”.

“A diretora tem procurado atender as necessidades dos funcionários e professores da escola em geral no que diz respeito a direitos e deveres. Também procura sanar as dúvidas no campo pedagógico com muita propriedade”.

“Ela tem receptividade para as opiniões e sugestões, compreensão dos problemas individuais, honestidade e compromisso, transparência nas decisões, capacidade de delegar funções e facilidade para incentivar a participação dos pais”.

“A direção se integra à equipe. Acho isso bacana e importante porque não sinto que tenha diretora mais amiga. Nos mantém informadas dos nossos deveres e direitos. Tem trabalhado muito para melhorar esta unidade escolar”.

“O trabalho da direção tem sido muito bom, com muita disposição e responsabilidade em orientar, dando autonomia e liberdade para cada um desenvolver o seu trabalho de forma coerente e eficiente”.

“Muita coisa mudou para melhor, como o entrosamento entre direção, pais e funcionários”.

Como é possível verificar nos depoimentos das profissionais que trabalham na unidade escolar (professoras, serventes, funcionárias readaptadas e merendeiras), há a intenção, o desejo de mudar a realidade. Mostram o compromisso com a verdade e com o trabalho desenvolvido no atendimento das crianças.

Acredito, pelos depoimentos e pela prática vivenciada diariamente com a equipe, que durante dois anos de trabalhos consecutivos entre estudos e discussões, a equipe soube aproveitar esses momentos para refletir não somente quanto à prática

desenvolvida por outros profissionais, mas principalmente pela prática desenvolvida por si mesma, ou seja, a autocrítica. Isso ficou patente quando discuti esses dados com a equipe. Algumas profissionais até indagaram sobre a veracidade das respostas, pois não acreditavam que pudesse haver entre elas tanta sinceridade em responder as questões levantadas na avaliação. Não havia até aquele momento na unidade escolar, a crença que os membros pudessem oferecer respostas tão fidedignas em relação a realidade estudada. Senti naquele momento o amadurecimento pessoal e profissional da equipe; o retorno positivo destes anos de trabalho; a sinceridade e a vontade de mudar a realidade.

Nesta mesma reunião, cujo objetivo era informar a equipe sobre os dados da avaliação realizada, houve a surpresa: A equipe estabeleceu acordos e regras (as quais elas denominaram como “combinados”) a serem cumpridas por ela mesma, a fim de melhorar o trabalho realizado por todas, tais como: 1- não fazer “rodinha na cozinha”, 2- utilizar a meia hora para tomar o café e comer junto aos alunos na hora da merenda, 3- quando o lanche pessoal for diferente, comer na sala das professoras e solicitar a uma funcionária para que fique com as crianças, 4- não deixar as crianças sozinhas em nenhum momento, 5- quem almoçar na escola, deixar a cozinha limpa, 6- revezar no preparo da comida e na limpeza da cozinha, entre as que almoçam na escola, 7- quando precisar falar ao telefone, ser o mais breve possível.

Nesta altura do trabalho, praticamente tendo a felicidade em vê-lo finalizado, porém não concluído, pois o processo educacional está em movimento cíclico e definitivamente inconcluso, após tantos anos de estudos, reflexões, dúvidas, esclarecimentos e amadurecimento do trabalho, remeto-me ao início, quando me encontrei frente a frente com uma realidade desconhecida. Em 2004, quando ingressei no cargo de diretora de escola, havia somente o sonho. Porém, foi este sonho que me fez amadurecer, buscar respostas às minhas indagações e, em muitos momentos de isolamento (necessários) encontrar-me comigo mesma a fim de avaliar as minhas ações.

Remeto-me a uma professora, a qual fora bastante resistente no início do processo de mudanças. Na primeira investigação que propus, ela se recusou a responder as questões, alegando que “não gostava muito de escrever e se não fosse obrigatório, preferia não participar”. É claro que naquele momento precisava de seu

depoimento, porém, manteve uma postura democrática, deixando-a livre para não responder os questionamentos.

O tempo passou e os trabalhos continuaram. Hoje, 2007, esta professora manifesta suas idéias em vários momentos de discussão na escola, bem como, se oferece para desenvolver atividades na unidade escolar. Mostra-se compromissada com o trabalho pedagógico e em busca de novos conhecimentos.

Em 2006, uma outra professora, com habilitação em Pedagogia, iniciou e está cursando pós-graduação em Educação Especial na Unesp – Marília, fato que me deixou muito feliz, pois foi fruto do trabalho iniciado na Emei “Florípes Silveira de Souza”. Assim como ela, as demais professoras e as funcionárias também participam de cursos de formação continuada oferecidos pela Secretaria Municipal da Educação. Desta forma, se intensificou a troca de informações e a socialização dos assuntos abordados nos cursos e palestras realizadas entre todas as profissionais da unidade escolar. É muito gratificante perceber o crescimento diário das componentes do grupo.

Por isso, acredito que o trabalho não pode parar. É necessário dar continuidade aos estudos, as trocas de informações e principalmente manter a harmonia na equipe, assegurando o resgate da dignidade do professor na escola e na vida cotidiana.

Na apresentação do Projeto Político-Pedagógico da Emei “Florípes Silveira de Souza”, denominado “Documento Final”, vale esclarecer que não serão apresentadas as partes do projeto que dizem respeito as legislações pertinentes a educação infantil: o Plano Nacional de Educação – Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, pois tais documentos, que são imprescindíveis a conduta da unidade escolar, estão disponíveis para consulta no Documento Final junto a Emei.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação proposta nesse trabalho de pesquisa foi baseada na construção do Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal de Educação Infantil (Emei) “Florípes Silveira de Souza”, no município de Bauru, com a equipe escolar juntamente com os pais dos alunos e com os membros da comunidade.

Após chegar a este estágio e poder escrever as considerações finais deste trabalho, sinto ter conseguido dar um passo a mais na profissão de educadora. Apesar de não exercer a docência, acredito que todos os envolvidos no processo educacional são educadores, e como diretora, sinto-me uma educadora de tantos outros que estão sempre aprendendo na roda viva da escola.

O diretor de escola é sempre um orientador e articulador de ações visando o sucesso da unidade escolar, portanto, deve estar consciente de sua responsabilidade em guiar o grupo, valorizar as ações positivas e sugerir mudanças necessárias.

É importante registrar o quanto foi gratificante percorrer este caminho de construção coletiva em uma escola pública de educação infantil de periferia, com pouquíssimos recursos materiais e financeiros, os quais são provenientes das contribuições espontâneas dos pais e da arrecadação em festas promovidas na escola, com falta de recursos humanos no quadro de pessoal e com comprometimento na estrutura física do prédio. Com tudo isso, os profissionais dessa unidade escolar assumem a educação formal de suas crianças. Por todas essas questões me dispus a estudar sistematicamente sobre assuntos educacionais e me abri para o novo, com o olhar voltado para o lado positivo das pessoas e no enfrentamento dos problemas.

Acreditei, mesmo quando parecia impossível, que tudo daria certo, que as pessoas participariam efetivamente no processo educacional na Emei, que os pais corresponderiam significativamente com sugestões e decisões sempre que necessário e que haveria o envolvimento e o comprometimento das pessoas parceiras deste trabalho.

Nosso público alvo – as crianças de 3 a 6 anos – muitas vezes nos chegam com carências afetivas e nutricionais. As professoras por mais que tenham o compromisso com a educação escolar, diversas vezes precisam “acudir”

primeiramente essas carências para posteriormente iniciarem a metodologia do trabalho pedagógico.

Atender as necessidades bio-psico-sociais das crianças faz parte dos objetivos propostos nesta Unidade Escolar. A concepção de criança, pautada na doutrina de proteção integral pela família, sociedade e Estado, parte do valor da criança e da juventude como seres humanos, portadores da continuidade de seu povo e da espécie, reconhecendo sua fragilidade.

Portanto, quando a família não proporciona, por vários motivos que não cabe aqui o julgamento, o bem estar desta criança, os profissionais da Emei “Florípes Silveira de Souza” ao menos tentam amenizar esta carência, oferecendo ao aluno o ambiente afetivamente confortável, o alimento para sua nutrição e atividades educacionais programadas de acordo com a fase de seu desenvolvimento cognitivo.

A participação dos pais e da comunidade não se limita apenas a assistir às reuniões para as quais são convocados e/ou convidados. Na Emei “Florípes Silveira de Souza” não havia, em 2004, quando se iniciou esse trabalho, a prática da participação dos pais na escola. Porém, havia o meu desejo e minha intenção em construir o projeto político-pedagógico de maneira coletiva e democrática. Acreditava na participação dos pais e da comunidade na unidade escolar e para que esta idéia se efetivasse tornou-se necessário que tanto os pais como a comunidade se sentissem respeitados e reconhecessem a importância de exercerem seus direitos de participação.

Após a elaboração coletiva do projeto político-pedagógico é possível afirmar que num sistema fechado, os pais, alunos, professores e funcionários não se sentem responsáveis. Considero que esta é uma das principais razões da falta de participação. Porém, num sistema aberto, a escola é o local fundamental da educação, assim como a sala de aula; desta forma houve o comprometimento dos profissionais docentes e não docentes com o trabalho escolar.

Os pais precisaram se tornar sujeitos tanto na definição das atividades na escola como durante a construção do projeto político-pedagógico. É necessário que se sintam co-educadores de seus filhos, acompanhando a escolarização e participando das decisões sobre as ações desenvolvidas na escola.

A gestão democrática foi vivenciada no dia-a-dia da escola e incorporada ao cotidiano educacional; assim, tornou-se tão essencial à vida escolar da mesma forma que é a presença dos alunos e professores.

Como a participação exige aprendizado foi necessário criar condições concretas para o seu exercício. Tais condições podem ser entendidas como: construção cotidiana e permanente de sujeitos capazes de atuar com opiniões e nas decisões de cunho escolar, bem como na redefinição de espaços e tempos escolares os quais sejam adequados à participação.

No entanto, a sociedade brasileira ainda é seletiva e excludente; a maioria das escolas públicas nunca permitiu que os alunos e a comunidade de pais ou de bairro participassem das decisões sobre o trabalho pedagógico realizado por elas.

Partindo do desejo em construir um projeto pedagógico na escola com a participação do coletivo escolar e da comunidade de pais e de bairro, não era mais possível compactuar com a gestão de caráter centralizador e autoritário. Desta forma, no espaço escolar (onde há maior autonomia), os encontros com os pais a partir das reuniões realizadas por turmas possibilitaram: a introdução da gestão compartilhada, dos acordos firmados entre escola e responsáveis pelos alunos, da participação dos pais representantes das turmas nas atividades desenvolvidas na escola e por fim a participação e efetivação dos pais na composição legal da Associação de Pais e Mestres (A.P.M.).

O que garantiu essa participação efetiva dos pais, acredito que tenha sido a transparência e o respeito aos princípios éticos nas relações relacionadas à gestão democrática. Tive o cuidado em garantir a todos os envolvidos o acesso às informações.

O relatório financeiro mensal, onde são explicitados todos os gastos realizados e a receita obtida com a contribuição espontânea e arrecadações com festas e promoções estão dispostos em um Livro Caixa, o qual é apresentado aos funcionários e aos membros da Associação de Pais e Mestres e está disponível a todos os interessados.

Esta transparência no gerenciamento dos recursos financeiros garantiu o respeito e admiração por parte dos professores, funcionários, pais e comunidade em relação ao trabalho administrativo que desenvolvi durante estes anos. Quando ingressei no cargo de diretora desta unidade, o saldo financeiro da escola era de R\$ 145,00 (cento e quarenta e cinco reais). A média mensal arrecadada em 2004 com a contribuição espontânea dos pais era de R\$ 89,42 (oitenta e nove reais e quarenta e dois centavos), em 2005 essa média passou para R\$ 157,58 (cento e cinqüenta e

sete reais e cinqüenta e oito centavos) e em 2006 foi de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais).

Porém, somando a quantia arrecadada com a contribuição espontânea e com as festas e promoções realizadas na escola, conseguiu-se um saldo de R\$ 1.061,61 (um mil, sessenta e um reais e sessenta e um centavos) no fechamento do mês de dezembro de 2006.

Analisando os relatórios financeiros de anos anteriores, nunca se viu uma situação financeira tão confortável. Foi possível iniciar o ano de 2007 com tranqüilidade econômica, efetuando compras de materiais pedagógicos para os alunos.

Atribuo esse aumento significativo na receita da unidade escolar ao fato de os pais estarem reconhecendo o trabalho o qual vem sendo desenvolvido na escola, assim como à constituição do grupo de pais e à A.P.M., onde todos que desejam têm acesso à documentação e aos relatórios expedidos pela escola à Secretaria Municipal de Educação. Mais importante que os relatórios enviados à Secretaria, são os relatórios apresentados à equipe escolar e aos pais que compõem a A.P.M., através da prestação de contas aos que contribuem diretamente com o sucesso ou fracasso da escola.

Um outro fato considerado por mim como extremamente positivo na unidade escolar: todo ano é proporcionado pela Secretaria Municipal da Educação, o concurso de remoção de professor. Na Emei “Florípes” a composição da equipe continuava a mesma durante alguns anos e o fato de ter havido a “troca” da diretora não abalou a relação da mesma, ao contrário, fortaleceu ainda mais o grupo, pois as professoras querem continuar a prática dos estudos coletivos e também não há o interesse na remoção para outra escola.

Desta forma, que para mim é muito positiva, começamos e continuamos os estudos com a mesma equipe de profissionais. Os objetivos e as metas estabelecidas no projeto político-pedagógico fazem parte da concepção de escola desta equipe, a qual elencou também alguns valores para serem trabalhados no projeto, fato que pressupõe que as pessoas envolvidas compartilham da mesma visão de mundo e de educação e mantêm a mesma linha de atuação.

Assim, os princípios que considerei como sendo inseparáveis na construção do projeto político-pedagógico, foram se consolidando através do trabalho desenvolvido na Emei “Florípes Silveira de Souza”, ou seja, a gestão democrática e a

autonomia da escola fizeram parte da própria natureza do ato pedagógico. Desta forma, a gestão democrática passou a ser uma exigência do projeto político-pedagógico da escola. Nessa visão de gestão, os pais, professores, funcionários e comunidade assumem a sua parte de responsabilidade pelo projeto da unidade, pois este não é responsabilidade apenas da direção, ao contrário, como já fora visto no decorrer dos estudos.

É possível verificar que o projeto pedagógico da escola pode ser considerado como um momento importante de renovação. Projetar é lançar-se para frente, é romper com o presente e antever um futuro diferente. É arriscar e ousar.

O projeto político-pedagógico é também uma grande oportunidade para a tomada de consciência sobre os principais problemas da escola, das possibilidades de definição das ações e atuação para a solução desses, das divisões de responsabilidades entre a equipe escolar e da avaliação contínua sobre os encaminhamentos efetuados.

Para construí-lo é necessário estudar as teorias, pois estas iluminam a ação e desta forma pode-se afirmar que teoria e prática são indissociáveis e que a intencionalidade é o fio que garante esta parceria.

Desta forma, é necessário sistematizar as ações, fazendo com que a equipe de educadores abandone a rotina mecânica diária e assuma uma postura transformadora, pois pode fazer uso dos instrumentos que tem em mãos, ou seja, os registros, as discussões teórico-metodológicas sobre as ações a serem realizadas, os relatórios e as análises dos resultados para o planejamento das futuras ações.

Sintetizando, o projeto político-pedagógico pode ser entendido como um processo de mudança e de antecipação do futuro que estabelece princípios, diretrizes e propostas de ação para melhor organizar as atividades de uma instituição, nesse caso, a Emei “Florípes Silveira de Souza”.

No processo de elaboração, contemplou-se a análise da realidade, o modo como realizar as ações a fim de chegar aos objetivos propostos. Dessa forma, as ações realizadas precisavam ser coerentes com o plano proposto e ao final, a avaliação indicava a necessidade ou não de mudança de rumos ou até mesmo de referencial teórico, se este não desse conta de iluminar e orientar os caminhos escolhidos.

Não bastava a equipe aceitar o projeto como já fora dito tantas vezes; era necessário e imprescindível construí-lo coletivamente para que tivesse significado.

Para que isso fosse possível, num primeiro momento houve a sensibilização do grupo, a construção recíproca de vínculos entre os profissionais da Emei e os pais/comunidade.

O projeto foi construído; levou tempo para sua construção coletiva e durante esse processo já foram alcançadas algumas metas estabelecidas pelo grupo, tais como: a implantação do grupo de mães uma vez por semana para aprendizado de técnicas de artesanato e futura geração de renda; a instalação do alambrado separando o prédio da unidade escolar do prédio do Centro Comunitário; a instalação do alambrado separando o prédio da unidade escolar do terreno ao lado a fim de obter maior segurança aos alunos; a colocação de cortinas nas janelas e portas nos armários das salas de aula com recursos da A.P.M.; a primeira revisão do Plano Escolar tendo como subsídios a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, a Proposta Pedagógica do Município (1996), entre outras fontes citadas nas Referências Bibliográficas; a primeira reelaboração dos Planos de Curso das turmas do Maternal, Jardim I, Jardim II e Pré, bem como dos projetos desenvolvidos na unidade escolar; o desencadeamento da rotina de estudos sistematizados com os profissionais da unidade escolar e algumas palestras com especialistas, com a participação de todos os funcionários durante as reuniões pedagógicas, as quais são realizadas uma vez por mês.

Em 2007 continuaremos implantando as ações para atingir nossos objetivos e metas que ainda não alcançamos, com a mesma equipe que elaborou o projeto político-pedagógico e também com outros pais que estarão com os seus filhos nessa unidade escolar. Avaliaremos os objetivos propostos, as metas que faltam ser atingidas e continuaremos buscando a melhoria da escola, tanto no que se refere à reforma da estrutura física do prédio, o aumento dos recursos materiais e humanos, quanto no amadurecimento teórico das profissionais sobre a concepção pedagógica em educação infantil.

Haverá a continuidade da reflexão coletiva sobre os princípios, valores e metas estabelecidas inicialmente, pois a relação existente entre o projeto político-pedagógico e a avaliação contínua é fundamental para alterar a realidade existente. Somente com informações sobre os resultados obtidos com as ações efetuadas será possível re-planejar medidas visando alcançar os objetivos e as metas que serão estabelecidas pelo grupo.

Espera-se também, que no decorrer do desenvolvimento das ações previstas no projeto político-pedagógico haja a socialização das crianças, o aprendizado que a educação formal proporciona e a realização pessoal e profissional dos membros da equipe escolar.

Assim, é possível verificar que estamos apenas começando o trabalho de resgate da dignidade e (re) valorização da Escola Municipal de Educação Infantil “Florípes Silveira de Souza”, conforme nossos objetivos estabelecidos no projeto político-pedagógico e na presente dissertação, que enquanto pesquisa poderá subsidiar a Secretaria Municipal de Educação de Bauru e incentivar outras unidades de ensino na construção de seus projetos políticos pedagógicos.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, M. Colegiado escolar: espaço de participação da comunidade. São Paulo: Cortez, 2003.

ALARCÃO, I. Professores reflexivos em uma escola reflexiva. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ALMEIDA, A.M.F.P.M. Organização dos sistemas municipais de educação no Estado de São Paulo: Novas possibilidades na gestão das políticas públicas. Processo nº 2000/01966-6. Relatório-FASE I: Janeiro a Junho de 2001.

_____. Organização dos sistemas municipais de educação no Estado de São Paulo: Novas possibilidades na gestão das políticas públicas. Processo nº 2000/01966-6. Relatório-FASE II: Agosto de 2003.

_____. A aprendizagem experienciada na práxis político-pedagógica na formação de educadores. Tese de livre-docência. UNESP - Bauru, 2005.

ALMEIDA, A.M.F.P.M; CALDEIRA, A. M. A; RIBEIRO, R. Textos para estudos e tarefas. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Formação Continuada de Educadores – Delegacia de Ensino de Avaré, 1998.

ALMEIDA, L. R.; PLACCO, V. M. N. S. O coordenador pedagógico e o espaço da mudança, 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

ÁLVAREZ, M. O projeto educativo da escola. trad. Daniel Angel Etcheverry Burguño. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ANTUNES, C. Educação infantil: prioridade imprescindível. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

ARROYO, M. Ofício de mestre: Imagens e Auto-Imagens. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ASSUMPÇÃO, R. P. S. Curso de formação continuada. Prefeitura Municipal de Bauru. Secretaria Municipal da Educação. Departamento Pedagógico, 2006.

AZANHA, J. M. P. Política e planos de educação no Brasil. Alguns pontos para reflexão. In: Educação: Temas polêmicos. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BARBIER, R. A pesquisa-ação. Tradução de Lucie Didio. Brasília: Líber Livro Editora, 2004.

BARBOSA, R. L. L. (org.). Formação de educadores: desafios e perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

_____, Trajetórias e perspectivas da formação de educadores. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

BARROSO, J. Para o desenvolvimento de uma cultura de participação na escola – a gestão participativa e seus atores, Cadernos de Organização e Gestão Curricular. ed. Instituto de inovação educacional, 2004. disponível no site www.bibliotecadigital.com.br acesso em 28 de dezembro de 2004.

_____. Para o desenvolvimento de uma cultura de participação na escola. Cadernos de Organização e Gestão Curricular. ed. Instituto de inovação educacional, 2004. disponível no site www.bibliotecadigital.com.br

BAURU. Estatuto Padrão da Associação de Pais e Mestres das Escolas Municipais, 2006.

BAURU. Lei nº 2636 de 30 de dezembro de 1985. Dispõe sobre a reforma do Estatuto do Magistério Municipal.

BAURU. Lei Orgânica do Município - Seção I - Da Educação

BAURU. Regimento das Escolas Municipais, 1997.

BICUDO, M. A. V. ; ESPOSITO, V. H. C. (orgs.), A Pesquisa qualitativa em educação: um enfoque fenomenológico. Piracicaba, SP: Editora Unimep, 1994.

BICUDO, M. A. V. ; SILVA JUNIOR, C. A. Formação do educador e avaliação educacional: conferências e mesas redondas. v.1. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

BOUTINET, J. P. Antropologia do projeto. trad. Patrícia Chittoni Ramos. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRANDÃO, C. R. Pesquisa participante. 4. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988: Imprensa Oficial do Estado S.A. IMESP, distribuição gratuita.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996: Saraiva.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001.

CANÁRIO, R. Gestão da escola: como elaborar o plano de formação?.ed. Instituto de inovação educacional. disponível no site www.bilibotecadigital.com.br ,

CANDAU, V .L. (org.). Didática, currículo e saberes escolares, 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CANDAU, V .L. (org.). Ensinar e aprender: sujeitos, saberes e pesquisas. Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (ENDIPE). 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CERISARA, A. B. Professoras de educação infantil: entre o feminino e o profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CURY, C. R. J. LDB – Lei de Diretrizes e Bases, Lei 9394/96. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

DE ROSSI, V. L. S. Entre corações e mentes. São Paulo: Moderna, 2004.

DE ROSSI, V. L. S. Gestão do projeto político-pedagógico: entre corações e mentes. São Paulo: Moderna, 2004.

DELORS, J.(org.) trad. Fátima Murad, Educação para o século XXI. Porto Alegre: Artmed, 2005.

DELORS, J.(org.), Educação: um tesouro a descobrir. 2. ed. São Paulo: Cortez,1999.

DEMO, P. Professor do futuro e reconstrução do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2004.

DOCUMENTAÇÃO Pedagógica – Revista pátio-educação infantil, nov./2006/fev./2007.

FACCI, M.G.D. Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor? : Um estudo crítico-comparativo da teoria do professor reflexivo, do construtivismo e da psicologia Vigotskiana. Campinas: Autores Associados, 2004.

FERREIRA, A. F. Diretor de Escola: Autonomia e Democratização. Dissertação de Mestrado, UNESP - Marília, 1998.

FREIRE, M. Grupo: indivíduo, saber e parceria. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1993.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Política e educação: ensaios, 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FURTADO, J. C. 7. Jornada de Educação do Interior Paulista. Marília, 2006.

GADOTTI, M. ; ROMÃO, J. E . Município e educação. São Paulo: Cortez, 1993.

GADOTTI, M. ; ROMÃO, J. E. Autonomia da escola: princípios e propostas, 6. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004. (Guia da Escola Cidadã, vol.1).

GANDIN, D. ; GANDIN, L. A. Temas para um projeto político-pedagógico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

GANDIN, D. A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GARCIA, W. Administração educacional em crise. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GOHN, M.da G. Conselhos gestores e participação sociopolítica. São Paulo: Cortez, 2001.

IMBERNÓN, F. Formação docente profissional: formar-se para a mudança e a incerteza. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

JEREISSATI, T. Revista Nova Escola. março, 2005, p.22-24.

KRAMER, S. (org.), Profissionais de educação infantil: gestão e formação. São Paulo: Ática, 2005.

LIMA, L. A escola como organização educativa: uma abordagem sociológica. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA, L. Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública. 2. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002, Guia da escola cidadã. V.4.

LÜCK, H. et al. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MACHADO, N. J. Educação: projetos e valores. 3. ed. São Paulo: Escrituras ed., 2000, Coleção Ensaio Transversais.

MARTINS, Â.M. Autonomia da escola: a (ex) tensão do tema nas políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2002.

MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 9. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2004.

NÓVOA, A. Vidas de professores. 2.ed. Porto: Porto ed.,1992.

NÓVOA, A. Profissão professor. 2.ed. Porto: Porto ed., 1995.

OLIVEIRA, D.A. Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

OLIVEIRA, R. P. ; ADRIÃO, T. Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal. São Paulo: Xamã, 2001.

PARO, V. H. Por dentro da escola pública. São Paulo: Xamã, 1995.

PLANK, D.N. Política Educacional no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2001.

PROJETO Pedagógico. Revista do projeto pedagógico, 2006.

RIOS, T.A. Compreender e ensinar: por uma docência de melhor qualidade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SACRISTAN, J.G. A consciência e acção sobre a prática como libertação profissional dos professores in NOVOA, A. Profissão professor. 2.ed. Porto: Porto ed., 1995.

SANTOS FILHO, J.C. Pesquisa educacional: qualidade-quantidade. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, C. R. O gestor educacional de uma escola em mudança. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

SARI, M. T. Organização da educação municipal: da administração da Rede ao Sistema Municipal de Ensino. in PRASEM II: Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação. 2. ed. Brasília, 1999.

SAVIANI, D. Educação brasileira: estrutura e sistema. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 9. ed. Campinas, S/P: Autores Associados, 2005.

SEVERINO, A. J. A nova LDB e a política de formação de professor: um passo à frente e dois atrás. IN: FERREIRA, N. S. C. et al. Gestão da Educação: Impasses, perspectivas e compromissos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SEVERINO, A. J. Os embates da cidadania: ensaio de uma abordagem filosófica da nova lei de diretrizes e bases da educação nacional. IN: BRZEZINSKI I. et al. LDB Interpretada: Diversos olhares se entrecruzam. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, I. O. Profissionais da educação infantil: formação e construção de identidades. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, J. M. A autonomia da escola pública: a re-humanização da escola. Campinas, S/P: Papyrus, 1996.

TEIXEIRA, A. Porque "escola nova". Boletim da Associação Bahiana de Educação. Salvador. nº 1, 1930, p.2-30.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

TOMASI, A. (org.), Da qualificação à competência: pensando o século XXI. Campinas, S/P: Papyrus, 2004.

VASCONCELLOS, C. S. Para onde vai o professor? Resgate do professor como sujeito de transformação, 10. ed, São Paulo: Libertad Ed., 2003.

_____. Coordenação do trabalho pedagógico – do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 5. ed. São Paulo: Libertad ed., 2004.

VEIGA, I. P. A. ; RESENDE, L. M. G. Escola: espaço do projeto político-pedagógico. 7. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papyrus, 2000.

VIEIRA, S. L. Gestão da escola – desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

WEISZ, T. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. São Paulo: Ática, 2.002.

ZABALZA, M. A. Qualidade em educação Infantil. trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1998.

APÊNDICE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
EMEI "FLORÍPES SILVEIRA DE SOUZA"
Rua João Guedes nº 1-80 - telefone (14) 3238-7474
Núcleo Edson Francisco da Silva

O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO INFANTIL (EMEI) "FLORÍPES SILVEIRA DE SOUZA" - 2006.

Diretora – Marta Maria Toledo Teixeira Evangelista

Bauru, dezembro de 2006.

SUMÁRIO

Introdução	1
Sobre a Educação Infantil	2
O Ensino no município de Bauru	5
A Educação Infantil em Bauru	8
A Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) “Florípes Silveira de Souza”	13
Referencial Teórico – Metodológico da Educação Infantil no Município de Bauru	21
Objetivos do Projeto Político –Pedagógico	29
Metas a serem alcançadas	31
Os valores presentes na Unidade Escolar	33
Descrição da Função dos Cargos dos Funcionários Municipais de Bauru	34
Plano de Ensino Maternal	44
Plano de Ensino Jardim I	54
Plano de Ensino Jardim II	64
Plano de Ensino Pré	81
Horário Semanal da Turma do Maternal/Jardim I – Manhã	93
Horário Semanal da Turma do Jardim II – Manhã	94
Horário Semanal da Turma do Pré – Manhã	95
Horário Semanal da Turma do Maternal/Jardim I – Tarde	96
Horário Semanal da Turma do Jardim II – Tarde	97
Horário Semanal da Turma do Pré – Tarde	98
Horário Semanal da Turma do Pré – Tarde	99
Calendário Oficial	100
Quadro de Funcionários da Emei “Florípes Silveira de Souza”	101

Introdução

Este Projeto Político-Pedagógico foi construído coletivamente pela equipe da Emei “Florípes Silveira de Souza” com a participação dos pais através de reuniões, debates com a Associação de Pais e Mestres e conversas informais com os membros participantes.

Trata-se de um trabalho elaborado durante os anos de 2004 a 2006, por meio de constantes estudos sistematizados com toda a comunidade escolar (diretora, professoras, funcionárias, pais de alunos e comunidade interessada).

O projeto político-pedagógico é um documento o qual traduz o desejo da coletividade escolar na definição dos objetivos, das metas e dos valores apresentados a fim de alcançá-los nesta unidade.

Portanto, trata-se de um documento único, ímpar, singular, que revela os anseios desta equipe somente. Não poderia servir a outra realidade que não fosse esta.

Por se tratar de um primeiro “ensaio”, serão necessárias várias avaliações no decorrer da sua implantação até que se tenha maior clareza e certeza que as atividades, os princípios estabelecidos, assim como os objetivos estejam sempre em consonância com a realidade escolar.

Esperamos com este documento, o qual será um norte para o trabalho da equipe, conseguir avançar nos aspectos pedagógicos, melhorar a estrutura física da unidade escolar bem como o aumento do pessoal do quadro de funcionários, principalmente o número de serventes trabalhando na escola, que não é suficiente no momento.

Neste documento estão presentes: os objetivos traçados para unidade escolar, as metas a serem alcançadas, os valores a serem trabalhados, o currículo oferecido como subsídio pela Secretaria Municipal da Educação por áreas do conhecimento, o quadro de funcionários da Emei, o horário e a grade curricular de cada turma, entre outros.

Sobre a Educação Infantil

No Brasil, as primeiras iniciativas voltadas à criança tiveram um caráter higienista, onde o trabalho desenvolvido por médicos e damas beneficentes estava voltado ao combate do alto índice de mortalidade infantil.

As crianças escravas, entre seis a doze anos de idade, começavam a realizar pequenas tarefas diárias como auxiliares. A partir dos doze anos, as crianças eram vistas como adultos, estando aptas tanto para o trabalho como para a vida sexual. As roupas que usavam eram iguais aos dos adultos.

Devido à necessidade em atender aos filhos das mães que trabalhavam na indústria, bem como aos filhos das mães empregadas domésticas, surgiram as creches populares. Da mesma forma se deu o surgimento das creches pela Europa, porém, com a diferença em atender somente aos filhos das mulheres que tinham condições de trabalhar na indústria.

Essas creches brasileiras eram caracterizadas por uma educação assistencial, porém preconceituosa em relação à pobreza e não havia comprometimento quanto à qualidade no atendimento das crianças que lá permaneciam.

As creches populares visavam atender a segurança física da criança e os aspectos alimentares e higiênicos. Eram também conhecidas por “Casa dos Expostos” ou “Roda”⁶⁰. As crianças ali abandonadas eram recolhidas pelas irmãs de caridade, onde recebiam alimentação e cuidados.

Enquanto para as classes desfavorecidas as crianças eram tratadas visando apenas o aspecto assistencial, para as crianças pertencentes às classes favorecidas havia os jardins-de-infância, que funcionavam junto às escolas particulares do Rio de Janeiro e de São Paulo, distinguindo-se das creches e dos asilos dos pobres justamente pelo cunho pedagógico.

Nos anos 1930 com o estado do bem estar social e a aceleração dos processos de industrialização e urbanização, manifestaram-se elevados graus de nacionalização das políticas sociais. Surgiram vários órgãos de amparo assistencial e

⁶⁰ Roda – dispositivo giratório de madeira em forma de cilindro com uma abertura, inserido em uma parede, de modo que, como uma janela, desse acesso à parte interna da instituição ao ser acionado. A criança era depositada no compartimento, e o depositante rodava o cilindro para que a abertura se voltasse para dentro, preservando a identidade do depositante. A Roda funcionou no Rio de Janeiro até 1938. (Couto; Melo, 1998, p.22 in KRAMER, 2005, p.207).

jurídico à criança: em 1940, o Departamento Nacional da Criança; em 1941, o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição; em 1942, a Legião Brasileira de Assistência; em 1946, o UNICEF e em 1953, o Comitê Brasil da Organização Mundial de Educação Pré-Escolar.

O Estado do Bem Estar Social trouxe desenvolvimento e qualidade somente para alguns, pois, infelizmente, as políticas sociais reproduziram o sistema de desigualdades existentes na sociedade. Houve um governo fortemente centralizado política e financeiramente, fragmentação institucional acentuada e a exclusão da participação social e política nas decisões.

Em 1970 ocorreu uma crescente evasão escolar e repetência das crianças. Com isso foi instituída a educação pré-escolar para crianças de quatro a seis anos de idade, com a finalidade de suprir as carências culturais existentes na educação familiar da classe baixa. Essa educação pré-escolar foi chamada de educação compensatória.

Supunha-se que as carências culturais existiam porque as famílias pobres não conseguiam oferecer condições para um bom desenvolvimento escolar, fato que refletia na retenção da criança. Cabia à pré-escola oferecer os requisitos básicos que não foram transmitidos pelo meio social e que seriam necessários para garantir o sucesso escolar dos alunos. Porém, estas escolas não possuíam um caráter formal; não havia contratação de professores qualificados e remuneração digna para a construção de um trabalho pedagógico. A mão-de-obra era muitas vezes formada por voluntários, que desistiam rapidamente do trabalho.

Em contrapartida, as creches particulares desenvolviam atividades educativas, visando os aspectos cognitivos, emocionais e sociais.

Nos anos de 1980, os problemas referentes à educação pré-escolar sofreram a ausência de uma política global e integrada, a falta de coordenação entre programas educacionais e de saúde, a predominância do enfoque preparatório para o primeiro grau, a insuficiência de docentes qualificados e a falta de participação familiar e da sociedade.

A partir da Constituição de 1988, a educação pré-escolar é vista como necessária e de direito de todos, além de obrigação do Estado e deverá ser integrada ao sistema de ensino. Tanto a creche como a pré-escola são incluídas na política educacional, seguindo uma visão pedagógica, complementando a ação da família e não mais assistencialista.

Nesta perspectiva pedagógica, a criança é vista como um ser social, histórico, pertencente a uma determinada classe social e cultural. Assim, rompe com a idéia de educação compensatória, retirando da escola a responsabilidade de resolver os problemas da miséria.

Com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8069/90, os municípios passam a ser responsáveis pela infância e adolescência tendo que criar as diretrizes municipais de atendimento aos direitos da criança e do adolescente e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Em 1996, A Lei de Diretrizes e Bases conceitua a educação infantil como sendo destinada às crianças até seis anos de idade, com objetivos de desenvolver integralmente a criança nos seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais.

Assim, é necessário obter uma pré-escola de qualidade, a qual esteja a serviço das crianças das classes populares, bem como das crianças cujos pais desejarem exercer o direito de utilizar o serviço público. Nem depósito, nem provedora de carências, a escola de educação infantil tem uma função que necessita ser explicitada e concretizada, ou seja, a função pedagógica, referindo-se a um trabalho que toma a realidade e os conhecimentos infantis como ponto de partida e os amplia, através de atividades as quais tenham significado para suas vidas e assegurem a aquisição de novos conhecimentos.

Desta forma, as atividades realizadas nesta faixa etária, devem enriquecer as experiências infantis dando-lhes significado para a vida das crianças, favorecendo o processo de alfabetização, possibilitando a apreensão e a compreensão do mundo, bem como a expressão de seus pensamentos.

Deste modo, entende-se que o objetivo da pré-escola não está em preparar a criança para a etapa posterior - ensino fundamental - a fim de garantir o seu sucesso, mas desenvolver integralmente este ser em todos os seus aspectos e de acordo com as suas possibilidades e necessidades cognitivas, respeitando as potencialidades de cada um, assim como, preservando e respeitando a individualidade intelectual da criança.

Para tanto, é necessário que a escola e educadores tenham definido, em conjunto, a respeito da concepção de criança e de mundo que querem formar, e que o trabalho coletivo seja planejado e desenvolvido baseado em teorias educacionais, as quais assegurem confiança e segurança em relação ao referencial teórico, que

servirá de base para o desenvolvimento do trabalho educacional e da proposta pedagógica estabelecida pela escola.

Conforme as idéias de Kramer (2005, p. 212), a educação infantil:

Não é preparatória e salvadora das mazelas do ensino fundamental, pois a reprovação, repetência, baixo rendimento são questões a serem solucionadas naquele nível de ensino. Não é também compensatória de carências e déficits, porque as diferenças encontradas entre as crianças de diferentes classes e grupos sociais não são deficiências e, portanto, precisam ser olhadas por uma outra óptica.

Assim, é necessário entender que a escola de educação infantil é um espaço de socialização, de troca, de acesso a novos conhecimentos, de ampliação de suas experiências podendo ser um “caminho para diminuir as desigualdades”⁶¹.

Torna-se necessário, aos profissionais responsáveis pelas políticas públicas de educação infantil e aos profissionais que trabalham com as crianças nesta faixa escolar, o compromisso com a qualidade do ensino e do atendimento deste aluno.

É possível sintetizar que a educação infantil, enquanto primeira etapa da educação básica, se caracteriza por um trabalho pedagógico alicerçado em bases teóricas as quais considerem os aspectos globais do desenvolvimento da criança, que não está solta no mundo, e sim, inserida num contexto histórico, social e cultural.

O Ensino no município de Bauru

Em Bauru, a primeira preocupação do Município em relação ao ensino data de 1912 e está escrita na Ata da Câmara Municipal de outubro deste mesmo ano. Através da lei o ensino primário municipal tornou-se obrigatório e criou-se três espécies de estabelecimentos: as escolas ambulantes, as escolas provisórias e as escolas permanentes. Esse ensino preliminar era destinado às escolas de ambos os sexos, a contar de sete anos de idade e deveria ter a duração de quatro anos, destinando um tempo de cinco horas de aulas diárias, com meia hora de recreio.

As classes eram atribuídas pelo período de um ano aos melhores alunos formandos do Curso Normal (em âmbito Estadual) para que lecionassem. Entretanto,

⁶¹ KRAMER, 2005, p.212.

no ano seguinte, esse desempenho profissional, bem como o tempo de serviço trabalhado, não contavam. Posteriormente instituiu-se o sistema de “pontos”, que eram atribuídos aos professores que lecionavam em escolas rurais e na educação de adultos e a somatória desses pontos daria condições, mais tarde, de o professor assumir uma classe em definitivo.

A remuneração do professor era muito boa e no final da década de 1930 a remuneração do professor municipal passou a ser melhor do que a do professor estadual, principalmente porque as férias, no município, eram remuneradas.

Algumas vezes acontecia também “apadrinhamento” político para o ingresso em determinada classe ou grupo escolar.

Inicialmente, como as classes eram isoladas, todo o trabalho de infraestrutura administrativa não existia. Quem fazia o elo de ligação entre a administração distante e a escola era o Inspetor, que também realizava as reuniões mensais, a avaliação dos diários de classes, os resumos mensais e as matrículas.

Existia uma “supervisão” do ensino, também feita pelo Inspetor Escolar, que exercia mais a função de fiscalizador. A avaliação na zona rural, nas classes isoladas e nos grupos escolares também era feita por eles. As provas vinham lacradas, eram únicas e eram aplicadas e corrigidas por eles. Essas visitas de fiscalização eram mensais.

As escolas rurais ou classes isoladas tinham um grande relacionamento com a comunidade, que cultuavam, com festas, as datas comemorativas. Havia também, preocupações com o ensino e as escolas eram, na maioria das vezes, construídas por pessoas ou grupos da comunidade. Principalmente na zona rural, a comunidade japonesa preocupava-se com o ensino sistemático e com o ensino de sua própria língua.

Os donos da fazenda onde se encontravam as classes isoladas colaboravam muitas vezes com o material do aluno carente.

Não havia serventes nem merendeiras. Tudo ficava a cargo das professoras das classes isoladas. Na época de colheita na zona rural, os alunos não compareciam à escola e cabia a professora ir à casa dos alunos para conscientizá-los e a seus pais sobre a necessidade e importância de retornarem às aulas.

Havia uma rigidez muito grande em relação ao cumprimento do horário para o professor e ao mesmo tempo, havia falta de ônibus, o que dificultava em muito o deslocamento do profissional.

As classes eram muito numerosas, em torno de quarenta e cinco alunos, várias séries diferentes funcionavam na mesma classe. O professor levava muito trabalho para casa. Cabia ao professor, também abrir, fechar e limpar a escola.

Em 1941, o então prefeito de Bauru, Ernesto Monte, pleiteou uma escola agrícola para a cidade. A escola “Gustavo Capanema”, à época ministro da Educação, tinha por objetivo ministrar o ensino prático e gratuito da ciência agrícola, mecanização, visando à formação de trabalhadores rurais e capatazes. A escola, dirigida pelo engenheiro agrônomo Federico Miranda Schimidh chegou a ter 400 alunos.

Na Segunda Guerra Mundial a escola foi requisitada para abrigar os prisioneiros, tripulantes de navios italianos e alemães, detidos no Porto de Santos. Em 1954, Jânio Quadros transformou a escola agrícola em Instituto Penal Agrícola (IPA), o qual funciona até os dias atuais.

O ensino municipal de 1º grau organizou-se inicialmente sob a forma de classes isoladas (rurais e urbanas) como fora dito e em 1954 passou a se organizar como escolas conveniadas, isto é, escolas paroquiais. Através de convênios firmados entre a Igreja e a Prefeitura Municipal de Bauru, as escolas eram criadas e administradas da seguinte forma: os professores eram indicados pelo diretor da escola ou pela igreja para exercerem o magistério naquelas escolas.

O prédio e a direção eram da Igreja. A Prefeitura nomeava os professores, mas repassava uma verba para a mantenedora, que ficava responsável pelo pagamento dos professores e pelos demais gastos de manutenção. Desta forma, a orientação educacional era, predominantemente, deixada sob a responsabilidade da Igreja Católica.

As classes especiais para Deficiente Mental (DM) foram criadas por Lei Estadual em 1958. Bauru instalou suas classes e, em 1968, o município de Bauru começou também a investir na Educação Especial.

Na década de 1950 já existiam faculdades em Bauru: a Faculdade de Direito da Instituição Toledo de Ensino (ITE) e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Sagrado Coração de Jesus”, hoje, Universidade do Sagrado Coração (USC).

Em 1962, instalou-se em Bauru a Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo. Em 1967 criou-se a Fundação Educacional de Bauru, mantenedora da Escola de Engenharia – sua primeira Faculdade - e do Colégio Técnico Industrial.

A Fundação Educacional de Bauru era uma fundação municipal. Recebia, no início, verbas municipais e foi criada e instalada na gestão do Prefeito Dr. Nuno de Assis. Ainda nesse período já existiam as escolas de aprendizagem profissional como o SENAI e o SENAC.

A Educação Infantil em Bauru

Em 1956, durante a administração de Nicola Avallone Júnior, nasceu o primeiro Parque Infantil, denominado “Stélio Machado Loureiro”. Posteriormente criaram-se os seguintes parques infantis: Lions (1957), Manoel Brandão (1957), Pinóquio (1958) e Jaty (1969).

A função do parque infantil era recreacionista e assistencialista, atendendo uma clientela de 3 a 12 anos de idade, sendo que dos 7 aos 12 anos era considerado como programa de assistência ao escolar. Os parques infantis nasceram e cresceram orientados pelo Departamento de Educação Física e Esportes (DEFE), tanto em relação ao material didático quanto em relação aos concursos e treinamentos de professores.

O DEFE, criado em 1954 e subordinado ao órgão estadual da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, tinha por atribuição organizar, orientar, difundir e fiscalizar com exclusividade a prática da Educação Física, dos Esportes e da Recreação em todos os estabelecimentos de ensino oficiais ou particulares de qualquer ramo ou grau. Devia ainda, promover o aperfeiçoamento dos professores. Mantinha também um Serviço de Recreação, destinado a estimular, criar e orientar recantos, parques infantis e centros de recreação, coordenando iniciativas oficiais e particulares nesse sentido.

O que se encontrava na Educação Infantil nos anos 70, era uma média de oito escolas, as quais eram denominadas Parques Infantis, devido ao seu caráter recreativo que o DEFE consolidava através de sua ação na prática docente dos professores da escola pública. Mais tarde, os Parques Infantis passaram a ser denominados como Centros de Educação e Recreação (CER), que por sua vez pôde abarcar a preocupação do regime vigente em criar “cidadãos para a Pátria”, mais preocupados com os aspectos físicos do que cognitivos, e em janeiro de 1987 os

CERs passaram a ser denominados como Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI), nome que perdura até os dias atuais.

O andamento interno da escola, ainda nos anos 70, era regido por um calendário não oficial, não padronizado entre as escolas de educação infantil. Cada escola seguia o seu próprio ritmo, tendo apenas como referência em comum, as datas comemorativas.

Essas datas exerciam presença marcada no cotidiano da prática pedagógica, principalmente nas escolas de educação infantil. Historicamente parecem representar uma estratégia de aproximação da comunidade com as escolas, bem como meio de complementação financeira, ou única forma de arrecadação financeira para aquisição de materiais.

Normalmente mobilizavam quase todos os profissionais e por vezes a comunidade da escola, transformando o andamento pedagógico. As datas comemorativas permearam durante muito tempo as diretrizes das atividades realizadas na educação infantil, substituindo por vezes, conteúdos mais específicos dos currículos, merecendo hoje, uma reflexão e um repensar dessas práticas.

Os professores faziam visita mensal aos alunos para conter a evasão, manter o relacionamento com a família e consolidar dessa forma esse tipo de escola. Em 1969 surgiu a nova estruturação da educação municipal, com o Secretário da Educação (Prof. José Benedito Pinto) e duas supervisoras: uma de pré-escola e outra de primeiro grau.

Nos parques infantis havia aulas inclusive aos sábados. A partir de 1970, os sábados foram destinados ao planejamento de atividades e estudos. Os relatórios dos professores eram diários, sobre as atividades desenvolvidas. Havia a Assistente Pedagógica, cuja função era auxiliar os professores na elaboração de planos de aula e outros materiais.

Na década de 1980, houve a expansão da Rede Municipal e com ela a preocupação pedagógica a qual acompanhou essa expansão. Surgiram as medidas de caráter reflexivo sobre as práticas pedagógicas no interior das escolas, como é o caso da Proposta Curricular de Educação Infantil (1986) e definições de diretrizes de uma Política Educacional para o Município, tendo como objetivo proporcionar o desenvolvimento global e harmônico da criança.

Os anos de 1980 marcaram um aparente avanço no processo de estruturação e reflexão dos pressupostos que orientavam a educação municipal. O

País passou por um processo de releitura democrática, de reestruturação da vida social e política, com o resgate dos direitos pela sociedade civil e apresentou a possibilidade de rever a atuação dos profissionais da educação que, mais do que possível, era necessária.

Gradativamente, a estruturação do ensino municipal apresentou avanços no sentido de orientações pedagógicas, de preocupações com a fundamentação teórica, a qual desse suporte à prática nas escolas.

A proposta pedagógica divulgada em 1987 foi a primeira iniciativa da Secretaria Municipal de Educação, enquanto documento oficial que norteasse a prática pedagógica dos professores de Educação Infantil. Esta proposta foi elaborada por diretores da Rede Municipal e psicólogas, porém não houve a participação dos professores.

Quanto aos intelectuais que influenciaram a prática educacional da Rede Municipal, havia os nomes de Piaget, Maria Montessori, Ana Maria Popovic, Freinet entre outros. Esses pensadores, em determinado período e espaço de tempo, puderam ser pensados e refletidos em relação a teoria por eles construída, através dos profissionais envolvidos com a educação.

No que diz respeito às Escolas Municipais de Educação Infantil (Emeis), as primeiras influências vieram com a concepção de valorização da leitura e escrita e do objetivo de treinar leitores e escritores, segundo um código lingüístico formal. Nesse âmbito, as cartilhas tiveram um papel significativo através de exercícios de coordenação motora e treino de famílias silábicas, como o trabalho da autora Ana Maria Popovic, que se imaginava o mais adequado para aquele momento.

Na trajetória da Educação Infantil, a busca pela identidade para a clientela atendida, crianças de 3 a 6 anos e para os professores que trabalham com essa faixa etária denotava as influências através da procura por teóricos que possibilitassem a sustentação dessa identidade. Um exemplo claro: o conceito de pré-escolar, ou seja, aquele que prepara para uma etapa, mas não tem uma identidade em si, uma finalidade escolar, é apenas o período preparatório foi substituído por Ensino de Educação Infantil. Essa mudança de conceito pode revelar uma conquista de identidade para os profissionais que buscaram por esse objetivo.

Ao longo dos anos, pôde-se construir os caminhos para a viabilização da reformulação da proposta pedagógica, o que ocorreu através de cursos, oficinas, palestras, grupo de estudos, entre outros. Paralelas a essas ações foram criadas

comissões e subcomissões responsáveis pela discussão, estudo e elaboração dos pressupostos teóricos das diversas áreas do conhecimento.

As comissões foram compostas por professores, diretores, especialistas e equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação. A proposta foi implantada em julho de 1996. Em 1998, as escolas municipais de Bauru receberam o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCN)⁶².

O Referencial deveria servir de guia de reflexão educacional sobre os objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuassem com crianças de zero a seis anos de idade. O MEC colocou um exemplar desse documento à disposição de cada profissional de educação infantil a fim de garantir sua utilização e manuseio.

Em 2000, especialistas da Educação Infantil e do Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal da Educação fizeram estudos e reflexões sobre a Proposta Pedagógica do Município de Bauru e sobre o Referencial Curricular dos quais surgiu um novo documento, intitulado de Subsídio Curricular para a Educação Infantil.

Esse documento seguiu o modelo dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, por Área de Conhecimento, ou seja, Linguagem Oral e Escrita, Matemática, Movimento, Música, Artes Visuais, Identidade e Autonomia e Natureza e Sociedade.

No ano de 2006, a Secretaria Municipal da Educação foi responsável por 60 (sessenta) Unidades de Educação Infantil entre Emei (Escola Municipal de Educação Infantil) e Emeii (Escola Municipal de Educação Infantil Integrada - antigas creches). No mês de setembro do mesmo ano foram atendidas 482 (quatrocentos e oitenta e duas) turmas, entre mini-maternal à pré e 12.531 (doze mil, quinhentos e trinta e um) alunos com idade entre dois a seis anos.

Os professores da Rede Municipal de Educação têm a incumbência de planejar, elaborar projetos, cooperar para o bom andamento da escola, zelar e educar os alunos e orientar os pais.

Os alunos são agrupados em turma de Maternal (3 anos), Jardim I (4 anos), Jardim II (5 anos) e Pré (6 anos).⁶³

⁶² BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Brasília, 1998, 3 v.

⁶³ Regimento Escolar das Escolas Municipais de Bauru, artigo 94, 1997.

As matrículas são efetuadas mediante apresentação da certidão de nascimento e da carteira de vacinação, em qualquer período do ano, desde que haja vagas.⁶⁴

Não havendo a possibilidade de apresentação da certidão de nascimento, as Emeis e Emeiis não poderão recusar as matrículas.⁶⁵

Em relação às normas e apoios disciplinares, a organização disciplinar da Unidade Escolar tem como base as exigências legais contidas no Estatuto do Servidor Público Municipal, Estatuto do Magistério, Regimento das Escolas Municipais, Plano de Cargos e Salários, Decreto de Atividade Extraclasse e Circulares oriundas da Secretaria da Educação às Unidades Escolares.

A avaliação dos alunos na Educação Infantil é realizada conforme estabelece a LDB/96, ou seja, “mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”.⁶⁶

Como é possível perceber, as escolas municipais de educação infantil, possuem o mesmo Regimento Escolar, o qual data de 1997. Todas as unidades escolares estão submetidas ao mesmo documento, uma vez que ainda não possuem o projeto político-pedagógico, que sustentará o princípio da autonomia das escolas.

Necessário é também, lembrar que o município de Bauru ainda não possui o Plano Municipal de Educação, o qual definirá as diretrizes, as quais servirão de referência de apoio as escolas.

Desta forma, a unidade escolar “Florípes Silveira de Souza” acompanha as diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Educação, as normas contidas no Regimento das Escolas Municipais de Educação Infantil do município e as orientações provenientes da Secretaria Municipal da Educação.

⁶⁴ Regimento Escolar das Escolas Municipais de Bauru, artigo 94, 1997, §§ 1º e 2º

⁶⁵ Idem art. 95, § 2º

⁶⁶ LDB 9394/96, art.31

A Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) “Florípes Silveira de Souza”

Em 21 de outubro de 1989 foi inaugurada a Escola de Educação Infantil “Florípes Silveira de Souza”, composta por dois prédios cedidos pela Companhia de Habitação Popular de Bauru (COHAB), adaptados pela Prefeitura Municipal de Bauru às necessidades de funcionamento. Estava localizada à Rua Arnaldo Miraglia, nº 5-172 no núcleo habitacional Edson Francisco da Silva.

A denominação da Escola Municipal, com o nome da Professora Florípes Silveira de Souza, foi objeto do Projeto de Lei nº 93/89 encaminhado pela Prefeitura Municipal à Câmara Municipal em 30 de outubro de 1989, homenageada que foi por tratar-se de bauruense que dedicou toda a sua vida profissional às crianças e ao ensino fundamental, notadamente na Escola Municipal de 1º Grau “Santa Maria”, na qual se aposentou no ano de 1986, como diretora, falecendo logo após em 1988.

Em 1992, passou a funcionar em prédio próprio construído pela Prefeitura Municipal de Bauru, localizado à Rua João Guedes nº 1-80 no núcleo Edson Francisco da Silva (Bauru XVI), onde se encontra até os dias atuais (2007).

A comunidade do bairro onde a Unidade Escolar está inserida é de classe média baixa, porém a clientela escolar provém de bairros de classe baixa, tais como Jardim Eldorado, Nova Esperança, Val de Palmas e do próprio núcleo habitacional.

O núcleo habitacional “Edson Francisco da Silva” é residencial e dispõe de amplo setor comercial em toda a sua extensão, o qual oferece serviços de bares, supermercados, padarias, farmácias, feira livre, papelaria, lojas de R\$ 1,99 e várias lojas nos ramos de confecções, calçados, perfumarias, sorveterias, entre outras.

O serviço de educação pública é prestado através de Escolas Estaduais e Municipais no Ensino Fundamental e em Escolas Municipais na Educação Infantil.

O bairro dispõe de Centro Comunitário, praças e igrejas de várias tendências religiosas.

Profissionalmente, a comunidade de pais de alunos é constituída de: 33% profissionais liberais, 20% comerciários, 5% comerciantes, 2% vidraceiros, 2% pedreiros, 20% desempregados que sobrevivem do trabalho informal, 18% outras profissões.

Atualmente o bairro enfrenta problemas principalmente relacionados à segurança. Aos finais de semana, em sua maioria, a escola é invadida por pessoas

que adentram ao local e a danificam, com pichamentos, quebra de vidros das janelas, depredação do jardim, entre outras coisas desagradáveis que poderiam não ocorrer, caso houvesse a conscientização da importância da escola, como sendo um bem público, para o bairro. Também em janeiro deste mesmo ano foram furtadas da escola durante a madrugada: uma TV 29 polegadas, um DVD, um vídeo-cassete, um ventilador, um telefone e um computador completo com impressora.

A estrutura física da Unidade Escolar necessita de reformas e ampliações já solicitadas à Secretaria Municipal da Educação, pois a escola é coberta com telhas do tipo “canaletão”. Durante o verão, o calor é insuportável e quando chove, há muitas goteiras as quais impedem o uso de duas salas de aula. Na cozinha também há telhas quebradas e com vazamentos devido aos parafusos colocados com o objetivo de fixar as mesmas.

Na cozinha, nos banheiros dos alunos bem como dos funcionários não há azulejos nas paredes nem pisos compatíveis com a higiene do local. Várias vistorias foram realizadas por técnicos da Prefeitura Municipal de Bauru, porém não houve solução até o presente momento, embora esteja em andamento o processo (3792/05) de reforma do prédio desde o início de 2005.

O prédio da Unidade Escolar consta de: 03 salas de aula, 01 sala de diretoria, 01 sala de professores, 01 cozinha, 01 despensa, 01 consultório odontológico, 03 banheiros para adultos, 02 banheiros infantis com 03 sanitários cada, 01 sala para materiais didáticos e pedagógicos, 01 almoxarifado, 01 pátio coberto.

A área livre contém: 01 quiosque, 02 escorregadores, 01 ponte pênsil, 01 gira-gira, 01 trepa-trepa, 06 balanços, 04 gangorras, 01 tanque de areia.

Quanto aos Recursos Humanos, a escola possui: 01 diretora, 07 professoras efetivas de Educação Infantil, 02 serventes, 02 merendeiras, 02 merendeiras readaptadas na função de auxiliar administrativo com restrição, 01 dentista, 01 auxiliar de dentista.

A formação profissional dos funcionários que atuam na unidade escolar.

- ✓ Diretora – graduação em Serviço Social e Pedagogia. Mestranda em Educação pela Unesp – Marília em Políticas Públicas Educacionais,
- ✓ Duas professoras são graduadas em Pedagogia,
- ✓ Uma professora é graduada em Artes Plásticas,
- ✓ Quatro professoras possuem o Magistério,
- ✓ Uma servente possui o nível médio,
- ✓ Uma servente está cursando o nível superior, Pedagogia,
- ✓ Uma auxiliar administrativa (com restrição) possui o nível médio,
- ✓ Uma auxiliar administrativa (com restrição) possui o ensino fundamental,
- ✓ As merendeiras possuem o ensino fundamental,
- ✓ A auxiliar de dentista é graduada em Serviço Social,
- ✓ A dentista é graduada em Odontologia com especialização.

As duas auxiliares administrativas com restrição eram merendeiras e por motivo de lesão por esforços repetitivos (LER) foram readaptadas na função administrativa. Atualmente elas exercem atividades recomendadas pelo médico perito da Seção de Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT – da Prefeitura Municipal de Bauru. Estas atividades constam no processo de readaptação de cada uma delas; entre elas, há a responsabilidade no controle de entrada e saída dos alunos, preenchimento de fichas de matrícula, controle do estoque dos materiais de limpeza, organização do almoxarifado de materiais pedagógicos, entre outras.

O horário de funcionamento da escola é das 7h às 18h. A diretora trabalha oito horas diárias, das 7h30min às 11h30min e das 13h às 17h. As professoras do período da manhã trabalham das 7h30min às 11h30min e as do período da tarde das 13h às 17h. As duas merendeiras cumprem oito horas diárias, das 7h às 11h30min e das 13h às 16h30min. As duas serventes, também com jornada diária de oito horas, trabalham de forma alternada, um dia, uma no horário das 7h às 11h e das 12h às 16h e a outra das 9h às 12h e das 13h às 18h, no outro dia trocam os horários e assim sucessivamente, visando não deixar a escola desamparada da profissional.

Os vigias entram às 18h e saem às 6h, quando estão disponíveis à unidade escolar, pois a Secretaria Municipal da Administração de Bauru contratou uma empresa de Alarmes e Monitoria e com essa ação, retirou os vigias das escolas. Porém na Emei “Florípes”, como o telhado não possui forro, os pássaros e pequenos animais adentram nas salas, o sensor capta a presença dos mesmos e o alarme dispara. Esse fato acontece à noite, de madrugada e aos finais de semana.

Os alunos do período da manhã freqüentam das 8h às 11h15min e os alunos do período da tarde das 13h30min às 16h45min.

Algumas professoras trabalham no período contrário ao da docência, na Atividade Extraclasse (AEC), que é um direito de escolha para as professoras efetivas que possuem mais de cinco anos de serviço no Magistério Público Municipal.

Segundo o decreto nº 6692/93, Art.2º:

Entende-se por atividades escolares extraclasse as atividades desempenhadas pelo docente nas unidades escolares municipais, necessárias para sua complementação pedagógica, para assistência didática ao escolar e para atendimento aos pais ou responsáveis pelos alunos.

Essa complementação pedagógica deverá compreender leituras, pesquisas bibliográficas, participação em cursos de aperfeiçoamento e especialização e nos projetos desenvolvidos tanto pela Unidade Escolar como pela Secretaria Municipal da Educação.

A atividade extraclasse é dividida em quatro níveis modulares, com as horas semanais correspondentes, assim distribuídas:

- ✓ O professor com cinco a dez anos de exercício fará o nível “A” – uma hora diária, com acréscimo de 25% sobre o seu padrão de vencimentos,
- ✓ O professor com dez a quinze anos de exercício fará o nível “B” – duas horas diárias, com acréscimo de 50% sobre o seu padrão de vencimentos,
- ✓ O professor com quinze a vinte anos de exercício fará o nível “C” - três horas diárias, com acréscimo de 75% sobre o seu padrão de vencimentos,

- ✓ O professor com vinte anos de exercício em diante fará o nível “D” – quatro horas diárias, com acréscimo de 100% sobre o seu padrão de vencimentos.
- ✓ Para facilitar o cumprimento das horas de AEC o professor poderá optar pelo aglutinamento das mesmas em alguns dias, desde que não ultrapasse a carga horária semanal do nível correspondente.

Na Unidade Escolar há três professoras com AEC nível “C” e duas professoras com AEC nível “B”. O fato de haver essas professoras com disponibilidade de horários para cumprir a AEC facilita o entrosamento e o diálogo entre os profissionais, bem como os estudos para o aperfeiçoamento educacional.

Esse momento no qual a professora está presente na escola, participando da AEC, é muito importante para que os estudos e discussões possam ser realizados. Há leituras de textos sobre a aprendizagem dos alunos e sobre o projeto político-pedagógico.

Nessa Unidade Escolar há três turmas no período da manhã e quatro no período da tarde, sendo uma turma para cada faixa etária.

Há em média trinta alunos por turma, porém as classes que atendem crianças portadoras de necessidades educacionais especiais são lotadas com vinte e cinco alunos. No ano de 2006, havia três crianças com essas necessidades no período da tarde e uma criança no período da manhã. Ao todo estavam matriculadas e freqüentando quatro crianças portadoras de necessidades educacionais especiais.

O diagnóstico fechado apresentado pelos médicos responsáveis variou entre: um caso com rebaixamento mental, um caso com deficiência física e um caso com autismo. Outro aluno ainda estava na fase de observação antes de ser apresentado o diagnóstico.

Os alunos com necessidades educacionais especiais freqüentam a unidade escolar diariamente, porém não há nenhuma auxiliar de classe para as professoras. É um trabalho árduo, onde a equipe tem que se mobilizar no sentido de encontrar alternativas possíveis para o melhor atendimento destes alunos, pois cada professor é responsável por seus alunos durante o período em que eles permanecerem na escola.

Neste trabalho também se faz necessário deixar transparecer como se dá a rotina dos alunos e das professoras na unidade escolar.

Os alunos, diariamente, ao chegarem à escola, são recepcionados pela servente, a qual é responsável pela abertura e fechamento dos portões e pelo controle de entrada e saída de pessoas à unidade escolar, e pelas professoras, que ficam próximas ao portão de entrada, onde cada turma forma a sua fila esperando até que todos os colegas cheguem, porém, os alunos não são “obrigados” a permanecerem na fila; o importante é que eles estejam próximos à professora. Em seguida todos os alunos são conduzidos até o pátio coberto ou ao gramado para que juntos façam um exercício de convivência com o objetivo de confraternizarem-se e circularem entre todas as turmas.

Todos os dias as músicas infantis são colocadas para este momento de socialização. Essa atividade dura em média quinze minutos e nesse período os alunos cantam, dançam e ao final fazem uma oração (espontânea, a qual é feita em linguagem de fácil compreensão pelas crianças) desejando um BOM DIA!/BOA TARDE! de trabalho à todos.

Esse contato coletivo é muito importante para fortalecer o vínculo afetivo entre todos os alunos das diferentes idades que freqüentam a escola e entre estes e as professoras e funcionárias as quais estão disponíveis nesse momento, pois neste período de socialização é ressaltada a importância de viver em sociedade, compartilhando o mesmo espaço físico, assim como o cuidado com o amigo e consigo mesmo.

Após essa atividade diária inicial, cada turma é conduzida pela sua professora para as atividades programadas que são planejadas por Área de Conhecimento de acordo com o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil em horários e locais pré-determinados entre as professoras.

Todas as turmas têm diariamente meia hora de atividade nos aparelhos recreativos, todas têm o seu horário de merenda e logo após fazem a escovação dos dentes supervisionados pela professora ou pela auxiliar de dentista.

O horário de entrada dos professores ocorre meia hora antes do horário de entrada dos alunos. Este tempo possibilita ao professor realizar atividades de preparo de material para sua aula diária, atendimento aos pais, bem como para que possam receber recados ou orientações necessárias para o bom andamento do trabalho pedagógico.

Na Emei “Florípes Silveira de Souza” assim como no processo educacional, as idéias estão em constante produção, que se transformam continuamente, exigindo, desta forma, que o professor elabore e reflita permanentemente sobre a sua prática pedagógica a fim de acompanhar a evolução social e educacional, o pensamento e o comportamento dos alunos quanto às necessidades de aprendizagens escolares.

Há muitas pessoas envolvidas nesse processo de educação escolar e a responsabilidade é de todos os agentes envolvidos, não só do professor, e a qualidade do trabalho pedagógico depende diretamente da existência de um projeto pedagógico compartilhado pela comunidade escolar, fato que implica um posicionamento de valorização da produção coletiva para o qual todos têm de participar.

O apoio pedagógico e educacional da escola está tanto sob a responsabilidade da diretora escolar quanto dos Departamentos Pedagógico e de Educação Infantil da Secretaria Municipal da Educação. A diretora, as professoras, e as funcionárias atendem a todas as convocações dos Departamentos de Educação Infantil e Pedagógico da Secretaria Municipal da Educação, bem como participam dos cursos e das oficinas pedagógicas oferecidas pela Secretaria Municipal da Educação de acordo com a disponibilidade de vagas e o interesse pessoal e profissional.

O serviço burocrático-administrativo é executado também pela diretora, pois, não há secretário na unidade escolar.

O apoio de assistência ao escolar é realizado através da Associação de Pais e Mestres (A.P.M.), pelo Departamento de Merenda Escolar e pelo programa de saúde bucal oferecido na unidade escolar através da parceira com a Secretaria Municipal da Saúde, a qual cede a dentista e sua auxiliar.

Os recursos financeiros são provenientes das contribuições espontâneas dos sócios da A.P.M. e das promoções e festas realizadas pela equipe da escola em conjunto com os pais dos alunos. Os recursos são gerenciados pela diretora da escola e também pela diretora financeira e pela diretora executiva da A.P.M., as quais são mães de alunos, atendendo as exigências do Estatuto Padrão da Associação de Pais e Mestres das Unidades Escolares Municipais de Educação Infantil.

A equipe participa do levantamento das necessidades da escola e dos materiais necessários para o bom andamento da unidade escolar, bem como na sua organização e conservação. Após esse levantamento das necessidades, há a reunião

com os membros da A.P.M. a fim de discutir e decidir sobre os encaminhamentos das ações que serão efetuadas.

Na Unidade Escolar há a prática da discussão dos assuntos relativos ao setor pedagógico, administrativo e financeiro. Com freqüência há a avaliação das atividades realizadas, bem como das atitudes tomadas pela equipe escolar em face de alguma situação ocorrida.

Nas reuniões pedagógicas, as quais são realizadas em torno de uma vez por mês, também avaliamos os trabalhos pedagógicos realizados, estudamos sobre a educação infantil e sobre a construção do projeto político-pedagógico. A equipe define em conjunto quais são os temas importantes a serem discutidos em cada momento.

A população atendida pela escola é carente; 62,31% das mães não trabalham; 11,59% são diaristas e 26,10% se enquadram em outras profissões.

REFERENCIAL TEÓRICO – METODOLÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE BAURU

A Educação Infantil em Bauru é guiada basicamente pela proposta educacional do município elaborada em 1996 e pelo Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCN), onde estão estabelecidos dois grandes grupos para o desenvolvimento infantil: Conhecimento de Mundo e Formação Pessoal e Social.

O Conhecimento de Mundo está dividido por seis áreas do conhecimento:

- Área do conhecimento: Linguagem Oral e Escrita,
- Área do conhecimento: Matemática,
- Área do conhecimento: Natureza e Sociedade,
- Área do conhecimento: Artes visuais,
- Área do conhecimento: Música,
- Área do conhecimento: Movimento.

A Formação Pessoal e Social se dá através da Área do Conhecimento: Identidade e Autonomia.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998, p. 13), é um documento oficial constituído por:

Um conjunto de referências e orientações pedagógicas que visam a contribuir com a implantação ou implementação de práticas educativas de qualidade que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício das crianças brasileiras.

Importante lembrar que trata-se de uma proposta “aberta, flexível e não obrigatória”, que poderá subsidiar os sistemas de ensino que desejarem a contribuição do Referencial, uma vez que seu uso só terá sentido se traduzir a “vontade dos sujeitos envolvidos com a educação das crianças”.

Seguindo as orientações do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998, p.21), temos a concepção de criança como:

um sujeito social e histórico e que faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca. A criança tem na família, biológica ou não, um ponto de

referência fundamental, apesar da multiplicidade de interações sociais que estabelece com outras instituições pessoais.

Seguindo esse raciocínio, “as crianças possuem uma natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio”. Elas “constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem” (RCN, 1998, p. 21-22).

A escola de educação infantil ocupa um papel socializador, o qual desenvolve a identidade das crianças e promove as aprendizagens por meio de brincadeiras e situações pedagógicas intencionais. Assim, Educar segundo o RCN (1998, p.23) é:

Propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis. (grifo nosso).

Na instituição de educação infantil, seguindo as orientações do Referencial Curricular Nacional, há a necessidade de haver a incorporação de maneira integrada das funções cuidar e educar. Assim, em relação ao Cuidado há a necessidade de:

Compreende-lo como integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolam a dimensão pedagógica. Ou seja, cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimentos e a cooperação de profissionais de diferentes áreas [...]. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica conhecimentos específicos.

As crenças e os valores, presentes no contexto sociocultural do educador, permeiam as atitudes e os procedimentos do cuidado com o educando, influenciando o desenvolvimento educacional infantil.

Pode-se afirmar que o desenvolvimento infantil é guiado pelas necessidades que preservam a vida orgânica e pelas necessidades afetivas, compreendidas como: prestar atenção, valorizar a criança, ouvi-la e estabelecer vínculos entre quem cuida e quem é cuidado.

Dessa forma, os profissionais de educação infantil devem ter atitudes e procedimentos que estejam embasados em conhecimentos específicos sobre o desenvolvimento biológico, emocional e intelectual das crianças e os fatores do contexto sociocultural.

O professor de educação infantil deve ter uma competência polivalente; fato que significa que ele trabalhe com conteúdos de naturezas diversas, os quais englobam os cuidados básicos com as crianças e os conhecimentos específicos definidos por áreas do conhecimento (linguagem oral e escrita, matemática, artes visuais, movimento, natureza e sociedade, música e identidade e autonomia).

É possível verificar desta forma, que o profissional deverá ter uma formação bastante ampla, bem como estar em aprendizado constante se tornando um eterno aprendiz. O que significa estar em processo constante de reflexão sobre a sua prática, manter um diálogo aberto com as famílias e com a comunidade a fim de buscar as respostas para suas indagações, ou em outras palavras, buscar as informações necessárias para a construção do seu trabalho pedagógico.

O profissional deve estar comprometido com o seu trabalho de maneira a estar constantemente em observação, registrando os fatos interessantes e necessários a fim de planejar suas ações e avaliá-las para uma futura reconstrução das atividades e planejamento do trabalho a ser compartilhado com as crianças.

Como já fora dito, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil é um documento o qual norteia o trabalho das escolas de educação infantil da Rede Municipal de Educação de Bauru. Assim, seguem abaixo algumas orientações, segundo o RCN, a fim de delinear as Áreas do Conhecimento para que o leitor possa se inteirar sobre o assunto.

Área do Conhecimento: Identidade e Autonomia.

Diz respeito ao conhecimento, desenvolvimento e uso dos recursos pessoais para fazer frente às diferentes situações na vida.

A identidade é um conceito do qual faz parte a idéia de distinção, de uma “marca” das crianças pelas pessoas, a começar pelo nome, seguido de todas as características físicas, o modo de agir e de pensar e da história pessoal. Sua construção é gradativa e se dá por meio de interações sociais estabelecidas pela

criança, nas quais ela, alternadamente, imita e se funde com o outro para diferenciar-se dele em seguida. A fonte original de identidade está naquele círculo de pessoas com quem a criança interage no início da vida. Porém, a criança também participa de outros universos sociais, como festas populares de bairro, igreja, feira ou clube, podendo ter as mais diversas vivências das quais resultam um repertório de valores, crenças ou conhecimentos.

O “brincar” é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da Identidade e Autonomia. Nas brincadeiras as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais.

Quando utilizam a linguagem do faz-de-conta, as crianças enriquecem sua identidade, porque podem experimentar outras formas de ser e pensar, ampliando suas concepções sobre as coisas e pessoas ao desempenhar vários papéis sociais ou personagens.

É na interação social que as crianças são inseridas na linguagem, partilhando significados e sendo significadas pelo outro.

Área do Conhecimento – Movimento

Nas crianças dos quatro aos seis anos de idade há a ampliação do repertório de gestos instrumentais, os quais contam com progressiva precisão. Permanecem a tendência lúdica da motricidade, sendo muito comum que as crianças durante a realização de uma atividade, desviem a direção de seu gesto.

Os recursos de contenção motora se traduzem no aumento do tempo que a criança consegue manter-se numa mesma posição.

As brincadeiras que compõem o repertório infantil e que variam conforme a cultura regional apresentam-se como oportunidades privilegiadas para desenvolver habilidades no plano motor, como empinar pipas, jogar bolinhas de gude, pular amarelinha, etc.

Área do Conhecimento – Música

A Música é a linguagem que se traduz em formas sonoras capazes de expressar e comunicar sensações, sentimentos e pensamentos por meio da organização e relacionamento expressivo entre o som e o silêncio. A música está presente em todas as culturas, nas diversas situações.

A integração entre os aspectos sensíveis, afetivos, estéticos e cognitivos, assim como a promoção de interação e comunicação social conferem caráter significativo a linguagem musical. É uma das formas importantes de expressão humana.

A música está presente em diversas situações vividas pelas pessoas. Presente na vida diária de alguns povos, ainda hoje é tocada e dançada por todos, seguindo costumes que respeitam as festividades e os momentos próprios a cada manifestação musical.

Ouvir música, aprender uma canção, brincar de roda, confeccionar brinquedos rítmicos, são atividades que despertam, estimulam e desenvolvem o gosto pela atividade musical, além de atenderem as necessidades de expressão que passam pela esfera afetiva, estética e cognitiva. Aprender música significa integrar experiências que envolvem a vivência, a percepção e a reflexão, encaminhando-as para níveis cada vez mais elaborados.

Compreende-se a música como linguagem em forma de conhecimento. O trabalho com música deve considerar que ela é um meio de expressão e forma de conhecimento acessível aos bebês e crianças.

A linguagem musical é excelente meio para o desenvolvimento da expressão, do equilíbrio, da auto-estima e auto conhecimento, além de poderoso meio de integração social.

Área do Conhecimento – Artes Visuais

As Artes Visuais expressam, comunicam e atribuem sentido às sensações, sentimentos, pensamentos e realidade por meio da organização de linhas, formas, pontos, volume, espaço, cor e luz na pintura, no desenho, na escultura, nos brinquedos, etc.

A integração entre os aspectos sensíveis, afetivos, intuitivos, estéticos e cognitivos, assim como a promoção de interação e comunicação social conferem caráter significativo às artes visuais. As artes fazem parte das linguagens e também é uma das formas importantes de expressão e comunicação humanas.

O trabalho com as Artes Visuais na Educação Infantil requer profunda atenção no que se refere ao respeito das peculiaridades e esquemas de conhecimento próprios a cada faixa etária e nível de desenvolvimento. Isso significa que o pensamento, a sensibilidade, a imaginação, a percepção, a intuição e a cognição da criança devem ser trabalhados de forma integrada, visando a favorecer o desenvolvimento das capacidades criativas das crianças.

A educação em Artes Visuais não visa formar artistas, mas sim, crianças sensíveis ao mundo e conhecedoras da linguagem da arte.

O percurso individual da criança pode ser significativamente enriquecido pela ação educativa intencional, porém, a criação artística é um ato exclusivo da criança.

É no fazer artístico e não no contato com os objetos de arte que parte significativa do conhecimento em Artes Visuais acontece. No decorrer desse processo, o prazer e o domínio do gesto e da visualidade evolui para o prazer e o domínio do próprio fazer artístico, da simbolização e da leitura de imagens.

Área do Conhecimento – Linguagem Oral e Escrita

A Linguagem Oral possibilita comunicar idéias, pensamentos e intenções de diversas naturezas, influenciar o outro e estabelecer relações interpessoais. Seu aprendizado acontece dentro de um contexto. A linguagem não é apenas vocabulário, pois é por meio do diálogo que a comunicação acontece.

A linguagem não é homogênea, há diversidade de fala; quanto mais as crianças puderem falar em situações diferentes mais poderão desenvolver suas capacidades comunicativas de maneira significativa.

A partir do intenso contato com a leitura e a escrita, as crianças começam a elaborar hipóteses sobre a escrita. As crianças que vêm de famílias nas quais os atos de ler e escrever têm presença marcante apresentam mais desenvoltura para

lidar com as questões da linguagem escrita do que aquelas provenientes de famílias em que essa prática não é intensa.

Para aprender a ler e a escrever, a criança precisa construir um conhecimento de natureza conceitual, precisa compreender não só o que a escrita representa, mas também de que forma ela representa graficamente a linguagem.

A alfabetização é um processo no qual as crianças precisam resolver problemas de natureza lógica até chegarem a compreender de que forma a escrita alfabética em português representa a linguagem e assim poderem ler e escrever por si mesmas.

Um ambiente é alfabetizador quando promove um conjunto de situações de usos reais de leitura e escrita nas quais as crianças têm a oportunidade de participar. Expor as crianças às práticas de leitura e escrita está relacionado com a oferta de oportunidades de participação em situações nas quais a escrita e a leitura se façam necessárias, ou seja, nas quais tenham uma função real de expressão e comunicação.

Área do Conhecimento – Natureza e Sociedade

Desde muito pequenas, pela interação com o meio natural e social na qual vivem, as crianças aprendem sobre o mundo, fazendo perguntas e procuram respostas às suas indagações e questões.

O trabalho com os conhecimentos derivados das Ciências Humanas e Naturais deve ser voltado para a ampliação das experiências das crianças e para a construção de conhecimentos diversificados sobre o Meio Social e Natural.

As crianças, desde pequenas, devem ser instigadas a observar fenômenos, relatar acontecimentos, formular hipóteses, prever resultados para experimentos, conhecer diferentes contextos históricos e sociais e tentar localiza-los no espaço e no tempo.

A observação e a exploração do meio constituem-se duas das principais possibilidades de aprendizagem das crianças na educação infantil. Dessa forma, constroem as primeiras noções a respeito das pessoas, do seu grupo social e das relações humanas. A exploração do espaço e o contato com a natureza se

constituem em experiências necessárias para o desenvolvimento e aprendizagem infantis.

Cuidar de plantas e acompanhar seu crescimento pode se constituir em experiências bastante interessantes para as crianças.

Área do Conhecimento – Matemática

Desde o nascimento as crianças estão imersas em um universo do qual os conhecimentos matemáticos são parte integrante. Fazer matemática é expor idéias próprias, escutar as dos outros, formular e comunicar procedimentos de resolução de problemas. O trabalho com a matemática pode contribuir para a formação de cidadãos autônomos, capazes de pensar por conta própria, sabendo resolver problemas.

As noções matemáticas (contagem, relações quantitativas e espaciais, etc) são construídas pelas crianças a partir das experiências proporcionadas pelas interações com o meio, pelo intercâmbio com outras pessoas que possuem interesses, conhecimentos e necessidades que podem ser compartilhados.

Os conhecimentos numéricos das crianças decorrem do contato e da utilização dos conhecimentos em problemas cotidianos, no ambiente familiar, em brincadeiras, nas informações que lhes chegam pelos meios de comunicação, etc.

Os números estão presentes no cotidiano e servem para memorizar quantidades, para identificar algo, antecipar resultados, contar, numerar, medir e operar. Alguns desses usos são familiares às crianças desde pequenas e outros nem tanto.

OBJETIVOS DO PROJETO POLÍTICO –PEDAGÓGICO

- (Re) Valorizar a Emei “Florípes Silveira de Souza” através da participação efetiva da comunidade de pais e comunidade do bairro;
- Construir gradual e progressivamente a autonomia da escola;
- Valorizar os educadores, melhorando sua auto-estima, o compromisso com a escola e seu projeto;
- Construir a identidade da escola com a participação da equipe de funcionários, dos alunos, dos pais de alunos e da comunidade;
- Superar as práticas pedagógicas rotineiras e desinteressantes;
- Alterar progressivamente a gestão centralizada para a gestão democrática e participativa;
- Atender as necessidades bio-psico-sociais das diferentes fases do desenvolvimento da criança de três a seis anos de idade;
- Prestar serviço público escolar de qualidade, atendendo às expectativas e necessidades dos alunos;
- Prestar serviço público de qualidade à comunidade através da formação do grupo de geração de renda, com o aprendizado de técnicas de artesanato;
- Estudar com os pais dos alunos e com a comunidade interessada a respeito do desenvolvimento infantil da criança de três a seis anos e sobre a construção do Projeto Político-Pedagógico;
- Prevenir e tratar clinicamente os dentes dos alunos, através da dentista e dos profissionais da área da saúde que trabalham na unidade escolar;
- Promover a capacitação dos profissionais através da assistência técnico-pedagógica e grupo de estudos;
- Promover a formação continuada dos profissionais da unidade escolar através de estudos e cursos em parceria com a Secretaria Municipal da Educação;
- Proporcionar um ambiente harmonioso, de respeito mútuo entre os pares e união da equipe de funcionários a fim de proporcionar um trabalho eficiente e de qualidade entre os educadores, funcionários, alunos, pais de alunos e comunidade;

- Avaliar e alterar sempre que necessário, em consonância com a equipe de profissionais e demais envolvidos, o Projeto Político-Pedagógico.

METAS A SEREM ALCANÇADAS

- Manutenção da unidade escolar nos aspectos: físico e pedagógico;
- Complementar os materiais didáticos pedagógicos através da aquisição de novos materiais em consonância com o orçamento escolar;
- Implantação do grupo de mães uma vez por semana para aprendizado de técnicas de artesanato e futura geração de renda;
- Instalação de alambrado separando o prédio da unidade escolar do prédio do Centro Comunitário;
- Instalação de alambrado separando o prédio da unidade escolar do terreno ao lado a fim de obter maior segurança aos alunos;
- Colocação de cortinas nas salas de aula com recursos da A.P.M;
- Colocação de porta nos armários das salas de aula e no armário da despensa da cozinha com recursos da A.P.M.
- Reforma da unidade escolar e troca do telhado em parceria com a Secretaria Municipal da Educação (SME);
- Construção, em parceria com a Secretaria Municipal da Educação, da quadra poliesportiva coberta na unidade escolar, sendo que esta possa ser utilizada pelas crianças durante o período letivo e pela comunidade aos finais de semana e em períodos não letivos;
- Reforma dos banheiros dos alunos, os quais não possuem azulejos nem pisos compatíveis, em parceria com a Secretaria Municipal da Educação;
- Reforma da cozinha, a qual não possui azulejos nem pisos compatíveis para a higiene dos alimentos, em parceria com a Secretaria Municipal da Educação;
- Construção de rampas e adequação do espaço físico na unidade escolar a fim de atender adequadamente os alunos com necessidades educacionais especiais, em parceria com a Secretaria Municipal da Educação;
- Aquisição de uma televisão, um DVD, um vídeo-cassete e um computador com impressora;
- Revisão do Plano Escolar tendo como subsídios a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, a Proposta Pedagógica do Município (1996), entre outras fontes citadas nas Referências Bibliográficas;

- Reelaboração dos Planos de Ensino das turmas do Maternal, Jardim I, Jardim II e Pré, bem como dos projetos desenvolvidos na unidade escolar;
- Reelaboração do currículo específico para a Educação Infantil visando a realidade escolar;
- Estudo sistematizado com os profissionais da Emei;
- Palestras com especialistas na sede da unidade escolar com a participação de todos os funcionários durante as reuniões pedagógicas, as quais são realizadas uma vez por mês;
- Avaliação e alteração do Projeto Político-Pedagógico desta escola através da participação da equipe docente e não docente, pais de alunos, alunos e comunidade interessada, sempre que se fizer necessário.

Os Valores presentes na Unidade Escolar

Princípios gerais que devem ser levados em conta ao educar crianças:

Esses princípios foram definidos pela equipe, após leituras e discussões, para serem trabalhados com as crianças, alunos da Emei “Florípes Silveira de Souza”. Todos os profissionais deverão fazer um exercício permanente de reflexão sobre os mesmos, levando em conta:

- 1- O melhor mestre é sempre o exemplo,
- 2- Nunca compare a capacidade de aprendizagem de uma criança com outra,
- 3- Perceba o jeito próprio de ser de cada criança/aluno,
- 4- Nem tudo que a criança aprende ela pode verbalizar,
- 5- Cuidado para não extrapolar o tempo de saturação da criança,
- 6- Jamais faça de uma criança o que a vida e a experiência não fizeram de você,
- 7- Considere as inteligências múltiplas,
- 8- Considere sempre o ambiente e o “clima emocional” em que se desenvolvem as atividades educativas,
- 9- Não restrinja a ação educativa a horários fixos e inflexíveis,
- 10- Não pense que o castigo deseduca,
- 11- Seja um excelente ouvinte e estimule a criança a falar,
- 12- Perceba as necessidades bio-psico-sociais da criança.

DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO DOS CARGOS DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE BAURU

Essas descrições fazem parte do Departamento de Avaliação Funcional da Secretaria Municipal da Administração de Bauru.

Cargo: Diretor de Escola de Educação Infantil

Carga horária – 40 horas semanais

Descrição sumária:

É responsável por planejamento, organização, coordenação, avaliação e integração de todas as atividades desenvolvidas no âmbito da unidade escolar de educação infantil.

Descrição detalhada:

- Proporciona condições para a organização e/ou funcionamento dos órgãos colegiados: Conselho de Escola, Associação de Pais e Mestres,
- Coordena o planejamento anual e a elaboração do plano escolar, atribuindo classes ou aulas ao pessoal docente, designando docente da escola para função-coordenador e professor-conselheiro,
- Promove a integração escola-comunidade, promovendo eventos sociais ou culturais,
- Organiza e coordena as atividades de natureza assistencial,
- Cria condições e estimula experiências para o aprimoramento do processo educativo,
- Garante a disciplina de funcionamento na unidade escolar, através: da solicitação da instauração de inquérito policial, quando necessário; da determinação de tarefas a serem executadas pelos funcionários e seus subordinados (Professores, Vigia, Merendeira, Servente de Escola e Ajudante Geral), além das que lhes são próprias conforme o Regimento Interno da Educação (RIE); dá exigência ao cumprimento dos dispositivos do RIE; dá decisão quanto a questões de emergência ou omissão do RIE, ou nas disposições legais, representando as autoridades superiores; dá aplicação das penalidades disciplinares a que estiverem sujeitos os funcionários, docentes e alunos, após processo de apuração de responsabilidade e

deliberação do Conselho de Escola; dá controle de freqüência diária dos funcionários e servidores diretamente subordinados e atestando Profissionais de Postos de Saúde, Estagiários e Professores das Universidades, além de autoridades da Prefeitura Municipal e de outros órgãos quando necessário e com a segurança de alunos e funcionários; por assuntos confidenciais ao efetuar as avaliações de desempenho e de estabilidade de todos os funcionários subordinados a sua unidade escolar, cuja divulgação inadvertida pode provocar embaraços internos e conseqüências éticas; por erros se não tiver uma visão global da escola, em todos os sentidos, pode acarretar conseqüências desastrosas quanto à saúde e segurança de todos; por supervisão de Professores, Auxiliar de Administração (opcional), Servente de Escola, Merendeira, Vigia e Ajudante Geral.

Ambiente de Trabalho:

- 80% dentro da Escola, pondo este profissional diante de variáveis muitas vezes incômodas, relacionadas aos serviços burocráticos e ao barulho produzidos pelas crianças, podendo provocar problemas emocionais.
- 20% fora da Escola, em busca de informações na Secretaria Municipal da Educação e em outras repartições e, eventualmente, transportando alunos e/ou funcionários com problemas de saúde, efetuando compras de materiais didático-pedagógicos, limpeza e de merenda, predispondo-o a riscos do trânsito.

Cargo: Professor de Educação Infantil II (Professor efetivo)

Carga horária - 20 horas semanais

Descrição sumária:

Ministra aulas, visando oportunizar ao aluno o direito à educação e instrução.

Descrição detalhada:

- Participa da elaboração, execução, acompanhamento e avaliação do Plano Escolar;
- Elabora, executa e avalia o seu Plano de Ensino;
- Realiza atividades relacionadas à coordenação pedagógica e à orientação educacional atuando, inclusive, como professor coordenador quando designado;
- Executa atividades extraclasse (AEC) que pode ser opcional (Complementação pedagógica, leituras, cursos, atendimento aos pais e/ou alunos, execução de projetos pedagógicos da Unidade Escolar, preparação de material didático-pedagógico, excursões, passeios, etc) previstas no Plano Escolar;
- Participa de reuniões com os pais e responsáveis;
- Executa e mantém atualizados os registros relativos às suas atividades;
- Atende os prazos estabelecidos pela direção para a entrega de planos, relatórios e outros;
- Participa de cursos e atividades de capacitação quando convocado;
- É responsável pelos alunos tanto dentro como fora da sala de aula. Pode tomar decisões de disciplina que estejam de acordo com os princípios éticos. Tem liberdade em relação à didática enquanto não altere a linha pedagógica da escola.

Cargo: Professor de Educação Infantil I (Professor substituto)

Carga horária – 20 horas semanais

Descrição sumária:

Substitui o Professor Titular ministrando aulas com vistas a oportunizar ao aluno o direito à educação e instrução.

Descrição detalhada:

- Participa da elaboração, execução, acompanhamento e avaliação do Plano Escolar;
- Elabora, executa e avalia o Plano de Ensino;
- Realiza atividades relacionadas à coordenação pedagógica e à orientação educacional atuando, inclusive, como professor coordenador quando designado;
- Participa de reuniões da A.P.M., de pais, pedagógica, etc,
- Mantém contato com os pais e responsáveis,
- Executa e mantém atualizados os registros relativos as suas atividades;
- Atende os prazos estabelecidos pela direção para entrega de planos, relatórios e outros;
- Participa de cursos e atividades de capacitação quando convocado;
- Participa da elaboração e atividades do processo ensino-aprendizagem da respectiva Unidade Escolar, das reuniões administrativas;
- Substitui o professor em suas faltas eventuais e impedimentos (abonadas, licença para tratamento de saúde, licença nojo, etc.) observada a escala de substituição, tanto nas Emeis como nas Emeiis e solicitações fora da Unidade Escolar;
- Participa das atividades que concorram para seu aperfeiçoamento e atualização profissional;
- Executa outras atividades que lhe forem atribuídas pela direção, respeitada a legislação vigente.

Cargo: Servente de Escola

Carga horária: 40 horas semanais

Descrição sumária:

Limpeza geral e conservação dos setores da escola.

Serviços de copa.

Auxílio no cuidado dos alunos e nas atividades escolares.

Descrição detalhada

- Varrer e passar pano com produtos de limpeza nas salas de aula, salas dos funcionários e corredores.
- Lavar o pátio de recreação dos alunos e as quadras para aulas de Educação Física.
- Limpar as lousas com panos e retirar os pedaços de giz.
- Organizar as carteiras após a saída dos alunos, deixando-as arrumadas para as próximas aulas.
- Limpar as paredes, portas, lustres e ventiladores.
- Tirar o pó das carteiras, mesa do professor e armários.
-]Lavar janelas e cortinas.
- Lavar os banheiros dos alunos e dos funcionários quantas vezes forem necessárias em um dia.
- Abastecer os banheiros com papel higiênico e sabonete para higiene das mãos.
- Recolher o lixo dos cestos e controlar a separação do lixo reciclável.
- Levar o lixo da escola para fora, deixando-os expostos para o caminhão de coleta de lixo recolhe-los.
- Varrer a fachada da escola.
- Varrer e passar pano nos locais para conservação da limpeza.
- Limpar os bebedouros da escola.
- Manter os instrumentos de trabalho limpos, tais como panos, vassouras, baldes, etc.
- Servir o café preparado pelas merendeiras na sala da diretora, sala dos professores e na secretaria da escola nos horários de intervalo.

- Servir água ou suco para professores e funcionários da escola.
- Reabastecer o filtro de água ou trocar galões de água quando necessário.
- Auxiliar no cuidado com as crianças somente quando a inspetora de alunos não está presente.
- Receber a correspondência e entregar para os responsáveis.
- Abrir e fechar os portões da escola para os alunos.
- Receber pais e visitantes encaminhando-os para a diretora e/ou secretaria.
- Solicitar materiais à diretora quando necessário.
- Atender telefone e registrar ligações quando não houver pessoas presentes na secretaria ou na diretoria da escola.
- Manter-se atenta nos horários de intervalo, auxiliando a inspetora em possíveis conflitos entre alunos.

Requisitos profissionais

Escolaridade: ensino fundamental completo.

Experiência mínima: 6 meses.

Outros conhecimentos/habilidades: participar de treinamentos que ofereçam noções de higiene, limpeza e segurança, ter habilidades de interação com crianças e público no geral, possuir boa linguagem escrita e verbal e raciocínio numérico.

Requisitos pessoais

Capacidades físicas: possuir resistência física, agilidade e rapidez nos trabalhos pesados e repetitivos.

Capacidade mental: responsabilidade, inclusive nos cumprimentos dos horários, ser permissivo em acatar ordens, ter prontidão, atenção e cuidados durante a limpeza e com materiais para evitar acidentes pessoais, aos funcionários e aos alunos.

Responsabilidades

Geral – operacional: antecipar-se, sempre que possível, em limpar o ambiente antes que seja utilizado. Manter o ambiente constantemente organizado.

Especial: preocupar-se com o bem estar dos alunos e funcionários.

Nível hierárquico: subordinado a Secretaria Municipal da Educação e a diretora da instituição.

Condições de trabalho

Ambiente de trabalho: freqüenta todos os setores da escola.

Instrumentos de trabalho: vassoura, rodo, panos, materiais de limpeza em geral e alguns instrumentos de cozinha.

Riscos: escorregões em escadas, constante exposição a produtos de limpeza, lesões e dores musculares por esforço físico repetitivo.

Cargo: Merendeira

Carga horária: 40 horas semanais

Descrição sumária:

Organização e limpeza da cozinha.

Preparo e distribuição dos alimentos.

Descrição detalhada:

- Varrer e passar pano no chão freqüentemente.
- Lavar com mangueira e esfregar com vassoura o chão da cozinha quando a sujeira está mais aparente.
- Esfregar com esponja a pia e os azulejos da cozinha, principalmente perto dos fogões.
- Limpar os azulejos com um pano e removedor de gordura.
- Lavar os pratos nos quais são servidos os alimentos aos alunos, após todas as refeições.
- Manter os pratos limpos conforme os alunos vão terminando as refeições.
- Lavar os talheres, copos e canecas com bucha e detergente.
- Lavar panelas, tampas e outros utensílios da cozinha utilizados para o preparo dos alimentos.
- Limpeza completa do fogão e forno.
- Realizar e conservar a limpeza dos armários, refrigeradores, janelas, portas e embaixo da pia da cozinha.
- Fazer a secagem de todos os instrumentos de trabalhos e guarda-los nos armários, em seus lugares.
- Manter os panos de cozinha limpos e em ordem.
- Manter limpos e guardados em seus lugares os outros instrumentos para limpeza da cozinha, como panos, vassouras, rodo e produtos de limpeza no geral.
- Receber ordens para os cardápios diários.
- Separar os alimentos e utensílios que serão utilizados no preparo das refeições.
- Lavar bem os alimentos e as mãos antes do preparo.
- Ferver e/ou deixar de molho verduras antes de servi-las.

- Verificar a condição das panelas e de outros utensílios antes de utilizá-los.
- Caso os utensílios permaneçam por muito tempo guardados, lavá-los antes de utiliza-los evitando a contaminação.
- Picar legumes, temperos, etc.
- Quando solicitada, remover carnes do refrigerador e esperar descongelar antes do preparo.
- Temperar carnes de vaca ou aves.
- Controlar o tempo de cozimento de todos os alimentos.
- Atentar para as chamas e aparelhos de cozimento que possam estar funcionando sem necessidade.
- Atentar para o não acesso de crianças na área da cozinha.
- Manter a cozinha organizada durante o preparo das refeições.
- Servir a refeição aos alunos, controlando a organização das filas.
- Verificar condições dos alimentos que possam ser reaproveitados.
- Guardar e/ou congelar adequadamente os alimentos para que possam ser reaproveitados, evitando desperdícios.

Requisitos profissionais

Escolaridade: ensino médio completo.

Experiência mínima: trabalhar dois anos em cozinha, lidando com o preparo de alimentos para uma grande quantidade de pessoas.

Outros conhecimentos/habilidades: saber preparar pratos econômicos, gostar de lidar com crianças, ser organizado e manter o ambiente limpo e agradável.

Requisitos pessoais

Capacidades físicas: o trabalho de merendeira exige esforço físico, pois é necessário agilidade para cozinhar em grandes quantidades e carrega constantemente panelas industriais.

Capacidade mental: ter boa compreensão da leitura, saber escrever e comunicar-se de forma clara, ser atento.

Responsabilidades

Geral – operacional: manter a si e ao ambiente higienizado e descontaminado, ter responsabilidade no manuseio dos alimentos, inclusive no momento de servi-los.

Especial: preocupar-se com o preparo de uma dieta balanceada para as crianças em idade escolar. Servir sempre alimentos que contenham vitaminas, Evitar acidentes na cozinha, utilizando os equipamentos de segurança necessários.

Nível hierárquico: subordinado à diretora da escola e ao Departamento de Merenda da Secretaria Municipal da Educação.

Condições de trabalho

Ambiente de trabalho: cozinha escolar, ambiente fechado.

Instrumentos de trabalho: instrumentos de limpeza, instrumentos para cozinhar, alimentos diversos, uniforme com jaleco, luvas e toucas higienizadas.

Riscos: acidentes na cozinha no geral, principalmente queimaduras, desgaste físico devido o peso das panelas e movimentos repetitivos ao limpar e cozinhar.

PLANO DE ENSINO MATERNAL

Área do Conhecimento – Natureza e Sociedade

Objetivos

- 1- Identificar as pessoas que trabalham na escola de acordo com as suas funções e saber o nome delas.
- 2- Localizar as dependências da escola que são de seu uso.
- 3- Perceber a importância dos hábitos de higiene e aprender a escovar os dentes.
- 4- Nomear os objetos da sala de aula que são de seu uso.
- 5- Verbalizar as profissões dos pais e membros da família.
- 6- Identificar a moradia com a necessidade do homem se abrigar e falar sobre sua casa, seus gostos e hábitos alimentares, lazer e religião.
- 7- Observar sua comunidade e verbalizar suas características.
- 8- Identificar os meios de transporte e comunicação da comunidade e verbalizar os que fazem parte de seu uso familiar.
- 9- Identificar ao vivo ou em figuras, diferentes espécies de animais.
- 10- Identificar ao vivo ou em figuras, diferentes espécies de plantas.
- 11- Comprovar que o sol, a chuva, o vento e a temperatura exercem influência na vida do homem, das plantas e dos animais.
- 12- Identificar e discriminar a função dos órgãos dos sentidos.
- 13- Perceber que a prática de hábitos de higiene pode prevenir certas doenças.

Conteúdos

- 1- Funções do diretor, professoras, merendeira, serventes e das pessoas que não trabalham na escola, mas contribuem para o seu bom funcionamento, como por exemplo, o lixeiro, o carteiro, etc.
- 2- Dependências da escola (salas, sanitários, pátio, área livre, nome da escola, etc.)
- 3- Nome dos objetos da sala de aula.
- 4- Conceito de família, relações de parentesco, acontecimentos familiares.
- 5- Profissões, tarefas que cada membro da família realiza, importância do trabalho dos pais como meio de subsistência das famílias, atividades que o homem e a mulher podem fazer no lar e fora dele.
- 6- Identificação das partes de uma casa e sua utilização, tipos de moradias do homem, móveis e utensílios domésticos.
- 7- Características do bairro, tipos de moradias, atividades comerciais, lazer, serviços de utilidade pública, comparação com a vida no campo.
- 8- Meios de transporte (da escola, da família, da comunidade) e tipos (aquáticos, terrestres e aéreos); meios de comunicação (da escola, da família e da comunidade).
- 9- Animais (estimação, selvagem), suas necessidades e seu habitat, importância para a vida dos homens.
- 10- Plantas: suas necessidades, utilidades, germinação, servem como alimento, etc.

- 11-Sol - ilumina e aquece a terra/ relação do dia e da noite com o nascer e pôr do sol, necessário para a vida do homem, plantas e animais, nossa necessidade de vestuário varia de acordo com o clima, Chuva – efeitos benéficos e maléficos.
- 12-Órgãos dos sentidos (identificação, funções, proteção, cuidados e higiene).
- 13-Doenças (transmissão, vacinas e serviços de saúde).

Procedimentos

- 1- Conversar planejando uma excursão pela escola. Posteriormente, dar oportunidades para que a criança se expresse através do desenho, mural e mímica.
- 2- Exploração das dependências da escola através do passeio.
- 3- Propor exercícios para ver quem é capaz de dizer o nome dos objetos solicitados.
- 4- Observação de fotografias ou figuras da família, desenho da família, casa da boneca.
- 5- Conversa, casa da boneca, desenho, recorte e colagem.
- 6- Conversa, passeios, desenhos, pesquisa de gravuras, observação de fotos.
- 7- Excursão, entrevistas, desenhos.
- 8- Desenho, recorte, colagem, conversa e construção.
- 9- Excursão ao zoológico, coleção de figuras em cartazes, desenho e confecção de álbuns.
- 10-Observação de jardins, hortas e pomar, experimentação, desenho e confecção de álbuns.
- 11-Observação e descrição do tempo, brincar no sol e na sombra, correspondência entre figuras de dia chuvoso e ensolarado, janela do tempo, confecção de álbuns, desenhos.
- 12-Conversas, preleção, coro falado, recorte e colagem, quadro mural.

Avaliação

Que ao final do trabalho o aluno:

- 1- Identifique as pessoas que trabalham na escola e fora dela.
- 2- Localize as dependências da escola que são de seu uso.
- 3- Nomeie os objetos da sala de aula que são de seu uso.
- 4- Verbalize os nomes das pessoas de sua família.
- 5- Verbalize as profissões dos pais e dos membros de sua família.
- 6- Identifique a moradia com a necessidade de se abrigar.
- 7- Observe sua comunidade.
- 8- Identifique os meios de transporte e comunicação.
- 9- Identifique diferentes espécies de animais.
- 10-Identifique diferentes espécies de plantas.
- 11-Comprove que o sol, a chuva, o vento e a temperatura influenciam na vida do homem, das plantas e dos animais.
- 12-Identifique e discrimine os órgãos dos sentidos e suas funções.
- 13-Perceba que a prática de hábitos de higiene pode prevenir certas doenças.

Área do Conhecimento – Música

Objetivos

- 1- Cantar e movimentar-se espontaneamente.
- 2- Explorar, produzir, reproduzir, comparar e discriminar os sons.
- 3- Explorar e discriminar os sons fortes e fracos.
- 4- Explorar e discriminar os sons de curta e de longa duração.
- 5- Locomover-se no ritmo natural.
- 6- Participar da banda rítmica.
- 7- Expressar seus sentimentos e emoções através da música.
- 8- Ouvir, cantar e expressar-se através de mímicas, temas musicais folclóricos infantis que ilustrem histórias infantis.

Conteúdos

- 1- Canções.
- 2- Sons vocais, sons corporais, sons de objetos sonoros, sons da natureza e sons de instrumentos musicais.
- 3- Sons fortes e fracos.
- 4- Sons de curta e de longa duração.
- 5- Formas de locomoção: andar, marchar, correr, saltar e deslizar.
- 6- Ritmos musicais de: canções folclóricas e canções comemorativas de datas festivas.
- 7- Interpretação de canções infantis.
- 8- Letras de músicas ilustrativas de histórias infantis e folclóricas – mímicas.

Procedimentos

- 1- Cantar pequenos trechos da canção para que o aluno memorize mais rapidamente, ouvir a mesma canção muitas vezes em ocasiões diferentes, brinquedos cantados.
- 2- Explorar o material sonoro: batendo, sacudindo, raspando, rolando, esticando, assoprando, jogando, amassando, apertando.
- 3- Vivenciar situações com sons fortes e fracos, cantando, falando palavras ou frases com rima, tocando instrumentos, imitando sons da natureza, do meio ambiente, vocais e corporais.
- 4- O professor produz um som de curta duração ou de longa duração e os alunos realizam ações que se prolongam enquanto durar o som produzido.
- 5- Jogos motores e jogos imitativos.
- 6- Acompanhar canções com e sem instrumentos, apresentar paulatinamente os instrumentos dando a oportunidade para os alunos explorarem cada um deles em todas as suas possibilidades.
- 7- Cantar canções infantis criando gestos e movimentos para acompanhá-las, brinquedos cantados, dramatização de músicas sobre assuntos enfocados durante o mês.

Avaliação

Que ao final do trabalho o aluno:

- 1- Cante e movimente-se espontaneamente.
- 2- Explore, produza, reproduza, compare e discrimine os sons.
- 3- Explore e discrimine os sons fortes e os sons fracos.
- 4- Explore e discrimine os sons de curta e de longa duração.
- 5- Locomova-se no ritmo natural.
- 6- Participe da banda rítmica.
- 7- Expresse seus sentimentos e emoções através da música.

Área do Conhecimento – Artes Visuais

Objetivos

- 1- Familiarizar o aluno com vários materiais disponíveis para a auto-expressão.
- 2- Formar habilidades de uso e manejo dos recursos materiais.
- 3- Explorar, nomear e discriminar cores.
- 4- Auto expressar através de formas e linhas.
- 5- Expressar plasticamente uma idéia ou conteúdo liberando sua criatividade.
- 6- Utilizar diferentes materiais gráficos e plásticos sobre diferentes superfícies, para ampliar suas possibilidades de expressão e comunicação inclusive com materiais recicláveis e sucatas.
- 7- Explorar e reconhecer diferentes movimentos gestuais visando a produção de marcas gráficas.
- 8- Cuidar do próprio corpo e dos colegas no contato com suportes e materiais de artes.
- 9- Cuidar dos materiais e dos trabalhos produzidos individualmente ou em grupo.
- 10- Observar e identificar imagens diversas.

Conteúdos

- 1- Composição livre pela exploração de materiais variados.
- 2- Asseio, ordem, cuidados, economia.
- 3- Cores: semelhanças e diferenças, primárias, secundárias e criação de novas cores.
- 4- Formas geométricas, linhas retas e curvas.
- 5- Relatos, histórias e passeios.
- 6- Exploração e manipulação de materiais como lápis e pincéis de diferentes texturas, brochas, carvão, carimbos e variados suportes como jornal, papelão, chão, madeiras, caixas, tampas, garrafas e embalagens diversas.
- 7- Exploração e reconhecimento de diferentes movimentos gestuais, visando a produção de marcas gráficas.
- 8- Cuidado com o próprio corpo e dos colegas no contato com os suportes e materiais de artes.
- 9- Cuidado com os materiais e com os suportes de materiais de artes.
- 10- Observação de diferentes imagens.

Procedimentos

- 1- Modelagem, recorte e colagem, desenho, alinhavo, construção, dobradura e jogos.
- 2- Conversa, demonstração do uso e manejo de materiais.
- 3- Desenho, pintura, recorte e colagem, construção, modelagem, dobradura e alinhavo.
- 4- Desenho, pintura, modelagem, construção, recorte e colagem.
- 5- Há receitas caseiras com corantes comestíveis que são excelentes para modelagem.
- 6- Oferecer suportes variados e de diferentes tamanhos (até o limite do próprio corpo) para serem usados individualmente ou em grupo.
- 7- Utilizar diferentes papéis que já contenham alguma intervenção (risco, recorte, parte da figura, lixa) para que o aluno desenhe a partir disso.
- 8- Trabalhar os cuidados necessários com os olhos, nariz, boca e pele quando manuseiam diferentes objetos.
- 9- Guardar, organizar a sala e documentar as produções, pois ajudam na percepção do seu processo evolutivo e das etapas de trabalho.
- 10- Desenho de observação da natureza, de objetos, do próprio corpo e do corpo do colega.
- 11- Construção de brinquedos e objetos com sucatas.

Avaliação

Que ao final do trabalho o aluno:

- 1- Familiarize-se com diversos materiais disponíveis.
- 2- Forme habilidades de uso e manejo dos recursos materiais.
- 3- Explore, nomeie e discrimine cores.
- 4- Expresse-se através de formas e linhas.
- 5- Expresse plasticamente uma idéia ou conteúdo.
- 6- Utilize-se de diferentes materiais gráficos sobre diferentes superfícies.
- 7- Explore diferentes movimentos gestuais na produção de marcas gráficas.
- 8- Cuide do próprio corpo e do colega durante as produções artísticas.
- 9- Cuide dos materiais produzidos individualmente ou em grupo.
- 10- Observe e identifique várias imagens.

Área do Conhecimento – Movimento

Objetivos

- 1- Reconhecer o corpo no seu todo e diferenciar cada uma de suas partes por meio do movimento. Realizar movimentos independentes e interdependentes com os diversos segmentos do corpo.
- 2- Definir sua dominância lateral.
- 3- Orientar-se no espaço, discriminando localização, direção e dimensão.
- 4- Estruturar movimentos que requeiram coordenação geral (equilíbrio, força, resistência, flexibilidade, agilidade, velocidade, controle muscular, expressão corporal).
- 5- Movimentar-se se adaptando a diferentes ritmos.

- 6- Conhecer e executar forma de expressão tradicional do nosso povo e de outros povos.
- 7- Conhecer e executar regras de jogos.

Conteúdos

- 1- Esquema corporal.
- 2- Lateralidade.
- 3- Orientação espaço-temporal.
- 4- Qualidades físicas.
- 5- Expressão corporal.
- 6- Expressão corporal, rodas cantadas e dramatização.
- 7- Jogos.

Procedimentos

- 1- Formas básicas várias: andar, correr, saltar, saltitar, lançar e pegar, transportar, girar, subir, quadrupedar, rolar, deslizar.
- 2- Exercícios que envolvam o lado esquerdo e direito do corpo.
- 3- Exercícios que envolvam noções de: junto, atrás, lado, dentro, fora, longe, perto, entre, acima, abaixo, etc.
- 4- Movimento em quadrupedia; movimento com bola, deslocamento por saltos, movimentos globais utilizando aparelhos.
- 5- Movimentos em diferentes ritmos.
- 6- Danças, rodas cantadas e dramatizações.
- 7- Competições e jogos.

Avaliação

Que ao final do trabalho o aluno:

- 1- Reconheça o corpo no seu todo e em suas partes.
- 2- Inicie o processo de definição de sua lateralidade.
- 3- Oriente-se no espaço, discriminando localização, direção e dimensão.
- 4- Realize movimentos que requeiram equilíbrio, força, resistência, flexibilidade, agilidade, velocidade, controle muscular, expressão corporal.
- 5- Movimente-se em diferentes ritmos.
- 6- Conheça e execute formas de expressão tradicionais do nosso povo e de outros povos.

Área do Conhecimento – Matemática

Objetivos

- 1- Manipular diferentes tipos de materiais.
- 2- Comparar diferentes objetos.
- 3- Classificar ou agrupar objetos segundo atributos.
- 4- Identificar sem contar os elementos de duas coleções.
- 5- Quantificar os elementos das coleções.

- 6- Discriminar a posição dos objetos.
- 7- Ordenar objetos, sem ou com critérios pré-estabelecidos.
- 8- Compor e decompor o todo.
- 9- Identificar as figuras iguais e diferentes numa série de figuras correspondentes a estímulos conhecidos do meio ambiente.
- 10- Identificar iguais e diferentes entre uma série de figuras geométricas.
- 11- Verbalizar os numerais, entrando em contato com as primeiras noções de quantidade.

Conteúdos

- 1- Semelhanças, diferenças e atributos.
- 2- Semelhanças e diferenças.
- 3- Semelhanças e diferenças quanto à: tamanho, cor, forma, peso e textura.
- 4- Quantificação: Mais e Menos.
- 5- Quantificação usando: Um, Todos, Nenhum e Alguns.
- 6- Noção de tempo e espaço: antes e depois, atrás e à frente, ao lado de, dentro e fora.
- 7- Ordenação e seriação quanto à: tamanho, cor e altura.
- 8- Análise e síntese com quebra-cabeças.
- 9- Figuras iguais e diferentes numa série de figuras correspondentes.
- 10- Série de exercícios com um estímulo para os alunos identificarem o diferente.
- 11- Músicas e coro falado.

Procedimentos

- 1- Seleção de materiais por sugestão da professora: trazendo de casa, do caminho de casa, exploração do material conseguido, hora da novidade, conversa, construção.
- 2- Separação dos objetos em caixas, conforme semelhanças, identificando-as por símbolos.
- 3- Organizar materiais da mesma cor, mesmo tamanho, mesma forma e organizar materiais com princípios pré-estabelecidos.
- 4- Diante de duas coleções avaliar onde há mais e menos elementos.
- 5- Sugerir que a criança diante de uma coleção separe, por exemplo: um elemento azul, um elemento amarelo, todos os elementos azuis, todos os elementos vermelhos.
- 6- Explorar o espaço partindo de situações do cotidiano que possibilitam desenvolver essas noções. Jogos e brincadeiras que permitam ao aluno discriminar as posições dos objetos.
- 7- Estabelecer a seqüência conservando o tamanho, variando a textura ou conservando a forma e cor, variando o tamanho, etc.
- 8- Dada uma coleção, decompor em três coleções distintas obedecendo a um determinado critério. O conjunto de todos os elementos significaria recompor o todo.
- 9- Propor situações de exploração sensorial dos objetos, das ações e deslocamentos que realizam no meio ambiente. Proporcionar contato e manipulação diversificada com as diferentes formas geométricas nos objetos do meio ambiente.

- 10-Propiciar contato com embalagens e sucatas como fontes intensas de formas geométricas. Propor reproduções de formas geométricas com diferentes materiais.
- 11-Cantar com mímicas, temas com noções de quantidade e números.

Avaliação

Que ao final do trabalho o aluno:

- 1- Manipule diferentes tipos de materiais.
- 2- Compare diferentes objetos.
- 3- Classifique ou agrupe objetos segundo atributos.
- 4- Identifique sem contar os elementos de duas coleções.
- 5- Discrimine a posição dos objetos.
- 6- Ordene objetos, sem ou com critérios preestabelecidos.
- 7- Componha e decomponha o todo.
- 8- Identifique as figuras iguais e diferentes numa série de figuras correspondentes a estímulos conhecidos do meio ambiente.
- 9- Identifiquem iguais e diferentes entre uma série de figuras geométricas.

Área do Conhecimento – Linguagem Oral e Escrita

Objetivos

- 1- Possibilitar a leitura e a interpretação do mundo pela criança.
- 2- Perceber a função social da linguagem escrita.
- 3- Desenvolver a coordenação voluntária dos pequenos músculos.
- 4- Utilizar símbolos para a representação da fala.
- 5- Reconhecer o seu nome, dos colegas e da professora.
- 6- Construir texto oral, o qual a professora passará para a escrita.
- 7- Perceber a utilização de registros, inclusive os mais formais da variedade lingüística.
- 8- Valer-se da linguagem para melhorar a qualidade de suas relações pessoais, sendo capaz de expressar seus sentimentos, idéias e opiniões.

Conteúdos

- 1- Exploração e leitura de mundo (seres e objetos) discriminando semelhanças e diferenças estabelecendo relações.
- 2- Formas de comunicação escrita.
- 3- Manuseio de pequenos objetos: enfiar contas, abrir e fechar, empilhar, armar e desarmar, puxar, enrolar, abotoar e desabotoar, etc.
- 4- Símbolos: o mesmo desenho pode representar coisas diferentes, a mesma coisa pode ser representada de muitas maneiras.
- 5- Nomes próprios em letra de forma maiúscula.
- 6- Texto com tema apresentado.
- 7- Textos de histórias, quadrinhas, parlendas, receitas, músicas, etc.
- 8- Conversas, hora da novidade.

Procedimentos

- 1- Conversas, passeios, excursões, exploração do ambiente, pesquisa.
- 2- Etiquetar objetos, datar os trabalhos, colocar o nome do aluno, ler notícias e histórias, construção de álbuns com desenhos e gravuras com o nome dos objetos representados, escrever histórias com os alunos, manuseio de livros, elaboração de livros com os alunos.
- 3- Jogos de armar e desarmar, enfiar contas, casa da boneca.
- 4- Histórias com símbolos, placas de trânsito, etc.
- 5- Chamada com crachá.
- 6- Escrever o texto com os alunos, partindo da construção oral dos mesmos.
- 7- Escrita dos textos de histórias, quadrinhas, parlendas, músicas, trava-línguas, poemas, bilhetes, cartazes, etc.
- 8- Jogos de perguntar e responder, adivinhas, saco-surpresa.

Avaliação

Que ao final do trabalho o aluno:

- 1- Seja capaz de conhecer a leitura.
- 2- Perceba a função social da escrita.
- 3- Desenvolva a coordenação voluntária dos pequenos músculos.
- 4- Utilize símbolos para a representação da fala.
- 5- Reconheça o seu nome.
- 6- Construa o texto oral.
- 7- Utilize diferentes registros.
- 8- Melhore a qualidade de suas relações.

Área do Conhecimento - Identidade e Autonomia

Objetivos

- 1- Permanecer na escola sem chorar.
- 2- Verbalizar dados referentes a si mesmo, sobre os colegas e professora.
- 3- Adquirir hábitos e práticas indispensáveis à vida escolar.
- 4- Ter uma imagem positiva de si, ampliando sua autoconfiança, identificando cada vez mais suas limitações e possibilidades e agindo de acordo com elas.
- 5- Familiarizar-se com a imagem do próprio corpo, conhecendo seus limites, sua unidade e as sensações que ele produz.
- 6- Interessar-se pelo cuidado com o próprio corpo executando ações simples relacionando à saúde e higiene, como escovar os dentes.
- 7- Brincar.
- 8- Relacionar-se progressivamente com as crianças, com as professoras e demais funcionários da instituição, demonstrando suas necessidades e interesses.

Conteúdos

- 1- Interação da criança com os adultos e com outras crianças.
- 2- Seu nome completo, idade, nome dos colegas e das professoras.

- 3- Obrigações e responsabilidades.
- 4- Identificação progressiva de algumas singularidades próprias e das pessoas com as quais convive no seu cotidiano em situações de interação.
- 5- Imagem do próprio corpo e dos colegas.
- 6- Higiene e saúde pessoal e hábitos de higiene.
- 7- Interesse pelas brincadeiras e pela exploração de diferentes brinquedos. Participar de brincadeiras de “esconder e achar” e em brincadeiras de imitação.
- 8- Participação e interesse em situações que envolvam a relação com o outro.

Procedimentos

- 1- Brincar e trabalhar em grupos interagindo com os adultos.
- 2- Conversa, colocação de crachás, chamada, jogos.
- 3- Conversa, ajudante do dia.
- 4- Propor situações educativas onde cada aluno possa ter respeitados os seus hábitos, ritmos e preferências individuais.
- 5- Uso do espelho para observação.
- 6- Uso correto de sanitários, lavar as mãos e escovar os dentes.
- 7- Propiciar atividades com brincadeiras conhecidas, brinquedos cantados e casa da boneca.
- 8- Propiciar situações onde os alunos aceitem o outro em suas diferenças e particularidades.

Avaliação

Que ao final do trabalho o aluno:

- 1- Permaneça na escola sem chorar.
- 2- Verbalizem dados referentes a si mesmo, aos familiares e a professora.
- 3- Adquira hábitos e práticas indispensáveis à vida escolar.
- 4- Tenha uma imagem positiva de si mesmo.
- 5- Familiarize-se com a imagem do próprio corpo, conhecendo seus limites e potencialidades.
- 6- Cuide do próprio corpo.
- 7- Brinque.
- 8- Relacionem-se com outras crianças, professoras e demais funcionários da instituição.

PLANO DE ENSINO JARDIM I

Área do Conhecimento - Linguagem Oral e escrita

Objetivos

- 1- Ampliar seu universo cultural gradativamente tendo acesso as diversas manifestações orais e escritas, num intercâmbio social no qual enquanto sujeito do processo seja capaz de vivenciar, ouvir, elaborar, escrever e responder perguntas.
- 2- Ser capaz de expressar-se oralmente para participar de diferentes situações do cotidiano podendo elaborar perguntas, respostas, dar avisos e recados.
- 3- Relatar experiências vividas sendo capaz de narrar numa seqüência temporal e causal.
- 4- Ouvir, compreender e reproduzir oralmente histórias reais ou fictícias e textos, parlendas, trava-línguas, adivinhas, quadrinhas, poemas e jogos verbais.
- 5- Compreender o significado social da escrita nos diversos tipos de textos, reconhecendo o valor da língua como conhecimento historicamente construído.
- 6- Saber o “por que” dos acontecimentos (datas comemorativas) e das regras, bem como participar com atenção dos jogos.
- 7- Despertar o gosto e o prazer na produção escrita da elaboração de textos orais, a fim de iniciar o processo de letramento.
- 8- Utilizar as embalagens portadoras de textos.
- 9- Reconhecer a escrita do seu próprio nome e compreender sua função como identificadora de seus trabalhos e pertences.
- 10- Saber reconhecer e diferenciar diversos contos e histórias infantis.

Conteúdos

- 1- Uso da linguagem para interação com o outro nas brincadeiras e nas expressões de desejos, sentimentos, preferências, necessidades, opiniões, idéias e relatos.
- 2- Elaborar e participar de situações que envolvam perguntas e respostas nos diferentes contextos explicando e argumentando idéias.
- 3- Relatos de experiências vividas e narração de fatos em seqüência temporal e causal.
- 4- Relato de histórias reais ou fictícias com aproximação à história original, descrevendo os personagens, cenários e objetos com ou sem o auxílio do professor.
- 5- Conhecimento e reprodução oral de trava-língua, parlendas, adivinhas, quadrinhas, poemas, canções e dramatizações.
- 6- Uso social da escrita, funções e configurações dos diversos textos.
- 7- Veiculação da imagem e da escrita.
- 8- Som, grafia, ditado mudo, bingo de letras, textos coletivos.
- 9- Escrita do próprio nome em situações onde se fizer necessário.
- 10- Textos coletivos, palavras-chave, nome e som das letras, ditados e escritas espontâneas.

Procedimentos

- 1- Roda de conversa com diversos assuntos (filmes, livros, revistas, jornais, etc.)
- 2- Elaborar avisos, bilhetes, recados.
- 3- Entrevistas.
- 4- Apresentações orais (poesia, coro-falado, etc).
- 5- Canções e brincadeiras de faz-de-conta. Contar histórias.
- 6- Variedades de textos de uso social.
- 7- Situações de leitura de um mesmo gênero literário para que conheça as características próprias de cada uma.
- 8- Sinopse de uma história criando certo suspense.
- 9- Diversidade de textos escritos.
- 10-Propor atividades de escrita com sentido para a criança, revestindo a escrita de seu caráter social (sabendo para que e quem esteja escrevendo).
- 11-Diversidade de estratégias para a escrita (caderno, lousa, chão, etc.)
- 12-Produção de textos coletivos significativos e contextualizados.
- 13-Escrever seu próprio nome.
- 14-Trabalho com crachá (bingo, batata-quente, etc).
- 15-Criar um ambiente alfabetizador.
- 16-Manuseio de livros infantis.

Avaliação

Será processual e contínua, observando avanços e progressos do aluno nos diferentes objetivos abordados revendo procedimentos sempre que necessários.

Área do Conhecimento – Matemática

Objetivos

- 1- Reconhecer e valorizar os números, as operações numéricas (orais), as contagens orais e as noções espaciais no seu cotidiano, comunicando idéias matemáticas, hipóteses, processos utilizados e resultados encontrados em situação-problema, problemas relativos a quantidade, espaço físico e medida, utilizando a linguagem oral e a linguagem matemática.
- 2- Comparar grandezas.
- 3- Nomear corretamente formas geométricas.
- 4- Explorar formas geométricas em sucatas e no ambiente.
- 5- Reproduzir formas geométricas.
- 6- Vivenciar construções simples de gráficos.
- 7- Desenvolver o raciocínio lógico.
- 8- Evidenciar a noção de quantidade a qual se supõe que os alunos possuem um conhecimento prévio.
- 9- Identificar os números nos diferentes contextos em que se encontram.
- 10-Conduzir as crianças na aquisição do conhecimento, relacionando quantidade e numeral.
- 11-Enumerar e agrupar quantidades de diferentes maneiras.
- 12-Demonstrar seqüência.

Conteúdos

- 1- Diferentes tipos de grandeza e proporção.
- 2- À frente, atrás, embaixo, em cima, ao lado, perto, longe, direita, esquerda.
- 3- Contagem (cotidiano e vivência da criança) e números.
- 4- Colocar situações-problema do cotidiano, das brincadeiras ou mesmo do tema que está sendo trabalhado.
- 5- Quantidade.
- 6- Seqüência numérica.
- 7- Exploração de materiais (sólidos geométricos).

Procedimentos

- 1- Utilização da balança para pesagem dos alunos.
- 2- Utilização da fita métrica.
- 3- Pesquisa de outros tipos de medidas (termômetro, velocímetro).
- 4- Propor situações em que a criança diferencie a geometria espacial e plana.
- 5- Utilização de vocabulário correto e adequado ao nomear formas geométricas.
- 6- Proporcionar contato com diferentes formas geométricas nos objetos do meio ambiente.
- 7- Propor reprodução de formas geométricas com diferentes materiais.
- 8- Brincadeiras, problemas elaborados pela professora para a resolução em sala, no caderno, para que as crianças utilizem-se do registro.
- 9- Chamada, quantidade de letras na palavra, etc.
- 10- Brincadeiras com registro.
- 11- Situação-problema, levando o aluno a refletir sobre a questão.
- 12- Contagem dos objetos.
- 13- Comparar quantidades de meninos e meninas, objetos, brinquedos, etc.

Avaliação

A avaliação será um processo contínuo que deve orientar as ações futuras, pautadas nos objetivos propostos.

Área do Conhecimento – Artes Visuais

Objetivos

- 1- Ampliar o conhecimento de mundo que possuem, manipulando diferentes objetos e materiais explorando suas características, propriedades e possibilidades de manuseio.
- 2- Produzir trabalhos de arte, utilizando a linguagem do desenho, da pintura, de modelagem, da colagem, da construção, desenvolvendo o gosto, o cuidado e o respeito pelo processo de produção e criação.
- 3- Propiciar condições para que a criança realize o seu fazer artístico com diferentes materiais e suporte, aperfeiçoando sua apreciação estética.
- 4- Oportunizar situações para que a criança entre em contato com a obra de arte e possa apreciá-la.

- 5- Desenvolver a capacidade de observação, através de experiências vivenciadas no dia-a-dia.

Conteúdos

- 1- Exploração e manipulação de materiais como: lápis e pincéis de diferentes texturas e espessuras, brochas, carvão, carimbo, etc. e de meios como tintas, água, areia, terra, argila, etc. bem como de diversos suportes gráficos como jornal, papel, papelão, chão, caixas, etc.
- 2- Exploração e reconhecimento de diversos movimentos gestuais visando a produção de marcas gráficas.
- 3- Observação e identificação de imagens diversas.
- 4- Conhecimento da diversidade de produções artísticas como desenhos, pinturas, construções, fotografias, colagens, ilustrações, etc.
- 5- Observação dos elementos constituintes da linguagem visual: ponto, linha, forma, volume, contraste, luz, textura.
- 6- Apreciação de artes visuais e estabelecimentos de correlação com as experiências pessoais.
- 7- Cuidado com o próprio corpo e com o dos colegas no contato com os suportes e materiais de artes.
- 8- Criação de desenhos, pinturas, colagens, modelagens a partir de seu próprio repertório e da utilização dos elementos da linguagem das artes visuais: ponto, linha, cor, volume, espaço, textura, etc.
- 9- Valorização de suas próprias produções, das de outras crianças e da produção de arte em geral.
- 10-Asseio, ordem e cuidados com o material utilizado.

Procedimentos

- 1- Pinturas livres e dirigidas.
- 2- Recorte e Colagem.
- 3- Construção com sucatas.
- 4- Modelagem (massa e areia).
- 5- Pintura com vários materiais.
- 6- Leitura de obra de arte.
- 7- Análise de diferentes formas de expressão plástica.
- 8- Interpretação de imagens.
- 9- Regras de como utilizar o material.

Avaliação

A avaliação será um processo contínuo, que deve orientar as ações futuras, pautadas nos objetivos propostos.

Área do Conhecimento – Identidade e Autonomia

Objetivos

- 1- Relacionar-se progressivamente com mais crianças, com seus professores e com demais profissionais da instituição, demonstrando suas necessidades e interesses.
- 2- Identificar-se e compreender a sua pertinência aos diversos grupos dos quais participam respeitando suas regras básicas de convívio social.
- 3- Valorizar ações de cooperação e solidariedade, desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração e compartilhando suas vivências.
- 4- Ter uma imagem positiva de si, ampliando sua confiança e maior independência.
- 5- Identificar cada vez mais suas limitações e possibilidades e agindo de acordo com elas.
- 6- Brincar.
- 7- Valorizar a higiene e a limpeza do ambiente escolar, bem como de casa.
- 8- Reconhecer-se como membro da comunidade escolar responsável pela manutenção da limpeza e organização do ambiente.
- 9- Reconhecer os cuidados necessários para manter os dentes resistentes e sem cáries.
- 10-Cuidar dos seus pertences.
- 11-Expressar suas necessidades básicas e tomar decisões para seu atendimento.
- 12-Reconhecer algumas situações perigosas e evitá-las com a ajuda da professora.
- 13-Ter hábitos alimentares e de higiene de forma autônoma.

Conteúdos

- 1- Iniciativa para resolver pequenos problemas do cotidiano, pedindo ajuda se necessário.
- 2- Participação em situações de brincadeiras nas quais as crianças escolham os parceiros, os objetos, temas e as personagens.
- 3- Participação na realização de pequenas tarefas do cotidiano que envolva ações de cooperação, solidariedade e ajuda na relação com os outros.
- 4- Valorização da limpeza e da aparência pessoal.
- 5- Identificação de situações de risco no seu ambiente mais próximo.
- 6- Limpar-se, lavar as mãos antes do lanche, lavar as mãos após usar as instalações sanitárias, assuar o nariz, etc.
- 7- Alimentos e hábitos alimentares.
- 8- Qualidade e limpeza dos alimentos.
- 9- Atitudes adequadas à mesa.
- 10-Respeito e cuidados com os objetos dos colegas e da escola relacionados aos momentos de higiene, alimentação e cuidados curativos.
- 11-Colaboração na manutenção da limpeza nos espaços de uso coletivo (da classe e da escola).
- 12-Atitude de tranquilidade e colaboração durante o atendimento a situações de enfermidade e pequenos ferimentos.
- 13-Atenção a lugares, situações e objetos que oferecem riscos.
- 14-Autonomia na troca de algumas peças do vestuário.
- 15-Hábitos de higiene bucal e visitas ao dentista.

Procedimentos

- 1- Propor situações educativas onde cada criança possa ter respeitados os seus hábitos, ritmos e preferências individuais.
- 2- Ouvir as falas das crianças compreendendo o que querem comunicar, fortalecendo assim a autoconfiança.
- 3- Criar condições para que prestem ajuda umas as outras.
- 4- Planejar situações em que os alunos sejam convidados a colaborar com a organização do ambiente.
- 5- Relatar para o aluno a programação da rotina do dia favorecendo sua autonomia e independência.
- 6- Promover situações onde os alunos aceitem o outro em suas diferenças e particularidades.
- 7- Promover debates em que o aluno possa se pronunciar e expressar suas opiniões até que seja possível estabelecer regras comuns.
- 8- Favorecer oportunidade de observação dos fenômenos naturais, sua interferência na vida do homem e suas conseqüências.
- 9- Usar situações do cotidiano para promover o desenvolvimento de hábitos elementares de higiene, evidenciando que a higiene pessoal e do ambiente é fundamental para o bem estar e a saúde.
- 10- Acompanhar os alunos ao banheiro lembrando-os da utilização correta do mesmo, utilizar papel higiênico, jogar o papel no lixo, dar descarga, lavar as mãos, etc.
- 11- Utilizar situações cotidianas para estimular hábitos saudáveis de alimentação.
- 12- Estimular as crianças a provarem diversos alimentos.
- 13- Esclarecer sobre adequação das roupas ao clima e necessidade das trocas.

Avaliação

A partir dos objetivos propostos, o professor fará uma avaliação contínua, percebendo o progresso dos alunos, mudanças de hábitos e atitudes.

Área do Conhecimento - Natureza e Sociedade

Objetivos

- 1- Interessar-se e demonstrar curiosidade pelo mundo social e natural, formulando perguntas, imaginando soluções para compreendê-lo, manifestando opiniões próprias sobre os acontecimentos, buscando informações e confrontando idéias.
- 2- Estabelecer algumas relações entre o meio ambiente e as formas de vida que ali se estabelecem, valorizando sua importância para a preservação das espécies e para a qualidade da vida humana.
- 3- Compreender o real significado das datas comemorativas.
- 4- Explorar o ambiente para que possa se relacionar com pessoas, estabelecer contato com pequenos animais, com plantas e com objetos diversos, manifestando curiosidade e interesse.
- 5- Interar o aluno sobre a importância cultural e sócio-econômica do povo afro-brasileiro para nosso país.

Conteúdos

- 1- Organização dos grupos no seu modo de ser, viver, trabalhar e comunicar-se.
- 2- Diversidade Cultural.
- 3- Conhecimento do modo de ser, viver e trabalhar de alguns grupos sociais do presente e do passado.
- 4- Valorização do patrimônio cultural do seu grupo social e interesse por conhecer diferentes formas de expressão cultural.
- 5- Participação em atividades que envolvam histórias, brincadeiras, jogos e canções que digam respeito as tradições culturais de sua comunidade e de outras.
- 6- Os lugares e suas paisagens
- 7- Observação da paisagem local e das mudanças que sofreram ao longo do tempo.
- 8- Conhecimento dos cuidados básicos de pequenos animais e vegetais por meio da sua criação e cultivo.
- 9- Valorização de atitudes de manutenção e preservação dos espaços e do meio ambiente.
- 10- Identificar os órgãos dos sentidos e suas funções.
- 11- Identificação da importância histórica e cultural que a cultura afro-brasileira proporciona ao Brasil através da música, dança, artesanato, etc.

Procedimentos

- 1- Propor situações onde os alunos reflitam sobre a diversidade de hábitos, modos de vida e costumes de diferentes épocas, lugares, povos, e formas de comunicação (cartazes, figuras, TV, jornal, etc.).
- 2- Proporcionar o conhecimento de diversos hábitos existentes no seu universo mais próximo (crianças da própria turma, os vizinhos do bairro, etc.).
- 3- Propor situações em que as crianças aprendam a indagar e a reconhecer relações de mudanças e permanências nos costumes.
- 4- Atividades de observação intencional da paisagem local e de outras paisagens, para o reconhecimento dos componentes da mesma.
- 5- Os componentes e suas interações.
- 6- Diversidade dos seres vivos, animais, plantas e outros organismos.
- 7- Alimentação.
- 8- Sobrevivência.
- 9- Ciclo vital.
- 10- Movimento.
- 11- Utilização dos seres vivos como fonte de alimentação, remédio, transporte, etc.
- 12- Outros componentes: água, ar, solo e objetos.
- 13- Suas características e utilidades.
- 14- Processo de transformação.
- 15- Observação de jardins, pomares.
- 16- Plantio em vasos e canteiros.
- 17- Reciclagem.
- 18- Utilização dos órgãos dos sentidos como meio de comunicação.
- 19- Colagem com figuras pesquisadas em revistas.
- 20- Água: potável e poluída.
- 21- Leitura de textos informativos, conversas, apresentação de vídeos, etc.

Avaliação

A avaliação será um processo contínuo, o qual deverá orientar as ações futuras, pautadas nos objetivos.

Área do Conhecimento – Música

Objetivos

- 1- Explorar e identificar elementos da música para se expressar, interagir com os outros e ampliar seu conhecimento do mundo.
- 2- Perceber e expressar sensações, sentimentos, por meio de improvisações, composições e interpretações musicais.
- 3- Acompanhar ritmos, explorando e discriminando a intensidade e a direção dos sons.
- 4- Participar da banda rítmica utilizando adequadamente os instrumentos musicais.

Conteúdos

- 1- Exploração, expressão e produção do silêncio e de sons com a voz, o corpo e com materiais sonoros diversos.
- 2- Interpretação de músicas e canções diversas, memorizando a letra.
- 3- Participação em brincadeiras e jogos cantados e rítmicos.
- 4- Participação em jogos e brincadeiras que envolvam a dança.
- 5- Repertório de canções para desenvolver memória musical.
- 6- A exploração de materiais e a escuta de obras para propiciar o contato e experiências com a matéria-prima da linguagem musical, o silêncio e o som.

Procedimentos

- 1- Propor situações e contextos em que fazer música implique em organizar e relacionar expressivamente sons e silêncio de acordo com os princípios de ordem.
- 2- Propor situações em que as crianças possam distinguir barulho de música.
- 3- Propor atividades de improvisação que valorizam o contraste entre os sons graves e agudos ou de interpretação de canções que enfatizem o movimento sonoro.
- 4- Acompanhar canções com instrumentos.
- 5- Apresentar paulatinamente os instrumentos dando oportunidades para os alunos explorarem cada um deles em todas as suas possibilidades, assim como orientar sobre o manejo correto dos mesmos.
- 6- Desenvolver atividades para classificar sons quanto à altura, valendo-se de vozes de animais, dos objetos e dos instrumentos musicais comparando e estabelecendo relações, acrescentando, enriquecendo e transformando a experiência musical das crianças.
- 7- Promover o crescimento e a transformação do trabalho a partir do que as crianças podem realizar com instrumentos.
- 8- Propor atividades em que o gesto e o movimento corporal estão intimamente ligados e conectados ao trabalho musical.

Avaliação

Será processual e contínua, observando avanços e progressos do aluno e os diferentes objetivos abordados revendo procedimentos sempre que necessário.

Área do Conhecimento – Movimento

Objetivos

- 1- Ampliar as possibilidades expressivas do próprio movimento, utilizando diversos gestos e o ritmo corporal nas suas brincadeiras, danças, jogos e demais situações de interação.
- 2- Explorar diferentes qualidades e dinâmicas do movimento, como força, velocidade, resistência e flexibilidade, conhecendo gradativamente os limites e as potencialidades do seu corpo.
- 3- Controlar gradualmente o próprio movimento, aperfeiçoando seus recursos de deslocamento e ajustando suas habilidades motoras para utilização em jogos, brincadeiras, danças e demais situações.
- 4- Apropriar-se progressivamente da imagem global de seu corpo, conhecendo e identificando seus segmentos e elementos e desenvolvendo cada vez mais uma atitude de interesse e cuidado com o próprio corpo.

Conteúdos

- 1- Reconhecimento progressivo de segmentos e elementos do próprio corpo por meio da exploração das brincadeiras, do uso do espelho e da interação com os outros.
- 2- Expressão de sensações e ritmos corporais por meio de gestos, posturas e linguagem oral.
- 3- Utilização expressiva intencional do movimento nas situações cotidianas e em brincadeiras.
- 4- Percepção de estruturas rítmicas para expressarem-se corporalmente por meio da dança, brincadeiras e de outros movimentos.
- 5- Valorização e ampliação das possibilidades estéticas do movimento pelo conhecimento e utilização de diferentes modalidades de dança.
- 6- Aperfeiçoamento dos movimentos que requeiram força, resistência, flexibilidade, agilidade e velocidade.
- 7- Percepção de sensações, limites, potencialidades, sinais vitais e integridade do próprio corpo.
- 8- Participação em brincadeiras e jogos que envolvam correr, subir, descer, escorregar, pendurar-se, movimentar-se, dançar, etc., para ampliar gradualmente o conhecimento sobre o corpo em movimento.
- 9- Valorização de suas conquistas corporais.
- 10- Manipulação de materiais, objetos e brinquedos diversos para o aperfeiçoamento de suas habilidades manuais.

Procedimentos

- 1- Propor brincadeiras utilizando o espelho onde os meninos e meninas poderão se fantasiar, usando fantasias diversas, roupas e sapatos de adulto, bijuterias, acessórios, etc.
- 2- Propiciar jogos e brincadeiras, cantigas de roda envolvendo a interação, a imitação e o reconhecimento do corpo.
- 3- Atividades sistemáticas, observando partes do próprio corpo ou de seus colegas, usando-as como modelo.
- 4- Colocar duas crianças de tamanhos diferentes diante de um grande espelho.
- 5- Duas crianças de cada vez, deitadas sobre uma folha de papel no chão. Duas outras crianças fazem o contorno das crianças deitadas. Comparar os desenhos depois que as crianças se levantarem.
- 6- Em uma figura mostrando o contorno da face, deixar que o aluno desenhe os olhos, o nariz, a boca, etc.
- 7- Propor danças, brincadeiras de roda, cirandas, propiciando a realização de movimentos de diferentes qualidades expressivas e rítmicas.
- 8- Propiciar exercícios com elementos, facilitando a descoberta e exploração do movimento, arrastar, engatinhar, rolar, saltar e correr.
- 9- Propor diferentes movimentos como dançar, jogar bola, rodar bambolê, pular corda, etc.
- 10- Propor jogos de regras para ajudar os alunos a desenvolverem atitudes de competição que serão necessárias mais tarde no desenvolvimento das habilidades desportivas.
- 11- Cumprir regras, saber ganhar, saber perder, saber respeitar, saber cooperar.
- 12- Propor brincadeiras e jogos que envolvam a descoberta e exploração de capacidades físicas e a expressão de emoções, afetos e sentimentos.

Avaliação

A avaliação será um processo contínuo que orientará as ações futuras, sempre pautadas nos objetivos propostos.

PLANO DE ENSINO JARDIM II

Área do Conhecimento – Matemática

Objetivos

- 1- Desenvolver a capacidade para pensar logicamente e resolver situações-problema, estimulando sua criatividade.
- 2- Utilizar a linguagem fundamental da matemática.
- 3- Reconhecer e valorizar os números, operações numéricas, contagens orais e as noções espaciais no cotidiano.
- 4- Comunicar idéias matemáticas, hipóteses, processos utilizados e resultados encontrados em situações-problema relativas à quantidade, espaço físico e medida.
- 5- Ter confiança em suas próprias estratégias e na sua capacidade para lidar com situações matemáticas novas.
- 6- Utilizar seus conhecimentos prévios.

Conteúdos

- A- Contagem – números e sistema de numeração.
- 1- Utilização da contagem oral de noções de quantidade, de tempo e de espaço.
 - 2- Classificação
 - 3- Reconhecer e manipular diversos materiais comparando semelhanças e diferenças agrupando os elementos semelhantes.
 - 4- Correspondência entre agrupamento que tem a mesma quantidade de elementos.
 - 5- Identificação da posição de um objeto ou número numa série, explicitando a noção de sucessor e antecessor.
 - 6- Identificação de números nos diferentes contextos em que se encontram.
 - 7- Comparação de escritas numéricas, identificando algumas regularidades.
 - 8- Leitura de números.
 - 9- Escrita de números.
 - 10-Quantificação por emparelhamento, aproximação, arredondamento, contagem.
 - 11-Seqüência numérica.
 - 12-Ordenar barrinhas coloridas de 1 a 9.
 - 13-Representações gráficas das barrinhas coloridas.
- B- Grandezas e Medidas.
- 1- Exploração de diferentes procedimentos para comparar grandezas.
 - 2- Maior/ menor/ mesmo tamanho.
 - 3- Alto/ baixo.
 - 4- Largo/ estreito.
 - 5- Grosso/ fino
 - 6- Curto/ comprido
 - 7- Introdução às noções de medidas de comprimento, peso, volume e tempo pela utilização de unidades convencionais e não convencionais.

- 8- Curto/comprido (medidas)
- 9- Pesado/leve (peso)
- 10-Muito cheio/pouco cheio (volume)
- 11-Antes/depois, agora/ mais tarde, ontem/hoje/amanhã (tempo)
- 12-Velho/novo
- 13-Dia/noite
- 14-Rápido/lento
- 15-Marcação de tempo por meio de calendários.
- 16-Sistema monetário.

C- Espaço, forma e cores.

- 1- Explicitação e/ou representação da posição de pessoas e objetos e nas diversas situações nas quais as crianças considerem necessária a ação.
- 2- Noções de posição
- 3- Dentro e fora
- 4- Embaixo e em cima
- 5- Na frente/ atrás de/ ao lado de
- 6- O primeiro/ o último/ no meio
- 7- De frente/ de costas
- 8- Noções de direção e sentido
- 9- Para frente/ para trás
- 10-Para cima/ para baixo/ para o lado
- 11-Para a direita/ para a esquerda
- 12-Exploração, identificação e construção geométricas de objetos e figuras como formas, tipos, contornos, bidimensionalidade e tridimensionalidade, faces planas, lados retos, cores, etc.
- 13-Representação de bidimensionais e tridimensionais.
- 14-Identificação de pontos de referência para situar-se e deslocar-se no espaço.
- 15-Descrição e representação de pequenos percursos e trajetos, observando pontos de referência.

D- Estatística

- 1- Construções simples e primeiras interpretações de gráficos.

Procedimentos

A- Contagem – números e sistemas de numeração

- 1- Jogos, brincadeiras e histórias que permitam a familiarização com elementos espaciais e numéricos. Ex: jogos de esconder ou de pega, dança das cadeiras, quebra-cabeça, dados de diferentes tipos, jogos de encaixe, jogos de cartas, jogos com seqüência numérica.
- 2- Discriminar um elemento diferente entre elementos de mesma característica.
- 3- Formar agrupamentos obedecendo a um determinado critério.

Seqüência

- 1- Formar seqüências com as crianças e com o movimento do corpo delas.
- 2- Formar seqüências com objetos repetindo um modelo ou padrão.
- 3- Descobrir a regra de formação de uma seqüência pronta.
- 4- Inventar seqüências com diferentes regras de formação.

Simbolização

- 1- Descobrir o significado de logotipos conhecidos.
- 2- Descobrir o significado de alguns sinais de trânsito.

Correspondência

- 1- Entre elementos que se relacionam.
- 2- Entre elementos e objetos que tem a mesma forma ou o mesmo tamanho e cor.
- 3- Manipulação e exploração de objetos e brinquedos, suas características e propriedades principais e suas possibilidades associativas: empilhar, rolar, transvasar, encaixar, etc.
- 4- Comunicação de qualidades utilizando a linguagem oral. A notação numérica e/ou registros não convencionais.

Idéia de quantidade

- 1- Muito pouco, o que tem mais, o que tem menos.

Uso social do número

- 1- Brincadeiras de faz-de-conta com objetos e brinquedos que contenham números como telefone, máquinas de calcular, relógios.
- 2- Pesquisa e investigação sobre os lugares que os números se encontram e para que serve, como: placas de carro, camisetas de jogadores, código de endereçamento postal, etiquetas de preços, contas de luz, quadro com datas de aniversariantes, etc.
- 3- Investigação das regras e regularidades do sistema numérico, ex: calendários (anuais, mensais, semanais), índices, álbuns de figurinhas.
- 4- Situações que indiquem ordinalidade.
- 5- Exemplo: brincadeiras de faz-de-conta como: postos de saúde, filas de banco, ordem na fila, competição, campeonato, etc.
- 6- Situações-problema, onde a criança tenha oportunidade de realizar ações de acrescentar, agregar, segregar e repartir, relacionadas a operações aritméticas.
- 7- Ordenação e escrita numérica.
- 8- Ex: painel de pesos e medidas, idades, números de sapatos, de roupas, idade dos familiares. Idade da cidade, dos pais, jogos de baralho, jogos de dados.

B- Grandezas e medidas

- 1- Atividades de culinária, envolvendo diferentes unidades de medidas.
- 2- Uso de medidas não convencionais como passos, pedaços de barbante, palitos, tiras de papel, etc.
- 3- Uso de instrumentos convencionais como balanças, fita métrica, régua, termômetro, etc.
- 4- Criar situações nas quais as crianças pesquisem formas alternativas de medir.
- 5- Uso do calendário, observando suas características e regularidades (sete dias na semana, quantidade de dias no mês, fases da lua, etc.).
- 6- Trabalhar com dinheiro fazendo trocas, comparando valores, fazendo operações, resolvendo problemas e visualizando características de representação dos números naturais e dos números decimais. Ex: simular mercado na sala de aula.

C- Espaço, forma e cores.

- 1- Propor situações de exploração sensorial de objetos, das ações e deslocamentos que realizam no meio ambiente.

- 2- Proporcionar contato e manipulação diversificada com as diferentes formas geométricas nos objetos do meio ambiente. Ex: observação de obra de arte, artesanato, construções, pisos, mosaicos, vitrais de igreja, formas encontradas na natureza em folhas, casa de abelhas, etc.
- 3- Propiciar contato com embalagens e sucatas, como fontes intensas de formas geométricas.
- 4- Propor desenhos de objetos a partir de diferentes ângulos de visão como: visto de cima, visto de baixo, de lado, etc.
- 5- Propor situações que propiciem a troca de idéias sobre representação.
- 6- Propor reprodução de formas geométricas com diferentes materiais.
- 7- Propiciar situações em que a criança diferencie a geometria espacial e plana. Ex: Construir o cubo (espacial) e carimbar sua face (plano).
- 8- Atividades de representações tridimensionais como: construção em blocos de madeira, pequeno construtor, painéis, etc.
- 9- Propor atividades de reflexão sobre o espaço: localização de si mesmo, dos objetos e as relações estabelecidas de ordem, de proximidade e distância, de altura, de posição. Ex: caça ao tesouro, reprodução de caminhos e situações que permitam o uso de desenhos, figuras, fotos e mapas para descrição de caminhos, itinerários, lugares.
- 10- Propor passeios pela região próxima a escola ou a lugares específicos como: praças, feira, igreja, caminhos a serem percorridos.

D- Estatística

- 1- Em situações de jogos solicitar à criança o registro gráfico espontâneo de resultados.
- 2- Propor transposição de dados de uma tabela para gráficos. Ex: calendários, aniversariantes do mês, frequência dos alunos, etc.

Avaliação

Que a criança:

- 1- Desenvolva a capacidade de pensar logicamente, estimule sua criatividade.
- 2- Utilize o vocabulário fundamental da matemática.
- 3- Reconheça e valorize os números que são utilizados no cotidiano.
- 4- Comunique idéias matemáticas, utilize seus conhecimentos prévios e tendo confiança em suas próprias estratégias e na sua capacidade para lidar com situações novas.

Área do Conhecimento - Música

Objetivos

- 1- Conhecer diferentes portadores de sons.
- 2- Produzir espontaneamente diferentes sons.
- 3- Explorar e nomear diferentes materiais produtores de sons.
- 4- Acompanhar música com diferentes materiais sonoros.
- 5- Perceber diferentes ritmos.
- 6- Ouvir diferentes melodias.
- 7- Participar, ouvir e reproduzir canto grupal.

8- Ouvir diferentes gêneros musicais.

Conteúdos

A- O fazer musical

- 1- Interpretação de músicas
- 2- Jogos cantados e rítmicos, sons variados, materiais sonoros, memória musical.

B- Apreciação musical

- 1- Escuta e informação de obras musicais de todos os estilos.
- 2- Projetos.
- 3- Sons naturais e sons culturais.
- 4- Fontes sonoras (nomes de instrumentos, confecção de instrumentos).
- 5- Ritmo.
- 6- Melodia.
- 7- Obras clássicas.
- 8- Obras populares e folclóricas.
- 9- Canto grupal.
- 10- Confecção de instrumentos simples.

Procedimentos

- 1- Cantar pequenos trechos de canções para que a criança memorize rapidamente.
- 2- Movimentar-se e expressar-se de acordo com a melodia, ritmo e texto da canção.
- 3- Oferecer pesquisa de som: usando as mãos, o corpo, os objetos.
- 4- Proporcionar diferentes tipos de som – forte/fraco.
- 5- Oferecer oportunidades freqüentes de canto grupal.
- 6- Oferecer oportunidades de ouvir diferentes gêneros e obras musicais bem como conhecer os instrumentos musicais.
- 7- Tocar e manipular os instrumentos da bandinha.
- 8- Acompanhar canções gravadas.
- 9- Comparar a evolução dos toca-discos com os aparelhos modernos.
- 10- Promover oficinas para confecção de instrumentos musicais simples.
- 11- Acompanhar canções com instrumentos e sem instrumentos.
- 12- Jogos cantados e rodas cantadas.
- 13- Resgate das cantigas de roda, canções de ninar e folclóricas.
- 14- Comparar os diferentes papéis e funções da música: música para dançar, relaxar, hinos, fúnebre, comemorativas, etc.

Avaliação

Que a criança:

- 1- Aprecie o canto.
- 2- Diferencie a letra da melodia em uma composição.
- 3- Nomeie os materiais sonoros e instrumentos musicais.
- 4- Cante e movimente o corpo espontaneamente.
- 5- Ouça, identifique e reproduza diferentes sons.
- 6- Participe da bandinha e utilize adequadamente os instrumentos musicais.

Área do Conhecimento – Identidade e Autonomia

Objetivos

- 1- Interar o aluno sobre a importância cultural e socioeconômica do povo afro-brasileiro em nosso país.
- 2- Ter respeito diante das diferenças individuais e culturais.
- 3- Utilizar o diálogo para resolver conflitos.
- 4- Participar de regras elementares de convivência social.
- 5- Valorizar ações de cooperação, solidariedade, respeito, responsabilidade, honestidade.
- 6- Oportunizar a hora de brincar espontaneamente.

Conteúdos

- 1- Brincar
- 2- Respeito, cooperação e solidariedade.
- 3- Hábitos sociais e higiene.
- 4- Regras de convívio social:
- 5- Respeito pelas diferenças individuais e culturais.
- 6- Conflito x Diálogo.
- 7- Autonomia – Eu Sou.
- 8- Cidadania.
- 9- Regras.
- 10-Cooperação.
- 11-Solidariedade.
- 12-Respeito.
- 13-Responsabilidade (cuidados com materiais coletivos e pessoais).
- 14-Honestidade.
- 15-Brincar.
- 16-Higiene com os alimentos, com o corpo e com o ambiente.

Procedimentos

- 1- Promover debates em que a criança possa pronunciar e exprimir sua opinião.
- 2- Promover situações onde a criança aceite o “outro” em suas diferenças e particularidades.
- 3- Propiciar atividades como bingo, jogo da memória, crachás, onde se trabalha o nome da criança e dos colegas.
- 4- Propiciar atividades de reconhecimento dos pertences pessoais e coletivos.
- 5- Criar condições para que as crianças se ajudem mutuamente.
- 6- Promover debates sobre a origem de cada criança, sua família e seu grupo social.
- 7- Conversa sobre o tema trabalhado.
- 8- Leitura de textos informativos.
- 9- Entrevistas.
- 10-Apresentação de filmes sobre o tema trabalhado.

Avaliação

Que o aluno:

- 1- Interaja com seus amigos e respeite as diferenças culturais e individuais.
- 2- Compreenda as regras de convívio social e participe.
- 3- Utilize o diálogo como meio de resolver conflitos.
- 4- Participe de ações de cooperação, solidariedade, respeito, responsabilidade e honestidade.
- 5- Brinque participando das propostas que envolvam brincadeiras livres e dirigidas.

Área do Conhecimento – Artes Visuais

Objetivos

- 1- Familiarizar a criança com vários materiais disponíveis para a auto-expressão.
- 2- Propiciar a exploração e a articulação de sistemas simbólicos que contribuam para o aprendizado da leitura e da escrita através da expressão artística.
- 3- Formar habilidades de uso e manejo dos recursos materiais.
- 4- Explorar, nomear e discriminar cores.
- 5- Expressar-se através de formas e linhas.
- 6- Expressar plasticamente uma idéia ou conteúdo, liberando a imaginação e a criatividade.
- 7- Executar a coordenação voluntária dos pequenos músculos.
- 8- Levar a criança a conhecer e valorizar as manifestações das artes em geral.

Conteúdos

A- O fazer artístico

- 1- Técnicas
- 2- Desenhos livres
- 3- Areia
- 4- Massa
- 5- Recorte e colagem
- 6- Alinhavo
- 7- Perfuração
- 8- Construção com jogos e sucatas
- 9- Dobraduras
- 10- Pintura

B- Apreciação em artes visuais.

- 1- Leitura de obras de arte a partir da observação, narração, descrição e interpretação de imagens e objetos.

C- Espaço

Campo plástico bidimensional: dimensões, proporções materiais, formas, cores, superfícies, texturas.

- 1- Observação
- 2- Exploração

3- Utilização

Campo plástico tridimensional: dimensões, proporções, localizações.

- 1- Observação
- 2- Exploração
- 3- Utilização
- 4- Manuseio de pequenos objetos

Procedimentos

- 1- Com atividades de desenho e pintura, oferecer suportes variados e de diferentes tamanhos (até o próprio corpo) para serem usados individualmente ou em grupo, tais como: papéis ou madeiras.
- 2- Estruturas tridimensionais podem ser desenvolvidas por meio de colagem, montagem e justaposição de sucatas com embalagens diversas, elementos da natureza, tecidos, etc., que possam ser empilhados, encaixados e justapostos.
- 3- Trabalhar os cuidados necessários com o próprio corpo, com o corpo dos colegas, principalmente olhos, nariz, boca e pele, quando manuseiam objetos diferentes.
- 4- Utilizar papéis que já contenham alguma intervenção (risco, recorte, parte da figura) para que a criança desenhe a partir disso.
- 5- Desenho da observação da natureza, objetos, o próprio corpo e o corpo do colega.
- 6- Proporcionar leitura de imagens investigando a observação, a descoberta e o interesse das crianças.
- 7- Proporcionar observação de imagens figurativas fixas ou em movimento e produções abstratas.
- 8- Produção, comunicação, exposição, valorização e reconhecimento formam um conjunto que alimenta a criança no seu desenvolvimento artístico.
- 9- Permitir que as crianças falem sobre suas criações e escutem as observações dos colegas.
- 10- Fortalecer o reconhecimento da singularidade de cada indivíduo.

Avaliação

Que ao final do trabalho o aluno:

- 1- Familiarize-se com vários materiais disponíveis para a auto-expressão.
- 2- Explore e articule sistemas simbólicos que contribuam para o aprendizado da leitura e da escrita através da expressão artística.
- 3- Forme habilidades de uso e manejo dos recursos materiais.
- 4- Explore, nomeie e discrimine cores.
- 5- Expresse-se através de formas e linhas.
- 6- Expresse plasticamente uma idéia ou conteúdo, liberando a imaginação e a criatividade.
- 7- Execute a coordenação voluntária dos pequenos músculos.
- 8- Conheça e familiarize-se com as manifestações das artes em geral.

Área do Conhecimento – Movimento

Objetivos

- 1- Reconhecer o corpo no seu todo e diferenciar cada uma de suas partes por meio do movimento.
- 2- Ampliar as possibilidades expressivas do próprio movimento, utilizando gestos diversos e ritmo corporal nas suas brincadeiras, danças, jogos e demais situações de interação.
- 3- Explorar diferentes qualidades e dinâmicas do movimento, como força, velocidade, resistência e flexibilidade, conhecendo gradativamente os limites e as potencialidades do seu corpo.
- 4- Apropriar-se progressivamente da imagem global de seu corpo, conhecendo e identificando seus segmentos e elementos e desenvolvendo cada vez mais uma atitude de interesse e cuidado com o próprio corpo.
- 5- Utilizar gestos diversos e o ritmo corporal nas suas brincadeiras, danças, jogos e demais situações de interação.

Conteúdos

A- Equilíbrio e Coordenação

- 1- Posições
- 2- Esquema corporal
- 3- Circuitos
- 4- Jogos de regras
- 5- Encaixes

B- Expressividade

- 1- Cantigas de roda
- 2- Mímicas
- 3- Dança
- 4- Jogos de expressão

Equilíbrio e Coordenação

- 1- Exploração de diferentes posturas corporais como sentar-se em diferentes inclinações, deitar-se em diferentes posições, ficar reto apoiado na planta dos pés e sem ajuda.
- 2- Ampliação progressiva da destreza para deslocar-se no espaço por meio da possibilidade constante de arrastar-se, engatinhar, rolar, andar, correr, saltar, etc.
- 3- Aperfeiçoamento dos gestos relacionados com apreensão, encaixe, traçado do desenho, lançamento, etc., por meio da experimentação e utilização de suas habilidades manuais em diversas situações cotidianas.
- 4- Participação em brincadeiras e jogos que envolvam correr, subir, descer, escorregar, pendurar-se, dançar, etc. para ampliar gradualmente o conhecimento e controle sobre o corpo em movimento.
- 5- Utilização dos recursos de deslocamento e das habilidades de força, velocidade, resistência e flexibilidade nos jogos e brincadeiras dos quais participa.
- 6- Valorização de suas conquistas corporais. Manipulação de materiais, jogos e brinquedos diversos para aperfeiçoamento de suas habilidades manuais.

Expressividade

- 1- Reconhecimento progressivo de segmentos e elementos do próprio corpo por meio da exploração das brincadeiras, do uso do espelho e da interação com os outros.
- 2- Expressão de sensações e ritmos corporais por meio de gestos, posturas e linguagem oral.
- 3- Utilização expressiva intencional do movimento nas situações cotidianas e em suas brincadeiras.
- 4- Percepção de estruturas rítmicas para se expressarem corporalmente por meio da dança, brincadeiras e de outros movimentos.
- 5- Valorização e ampliação das possibilidades estéticas do movimento e utilização de diferentes modalidades da dança.
- 6- Percepção de sensações, limites, potencialidades, sinais vitais e integridade do próprio corpo.

Procedimentos

Equilíbrio e coordenação

- 1- Propor exercícios com elementos para facilitar a descoberta e exploração do movimento: arrastar-se, engatinhar, caminhar, rolar, saltar e correr.
- 2- Propor atividades através de circuitos organizados no espaço externo ou interno, utilizando-se de pneus, bancos, tábuas, túneis, pontes, caminhos, rampas, labirintos, proporcionando novos desafios e o aperfeiçoamento das capacidades motoras dos alunos.
- 3- Propor diferentes movimentos como lutar, dançar, subir e descer árvores ou obstáculos, jogar bola, rodar bambolê, pular corda, etc.
- 4- Propor jogos de regras para desenvolver atividade de competição, a combinar, a cumprir regras, saber ganhar, saber perder, saber respeitar, cooperar.
- 5- Propor brincadeiras e jogos que envolvam a descoberta e a exploração de capacidades físicas e a expressão de emoções, afetos e sentimentos.

Expressividade

- 1- Propor brincadeiras utilizando o espelho onde meninos e meninas poderão se fantasiar, usando fantasias diversas, roupas e sapatos de adultos, bijuterias, acessórios, etc.
- 2- Propiciar jogos e brincadeiras, cantigas de roda envolvendo a interação, a imitação e o reconhecimento do corpo.
- 3- Atividades sistemáticas, observando partes do seu corpo ou de seus colegas, usando-as como modelo para desenhar.
- 4- Representar experiências observadas e vividas por meio de movimentos. Ex: derreter um sorvete, flutuar como floco de algodão, etc.
- 5- Propor danças, folguedos, brincadeiras de roda, cirandas, propiciando movimentos de diferentes qualidades expressivas e rítmicas.

Avaliação

Que ao final do trabalho o aluno:

- 1- Reconheça seu corpo no todo e diferencie suas partes por meio de movimentos.
- 2- Amplie os movimentos em diversas atividades corporais para uma perfeita interação em diferentes situações.

- 3- Explore e conheça os limites e as potencialidades de seu corpo, use diferentes qualidades e dinâmicas do movimento como força, velocidade, resistência e flexibilidade.
- 4- Aproprie-se da imagem global de seu corpo, conheça e identifique seus segmentos e elementos e desenvolva o interesse e cuidado com o próprio corpo.
- 5- Utilize gestos e ritmo corporal em diversas atividades e demais situações de interação.

Área do Conhecimento – Natureza e Sociedade

Objetivos

- 1- Utilizar o conhecimento científico como forma de compreender o mundo e torná-lo instrumento de uma cidadania consciente.
- 2- Reconhecer o valor do povo afro-brasileiro, sua importância histórica e cultural.
- 3- Compreender a importância da saúde pessoal e coletiva como bem que se deve preservar.
- 4- Conhecer as doenças comuns, sua prevenção e cuidados.
- 5- Reconhecer a boa alimentação e sua função no organismo.
- 6- Reconhecer os benefícios do asseio corporal e ambiental.
- 7- Conhecer o seu corpo e suas funções de sobrevivência (alimentação, respiração, excreção).
- 8- Conhecer os órgãos dos sentidos e suas funções.
- 9- Reconhecer os elementos do ambiente, suas inter-relações e transformações percebendo-se como parte viva e integrante dele.
- 10- Compreender a necessidade da preservação da natureza e do ambiente em que vive.
- 11- Conhecer as atitudes ecologicamente corretas.
- 12- Reconhecer a necessidade da preservação da natureza, vivenciando uma prática ecológica.
- 13- Reconhecer a vida dos animais com grande importância na natureza.
- 14- Respeitar todos os seres vivos do planeta.
- 15- Conhecer as consequências para os animais da degradação ambiental.
- 16- Conhecer as características, necessidades, habitat e alimentação de alguns animais.
- 17- Conhecer práticas de cuidados com os animais domésticos e como evitar doenças.
- 18- Reconhecer a vida dos vegetais com grande importância na natureza.
- 19- Conhecer o processo de purificação do ar para o benefício do meio ambiente.
- 20- Conhecer o processo de germinação, crescimento e utilidade dos vegetais.
- 21- Conhecer variedade de plantas.
- 22- Compreender que a preservação do solo é fundamental para os vegetais.
- 23- Compreender que a Terra é o nosso planeta iluminado e aquecido pelo Sol.
- 24- Observar o dia e a noite e suas características.
- 25- Identificar as características das estações do ano, a estação das chuvas e da seca.
- 26- Ampliar conhecimentos sobre a vida social em que vive.
- 27- Conhecer outras organizações sociais.
- 28- Desenvolver uma compreensão da realidade social e natural e das formas de nela intervir.

Conteúdos

- 1- O homem, o corpo e organização dos grupos e seu modo de ser, viver e trabalhar.
- 2- Lugares e suas paisagens e o ambiente.
- 3- O ambiente.
- 4- Objetos e processos de transformação.
- 5- Reciclagem.
- 6- Os seres vivos.
- 7- Os animais.
- 8- As plantas.
- 9- O planeta Terra.
- 10-Fenômenos da natureza.

O homem, o corpo e organização dos grupos e seu modo de ser, viver e trabalhar.

- 1- Percepção dos cuidados e conhecimento do corpo, crescimento e desenvolvimento, funções de sobrevivência (alimentação, respiração, excreção), percepção do mundo (órgãos dos sentidos), sexualidade e afetividade, preservação da saúde de forma geral e prevenção de acidentes.
- 2- Conhecimento do modo de ser, viver e trabalhar de alguns grupos sociais do presente e do passado, culturas e diversidade cultural, histórias, brincadeiras, jogos e canções que digam respeito às tradições culturais de sua comunidade e de outras.
- 3- Identificação de alguns papéis sociais existentes em seus grupos de convívio, dentro e fora da instituição.
- 4- Relações institucionais.
- 5- Projetos.

Os lugares e suas paisagens.

- 1- O ambiente.
- 2- Observação da paisagem local (rios, vegetação, construções, florestas, campos, dunas, açudes, mar, montanha, etc.).
- 3- Percepção dos cuidados necessários à preservação da vida e do ambiente.
- 4- Utilização de fotos, relatos e outros registros para a observação de mudanças ocorridas nas paisagens ao longo do tempo.

- 5- Objetos e processos de transformação
- 6- Reciclagem.
- 7- Participação em atividades que envolvam processo de confecção de objetos.
- 8- Reconhecimento de algumas características de objetos produzidos em diferentes épocas e por diferentes grupos sociais.
- 9- Conhecimento de algumas propriedades dos objetos; refletir, ampliar ou inverter imagens, produzir ou ampliar sons.
- 10-Cuidados no uso dos objetos do cotidiano, relacionados à segurança e prevenção de acidentes e a sua conservação.
- 11-Projetos. Ex: Reciclagem.

Os seres vivos

- 1- Os animais

- 2- As plantas
- 3- Estabelecimentos de algumas relações entre diferentes espécies de seres vivos, suas características e suas necessidades vitais.
- 4- Utilização dos seres vivos como fonte de alimentação, remédio, transporte, etc.
- 5- Conhecimento dos cuidados básicos de pequenos animais e vegetais por meio da sua criação e cultivo.
- 6- Conhecimento de algumas espécies da fauna e da flora brasileira e mundial.
- 7- Percepção necessária à preservação do meio ambiente e cuidados prestados a animais e plantas em relação a valorização da vida.
- 8- Percepção dos cuidados com o corpo, a prevenção de acidentes e a saúde de forma geral.

Fenômenos da natureza

- 1- O planeta Terra.
- 2- Estabelecimentos de relações entre os fenômenos da natureza de diferentes regiões (relevo, rios, chuvas, secas, etc.) e as formas de vida dos grupos sociais que ali vivem.
- 3- Participação em diferentes atividades envolvendo a observação e a pesquisa sobre a luz, calor, som, força e movimento, o dia e a noite, as estações do ano.
- 4- Observação dos fenômenos astronômicos.

Procedimentos

A- O homem, o corpo e organização dos grupos e seu modo de viver e trabalhar.

- 1- Propor situações onde as crianças reflitam sobre a diversidade de hábitos, modos de vida e costumes de diferentes épocas, lugares e povos.
- 2- Propiciar o conhecimento de diversos hábitos existentes no seu universo mais próximo (crianças da própria turma, os vizinhos do bairro, etc.).
- 3- Trabalhar o respeito às diferenças entre moradias, profissões, valores e hábitos das diversas famílias e grupos.
- 4- Propiciar o conhecimento do seu corpo, desenvolvimento, crescimento e suas funções biológicas.
- 5- Evitar expor as crianças a constrangimentos e não incentivar a discriminação.
- 6- Propor situações em que as crianças aprendam a indagar e a reconhecer relações de mudanças e permanências de costumes.
- 7- Reflexão sobre o que é específico da época em que vivem e da cultura compartilhada no seu meio social.

B- Os lugares e suas paisagens

- 1- O ambiente
- 2- Trabalhar temas como: relevo, clima, rios, lagos, meios de transporte, mar e meios de comunicação.
- 3- Observação nas mudanças que ocorrem na paisagem local: variação do dia e da noite, sucessão das estações do ano, época de festas, etc.
- 4- Observação da paisagem, constatando as variações decorrentes da ação do homem. Ex: Construções.

- 5- Utilizar fotos, cartões postais ou outro tipo de imagem que retratem paisagens, textos informativos e literários, músicas, documentários, filmes que testemunharam as variações pelas quais passaram o local.
- 6- Propor contato com placas de rua, mapas, globos terrestres e outros tipos de representação como os desenhos feitos pelos adultos para indicar percurso.

Objetos e processos de transformação

- 1- Reciclagem.
- 2- Organizar atividades para a confecção de objetos variados, como brinquedos feitos de madeira ou objetos feitos de embalagens de papelão ou plástico que se usa no cotidiano.
- 3- Pode-se oferecer às crianças diferentes tipos de materiais (pedaços de madeira, tecidos, cordas, embalagens, pedaços de lã) e propor alguns problemas para os alunos resolverem e poderem aplicar os conhecimentos que possuem.
- 4- Propor atividades com sucatas.

Os seres vivos

- 1- Os animais.
- 2- As plantas.
- 3- Propiciar contato com animais e plantas, onde os alunos se envolvam com cuidados necessários a sua criação e cultivo.
- 4- Observar nos jardins da escola formigas, caracol, borboleta, tatu-bola, etc.
- 5- Oferecer oportunidades para que os alunos possam expor o que sabem sobre os animais que têm em casa, oportunizando a pesquisa.
- 6- Cultivar plantas na horta para possibilitar a observação e registro do desenvolvimento dos vegetais, além de aproveitá-los.
- 7- Propor atividades que possibilitem aos alunos conhecer o seu corpo e suas modificações em determinadas situações.

Fenômenos da natureza

- 1- O planeta Terra.
- 2- Propiciar atividades de observação da relação que o homem estabelece com a natureza.
- 3- Favorecer a observação dos fenômenos naturais, sua interferência na vida humana e suas conseqüências.
- 4- Propor atividade de informação através de livros, fotos, ilustrações, vídeos, filmes sobre os fenômenos ocorridos em outros locais. Ex: neve, furacão.

Avaliação

Que ao final do trabalho o aluno:

- 1- Compreenda o quanto é importante identificar-se como pessoa, sua saúde, alimentação, higiene, funções dos órgãos do corpo, além de exercer a cidadania e compreenda o mundo social e natural.
- 2- Participe dos passeios, pesquisa de observação e registros das experimentações.
- 3- Compreenda a importância da preservação do meio ambiente e saiba atitudes ecologicamente corretas.
- 4- Valorize a cultura local e outras.
- 5- Consiga expor suas idéias, hipóteses e opiniões sobre os conteúdos estudados.

Área do Conhecimento – Linguagem Oral e Escrita

Objetivos

- 1- Possibilitar o desenvolvimento das diversas formas de comunicação.
- 2- Utilizar adequadamente a linguagem oral.
- 3- Levar o aluno a compreender as intenções comunicativas dos adultos e de outras crianças em situações da vida cotidiana.
- 4- Levar a criança a reconhecer e valorizar a linguagem oral como instrumento para se comunicar.
- 5- Participar com interesse de situações de comunicação oral.
- 6- Utilizar as formas sociais participando de conversas coletivas como meio de interação com os outros.
- 7- Utilizar sinais não lingüísticos para ampliar os significados das mensagens recebidas e transmitidas.
- 8- Interessar-se por diversos tipos de textos, melhorar suas próprias produções e colaborar nas de companheiros.
- 9- Possibilitar a interpretação do mundo pela criança.
- 10- Interpretar, ler e produzir imagens como forma de comunicação e prazer, descobrindo e identificando os elementos básicos de sua linguagem.
- 11- Familiarizar-se com a leitura de textos de diversos gêneros.
- 12- Ampliar seu universo cultural sentindo prazer em ler e valorizar a leitura como fonte de informação e via de acesso aos mundos criados pela literatura.
- 13- Interessar-se pela linguagem escrita e valorizá-la como instrumento de informação e prazer.
- 14- Possibilitar a compreensão da escrita da linguagem com hipóteses cada vez mais próximas do sistema alfabético e da escrita.
- 15- Possibilitar a percepção da função e utilidade social da linguagem escrita.

Conteúdos

Linguagem Oral

- 1- Falar e escutar
- 2- Conversa
- 3- Faz de conta
- 4- Histórias
- 5- Parlendas
- 6- Trava-línguas
- 7- Poemas
- 8- Relatos
- 9- Bilhetes, recados
- 10- Teatro

Linguagem Escrita

- 1- Leitura
- 2- Texto
- 3- Leitura por indícios
- 4- Quadrinhas
- 5- Jornais
- 6- Rótulos

- 7- Embalagens
- 8- Receitas

Linguagem Oral e Escrita

- 1- Uso da linguagem oral para conversar, brincar, comunicar e expressar desejos, necessidades, opiniões, idéias, preferências, sentimentos e relatar suas vivências.
- 2- Elaboração de perguntas e respostas de acordo com os diversos contextos de que participa.
- 3- Participação em situações que envolvem a necessidade de explicar e argumentar suas idéias e pontos de vista.
- 4- Relatos e experiências vividas e narração de fatos em seqüência temporal e causal.
- 5- Conhecimento e reprodução oral de jogos verbais, como trava-línguas, parlendas, adivinhas, quadrinhas, poemas e canções.
- 6- Participação em que os adultos lêem textos de diferentes gêneros, como contos, poemas, notícias de jornal, informativos, parlendas, trava-línguas.
- 7- Participações em situações que a criança leia ainda que não o faça de maneira convencional, como calendários, rótulos, embalagens, receitas, placas, bilhetes, avisos, listagens, etc.
- 8- Reconhecimento do próprio nome dentro do conjunto de nomes do grupo nas situações em que isso se fizer necessário.
- 9- Observação e manuseio de materiais impressos, como livros, revistas, histórias em quadrinhos, etc.
- 10-Valorização da leitura como fonte de prazer e entretenimento.
- 11-Utilização de recursos coerentes com seus níveis conceituais de escrita, na produção de escritas espontâneas.
- 12-Prática de escrita de próprio punho, utilizando o conhecimento de que dispõe.
- 13-Escrita do próprio nome em situações em que isso é necessário.
- 14-Produção de textos individuais ou coletivos ditados oralmente ao professor para diversos fins.
- 15-Rescrita e produção de textos individuais e coletivos.
- 16-Reconhecimento do valor da língua escrita como meio de informação, comunicação, interação, veiculação do conhecimento historicamente construído.

Procedimentos

- 1- Roda cantada.
- 2- Elaborar avisos, bilhetes, pedidos, recados.
- 3- Entrevistas.
- 4- Apresentações orais ao vivo.
- 5- Canções.
- 6- Brincadeiras de faz-de-conta.
- 7- Conversas sobre assuntos diversos, discussões sobre filmes, leitura de um livro.
- 8- Acontecimentos recentes.
- 9- Contar histórias.
- 10-Declamar poesias.
- 11-Dizer parlendas.
- 12-Trava-línguas, adivinhas, poemas.
- 13-Variedades de textos de uso social.

- 14-Jogos de perguntar e responder.
- 15-Jogos de contar.
- 16-Narrativa/Histórias.
- 17-Relatos.
- 18-Ouvir um texto.
- 19-Leituras por indícios, parlendas, adivinhas, poesias, quadrinhas, etc.
- 20-Situações de leitura de um mesmo gênero literário para que conheçam as características próprias de cada gênero.
- 21-Sinopse de uma história, criar certo suspense.
- 22-Ter acesso à diversidade de textos escritos.
- 23-Propor atividades escritas que façam sentido para os alunos.
- 24-Propor atividades que permitam a diversidade de estratégias nas formas de resolução encontrada pelas crianças.
- 25-Produção de textos coletivos, de maneira contextualizada e significativa.
- 26-Produção de textos individuais.
- 27--Escrever seu nome e dos colegas.
- 28-Trabalho com crachás.
- 29-Rescrita de textos.
- 30-Trabalho com alfabeto móvel.
- 31-Criar um ambiente alfabetizador, a fim de promover situações de usos reais da leitura e escrita.

Avaliação

Que ao final do trabalho os alunos consigam atingir os objetivos propostos.

PLANO DE ENSINO PRÉ

Área do Conhecimento – Linguagem Oral e Escrita

Objetivos

- 1- Participar de situações de intercâmbio oral, falando em turnos e escutando a fala de outras pessoas.
- 2- Narrar fatos e experiências do seu meio físico e social, com a ajuda do adulto ou de outras crianças, manifestando suas idéias e sentimentos.
- 3- Utilizar a linguagem como instrumento para ter acesso a informações, compreendê-la e fazer uso dela através da elaboração de perguntas e respostas e da comunicação de impressões e idéias.
- 4- Ouvir, reproduzir e apreciar textos orais diversos.
- 5- Apreciar a leitura pelo educador, vivenciando emoções, exercitando a imaginação, conhecendo lugares, tempos e costumes diferentes dos seus e de sua comunidade.
- 6- Receber, interpretar e transmitir oralmente recados e avisos, interpretar e seguir ordens.
- 7- Compreender a escrita da linguagem como hipóteses cada vez mais próximas do sistema alfabético da escrita.
- 8- Perceber que a escrita representa os sons da fala, reconhecendo a sua necessidade em diferentes situações.
- 9- Participar de situações de rotina na qual se faz presente o uso da escrita.
- 10- Utilizar recursos e conceitos na produção da escrita.
- 11- Reconhecer seu nome e dos colegas.
- 12- Escutar textos lidos, apreciando a leitura feita pelo professor.
- 13- Escolher e familiarizar-se com a escrita e a leitura, apreciando o manuseio de livros, jornais, receitas, rótulos.

Conteúdos

- 1- Participação em debates, fazendo e respondendo perguntas.
- 2- Relato de experiências vividas.
- 3- Textos literários conhecidos, descrevendo personagens, cenários e objetos.
- 4- Textos orais diversos como canções, poemas, trava-línguas, parlendas, adivinhas e quadrinhas.
- 5- Atenção e interesse por diversos tipos de textos.
- 6- Dar recados aos pais, funcionários da escola e professora.
- 7- Busca progressiva dos recursos próprios do sistema alfabético da escrita.
- 8- Significado social da escrita, uso, funções e configurações dos diversos tipos de textos.
- 9- Reconhecimento do valor da língua escrita como meio de informação, comunicação, interação.
- 10- Rescrita e produção de textos individuais e coletivos.
- 11- Empenho em aproximar-se pouco a pouco da escrita convencional.
- 12- Escutar diversos textos de uso social.
 - 1- Literários,

- 2- Jornalísticos,
 - 3- De tradição cultural,
 - 4- Instrucionais,
 - 5- Epistolares,
 - 6- Entretenimento,
 - 7- Publicitários,
 - 8- Enumerativos,
 - 9- Científicos.
- 13-Prática espontânea e manuseio de livros, jornais e revistas.

Procedimentos

- 1- Através de debates, permitir que a criança exponha seu ponto de vista sobre variados assuntos.
- 2- Roda de conversa.
- 3- Reprodução e interpretação de diferentes textos.
- 4- Leitura coletiva e individual de textos, parlendas, trava-línguas, adivinhas, quadrinhas, poemas e canções.
- 5- Leitura de jornais, curiosidades e enciclopédias como fonte de informação.
- 6- Transmissão de recados simples.
- 7- Ter acesso a diversos textos escritos.
- 8- Escrita do próprio nome e o dos colegas.
- 9- Uso do crachá.
- 10-Uso do alfabeto móvel.
- 11-Trabalhar com textos e palavras na lousa, cadernos, exercícios mimeografados.
- 12-Canções.
- 13-Trava-línguas.
- 14-Bingo de letras e nomes.
- 15-Conversa.
- 16-Caça-palavras.
- 17-Cruzadinhas.
- 18-Fitas de vídeo.
- 19-Advinhas.
- 20-Poemas.
- 21-Parlendas.
- 22-Forca.

Avaliação

- 1- Que a criança sinta prazer na leitura e entenda-a como fonte de informação.
- 2- Que a leitura faça parte da rotina de sua vida.
- 3- Entre os critérios de avaliação analisados é importante o professor acompanhar as fases da alfabetização, para que tenha um diagnóstico da evolução do aluno em relação à escrita.
- 4- É possível aproveitar as inúmeras ocasiões da fala e observar para avaliar o processo de construção da linguagem.
- 5- Avaliar se os objetivos pré-estabelecidos foram atingidos.

Área do Conhecimento – Matemática.

Objetivos

- 1- Ter confiança em suas próprias estratégias e na sua capacidade para lidar com situações matemáticas novas, utilizando seus conhecimentos prévios de noções de grandeza, posição, direção, capacidade, massa, classificação, seqüência, simbolização e correspondência de objetos.
- 2- Vivenciar a idéia de quantidade de 0 a 9 e associar a quantidade ao seu respectivo símbolo numérico.
- 3- Identificar e escrever a seqüência numérica nos números naturais de 0 a 9, explorando a idéia de números vizinhos.
- 4- Vivenciar a idéia de juntar quantidade (adição), representar a idéia pelo sinal ou símbolo da adição (+).
- 5- Vivenciar a idéia de tirar uma certa quantidade de uma outra (subtração) e representar a idéia pelo sinal ou símbolo (-).
- 6- Vivenciar situações-problema, aguçando o pensamento.
- 7- Construção e interpretação de gráficos simples (estatística).
- 8- Conhecer e manipular sólidos geométricos.
- 9- Marcação do tempo por meio do calendário, uso social do número.

Conteúdos

A- Checagem dos pré-requisitos das noções de:

- 1- grandeza
- 2- posição
- 3- direção e sentido
- 4- tempo
- 5- seqüência
- 6- simbolização
- 7- correspondência.

B- Idéias da quantidade:

- 1- Representação gráfica (símbolo) das quantidades de 0 a 9.
- 2- Correspondência entre quantidades e suas representações gráficas.
- 3- Situações envolvendo quantidades de 0 a 9.
- 4- Seqüência numérica
- 5- Seqüência numérica de 0 a 9.
- 6- Números vizinhos.

C- Idéia de adição.

- 1- Exploração da idéia de juntar quantidades: adição.
- 2- Representação da idéia pelo símbolo (+).
- 3- Situações de adições cujos resultados não ultrapassem 9.

D- Idéia de subtração.

- 1- Exploração da idéia de tirar uma quantidade de outra (subtração).
- 2- Exploração da idéia de comparação: “completar” e “chegar”.
- 3- Representação das idéias de subtração pelo símbolo (-).
- 4- Situações de subtração entre quantidades menores ou iguais a 9.

E- Propor situações nas quais a criança precise pensar para resolver.

Iniciação a estatística, construção simples e primeira interpretação de gráficos.

Geometria experimental ou manipulativa:

- 1- Formas – diferenças e semelhanças.
- 2- Figuras montadas e desmontadas.
- 3- Manipulação de sólidos.

Idéia da marcação do tempo através do calendário feito em sala de aula.

Procedimentos

- 1- Jogos, brincadeiras e histórias que permitam a familiarização com elementos e números (jogos de pega, dança das cadeiras, quebra-cabeças, dominó e jogos de encaixe).
- 2- Uso social do número com brincadeiras e objetos como telefone, relógio, calculadora, calendário, etc.
- 3- Pesquisa e investigação sobre os lugares que os números se encontram: placas de carro, casas, roupas e calçados.
- 4- Situações que indiquem ordinalidade. Ex: formação de filas: primeiro, segundo, último.
- 5- Proporcionar atividades de reflexão sobre o espaço: localização de si, dos objetos, proximidades, distância, altura, posição.
- 6- Propor transposição de dados para uma tabela, para gráficos. Ex: inicial dos nomes.
- 7- Fazer estatística dos aniversariantes.

Avaliação

Observar se a criança:

- 1- Usa o vocabulário correto e se entende aquilo que se pede.
- 2- Classifica.
- 3- Identifica.
- 4- Seqüência e correspondência .
- 5- Compreende a adição e a subtração.
- 6- Identifica as figuras geométricas.
- 7- Constrói estatísticas e gráficos.
- 8- É capaz de resolver problemas.
- 9- Identifica os números de 0 a 9, os vizinhos, escrevendo-os.

Área do Conhecimento – Identidade e Autonomia

Objetivos

- 1- Ter uma imagem positiva de si, ampliando sua autoconfiança, identificando cada vez mais suas limitações e possibilidades e agindo de acordo com elas.

- 2- Identificar e enfrentar situações de conflitos, utilizando seus recursos pessoais, respeitando as outras crianças e adultos e exigindo reciprocidade.
- 3- Valorizar ações de cooperação e solidariedade, desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração e compartilhando suas vivências.
- 4- Adotar hábitos de auto cuidado, valorizando as atitudes de higiene, alimentação, conforto, segurança, proteção do corpo e cuidados com a aparência.
- 5- Identificar e compreender a sua pertinência a diversos grupos dos quais participam, respeitando suas regras básicas de convívio social e a diversidade que os compõem.

Conteúdos

- 1- Valorização da limpeza e aparência pessoal.
- 2- Conhecimento, respeito e utilização de algumas regras elementares de convívio social.
- 3- Participação em situações que envolvam a combinação de algumas regras de convivência em grupos e aquelas referentes ao uso dos materiais e do espaço, quando isso for pertinente.
- 4- Valorização dos cuidados com os materiais de uso individual e coletivo.
- 5- Procedimentos relacionados à alimentação, higiene das mãos, cuidado e limpeza pessoal das várias partes do corpo.
- 6- Utilização adequada do sanitário.
- 7- Identificação de risco no seu ambiente mais próximo.
- 8- Procedimentos básicos de prevenção a acidentes e auto cuidado.

Procedimentos

- 1- Propor situações educativas onde a criança possa ter respeitados os seus hábitos, ritmos e preferências individuais.
- 2- Propiciar estabelecimentos de vínculos com as crianças. Através de postura corporal, linguagem gestual e verbal do professor.
- 3- Propiciar atividades como bingo, jogo da memória, dominó, onde se trabalha o nome da própria criança e das outras.
- 4- Propiciar atividades de reconhecimento dos pertences pessoais e dos outros.
- 5- Criar condições para que prestem ajuda às outras crianças.
- 6- Propor situações em que as crianças sejam solicitadas a colaborar com o andamento das atividades da Unidade Escolar.
- 7- Promover situações em que a criança aceite o outro em suas diferenças: gênero, etnia, credo religioso, habilidades, temperamento e conhecimento.
- 8- Promover debates em que as crianças possam se pronunciar e exprimir suas opiniões até que se coordenem os pontos de vista para o estabelecimento de regras comuns e um procedimento a ser assegurado no planejamento pedagógico.
- 9- Propor situações onde a criança tenha referências para situar-se na rotina da escola.

Avaliação

Observar diariamente se a criança:

- 1- Tem uma imagem positiva de si mesma.

- 2- Enfrenta situações de conflito.
- 3- Respeita os colegas.
- 4- Tem ações de cooperação e solidariedade.
- 5- Adota hábitos de auto cuidado e higiene.
- 6- Respeita as regras básicas para o convívio social.
- 7- Valoriza os materiais de uso individual ou coletivo.
- 8- Utiliza adequadamente os sanitários e os outros ambientes da escola.
- 9- Consegue se adaptar à rotina escolar.

Área do Conhecimento – Música

Objetivos

- 1- Manipular diversos meios de estimulação através de diferentes instrumentos para a expressão artística.
- 2- Cantar espontaneamente expressando seus sentimentos e emoções através da música.
- 3- Desenvolver através da linguagem sonora, a compreensão, a análise e a descoberta dos sons para que a criança aprenda a ouvir o mundo.
- 4- Estimular a imaginação e curiosidade da criança propiciando descobertas em leituras e escrita, nas letras de músicas, ritmos e melodias.
- 5- Explorar, classificar, organizar, elaborar materiais sonoros e instrumentos musicais.
- 6- Identificar ritmos e seus elementos.
- 7- Participar, ouvir e reproduzir canto grupal.
- 8- Elaborar, identificar e classificar sons.
- 9- Participar da banda rítmica utilizando adequadamente os instrumentos musicais.

Conteúdos

O fazer musical

- 1- Exploração, expressão e produção do silêncio e de sons com a voz, o corpo e com materiais sonoros diversos.
- 2- Participação em brincadeiras, jogos cantados e rítmicos. Reconhecimento e utilização das variações de velocidade e densidade na organização e realização de algumas produções musicais.
- 3- Repertório de canções para desenvolver memória musical.
- 4- Participação em jogos e brincadeiras que envolvam a dança e/ou a improvisação musical.

Apreciação musical

- 1- Escuta de obras musicais variadas.
- 2- Participação em situações e movimentos corporais.
- 3- Escuta de obras musicais de diversos gêneros, estilos, épocas e culturas da produção musical brasileira e de outros povos e países.
- 4- Reconhecimento de elementos musicais básicos: frases, partes, elementos que se repetem, etc.
- 5- Informações sobre as obras ouvidas e sobre seus compositores para iniciar seus conhecimentos sobre a produção musical.

Procedimentos

- 1- Propor situações e contextos em que fazer música implica em organizar e relacionar expressivamente sons e silêncios de acordo com princípios de ordem.
- 2- Propor atividades de improvisação que valorizem o contraste entre os sons graves e agudos ou de interpretação de canções que enfatizem o movimento sonoro.
- 3- Promover o crescimento e a transformação do trabalho a partir do que as crianças podem realizar com os instrumentos.
- 4- Propor atividades em que o gesto e o movimento corporal estão intimamente ligados e conectados ao trabalho musical.
- 5- Criar condições para explorar diferentes qualidades sonoras (altura, intensidade, timbre, ritmos e silêncio).
- 6- Propor jogos de improvisação que estimulem a memória auditiva e musical, assim como a percepção da direção do som no espaço. O professor poderá aproveitar situações do interesse do grupo, utilizando os instrumentos confeccionados pelas crianças e os materiais disponíveis que produzem sons, os sons do corpo, a voz, etc.
- 7- Estimular a criação de pequenas canções, trabalhar com rimas, assuntos e acontecimentos vivenciados no dia-a-dia e observar o que e como cantam as crianças, aproximar e valorizar sua intenção e cultura musical.
- 8- Oportunizar o contato musical da criança, enquanto música instrumental ou vocal, fazendo perceber, sentir e ouvir, deixando-se guiar pela sensibilidade, pela imaginação e pela sensação que a música lhe sugere e comunica.
- 9- Resgatar a produção musical de cada região do país, valorizando a música tradicional popular, aproximando as crianças dos valores musicais e sua cultura.

Avaliação

- 1- Que ao final do trabalho a criança:
- 2- Cante espontaneamente, expresse seus sentimentos e emoções.
- 3- Explore e discrimine todos os tipos de sons e ritmos, saiba o maior número de melodias, respire adequadamente.
- 4- Chegue próximo a uma boa dicção.
- 5- Participe da bandinha escolar.
- 6- Aprecie as manifestações artísticas e valorize o trabalho do artista.
- 7- Explore, classifique e organize materiais sonoros e instrumentos musicais.

Área do Conhecimento – Natureza e Sociedade

Objetivos

- 1- Estabelecer relações entre o modo de vida cotidiano e os cuidados com sua saúde.
- 2- Interessar-se e demonstrar curiosidade pelo mundo social e natural, formulando perguntas, imaginando soluções para compreendê-lo, manifestando opiniões próprias sobre os acontecimentos, buscando informações e confrontando idéias.
- 3- Estabelecer algumas relações entre o modo de vida característico de seu grupo social e de outros grupos.

- 4- Compreender noções de tempo e espaço através de práticas cotidianas.
- 5- Vivenciar as comemorações como representações simbólicas, construções históricas que precisam ser contemporaneizadas revelando as relações com a vida cotidiana.
- 6- Identificar os elementos naturais e culturais existentes em seu ambiente.
- 7- Interar o aluno sobre a importância cultural e sócio-econômica do povo afro-brasileiro para nosso país.

Conteúdos

- 1- Identificação pessoal e social.
- 2- Conhecimento de modos de viver, ser e trabalhar de alguns grupos sociais do presente e do passado.
- 3- Identificação de alguns papéis sociais existentes em seus grupos de convívio, dentro e fora da instituição.
- 4- Valorização do patrimônio cultural do seu grupo social e interesse por conhecer diferentes formas de expressão cultural.
- 5- Valorização de atitudes de manutenção e preservação dos espaços e do meio ambiente.
- 6- Observação da paisagem local (rios, vegetação, construções, florestas, campos, dunas, açudes, mar, montanha, etc.).
- 7- Utilização com a ajuda dos adultos, de fotos, relatos e outros registros para a observação de mudanças ocorridas na paisagem.
- 8- Valorização de atitudes de manutenção e preservação dos espaços e do meio ambiente.
- 9- Cuidados no uso de objetos do cotidiano, relacionados à segurança e prevenção de acidentes e a sua conservação.
- 10- Estabelecimento de algumas espécies da fauna e da flora brasileira e mundial.
- 11- Percepção dos cuidados necessários à preservação da vida e do ambiente.
- 12- Valorização da vida nas situações que impliquem cuidados prestados a animais e plantas.
- 13- Percepção dos cuidados com o corpo, a prevenção de acidentes e à saúde.
- 14- Identificação da importância histórica e cultural que tal cultura proporciona ao Brasil, através de música, dança, artesanato, comidas típicas, etc.

Procedimentos

- 1- Propor situações onde as crianças reflitam sobre a diversidade de hábitos, modos de vida e costumes de diferentes épocas, lugares e povos.
- 2- Propiciar o conhecimento de diversos hábitos existentes no seu universo mais próximo (escola, bairro, cidade).
- 3- Trabalhar o respeito às diferenças existentes entre os costumes, os valores e hábitos das diversas famílias e grupos.
- 4- Propor atividades que possibilitem o conhecimento de hábitos e costumes socioculturais diversos com aqueles que as crianças conhecem.
- 5- Possibilitar atividades de observação intencional da paisagem local e de outras.
- 6- Trabalhar temas como rios, mar, meios de transporte, meios de comunicação e que possam ser abordados em função do significado para as crianças e também as intenções pedagógicas definidas pelo professor.

- 7- Observação nas mudanças que ocorrem na paisagem local, variação do dia e da noite, sucessão das estações do ano, época de festas, etc.
- 8- Observar as paisagens, constatando as variações decorrentes da ação humana.
- 9- Propor contato com animais e plantas, onde as crianças se envolvam com cuidados necessários à sua criação e cultivo, tendo a possibilidade de observá-los e estabelecer relações, ampliando o conhecimento acerca dos seres vivos.
- 10-Oferecer oportunidades para que as crianças possam expor o que sabem sobre animais que têm em casa.
- 11-Propor atividades que possibilitem as crianças conhecer o seu corpo e as modificações que ocorrem em determinadas situações.
- 12-Promover aprendizagem relacionada aos cuidados com o corpo, a prevenção de acidentes, à saúde e bem estar.
- 13-Promover conversa sobre o tema, leitura de textos informativos, livros, entrevistas, apresentação de filmes que falem do tema.

Avaliação

- 1- Que ao final do trabalho o aluno:
- 2- Identifique as partes do corpo, funções e desenvolvimento.
- 3- Compreenda os hábitos alimentares, consultas de rotina a médica, dentista,
- 4- Identifique os profissionais da saúde.
- 5- Conheça os animais e plantas.
- 6- Preserve a natureza.
- 7- Perceba as diferenças sociais, culturais em relação ao tempo, a história e as raças.
- 8- Participe da preservação da natureza e cultura do ambiente social.

Área do Conhecimento - Movimento

Objetivos

- 1- Ampliar as capacidades físicas, formas e possibilidades de movimentos.
- 2- Reconhecer o corpo no seu todo e diferenciar cada uma de suas partes por meio do movimento.
- 3- Utilizar os recursos expressivos do corpo e do movimento para comunicar sensações, idéias e estado de ânimo.
- 4- Compreender mensagens através do movimento do "outro".
- 5- Movimentar o corpo através de diferentes ritmos.
- 6- Compor movimentos com o companheiro ou com o grupo.
- 7- Criar sua própria seqüência de movimentos.
- 8- Conhecer e executar formas de expressão tradicionais do nosso povo e outros povos.
- 9- Adequar os movimentos em seqüências e ritmos e executar coreografias simples.
- 10- Participar de atividades recreativas.
- 11-Melhorar seu desempenho na execução de atividades que requeiram força, resistência, flexibilidade, velocidade e agilidade.

Conteúdos

O Corpo: Imagem e Percepção

- 1- Esquema corporal: tomada global e segmentária em repouso e em movimento.
- 2- Movimentos gerais.
- 3- Movimentos segmentares.
- 4- Movimentos interdependentes.
- 5- Expressão corporal (dramatização).
- 6- Elementos orgânicos e funcionais relacionados com o movimento.
- 7- Localização de sensações no corpo parado e em movimento.
- 8- Vivências implicando flexibilidade, coordenação, agilidade e equilíbrio.
- 9- Possibilidade perceptiva do corpo.
- 10- Percepção tátil, visual, auditiva e cinestésica.
- 11- Noções associadas a relações espaciais e temporais.
- 12- Relações de tempo e ritmo.
- 13- Aquisição de noções, deslocamentos, agrupamento, dispersão, localização, direção e trajetória.
- 14- Memorização de dados espaciais e sonoros.
- 15- Estruturação temporal através da aquisição das noções de duração, intensidade e tempo, ritmo, velocidade e curso regular e irregular.

O Corpo: Habilidades Motoras

- 1- Controle e domínio motor e corporal à partir de um planejamento prévio da ação.
- 2- Experimentação e utilização das habilidades básicas em diferentes situações e formas de execução.
- 3- Adaptação de destrezas motoras para realizações de atividades em diferentes meios naturais.

O Corpo: Expressão e Comunicação

- 1- Exploração e utilização das possibilidades e recursos expressivos do próprio corpo.
- 2- Adequação do movimento em seqüências e ritmos e execução de coreografias simples.
- 3- Rodas cantadas, cantigas, brinquedos cantados, danças.
- 4- Exploração e integração das qualidades de movimento na própria execução motora, relacionada com atitudes, sensações e estado emocional.
- 5- Recreação.

Procedimentos

- 1- Propiciar jogos e brincadeiras, cantigas de roda envolvendo a interação, a imitação e o reconhecimento do corpo.
- 2- Atividades sistemáticas, observando partes do seu próprio corpo ou de seus amigos, usando-as como modelo para pintar ou desenhar.
- 3- Representar experiências observadas e vividas por meio de movimentos. Ex: derreter como sorvete.
- 4- Propor danças, folguedos, cirandas, para a realização de movimentos de diferentes qualidades expressivas e rítmicas.
- 5- Danças, rodas, cantigas e músicas folclóricas, músicas em geral, coreografia simples e popular.
- 6- Propor exercícios com elementos a fim de facilitar a descoberta e a exploração do movimento: engatinhar, rolar, saltar.

- 7- Propor atividades de circuitos, organizados no espaço externo ou interno usando: pneus, bancos, caminhos, etc.
- 8- Propor jogos de regras, auxiliando a criança a cumprir as regras, saber ganhar ou perder, respeitar, cooperar.
- 9- Propor brincadeiras, jogos que envolvam a exploração de capacidades físicas e a expressão de emoções ajudando-a a valorizar suas conquistas corporais.

Avaliação

Que ao final do trabalho o aluno:

- 1- Reconheça seu corpo e saiba diferenciar uma de suas partes por meio de todos os movimentos e atividades realizadas.
- 2- Execute atividades que requeiram força, resistência, coordenação, agilidade, equilíbrio.
- 3- Oriente-se no espaço, discriminando localização, direção e dimensão.
- 4- Movimente o corpo adaptando-se a diferentes ritmos.
- 5- Represente com movimentos corporais elementos e objetos do meio circundante.
- 6- Participe livremente de atividades de recreação e utilize adequadamente os aparelhos recreativos.
- 7- Expresse seus sentimentos e emoções através da música.

Área do Conhecimento – Artes Visuais

Objetivos

- 1- Ampliar o conhecimento de mundo que possuem manipulando diferentes objetos e materiais explorando suas características, possibilidades e manuseio.
- 2- Interessar-se pelas próprias produções, pelas de outras crianças e pelas diversas obras artísticas (regionais, nacionais ou internacionais).
- 3- Produzir trabalhos de arte utilizando a linguagem do desenho, da pintura, da modelagem, da construção envolvendo o gosto, o cuidado e o respeito pelo processo de produção e criação.
- 4- Conhecer e familiarizar-se com manifestações das artes em geral, em diferentes períodos da história, entrando em contato com a diversidade cultural da humanidade.
- 5- Manipular diversos meios de estimulação da manipulação dos diferentes instrumentos para a expressão artística.

Conteúdos

A- O fazer artístico

- 1- Criação de desenhos, pinturas, colagens, modelagens, a partir de seu próprio repertório e da utilização dos elementos da linguagem das artes visuais: ponto, linha, forma, cor, volume, espaço, textura, etc.
- 2- Exploração e utilização de alguns procedimentos necessários para desenhar, pintar, modelar, etc.
- 3- Exploração e aprofundamento das possibilidades oferecidas pelos diversos materiais, instrumentos e suportes necessários para o fazer artístico.

- 4- Exploração dos espaços bidimensionais e tridimensionais na realização de seus projetos artísticos.
- 5- Valorização de suas próprias produções, das de outras crianças e da produção de arte em geral.

B- Apreciação em artes visuais

- 1- Observação e identificação de imagens diversas.
- 2- Conhecimento da diversidade de produções artísticas como: desenhos, pinturas, esculturas, construções, fotografias, colagens, ilustrações, cinemas, etc.
- 3- Apreciação das suas produções e das de outros por meio da observação e da leitura.
- 4- Observação dos elementos constituintes da linguagem visual: ponto, linha, forma, cor, volume, contraste, luz, texturas.
- 5- Apreciação das artes visuais e estabelecimento de correlação com as experiências pessoais.

Procedimentos

- 1- Estruturas tridimensionais podem ser desenvolvidas por meio de colagens, montagem e justaposição de sucatas com embalagens diversas, elementos da natureza, tecidos, etc. que possam ser empilhados, encaixados e justapostos.
- 2- Atividades de desenho e pintura: oferecer suportes variados e de diferentes tamanhos para serem usados individualmente ou em grupo.
- 3- Utilizar papéis que já contenham alguma intervenção (risco, recorte, parte da figura), para que a criança desenhe a partir disso.
- 4- Desenho de observação da natureza, objetos, o próprio corpo e o corpo do colega.
- 5- As criações tridimensionais devem ser feitas em etapas, pois exigem diversas ações (colagem, pintura, modelagem).Ex: maquetes.
- 6- Guardar, organizar a sala e documentar as produções ajuda na percepção de seu processo evolutivo e do desenrolar das etapas de trabalho.
- 7- Proporcionar leitura de imagens instigando a observação, a descoberta e o interesse das crianças.
- 8- Permitir que as crianças falem sobre suas criações e escutem as observações dos seus colegas sobre seus trabalhos, reconhecendo a singularidade de cada indivíduo e que não existe o certo ou o errado, mas sim um jeito individualizado singular.

Avaliação

Que ao final do trabalho o aluno:

- 1- Componha e auto-exprime através de vários materiais.
- 2- Utilize corretamente, através de regras, os recursos materiais.
- 3- Exprime uma idéia ou conteúdo liberando a imaginação e a criatividade.
- 4- Explore e discrimine cores.
- 5- Exprime-se através de formas e linhas.

HORÁRIO SEMANAL DA TURMA DO MATERNAL/JARDIM I – MANHÃ

HORÁRIO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
8h	Rotina	Rotina	Rotina	Rotina	Rotina
8h30min	Sala 2 Linguagem Oral e Escrita	Sala 2 Matemática	Sala 2 Linguagem Oral e Escrita	Sala 2 Matemática	Atividades Diversas Pátio
9h	Sala 2 Música	Sala 2 Artes Visuais	Sala 2 Artes Visuais	Sala 2 Música	Sala 2 Natureza e Sociedade
9h30min	Lanche e escovação	Lanche e escovação	Lanche e escovação	Lanche e escovação	Lanche e escovação
10h	Artes Visuais Areia	Movimento Gramado	Movimento Gramado	Movimento Quiosque	Artes Visuais Areia
10h30min	Aparelhos Recreativos	Aparelhos recreativos	Aparelhos Recreativos	Aparelhos Recreativos	Aparelhos Recreativos
11h	Preparação para a saída (Narração)	Preparação para a saída (Narração)	Preparação para a saída (Narração)	Preparação para a saída (Narração)	Preparação para a saída (Narração)
11h15min	Saída	Saída	Saída	Saída	Saída

HORÁRIO SEMANAL DA TURMA DO JARDIM II – MANHÃ

HORÁRIO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
8h	Rotina	Rotina	Rotina	Rotina	Rotina
8h30min	Sala 3 Linguagem Oral e escrita	Sala 3 Matemática	Sala 3 Linguagem Oral e Escrita	Sala 3 Linguagem Oral e Escrita	Atividades Diversas Pátio
9h	Sala 3 Artes Visuais	Sala 3 Matemática	Sala 3 Artes Visuais	Sala 3 Natureza e Sociedade	Sala 3 Natureza e Sociedade
9h30min	Aparelhos Recreativos	Aparelhos Recreativos	Aparelhos Recreativos	Aparelhos Recreativos	Aparelhos Recreativos
10h	Lanche e Escovação	Lanche e Escovação	Lanche e Escovação	Lanche e Escovação	Lanche e Escovação
10h30min	Movimento Gramado	Música Quiosque	Movimento Gramado	Artes Visuais Areia	Música Quiosque
11h	Preparação para a saída (Narração)	Preparação para a saída (Narração)	Preparação para a saída (Narração)	Preparação para a saída (Narração)	Preparação para a saída (Narração)
11h15min	Saída	Saída	Saída	Saída	Saída

HORÁRIO SEMANAL DA TURMA DO PRÉ – MANHÃ

HORÁRIO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
8h	Rotina	Rotina	Rotina	Rotina	Rotina
8h30min	Sala 1 Linguagem Oral e Escrita	Sala 1 Matemática	Sala 1 Linguagem Oral e Escrita	Sala 1 Matemática	Atividades Diversas
9h	Sala 1 Linguagem Oral e Escrita	Sala 1 Matemática	Sala 1 Linguagem Oral e Escrita	Sala 1 Matemática	Sala 1 Natureza e Sociedade
9h30min	Sala 1 Artes Visuais	Sala 1 Artes Visuais	Artes Visuais Areia	Sala 1 Artes Visuais	Sala 1 Natureza e Sociedade
10h	Aparelhos Recreativos	Aparelhos Recreativos	Aparelhos Recreativos	Aparelhos Recreativos	Aparelhos Recreativos
10h30min	Lanche e Escovação	Lanche e Escovação	Lanche e Escovação	Lanche e Escovação	Lanche e Escovação
11h	Música Pátio	Movimento Pátio	Movimento Gramado	Movimento Gramado	Movimento Gramado
11h15min	Saída	Saída	Saída	Saída	Saída

HORÁRIO SEMANAL DA TURMA DO MATERNAL/JARDIM I – TARDE

HORÁRIO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
13h30min	Rotina	Rotina	Rotina	Rotina	Rotina
14h	Aparelhos Recreativos	Aparelhos Recreativos	Aparelhos Recreativos	Aparelhos Recreativos	Aparelhos Recreativos
14h30min	Lanche e Escovação	Lanche e Escovação	Lanche e Escovação	Lanche e Escovação	Lanche e Escovação
15h	Sala 3 Linguagem Oral e Escrita	Sala 3 Linguagem Oral e Escrita	Sala 3 Natureza e Sociedade	Sala 3 Matemática	Sala 3 Matemática
15h30min	Movimento Gramado	Artes Visuais	Sala 3 Artes Visuais	Sala 3 Música	Artes Visuais Areia
16h	Artes Visuais Areia	Música Quiosque	Movimento Gramado	Movimento Quiosque	Atividades Diversas
16h30min	Preparação para a saída (Narração)	Preparação para a saída (Narração)	Preparação para a saída (Narração)	Preparação para a saída (Narração)	Preparação para a saída (Narração)
16h45min	Saída	Saída	Saída	Saída	Saída

HORÁRIO SEMANAL DA TURMA DO JARDIM II – TARDE

HORÁRIO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
13h30min	Rotina	Rotina	Rotina	Rotina	Rotina
14h	Sala 3 Linguagem Oral e Escrita	Sala 3 Matemática	Sala 3 Linguagem Oral e Escrita	Matemática	Atividades Diversas
14h30min	Sala 3 Linguagem Oral e Escrita	Sala 3 Artes Visuais	Sala 3 Natureza e Sociedade	Sala 3 Artes Visuais	Sala 2 – Natureza e Sociedade
15h	Aparelhos Recreativos	Aparelhos Recreativos	Aparelhos Recreativos	Aparelhos Recreativos	Aparelhos Recreativos
15h30min	Lanche e Escovação	Lanche e Escovação	Lanche e Escovação	Lanche e Escovação	Lanche e Escovação
16h	Movimento Quiosque	Música Quiosque	Artes Visuais Areia	Movimento Gramado	Música Quiosque
16h30min	Preparação para a saída (Narração)	Preparação para a saída (Narração)	Preparação para a saída (Narração)	Preparação para a saída (Narração)	Preparação para a saída (Narração)
16h45min	Saída	Saída	Saída	Saída	Saída

HORÁRIO SEMANAL DA TURMA DO PRÉ (2001) – TARDE

HORÁRIO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
13h30min	Rotina	Rotina	Rotina	Rotina	Rotina
14h	Sala 2 Linguagem Oral e Escrita	Sala 2 Matemática	Sala 2 Linguagem Oral e Escrita	Sala 2 Matemática	Atividades Diversas
14h30min	Sala 2 Linguagem Oral e Escrita	Sala 2 Matemática	Sala 2 Linguagem Oral e Escrita	Sala 2 Matemática	Sala 2 Natureza e Sociedade
15h	Lanche e Escovação	Lanche e Escovação	Lanche e Escovação	Lanche e Escovação	Lanche e Escovação
15h30min	Sala 2 Artes Visuais	Sala 2 Artes Visuais	Sala 2 Artes Visuais	Artes Visuais Areia	Sala 2 Natureza e Sociedade
16h	Aparelhos Recreativos	Aparelhos Recreativos	Aparelhos Recreativos	Aparelhos Recreativos	Aparelhos Recreativos
16h30min	Movimento Gramado	Música Pátio	Movimento Gramado	Movimento Gramado	Movimento Gramado
16h45min	Saída	Saída	Saída	Saída	Saída

HORÁRIO SEMANAL DA TURMA DO PRÉ (2000)– TARDE

HORÁRIO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
13h30min	Rotina	Rotina	Rotina	Rotina	Rotina
14h	Sala 1 Linguagem Oral e Escrita	Sala 1 Matemática	Sala 1 Linguagem Oral e Escrita	Sala 1 Matemática	Atividades Diversas
14h30min	Sala 1 Linguagem Oral e Escrita	Sala 1 Matemática	Sala 1 Linguagem Oral e Escrita	Sala 1 Matemática	Sala 1 Natureza e Sociedade
15h	Sala 1 Artes Visuais	Sala 1 Artes Visuais	Sala 1 Artes Visuais	Artes Visuais Areia	Sala 1 Natureza e Sociedade
15h30min	Aparelhos Recreativos	Aparelhos Recreativos	Aparelhos Recreativos	Aparelhos Recreativos	Aparelhos Recreativos
16h	Lanche e Escovação	Lanche e Escovação	Lanche e Escovação	Lanche e Escovação	Lanche e Escovação
16h30min	Música Pátio	Movimento Gramado	Movimento Gramado	Movimento Gramado	Movimento Gramado
16h45min	Saída	Saída	Saída	Saída	Saída

***** CALENDÁRIO DE EDUCAÇÃO INFANTIL *****

2007

JANEIRO							FEVEREIRO							MARÇO							ABRIL							MAIO							JUNHO						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14	8	9	10	11	12	13	14	8	9	10	11	12	13	14	8	9	10	11	12	13	14	8	9	10	11	12	13	14	8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21	15	16	17	18	19	20	21	15	16	17	18	19	20	21	15	16	17	18	19	20	21	15	16	17	18	19	20	21	15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28	18	19	20	21	22	23	24	18	19	20	21	22	23	24	18	19	20	21	22	23	24	18	19	20	21	22	23	24	18	19	20	21	22	23	24
29	30	31					25	26	27	28				25	26	27	28	29	30	31	25	26	27	28	29	30	31	25	26	27	28	29	30	31	24	25	26	27	28	29	30
☺ Avaliação ☹ Férias e Recesso ☹ Início e Retorno das aulas ☹ Feriados ☹ Reunião de Diretoras ☹ Reunião Pedagógica ☹ Semana da Educação ☹ Matrícula/Rem./Transf ☹ Planejamento ☹ Entrega do Organi da U. E.	1- Organização Interna 2- Planejamento 5- Início das aulas 19, 20 - Carnaval 21- Conforme Decreto Municipal dias letivos = 15	8 e 9 - Planejamento dias letivos = 20	6- 6ª feira Paixão 12- Reunião Diretoras 13- Entrega do organograma da U.E. 21- Tiradentes 30- Ponte dias letivos = 19	1- Dia do Trabalho 25- Reunião Pedagógica dias letivos = 21	7- Corpus Christi 8- Ponte 21- Reunião Diretoras dias letivos = 19	9- Revolução de 32 20- Término aulas 23- Avaliação 24 a 31 - Recesso dias letivos = 14	1- Aniversário da Cidade 2- Início das aulas 23- Reunião Diretoras e entrega do Projeto Político Pedagógico - Jornada Municipal da Educação dias letivos = 22	7 - Independência do Brasil 28 - Reunião Pedagógica dias letivos = 18	12- Nossa Senhora Aparecida 15- Dia do Professor 16 a 19- Semana da Educação 25- Reunião Diretoras 26- Reunião Pedagógica dias letivos = 20	2- Finalizados 5 a 9- Rematrícula 12- Transferência 13 e 14- Matrícula de filhos de Funcionários Municipais, DER e Autarquias 15- Proclamação da República 16- Ponte dias letivos = 19	3 e 4- Matrícula de alunos novos 20- Último dia de aula 21- Avaliação e entrega dos documentos 24 e 31- Conforme Decreto Municipal 25- Natal dias letivos = 13																														
JULHO							AGOSTO							SETEMBRO							OUTUBRO							NOVEMBRO							DEZEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14	8	9	10	11	12	13	14	8	9	10	11	12	13	14	8	9	10	11	12	13	14	8	9	10	11	12	13	14	8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21	15	16	17	18	19	20	21	15	16	17	18	19	20	21	15	16	17	18	19	20	21	15	16	17	18	19	20	21	15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28	18	19	20	21	22	23	24	18	19	20	21	22	23	24	18	19	20	21	22	23	24	18	19	20	21	22	23	24	18	19	20	21	22	23	24
29	30	31					25	26	27	28	29	30	31	25	26	27	28	29	30	31	25	26	27	28	29	30	31	25	26	27	28	29	30	31	23	24	25	26	27	28	29

Obs. O calendário escolar estará sujeito à alterações

As EMELIs no período de 24 a 31/7 e 26 a 28/12 funcionarão normalmente com crianças

QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DA EMEI "FLORÍPES SILVEIRA DE SOUZA"

NOME DO FUNCIONÁRIO	CARGO	AEC	FORMAÇÃO	GRADUAÇÃO	H. DE TRABALHO	TURMA	Matrícula
Marta Maria Toledo Teixeira Evangelista	Directora	-----	Superior	Serviço Social/ Pedagogia	7h30min às 11h30min 13h às 17h	-----	016022-9
Adriana Delgado Garcia Fernandes	Professora	-----	Superior	Pedagogia	13h às 17h	Afastada s/ venc.	24683-2
Heidy Pereira da Silva	Professora	B	Magistério		13h às 17h	Pré – tarde	16023-7
Lucimar Cavalieri Attuy	Professora	C	Superior	Pedagogia	7h30min às 11h30min	Pré – manhã	16380-5
Maria Cristina da Silva Alcides	Professora	-----	Magistério		7h30min às 11h30min	Jardim I – manhã	16736-3
Maria Luiza Corinto de Moura Santos	Professora	C	Magistério		7h30min às 11h30min	Jardim II – manhã	17534-0
Tânia Mara da Cunha Souto	Professora	C	Magistério		13h às 17h	Maternal – tarde	17497-1
Tânia Maria de Sousa	Professora	B	Superior	Artes Plásticas	7h30min às 11h30min	Afastada s/ venc.	21705-1
Clarice Rodrigues	Servente		Ensino Médio		7h às 11h 12h às 16h		13575-5
Denise Aparecida Guimarães	Auxiliar Adm. C/ Restrição		Ensino Fundamental		7h às 13h		23649-7
Gilmara Pinheiro da Silva	servente		Superior inc.		9h às 12h 13h às 18h		22855-9
Maria Tereza Rodrigues Fernandes	Merendeira		Ensino Fundamental		7h às 11h30min 13h às 16h30min		23634-9
Neusa Maria Matos Sousa	Aux. Adm. C/ restrição		Ensino Médio		7h30min às 11h30min 13h30min às 17h30min		15289-7
Elsa da Silva Garcia Menezes	Auxiliar de Dentista		Superior	Serviço Social	7h30min às 13h30min		0023649-7
Pilar Ap.Medina Alonso	Merendeira		Ensino Fundamental		7h às 11h30min 13h às 16h30min		23.171
Cristina Aparecida de Oliveira Garcia	Prof. Subst		Magistério		13h às 17h	Jardim I – tarde	28.278